

Perspectivas e Diálogos

Revista de História Social e Práticas de Ensino

Escola Normal de Caetité



v. 1, n. 1, jan./jun. 2018

NHIPE

Núcleo de História Social
e Práticas de Ensino

Grupo de Pesquisa - CNPq

DCH

UNEB/Campus VI

Caetité-BA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH/Campus VI, Caetité – Bahia
NHIPE – Núcleo de História Social e Práticas de Ensino (Cnpq)
Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino

José Bites de Carvalho

Reitor

Marcelo Duarte Dantas de Ávila

Vice-Reitor

Dayse Lago de Miranda

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Tania Maria Hetkowski

Pró-Reitora de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação

Marinalva Nunes Fernandes

Diretora do DCH – UNEB/Campus VI

Genilson Ferreira da Silva

Márcia Cristina Lacerda Ribeiro

Editores Coordenadores

Jairo Carvalho do Nascimento

João Batista Vicente do Nascimento

Luciana Oliveira Correia

Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras

Maria Sigmar Coutinho Passos

Editores assistentes

Carlos Alexandre Souza Prado

Taylane Santos do Nascimento

Equipe técnica

Ana Maria Oliveira Lima

Antonieta Miguel

Genilson Ferreira da Silva

Jairo Carvalho do Nascimento

João Batista Vicente do Nascimento

Luciana Oliveira Correia

Márcia Cristina Lacerda Ribeiro

Maria Sigmar Coutinho Passos
Sidnay Fernandes dos Santos Silva
Taylane Santos do Nascimento
Warley José Campos Rocha

Pareceristas

v. 1, n.1, jan./jun. 2018

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino [recurso eletrônico] / Revista do Núcleo de História Social e Práticas de Ensino – NHIPE.

Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, UNEB/Campus VI – v. 1, n. 1 (jan./jun. 2018) – Caetité: NHIPE/UNEB, 2018.

Início: janeiro de 2018.

Periodicidade: Semestral

Periódico eletrônico: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/nhipe/index>.

ISSN: **2595-6361**

1. História. 2. Educação: pesquisa e práticas de ensino.

CDD 900 / 370.

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino

Revista do Núcleo de História Social e Práticas de Ensino – NHIPE do Departamento de Ciências Humanas, *Campus VI*, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB
v. 1, n. 1 – jan./jun. 2018

Política Editorial

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino é um periódico semestral associado ao grupo de pesquisa Núcleo de História Social e Práticas de Ensino (Nhipe/Cnpq) do Departamento de Ciências Humanas, campus VI, da Universidade do Estado da Bahia, localizado na cidade de Caetité, Bahia. A Revista tem por objetivo divulgar produções inéditas de relevância científica nas áreas da História Social, História da Educação e Prática de Ensino de História. Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino não cobra taxa de processamento de artigos (submissão, avaliação e publicação) dos autores e disponibiliza o acesso online livre a todo o conteúdo digitalizado das edições aos leitores.

Editores Coordenadores

Genilson Ferreira da Silva, Universidade do Estado da Bahia, UNEB, Brasil
Marcia Cristina Lacerda Ribeiro, Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Brasil

Editores Assistentes

Jairo Carvalho do Nascimento, Universidade do Estado da Bahia, Brasil
João Batista Vicente do Nascimento, Universidade do Estado da Bahia, Brasil
Luciana Oliveira Correia, Universidade do Estado da Bahia, Brasil
Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Maria Sigmar Coutinho Passos, Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Conselho Editorial

Ana Livia Bonfim Vieira, Universidade Estadual do Maranhão, Brasil
Ana Maria Oliveira Lima, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil
Ana Teresa Marques Gonçalves, Universidade Federal de Goiás, Brasil
Anderson Zalewski Vargas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Carlos Augusto Lima Ferreira, Universidade Estadual de Feira de Santana, Brasil
Edgar Leite Ferreira Neto, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil
Fabio de Souza Lessa, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Fábio Santos de Andrade, Universidade Federal de Rondônia, Brasil
Fabio Vergara Cerqueira, Universidade Federal de Pelotas, Brasil
Josivaldo Pires de Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, Brasil
Lorene dos Santos, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil
Luiz Otávio de Magalhães, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil
Maria Beatriz Borba Florenzano, Universidade de São Paulo, Brasil
Maria Cecília Miranda Nogueira Coelho, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Maria Cristina Nicolau Kormikiari Passos, Universidade de São Paulo, Brasil

Sergio Armando Diniz Guerra Filho, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil
Sidney Fernandes dos Santos Silva, Universidade do Estado da Bahia, Brasil
Vagner Carneiro Porto, Universidade de São Paulo, Brasil
Warley José Campos Rocha, Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Equipe Técnica

Carlos Alexandre Souza Prado, Universidade do Estado da Bahia, Brasil
Taylane Santos do Nascimento, Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Endereço

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
Universidade do Estado da Bahia – UNEB, *Campus VI*
Núcleo de História Social e Práticas de Ensino – NHIPE
Avenida Contorno, S/N, Bairro São José – Caetitê - Bahia
CEP: 46400-000
Telefone: (77) 3454-2021
Fax: (77) 3454-1762
E-mail: revista.nhipe.uneb@gmail.com
Acesso à versão eletrônica: <http://revistas.uneb.br/index.php/nhipe/index>

SUMÁRIO

Editorial

Editores da Revista.....9

DOSSIÊ TEMÁTICO

Educação e História: sujeitos e práticas.

Editores da Revista.....14

O aprendizado pela paisagem: questões para uma abordagem no ensino de história

Eudes Marciel Barros Guimarães.....16

Professoras do ensino primário de Salvador: queixas, pedidos e reivindicações (1912-1918)

Fabiano Moreira da Silva.....38

A política de formação continuada para professores da Educação Infantil no contexto capitalista

Isabel Cristina de Jesus Brandão; Jorsinai de Argolo Souza.....62

A teia entretecida entre Educação e Religiosidade: uma análise a partir da trajetória de Albertino Marques Barrêto (Brumado, 1954 - 1974)

Rui Marcos Moura Lima.....84

ARTIGOS

Calíroe de Siracusa, filha do general Hermócrates: diálogos entre Cáriton e Tucídides

Adriane da Silva Duarte.....109

Sonoridades da cidade aracajuana: sons, vozes e práticas

Cléber de Oliveira Santana.....124

“No reino da feitiçaria”: popularidade e repercussão das práticas religiosas de origem africana em Salvador (1900-1920)

Iury Abreu Tavares Batista.....149

Espaço e tempo: os atingidos por barragens

Gabriela Silveira Rocha; Paulo Henrique Silveira Lima.....172

A Tragédia de Esparta – discurso, poder político e gênero na *Andrômaca* de Eurípides

Luis Filipe Bantim de Assumpção.....196

“Mulheres pardas” no alto sertão da Bahia: entre o silêncio da cor e o estigma da mestiçagem (Caetité, 1890-1945)

Miléia Santos Almeida.....214

Experiências e ação política indígena na Capitania de Porto Seguro (séc. XVII)

Uiá Freire Dias dos Santos.....237

ENTREVISTA

Entrevista com a Professora Jaci Maria Ferraz de Menezes

Edna Pinheiro Santos.....257

RESENHA

DOUGLAS, Aileen. *Work in hand: script, print, and writing, 1690-1840*. Oxford: Oxford Press, 2017. 256 p.

André Carlos Moraes.....268

NASCIMENTO, Jairo Carvalho. *Erotismo no cinema brasileiro: a pornochanchada em perspectiva histórica*. Curitiba: CRV, 2018. 158 p.

Joaquim Antônio de Novais Filho.....273

ORIENTAÇÕES PARA POSSÍVEIS COLABORADORES

Editores da Revista.....279

EDITORIAL

25 anos: Parabéns curso de História da Uneb VI (1992-2017).

“É o mundo, o grande campo de experiências que nós temos. É a vida, a grande oportunidade que nos proporciona o acúmulo de experiências. São as experiências que nos tornam diferentes e preparados para lidar com o próprio mundo. A construção do saber perpassa por um processo de reprodução de experiências que se desenrola na prática vivencial, onde o sujeito social, em grupo ou isoladamente, re-elabora seus valores e definem sua visão de mundo¹”. Bartolomeu de Jesus Mendes

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino é uma publicação de iniciativa do Núcleo de História Social e Práticas de Ensino (Nhipe/Cnpq), um grupo de pesquisa do Departamento de Ciências Humanas (DCH), campus VI, da Universidade do Estado da Bahia, na cidade de Caetité, Bahia. A equipe do Nhipe é composta por pesquisadores do campus VI e do campus I da Uneb e de outras instituições, além do corpo técnico e de alunos. Todos engajados, desde a criação do grupo, em 2010, com o objetivo único de fortalecer o curso de História do nosso Departamento e pensar conjuntamente, para além dos nossos muros, a História, a História da Educação e as Práticas do Ensino de História.

É nessa perspectiva que o Nhipe abraça entusiasmamente mais um desafio – a construção de um periódico, que se pretende plural, interdisciplinar, e, como o seu próprio nome traduz, aberto ao *Diálogo*.

Não resta dúvida, que, naquilo que depender do esforço do Nhipe, sua revista será mais um espaço de excelência na divulgação de importantes trabalhos de pesquisadores espalhados pelo País e alhures.

O curso de Licenciatura em História do Departamento de Ciências Humanas, campus VI, de onde provém a maior parte dos pesquisadores do Nhipe, foi criado em 1992 e reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação

¹ MENDES, Bartolomeu de Jesus. *A Festa do Dois de Julho em Caetité do cívico ao popular*. Caetité/Ba: Gráfica Castro, 2002.

do Estado da Bahia através do Decreto n. 7.406, de 13 de agosto de 1998. Nesses vinte e cinco anos de existência, o Curso tem proporcionado a Caetité e seu entorno a formação de professores de História; professores que se espalham de uma ponta a outra do Alto Sertão da Bahia mostrando a relevância ímpar do Curso para a região.

A Revista do Nhipe homenageia, nesta oportunidade, o ilustre Professor Bartolomeu de Jesus Mendes do DCH/VI. Chegado a Caetité em 1995, tido como forasteiro ou adotado, como ele dizia, fez daquela, que já ocupara o status de “Corte do Alto Sertão Baiano”, sua casa. Como filho, refletiu e documentou sobre sua terra, sua gente, seus costumes. Do povo humilde ao barão, nada fugia do seu olhar. Escreveu sobre a presença negra no Sertão, em *Caetité em Preto e Branco*². Viveu, sentiu e estudou uma das mais importantes festas da cidade – A Festa do Dois de Julho e, nela, sensível, quase abstraiu seu lado cívico para enxergar o popular. Participou da vida e da sociedade caetiteense, transitou por todos os círculos, enquanto trabalhava para alicerçar as bases do curso de História e do Departamento. Ao lado de outros nomes, deu mais um passo - fundou a academia caetiteense de Letras, em 2001. Mas quis o destino que cedo partisse (2009), porém em suas *histórias*, entranhadas de si, sempre nos depararemos com sua afetuosa presença.

Nosso primeiro número, nessa singela homenagem, apresenta ao leitor um total de quatorze textos distribuídos nas seções: **Dossiê Temático, Artigos, Entrevista e Resenhas.**

Na seção **Dossiê Temático**, bem de acordo com o escopo da Revista, quatro artigos discutem de forma articulada **Educação e História: sujeitos e práticas**. Fabiano Moreira da Silva revela a saga das obstinadas professoras no início do século XX, em Salvador, a empunhar bandeiras por melhorias no ensino primário. Obstinação que encontra eco no artigo que retoma a trajetória de Albertino Marques Barrêto e sua vocação na luta pela Educação, sob o olhar aguçado de Rui Marcos Moura Lima. Compondo esse dossiê, Isabel Cristina de Jesus Brandão e Jorsinai de Argolo Souza apresentam um artigo que põe em relevo os impactos das reformas educacionais nos anos 90, século XX. Como

² MENDES, Bartolomeu de Jesus. *Caetité em preto e branco*. Caetité: Gráfica e Papelaria Caetité, 2004.

estudo de caso, analisam a política de formação continuada para professores da Educação Infantil em Itapetinga, Bahia. Os resultados da pesquisa empreendida pelas autoras levam-nas à constatação de que a formação de professores não estava entre as prioridades da política educacional do município. O artigo de Eudes Marciel Barros Guimarães está interessado em instrumentalizar o professor no ensino da História. O autor propõe uma categoria de análise bastante sugestiva – a paisagem – como ferramenta de trabalho em sala de aula. O texto, além de discutir o conceito de paisagem, arrisca uma metodologia de análise e lança mão de dois exemplos práticos, contribuindo dessa maneira para dar um novo tônus às práticas do Ensino da História.

A imagem que ilustra a capa do atual número, associada ao dossiê temático, é o reconhecimento do Nhipe da relevância da Escola Normal de Caetité, uma das mais prestigiadas instituições escolares da Bahia, na primeira metade do século XX, responsável pela formação de professores da região sudoeste do Estado e do norte de Minas Gerais.

Na seção **Artigos**, o leitor encontrará uma variegada gama de temas, de espaços e de recortes cronológicos com instigantes reflexões. Luis Filipe Bantim de Assumpção analisa uma das tragédias do poeta ateniense Eurípidés, século V a. C., *Andrômaca*, e denuncia como o tragediógrafo contribuiu para construir um discurso depreciativo sobre Esparta. Nessa tragédia, o foco recai sobre o tratamento dispensado pelo poeta a espartana Hermione, cujo comportamento, conforme a representação, fugia ao exemplar padrão feminino ateniense, e grego.

Da tragédia ática ao romance, porém sem deixar a Antiguidade, Adriane da Silva Duarte nos apresenta a Cáriton de Afrodísias, escritor grego do século I d.C., e ao seu romance erótico - *Quéreas e Calíroo*. O poeta ambienta a sua história nos tempos distantes da Guerra do Peloponeso, trazendo para cena Calíroo, filha do general Hermócrates de Siracusa, comandante da frota responsável por impingir derrota aos atenienses. Da ficção ao relato histórico, a autora está interessada em discutir o uso que o romancista faz da História. Discordando daqueles que chamam essa obra de “romance histórico”, Adriane Duarte acredita que, embora subsista o “perfume de História, capaz de inebriar”, é o “tempo da aventura” da história de amor que prevalece. A autora,

renomada tradutora do grego, em breve nos brindará com a tradução do romance *Quéreas e Calíroé* (Editora 34) para a língua portuguesa.

Iury Abreu Tavares Batista versa sobre a popularidade dos serviços mágico-religiosos do candomblé na cidade de Salvador nas duas primeiras décadas do século XX, além da diversidade de indivíduos envolvidos com a religiosidade de origem africana em meio à repressão aos terreiros e líderes religiosos acusados de feitiçaria e curandeirismo na capital do estado da Bahia.

Miléia Santos Almeida se debruça sobre processos criminais de fins do século XIX e primeira metade do século XX, nos quais mulheres caetiteenses aparecem como vítimas ou como réis. Com o intuito de buscar evidências sobre a condição social de mulheres negras no pós-abolição, a autora se depara com situações, dentro dos autos, que evidenciam o silenciamento sobre a cor e, conseqüentemente, a negação das heranças da própria escravidão.

O artigo de Cleber de Oliveira Santana analisa as diversas formas de vivências e experiências da população aracajuana, entre a metade do século XIX e meados do século XX, com atividades comerciais, cívicas e de lazer, tais como folguedos populares, gritarias de vendedores em feira livre, o badalar dos sinos das igrejas ou a algazarra nos bares, ao tempo em que mostra a vigilância constante das autoridades em controlar e disciplinar tais espaços e momentos festivos. O texto, amparado em boa documentação, é um convite prazeroso para conhecer o cotidiano cultural do cidadão aracajuano e o conflito existente entre o seu trabalho/lazer com os limites impostos pelo Estado.

Por sua vez, Gabriela Silveira Rocha e Paulo Henrique Silveira Lima estudam o processo social de desterritorialização e reterritorialização que atingiu os ribeirinhos residentes em torno do Rio Gavião, no município de Anagé, Sudoeste da Bahia, provocada por conta da construção de uma barragem. Avaliam o papel do DNOCS nessa política governamental de combate à seca, a migração dos atingidos pela barragem, a atuação de movimentos sociais (MAB, CMBA, CPT) na luta contra as práticas autoritárias do DNOCS e da empreiteira Andrade Gutierrez em relação às propriedades rurais.

Uiá Freire Dias dos Santos faz uma análise sobre a ação política durante a segunda metade do século XVII. O texto, uma parte da sua pesquisa de doutorado, reflete sobre as experiências dos povos nativos que habitavam a

capitania de Porto Seguro, buscando evidenciar formas de resistência à violência física e simbólica promovidas pela colonização portuguesa.

Na seção **Entrevista**, Edna Pinheiro Santos conversa com a professora e pesquisadora Jaci Maria Ferraz de Menezes sobre pesquisa, ensino e educação. Jequeiense de nascimento, radicada em Salvador, onde cursou Direito e, mais tarde, trocou o Bacharelado pela Licenciatura em Pedagogia, a Professora Jaci Menezes é hoje um dos expoentes da pesquisa em Educação no Estado da Bahia. Responsável pela publicação de importantes obras na área, destaca-se ainda pelo pioneirismo nos estudos atinentes à educação e a cor de pele, denunciando que um dos mecanismos de discriminação racial no Brasil é o impedimento de grupos raciais ao processo educativo

A seção **Resenhas** contém dois textos, bem apresentados por seus autores. O livro *Work in hand: script, print, and writing*, de Aileen Douglas, aborda as práticas caligráficas e manuscritas desenvolvidas no Império Britânico entre os séculos XVII e XIX. É uma obra que interessa a historiadores, críticos literários e educadores. Já *Erotismo no cinema brasileiro: a pornochanchada em perspectiva histórica* analisa um momento da história do nosso cinema marcado pelas comédias eróticas, filmes que dominaram, do ponto de vista comercial, o mercado brasileiro da década de 1970.

Desejamos uma boa leitura a todos e fazemos o convite aos colegas para colaborações em nossos próximos números.

Equipe Editorial

DOSSIÊ TEMÁTICO – HISTÓRIA E EDUCAÇÃO: SUJEITOS E PRÁTICAS

O Dossiê “História e Educação: sujeitos e práticas” reúne artigos que versam sobre temáticas educacionais numa perspectiva histórica, com abordagens que dialogam com a historiografia e a pesquisa educacional. O papel e a importância da Educação (formal e não-formal) para a emancipação dos sujeitos e para a construção de uma sociedade mais igualitária é quase um consenso entre os intelectuais comprometidos com valores humanistas. Assim, é sempre relevante que as pesquisas sobre esse objeto (a Educação) possam circular através dos meios de comunicação científica como esse periódico, em cujo escopo está presente a preocupação em levar ao leitor reflexões sobre a **História, a História da Educação e as Práticas do Ensino de História.**

O artigo de autoria de Fabiano Moreira da Silva - “Professoras do ensino primário de Salvador: queixas, pedidos e reivindicações (1912-1918)” - exibe a capacidade de luta e mobilização das professoras e dos professores no início do século XX contra a precarização das condições de ensino, a falta de recursos financeiros e a baixa remuneração da categoria. A realidade educacional e a atuação política de professores descritas, mesmo distante no tempo, permite ao leitor verificar muitas permanências no sistema educacional brasileiro atual.

No artigo - “A teia entretecida entre Educação e Religiosidade: uma análise a partir da trajetória de Albertino Marques Barrêto (Brumado, 1954 - 1974) - Rui Marcos Moura Lima trata das relações entre educação e religião no âmbito do Centro Espírita Fraternidade, na cidade de Brumado, Bahia, a partir da narrativa da trajetória de Albertino Marques Barrêto. Migrante mato-grossense, chegou à cidade de Brumado na década de 1940 e foi um dos fundadores do referido Centro, em 1951, e de dois cursos de alfabetização de adultos, que funcionou na sede do Centro. Figura de destaque na sociedade brumadense, tanto pelo seu pioneirismo na comunidade espírita quanto pela obra educativa realizada, sua trajetória de vida nos deixa entrever como esse sujeito pensou e sentiu a educação em sua bem “entretecida teia” com a religiosidade.

Em “O aprendizado pela paisagem: questões para uma abordagem no ensino de História”, Eudes Maciel Barros Guimarães apresenta a dimensão histórica da categoria “paisagem” e aponta possibilidades teórico-metodológicas

para a abordagem de documentos visuais nas aulas de História do Ensino Médio. O foco da discussão incide nas representações visuais da “caatinga”. O autor utiliza ilustrações de desenhistas, como Percy Lau e Von Martius, presentes nas páginas da *Revista Brasileira de Geografia* de 1949. A análise das representações visuais leva em consideração expoentes teóricos dos campos da Geografia, da semiótica e das análises iconográficas.

Em contexto mais atual, o artigo “A política de formação continuada para professores da Educação Infantil no contexto capitalista”, de Isabel Cristina de Jesus Brandão e Jorsinai de Argolo Souza, aborda a formação continuada de Professores. Com o recorte voltado para a realidade da cidade de Itapetinga, na Bahia, e focalizando a formação continuada dos professores da Educação Infantil, as autoras propõem uma abordagem dialética, relacionada com o processo de reestruturação do capitalismo e com as reformas neoliberais que impactaram sobremaneira as políticas educacionais.

Na conjuntura de crise política vivenciada atualmente no nosso país, com recuo das práticas democráticas consolidadas nos últimos 30 anos e o simultâneo avanço de ideologias conservadoras em diversos setores, a Educação formal tornou-se alvo de propostas de reformas curriculares que pouco traduzem o conhecimento científico acumulado na área. Nessa conjuntura pouco animadora, é importante um veículo de difusão e reflexão sobre os caminhos da Educação no Brasil, capaz de colocar na ordem do dia os debates fundamentais.

O APRENDIZADO PELA PAISAGEM: QUESTÕES PARA UMA ABORDAGEM NO ENSINO DE HISTÓRIA

LEARNING THROUGH THE LANDSCAPE: QUESTIONS FOR AN APPROACH IN THE HISTORY TEACHING

Eudes Marciel Barros Guimarães*

Resumo

Neste artigo, considera-se a paisagem como objeto de reflexão histórica. O objetivo consiste em explorar suas potencialidades no ensino de História, rompendo com a concepção de paisagem enquanto um dado da natureza para entendê-la como uma apropriação estética, como uma invenção ou fato cultural. Discute-se questões de ordem conceitual e ensaia-se uma metodologia de abordagem ao trazer um tema específico, a saber, a caatinga como paisagem representada em duas imagens visuais.

Palavras-chave: Paisagem. Abordagem histórica. Ensino de História. Caatinga.

Abstract

In this article, the landscape is considered as object of historical interpretation. The aim is to explore its potential in the History teaching, breaking with the concept of landscape like a datum of nature to understand it as an aesthetic appropriation, as an invention or cultural fact. Conceptual issues are discussed and an approach of methodology is tested by bringing a specific theme, that is, the *caatinga* like landscape represented in two visual images.

Keywords: Landscape. Historical approach. Teaching of History. *Caatinga*.

Introdução

Este texto pretende oferecer subsídios ao professor que deseja abordar, com seus alunos, a paisagem como um problema histórico. As questões colocadas podem ser adaptadas, em maior ou menor grau de densidade, ao contexto da aula e ao nível escolar dos alunos; mas, a princípio, para deixar traçada uma linha mais estabelecida de direcionamento da discussão, considere-se o Ensino Médio. Para tanto, este texto está dividido em três partes. A primeira delas introduz o assunto a partir da importância que a paisagem

* Doutorando em História (UNESP-Franca). E-mail: eudesembg@yahoo.com.br.

assume na operação de alguns historiadores de ofício, com o propósito de preestabelecer um feixe de indagações que serão tratadas na segunda parte. Daí que tais indagações se desdobram mais refletidamente, ao pensar em formas de problematização destinadas ao planejamento do professor que precede a discussão em aula. Por fim, de modo mais elucidativo, encaminha-se um recorte mais específico, isto é, de uma escolha temática – incluindo amostras de fontes – para testar uma abordagem possível a partir das reflexões anteriormente realizadas.

1. O historiador e a paisagem

O historiador Georges Duby, ao elaborar sua tese de doutoramento sobre a sociedade senhorial na França dos séculos XI e XII, deparou-se com a dificuldade de estabelecer uma relação segura entre períodos, lugares e personagens, uma vez que as fontes de que dispunha se revelaram bastante lacunares. Diante desse problema, que impedia o avanço da pesquisa, Duby decidiu percorrer ele mesmo os campos da abadia de Cluny, a que pertencia a região em estudo, com o propósito de apreender, na paisagem que lhe era atual, camadas históricas que pudessem ser escavadas pelos os olhos atentos de um historiador munido pela leitura criteriosa da documentação referente àquele território. Em suas palavras:

Considerava necessário essa convivência íntima, prolongada, carnal com a terra. Achava que podia ajudar-me a melhor compreender os textos que analisara na véspera, aproximando-os da vida. Não puxei o arado nem trabalhei com a enxada nas videiras, mas cheguei nesta época a compartilhar eventualmente uma refeição durante a colheita de uva, ajudei na debulha do trigo, e por causa disso supunha-me, mais uma vez ingenuamente, capaz de entrar em convivência com os rústicos que haviam mourejado naquelas mesmas regiões na época em que Luís VII de França vinha libertá-los dos soldados mercenários. Quando caminhava pela floresta de Chapaize, eu tinha a clara sensação de estar-lhes seguindo os passos (DUBY, 1993, p. 38-39).

Para além da necessidade imediata de esclarecer pontos obscuros de sua pesquisa, essa experiência sensorial de contato direto com o espaço investigado

muito deveu à formação geográfica desse historiador, de sua concepção de paisagem como o resultado de uma elaboração longa, moldada “ao longo das eras pela ação coletiva do grupo social instalado neste espaço e que continua a transformá-lo” (DUBY, 1993, p. 12). Mas há um alerta anunciado nessa operação. Quando Duby se dedica a escrever sobre esse seu método, ele estava retomando o passo a passo da construção da tese, muito tempo depois de ela ter sido concluída. No calor daquele momento, percorrer aquelas paisagens pareceu-lhe cumprir com o desejo de entrar em comunicação com guerreiros e camponeses que, por longos períodos, habitavam Cluny. Passadas mais de quatro décadas – quando escreve o livro *A história continua* (publicado na França em 1991) em que retoma toda a sua carreira –, ele admite que tal operação carregava alguma ingenuidade. Ora, observar uma paisagem para tirar dela informações históricas e, mais pretensiosamente, estabelecer uma convivência “carnal com a terra” para obter uma comunicação com o passado resultam na reificação da própria paisagem, negando-lhe historicidade, como se ela fosse um dado da natureza em que se acumulam experiências e significados de períodos cronológicos distintos, permanecendo à disposição do observador atento a apreendê-los.

Reconhecendo a acepção cultural da paisagem, em 1996 outro historiador de renome, o britânico Simon Schama, lança o seu monumental *Paisagem e memória*. Nele, ao desdobrar a relação íntima entre paisagem e memória, aponta os inúmeros significados culturais atribuídos aos espaços geográficos, a elementos naturais (árvores, rochedos, montanhas...) transformados em símbolos religiosos, indentitários, bélicos... Uma miríade de gestos, afetos e narrativas que unem e tornam intrínseca a relação cultura-natureza, transformando trajetos em caminhos de peregrinação, clarões de florestas em templos sagrados, campos em cemitérios de guerra. É interessante quando Schama revela, no início do seu livro, o despertar do seu interesse pelo tema. Ele estava em viagem pelo nordeste da Polônia, cumprindo o seu método de percorrer efetivamente o chão que historiava.

Consta que os historiadores devem chegar ao passado sempre através de textos, às vezes através de imagens; coisas que colhem, sem nenhum risco, na redoma das convenções acadêmicas; devem olhar, mas não tocar. No entanto, um dos

meus professores mais queridos, um arruaceiro intelectual e escritor de extraordinária coragem, sempre dizia que é preciso vivenciar um local, usar “o arquivo dos pés” (SCHAMA, 1996, p. 33-34).

De certo modo, seu procedimento assemelha-se ao de Duby, quando este percorreu os campos de Cluny em função de sua tese, mas o propósito difere. Ao avistar a colina de Giby, Schama entendeu o significado de paisagem e memória. Observá-la fez irromper inúmeras memórias, sensações e informações históricas: aqueles mesmos “campos de trigo e centeio, que ondulavam lentamente ao ritmo da brisa, haviam sido lituanos, alemães, russos, poloneses”; sob aquele verde havia sangue e túmulos; ali houvera guerra, terror, alegria, desespero e morte; foi um lugar percorrido por reis lituanos e teutônicos, judeus, nazistas e comunistas, o que fazia dali “uma terra mal assombrada, onde se pode encontrar, entre as folhagens, botões dos pesados casacos de seis gerações de soldados mortos” (SCHAMA, 1996, p. 34-35). Essas inscrições na paisagem iam ganhando sentido a partir da memória, porque, para Schama, a paisagem é produto de “uma tradição construída a partir de um rico depósito de mitos, lembranças e obsessões”, ou melhor, “todas as nossas paisagens, do parque urbano às trilhas na montanha, têm a marca de nossas persistentes e inelutáveis obsessões” (SCHAMA, 1996, p. 24; 29).

A paisagem, na divisão das ciências modernas, é tradicionalmente objeto por excelência da Geografia. Assim, estudar os espaços requer a caracterização de suas formas visíveis. Daí para a concepção primeira de paisagem: ela acontece na relação intrínseca com o visível, com a sensibilidade, com o campo perceptivo. Por isso, assume uma importância fundamental em outras áreas que lidam diretamente com o sensorial, como é o caso das Artes, da Estética, da Arquitetura e do Turismo. Em termos epistemológicos, no decorrer da segunda metade do século XX, houve importantes mudanças nas concepções científicas, sobretudo nas Ciências Humanas, quando a Antropologia (logo, a cultura) passou a ocupar um lugar privilegiado, e quando o giro linguístico colocou a linguagem no centro dos questionamentos. Ora, se a paisagem é intrínseca ao perceptível, ela é fruto do olhar. E o olhar – seja do esteta, seja do cientista – possui historicidade e é informado pela e conformado na cultura, de modo a funcionar dentro de uma teia de linguagens.

2. Paisagem como problema

A partir de 1939, o desenhista peruano Percy Lau tornou-se o responsável por elaborar as “paisagens típicas” do Brasil na *Revista Brasileira de Geografia*. Tratava-se do principal periódico do Conselho Nacional de Geografia, que, durante o Estado Novo, estabelecia as bases da representação geográfica oficial do país. Desde o seu primeiro número, a revista fazia uso de fotografias como meios de observação das mais diversas localidades do território, mas essas imagens não davam conta de condensar o “típico”, conforme as bases de representação da paisagem estabelecidas desde o século XIX por Alexander von Humboldt e pela Geografia Humana. Essa área de conhecimento remetia-se sobretudo à categoria de “gêneros de vida”, tendo como principal referência o geógrafo francês Paul Vidal de La Blache. Com o objetivo de propor “uma representação construída que integrasse todas as características de uma paisagem típica em um ou poucos quadros” (HENNRICH, 2012, p. 132), os desenhos de Percy Lau ganharam lugar de destaque no periódico, sempre acompanhados de textos de geógrafos brasileiros que orientavam a leitura do visível. Fizeram tanto sucesso que a seção *Tipos e aspectos do Brasil*, em que apareciam, ganhou autonomia como livro com sucessivas edições a partir de 1940, no Brasil e no exterior (ampliadas de acordo com a continuidade do projeto na referida seção do periódico)¹. Importa chamar a atenção para a imagem escolhida para a capa da edição de 1949: um mapa com os contornos do Brasil cujo interior é preenchido com figuras icônicas que regionalizam paisagens e, ao mesmo tempo, dão totalidade ao país (ver Figura 1).

¹ No prefácio à edição de 1949, Christovam Leite de Castro, secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia, informa que o livro já havia sido publicado em inglês (*People and Scenes of Brazil – Excerpts from the Revista Brasileira de Geografia*, 1945), em esperanto (*Tipoj kaj Aspektoj de Brazilo – Originaloj el la Brazila Revuo de Geografio*, 1945) e em espanhol (*Tipos y Aspectos del Brasil – Excerptos de la Revista Brasileira de Geografia*, 1946). Várias das ilustrações de Lau também saíram no livro *Brazil: People and institutions* (1946), do sociólogo norte-americano T. Lynn Smith.

Figura 1 - Desenho de Percy Lau estampado na capa de *Tipos e aspectos do Brasil* (1949)



De saída, a relação entre paisagem e identidade desperta interesse. O leitor que percorre o mapa na direção sul-norte, com algum repertório das construções identitárias brasileiras, logo nota as referências icônicas: o gaúcho dos pampas sobre um cavalo e as araucárias que conformam o sul; os colhedores de café e garimpeiros do sudeste; a baiana quituteira, coqueirais, um barco à vela e uma artesã que remetem ao nordeste; os trabalhadores do norte como o pescador e o seringueiro em meio ao rio e à floresta alta. Natureza e cultura se interconectam e constituem os “gêneros de vida”, conforme as concepções geográficas vigentes à época. No centro-oeste, no entanto, prevalece a natureza em detrimento da presença humana.

Uma leitura iconográfica mais criteriosa desse mapa (PANOFSKY, 2014) revela a ideologia, as bases científicas e o próprio projeto de Brasil que alicerçaram o Estado Novo: o contorno do país indica o estabelecimento concreto do território e das fronteiras, categorias importantes em tempos de guerra; as figuras humanas aparecem sempre associadas ao trabalho, força que dá sustentação à propalada ideia de “país novo” ou “país do futuro”; e os ícones naturais referenciam a fertilidade da terra, com diversos recursos da natureza a serem explorados. Por fim, a ausência do elemento humano na parte central do

país pode ser associada ao programa “Marcha para Oeste”, impulsionado pelo governo de Getúlio Vargas, cujo objetivo era ocupar todo o território interior com “gente trabalhadora” (FERREIRA, 2005; GOMES, 2013), o que se desdobrou, anos mais tarde, na mudança da capital federal.

Se esse mapa pode ser tomado como a síntese da(s) paisagem(ns) brasileira(s) dos anos 1930/1940 sob a perspectiva do poder estatal, a partir dele podemos iniciar uma discussão anterior mesmo à sua abordagem histórica enquanto documento de uma época. É preciso indagar, antes de tudo, o próprio conceito de paisagem e os seus usos, a fim de recompô-lo como categoria operatória e objeto de indagação no ensino de História, conforme os propósitos deste artigo.

Não há paisagem sem observador (MENESES, 2002, p. 32). Essa afirmação, que pode parecer, a princípio, um tanto óbvia, na verdade estimula e sofisticada as discussões atuais sobre paisagem. Esta, por sua vez, não é mais concebida como um dado geográfico e, portanto, não é determinada pela natureza. Seja na Geografia, na Filosofia, na Arquitetura ou na História – para ficar nas áreas de conhecimento em que ela é recorrente – a paisagem é abordada como um problema, podendo ser interpretada como uma apropriação estética (HENNRICH, 2012), uma construção do olhar, uma invenção (CAUQUELIN, 2007) ou um fato cultural (MENESES, 2002). Do mesmo modo, como um problema, deve ser proposta quando de sua abordagem no ensino. Nos termos da cultura ocidental, a paisagem foi objeto de reflexão de filósofos como Kant e Herder, mas foi Humboldt que deu uma virada importante na sua interpretação como conceito estético e na sua introdução nas ciências (HENNRICH, 2012, p. 132). Assim, elaborar uma “fisiognomia das paisagens” tornou-se fundamental nas proposições estético-científicas de Humboldt, sobretudo durante as viagens pioneiras que fez pela América do Sul, que deram bases para o seu livro *Cosmos: ensaio de descrição física do mundo* (1845).

Todas as paisagens, tal era a convicção de Humboldt, transmitem um certo estado de alma, uma atmosfera ou tonalidade (*Stimmung*), que deriva da relação entre cores, plantas, formações geológicas e muitas outras impressões visuais, e o ofício da pintura paisagista é capturar estas fisionomias características (HENNRICH, 2012, p. 132).

Nesse sentido, o cientificismo e a sensibilidade romântica que caracterizaram as viagens pelos trópicos no decorrer do século XIX atravessaram essa concepção (NAXARA, 2004). A construção da paisagem tropical brasileira constituiu uma atividade fértil para cientistas, pintores e fotógrafos que, ao escolher os signos de representação, articulavam suas obras a repertórios simbólicos associados a determinadas instituições (sendo o Império a mais decisiva delas), a determinados saberes e narrativas (SCHWARCZ, 2008; BRIZUELA, 2012). Em geral, prevalecia a natureza exuberante em detrimento dos aspectos sociais. No século XX, com a instituição geográfica que ganhava preponderância nos programas do governo Vargas, equilibrou-se, em certa medida, a relação entre natureza e cultura nas representações das paisagens. O homem, isto é, o “trabalhador brasileiro”, agora estava em vias de dominar plenamente a natureza, porque com esta mantinha uma relação harmoniosa, de interdependência, conforme mostram os desenhos feitos por Percy Lau.

Muda-se, portanto, o olhar sobre a paisagem, mas ela permanece central na apropriação e na proposição identitária do país pelas instituições do Estado. Mas o que é, afinal, uma paisagem? E como, através dela (de sua construção), pode-se estimular um aprendizado histórico?

O historiador Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (2002), ao refletir sobre a paisagem relacionada ao turismo, interpreta-a como um “fato cultural”. Meneses faz lembrar que nem sempre elementos que hoje consideramos constitutivos de uma paisagem – a montanha, o deserto, a selva, o parque, o jardim e o rio, por exemplo – foram tomados enquanto tal. Uma anedota envolvendo o pintor Paul Cézanne exemplifica essa constatação: quando Cézanne pintou a Montanha de Saint-Victoire, em Aix-en-Provence, na França, notou que os camponeses que habitavam a região “nunca tinham ‘visto’” aquela montanha. Não é que eles estavam prejudicados por alguma incapacidade óptica, mas a montanha que aparecia nas telas como um objeto esteticamente apropriado não passava, para eles, de um obstáculo. De acordo com Meneses (2002, p. 39), “essa translação de natureza se dá apenas quando a paisagem empírica passa a integrar as diversas dimensões do imaginário e a atuar como agente, mais do que como cenário, na interação sociocultural”.

É por isso que a percepção (sobretudo a visão) é “uma condição fundamental para a existência cultural da paisagem”, e sua representação, seja escrita ou visual, tem por efeito “um objeto de apropriação estética, sensorial” (MENESES, 2002, p. 32). Esse objeto só ganha sentido no emaranhado cultural que toma formas na linguagem, mas tem o corpo como uma mediação imprescindível. Tal como a bagagem cultural e os critérios científicos, os estímulos corporais também dizem muito sobre as escolhas do observador ao elaborar uma paisagem. O medo, o susto, a surpresa, a temperatura, o cansaço, o tédio e o delírio são sensações que imprimem seus traços e deixam suas marcas. No entanto, o processo de apropriação e representação é permeado pela seleção e pelo aniquilamento de elementos, transformando as escolhas em ícones e símbolos para darem conta dos anseios de determinadas sociedades e/ou grupos de poder.

Tomando a paisagem nesse sentido, ela é agente na interação sociocultural e, portanto, sujeita a usos, consumo e produção. Ao mesmo tempo, por sua ligação com a natureza, os usos que se fazem dela muitas vezes partem de uma ideia de essência desvinculada da cultura para legitimar determinados propósitos, seduzir e convencer os seus destinatários. Essa ideia de essência, segundo Roland Barthes, está no fundo da mitologia burguesa que simplifica e mascara aquilo que é propriamente histórico (*apud* MENESES, 2002, p. 48). Portanto, o olhar turístico nasce com esse pano de fundo, permeado por uma ambiguidade:

Na realidade, o olhar turístico é ávido da novidade, do diferente, do extraordinário. Mas o novo, a diferença, o fora de série são difíceis de serem assimilados – sobretudo como mercadoria. O típico facilita sobremaneira o consumo: a comida típica, a roupa típica, a fala típica, os trajes típicos, os comportamentos típicos, o temperamento típico – e a paisagem típica – dão conta de qualquer heterogeneidade, complexidade e transformações, cuja historicidade se congela, abstratamente, numa mercadoria estável, transparente, de fácil digestão (MENESES, 2002, p. 48).

Como se pode notar, essas conclusões não recaem somente sobre o olhar turístico, elas valem também para os imaginários que se baseiam no típico para identificar elementos que configuram o local, o regional e o nacional, deixando de fora um sem-número de interações e conflitos de complexa apreensão.

O essencial e o originário deslocam a paisagem do seu traço cultural constitutivo. Cabe à operação historiadora reestabelecer esse traço. Mas tal reestabelecimento implica necessariamente em considerar o essencial e o originário como forças a partir das quais se moldaram imaginários e nacionalismos que, por sua vez, repercutiram sobre inúmeras de vidas. Formam essas forças “milhares e milhares de dobras”, “milhares e milhares de memórias” (CAUQUELIN, 2007, p. 31). Por conseguinte, a paisagem tomada como “pureza original” e “essencial”, que legitima determinado quadro de poder, tem suas bases minadas pelo questionamento.

Desdobrar essas dobras é, claramente, criticar as “evidências” que nos dizem ser a paisagem idêntica à natureza. Subir o penhasco: a constituição da paisagem em natureza foi algo que teve longos séculos de preparação. Nascimento e credenciamento de uma forma simbólica. E tal forma simbólica, atuante em tudo o que se refere ao espetáculo da natureza, não é fácil de analisar: ela só se deixa surpreender em pequenos passos, prudentes. Mal creríamos ser a paisagem mero artifício. Mesmo que tenhamos a prova disso. É que a paisagem já está ligada a muitas emoções, a muitas infâncias, a muitos gestos e, parece, sempre realizados. Ligada a esse sonho sempre renascente da origem do mundo – ela teria sido “pura”, de uma pureza na qual retornamos, não obstante nosso saber (CAUQUELIN, 2007, p. 31).

Feitas essas considerações, é interessante retornar ao mapa de Percy Lau. Nele, cartografia e paisagem associam-se para dar a ver uma imagem de Brasil. Vários elementos foram mobilizados em detrimento de outros. Esse documento visual circunscreve-se a um tempo histórico específico, carrega um relatório simbólico da nação brasileira imaginada como plural, mas uma enquanto comunidade (ANDERSON, 2008). Vincula-se ao projeto de nação que ganhou força no Estado Novo, com a criação do IBGE, por exemplo, e se desdobrou nos anos seguintes ganhando novos contornos, mas articulado ao nacionalismo e ao desenvolvimentismo. Considere-se ainda que, em tempos de guerra, as fronteiras, o território e a definição do nacional foram questões preponderantes para a afirmação do Brasil no cenário internacional, e até mesmo em face às questões internas, aos grandes abismos sociais e às distâncias geográficas de intercomunicação mal resolvida. No entanto, ao se circunscrever a esse período, nele não se limita, pois o mapa de Lau carrega um conjunto de temporalidades

e construções identitárias realizadas através do tempo. O mapa, associado ao conjunto de ilustrações veiculadas na *Revista Brasileira de Geografia* e nos *Tipos e aspectos do Brasil*, tenta cristalizar os elementos identitários escolhidos pela imaginação da comunidade nacional conduzida pelo governo. Operação que, evidentemente, é permeada por escolhas, deixando inúmeros outros aspectos fora do visível construído.

Tal construção das típicas paisagens ainda reverbera na imaginação do Brasil em nossos dias, pois atravessa os tempos, sendo atualizada e ressignificada nas dinâmicas sociais. Nesse sentido, ao tomar como ponto de partida o mapa de Percy Lau e as reflexões anteriormente realizadas, pode-se entabular uma espécie de metodologia para abordar a paisagem no ensino de História. Seguem-se três feixes de questões a partir dos quais o professor pode elaborar o seu plano de aula:

- 1) *caracterização e abordagem do período histórico em estudo* (é preciso ter em mente a historicidade dos olhares que serão analisados, seus vínculos institucionais, propostas identitárias, visões culturais e projetos de nação/comunidade).
- 2) *análise de um ou mais documentos visuais e/ou escritos elaborados naquele período, que represente determinado tema de paisagem* (a partir dos quais os alunos poderão identificar as escolhas de elementos icônicos e indiciários vinculando-os à visão e aos propósitos de seus elaboradores).
- 3) *inclusão de um outro documento elaborado em época distinta ou na mesma época, mas que represente o mesmo tema de paisagem por outra perspectiva* (o objetivo é estabelecer um contraste ou afinidade de olhares, mostrando como a paisagem pode ser apropriada e representada de diferentes maneiras a depender do período e das circunstâncias históricas).

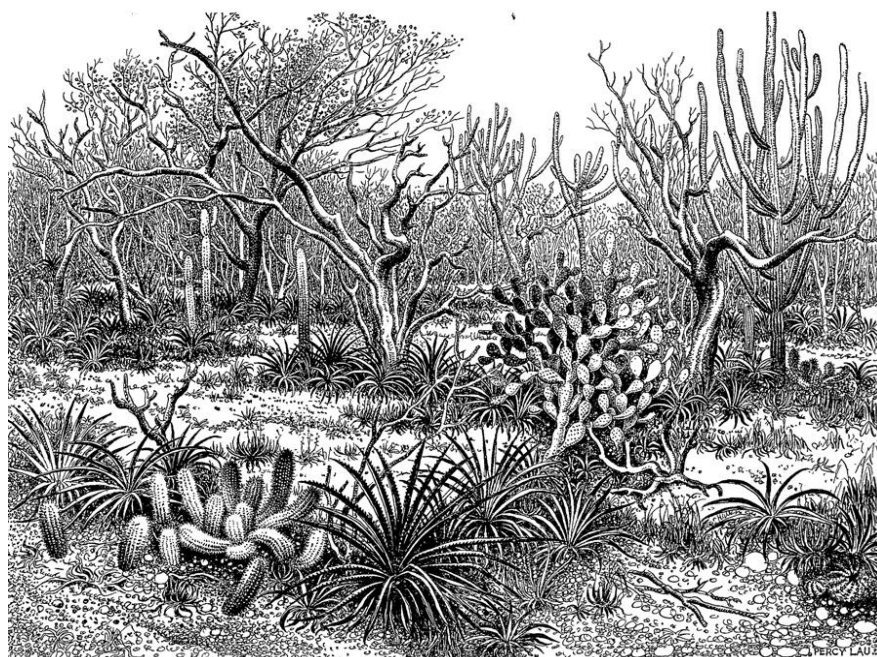
Esses pontos são meramente metodológicos em função de cumprir com o propósito de historicizar as paisagens a partir do olhar de quem as constrói. Numa perspectiva ampliada, é preciso indagar o que determinadas invenções desejam representar e, ao mesmo tempo, o que elas excluem e relegam ao

esquecimento. Convocar uma paisagem constitui um gesto político por excelência. O que queremos quando convocamos uma paisagem? Estabelecer os vínculos da nacionalidade? Mostrar o exótico e o diferente em relação a nós mesmos? Ou reforçar a nossa diferença em relação a um *outro* (ainda que esse *outro* seja a comunidade nacional em que fomos incluídos em operações de poder elaboradas ao longo de décadas ou séculos)?

3. Um caso exemplar: a caatinga

Considere-se uma aula voltada a alunos do Ensino Médio. Nela, o professor propõe estudar o Brasil republicano, mais especificamente as décadas de 1940 e 1950. Seu plano consiste em abordar os aspectos culturais relacionados aos projetos de nação, incluindo, sobretudo, as construções identitárias. Na parede, o professor projeta uma imagem. Trata-se de um desenho representando a “caatinga”, feito por Percy Lau para caracterizar os “tipos e aspectos do Brasil” propalados naquele período (ver Figura 2).

Figura 2 – “Caatinga”, desenho de Percy Lau, em *Tipos e aspectos do Brasil* (1949)



Na imagem, os alunos poderão perceber um emaranhado de árvores retorcidas, entremeadas por cactos e bromélias. Cactos de diferentes tamanhos (rasteiros, médios, altos) e em diferentes formatos dão o tom da paisagem desenhada. A maioria das árvores está sem folhas, apenas algumas delas apresentam folhagens nas pontas. O chão parece formado por areia e pedregulhos, enquanto que pequenas bromélias e gramíneas nele se insinuam. Embora possa parecer um cenário causticado, com a presença de alguns galhos secos, a ausência de cores quentes e a leveza dos traços oferecem alguma harmonia aos olhos. Ainda assim, a imagem pode ser associada à retórica da seca e da aridez.

O professor deve conduzir essa leitura a partir de uma base de referência mais criteriosa para o estudo de documentos visuais, lançando mão, por exemplo, das noções de índice, ícone e símbolo propostas por Charles Peirce (2015) e do método de análises iconográficas e iconológicas de Erwin Panofsky (2014)², na medida em que vai mostrando aos seus alunos como os índices, ícones e símbolos estão articulados dentro da imagem, os contextos e os significados que eles suscitam. Além disso, não se pode prescindir da própria natureza do documento (nesse caso, o visual em forma de desenho que tipifica e simplifica o referente) para avaliar sua eficiência dentro dos horizontes de expectativas da sociedade focalizada.

Mas esse mesmo professor não restringe sua abordagem ao período histórico inicialmente proposto, pois sabe que a dimensão da cultura extrapola as periodizações históricas estabelecidas muitas vezes em função de quadros ou regimes políticos (sempre passíveis a questionamentos). Então, ele projeta uma segunda imagem que, por sua vez, foi realizada no século XIX por um viajante alemão ao representar a vegetação de um trecho próximo ao rio São Francisco. Vê-se um desenho da “floresta quente e sem folhas que chamam ‘Caa-tinga’ no deserto ao sul da província da Bahia” (KURY, 2012b, p. 83) estampado nos estudos de Carl Friedrich Philipp von Martius (ver Figura 3).

² Essas indicações são apenas para basear a análise entabulada na aula diante de imagens visuais. As noções de índice, símbolo e ícone, conforme a abordagem de Peirce, e o método iconográfico/iconológico de Panofsky servirão para o professor ter alguma clareza ao lidar com categorias e procedimentos de análise. No entanto, os estudos que tratam do visual e da visualidade têm ganhado novo fôlego e se organizado a partir de novas categorias (MIRZOEFF, 2006). Para uma crítica dos autores sugeridos, ver Burke (2017).

Figura 3 – Prancha número 10 da Tabula Physiognomicae, por von Martius, em *Flora Brasiliensis*, vol. 1 (1829)



Há um contraste notável em relação à imagem anterior. Se naquela (Figura 2) o enquadramento é mais fechado e contido, nesta (Figura 3) tem-se uma visão quase panorâmica. Elementos vegetais ausentes na anterior, nesta são incluídos, como as palmeiras. As árvores aqui preponderam e agigantam-se. São de diferentes formas e tamanhos. Os cactos também aparecem, mas com menos protagonismo. Um observador mais minucioso perceberá que em meio à paisagem retratada há a presença humana: ao centro, duas figuras bem vestidas parecem examinar a vegetação, enquanto que, mais à esquerda, homens seminus, provavelmente escravizados, cuidam de animais com cargas. É notável a preponderância da natureza – exuberante – sobre esses homens, que têm proporções muito diminutas em relação a ela.

A introdução dessa segunda imagem expande a abordagem histórica: a aula que, a princípio, estava se propondo a abordar um período específico (do Estado Novo aos anos 1950), retoma questões do século XIX, coloca em pauta a noção de paisagem através de duas representações visuais da caatinga e lança indagações sobre documentos históricos, possibilitando, assim, a participação efetiva dos alunos.

Tal exercício impõe, por sua vez, outras perguntas: o que é a caatinga (ou caatingas, a depender da perspectiva de quem a enuncia)? Quais as condições

históricas que a transformaram em paisagem? Mais ainda: qual repertório simbólico e em que circunstâncias tal repertório foi apropriado para transformá-la em paisagem agregadora de toda uma região geográfica extensa, de uma população bastante diversificada? Na esteira dessas questões, considere-se uma perspectiva geográfica desenvolvida a partir dos anos 1950, mas ainda com bastante força operatória nos dias atuais. Trata-se de um fragmento textual retirado do livro *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*, do geógrafo Aziz Ab'Saber, em que ele apresenta a caatinga como “o domínio dos sertões secos”. Em suas palavras sintetizadoras:

No vasto território dos sertões secos, onde imperam climas muito quentes, chuvas escassas, periódicas e irregulares, vivem aproximadamente 23 milhões de brasileiros. Trata-se, sem dúvida, da região semiárida mais povoada do mundo. E, talvez, aquela que possui a estrutura agrária mais rígida da face da Terra. Para completar o esquema de seu perfil demográfico, há que sublinhar o fato de se tratar da região de mais alta taxa de fertilidade humana das Américas. Uma região geradora e redistribuidora de homens, em face das pressões das secas prolongadas, da pobreza e da miséria (AB'SABER, 2003, p. 90).

Os enunciados são fortes: “região semiárida mais povoada do mundo”, “estrutura agrária mais rígida da face da Terra”, “região de mais alta taxa de fertilidade humana das Américas”. Tão fortes que cristalizam uma paisagem associada à peleja cotidiana, à dureza da existência. Tão dura que, conforme escreve o geógrafo, “os espasmos que interrompem o ritmo habitual do clima semiárido regional constituíram sempre um *diabólico* fator de interferência no cotidiano dos homens dos sertões” (AB'SABER, 2003, p. 93 – grifo meu).

Nilo Bernardes, geógrafo contemporâneo a Ab'Saber nas excursões pelo Brasil, quando trata da caatinga, de saída, a define como “paisagem vegetal” para, então, dizer que “ela é muito vasta, abrangendo estados inteiros ou grande parte de outros”, e tão variada que “seria preferível referir-se a ela no plural” (BERNARDES, 1999, p. 69). Ela também é imediatamente associada ao Nordeste brasileiro, ao sertão e ao semiárido. Mas, para ser mais preciso, Bernardes afirma que “a região das caatingas abrange [...] toda a área dos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte; quase todo o sudeste do estado do Piauí; a maior parte do este dos estados da Paraíba, de Pernambuco, das

Alagoas e de Sergipe; a maior parte de todo o interior da Bahia” (1999, p. 69); abrange também uma porção considerável do extremo norte de Minas Gerais. Além disso, o clima semiárido propriamente dito, caracterizado por altos índices de aridez, “não se verifica senão em uma área bem menor do que a do território já descrito” (BERNARDES, 1999, p. 69). Sublinhando tal diversidade vegetal e climática, Bernardes, que também faz uso da imagem de Percy Lau em seu texto (Figura 2), escreve a seguinte passagem e, nela, acaba por estabelecer uma relação direta entre a produção geográfica de que participava e os desenhos de Lau (como se estes fossem feitos para reforçar as constatações científicas):

Acentuando o caráter inóspito da paisagem destacam-se amiúde as cactáceas, recheadas pela água que acumulam, e as bromélias. Os cactus, pela sua frequência, pelas formas curiosas, muitas vezes de solene aspecto, pela seca, destacam-se na paisagem e estão sempre associados à imagem que comumente se faz das caatingas. Mas há grandes extensões, sobretudo em áreas hipoxerófitas, em que eles são bem pouco frequentes (BERNARDES, 1999, p. 71).

Em escritos como esse, é flagrante o exercício geográfico estimulado pelas concepções científicas que ganharam lugar no Brasil a partir dos anos 1940 e 1950. A caracterização, a classificação e a explicação funcionam como métodos baseados no conhecimento empírico e na função cientificista de transformar o espaço estudado em objeto inteiramente caracterizável, classificável e explicável. Nesse processo subjaz a ideia de que a ciência tudo controla e explica, tal como o desejo do Estado nacional que a financia. Essas concepções permeiam, por exemplo, as divisões regionais do Brasil (que, com algumas alterações, vigoram até hoje) e, por conseguinte, a organização de quadros político-administrativos. Reverberam também sobre a identidade nacional e sua relação com a memória, seja ela individual ou coletiva (CANDAUI, 2014), e, portanto, sobre as formas de subjetivação da nação.

Ora, mais que um recorte regional, mais que uma vegetação classificável pela ciência, a caatinga tem longa data e muitas camadas de significados. Foi inventada como paisagem a partir da apropriação de uma palavra indígena (*caa-*

tinga = mata-branca)³ e das impressões de viajantes forasteiros: “[...] a caatinga, que está pelo menos afastado vinte léguas do mar, que é terra seca, de pouca água”, escreveu Gabriel Soares de Sousa em seu *Tratado descritivo do Brasil*, de 1587; associa-se, quase que imediatamente, a uma outra potente categoria do imaginário, o sertão (mais propriamente o sertão árido), em cuja caatinga, conforme as palavras de Spix e Martius séculos depois de Sousa, “parecia estarecida pelo sopro da morte” (*apud* LISBOA, 1995, p. 83). Mais tarde, no alvorecer da República, Euclides da Cunha robusteceu o tom teatral em sua obra máxima: “a caatinga o afoga [o viajante]; abrevia-lhe o olhar; agride-o e estonteia-o [...]; e desdobra-se-lhe na frente léguas e léguas, imutável no aspecto desolado: árvores sem folhas, de galhos estorcidos e secos [...], lembrando um bracejar imenso, de tortura, da flora agonizante...” (CUNHA, 1975, p. 38).

Estão aí alguns dos inúmeros enunciados, de diferentes paradigmas de conhecimento, que caracterizaram a caatinga antes mesmo do período histórico que corresponde ao tema de aula sugerido neste texto. Camadas de significados que terminam por confluir e estabelecer um campo de visibilidade. Nas décadas de 1940 e 1950, porém, essa natureza bravia e intempestiva cede lugar para a força ordenadora e dominadora do Estado a partir de seus braços geográficos: o Conselho Nacional de Geografia e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁴. Houve um esforço de rearticulação do repertório simbólico e visual da caatinga para transformá-la em paisagem dominada pelo homem, que não mais o afogasse, mas que estivesse passível aos projetos de desenvolvimento nacional. Por isso que, nos desenhos de Percy Lau, diferentemente das pranchas de Martius, o homem não está subjugado à natureza, mas integrado a

³ A seção *Terminologia Geográfica* da *Revista Brasileira de Geografia* (v. 10, n. 1, jan.-fev. 1948, p.131) traz a seguinte definição de caatinga: “Uma das zonas divisórias do território do Estado, caracterizada por acidentes geográficos particulares, e outras circunstâncias especiais de clima e vegetação; terras aproximadas ao sertão, e fechadas ou cobertas de carrasqueiros e outros vegetais da flora sertaneja. “Chama-se catinga o mais do sertão, que está pelo menos afastado vinte léguas do mar, que é terra seca, de pouca água” (Gabriel Soares de Souza). Catinga vocábulo de origem tupi, segundo Teodoro Sampaio, tem a expressão de mato espinhento, retorcido e áspero, que cobre uma terra arenosa e quase estéril, dominando largas extensões. Denominava-se no tupi: caatinga, mato branco, alvamento, de que procede o vocábulo catinga, afeiçoado já ao português e muito comumente empregado no norte do Brasil, mas, de fato, bastante expressivo porque pinta o aspecto particular dessa vegetação, no tom geral, acinzentado e esbranquiçado”.

⁴ Na verdade, essas instituições eram interdependentes.

ela (como ocorre em outras representações do sertão nordestino feitas por esse desenhista).

No entanto, essa conciliação entre homem e natureza proposta pelos arautos do nacionalismo e do desenvolvimentismo esbarra-se em outras representações de grande força: a literatura de denúncia social que, mais tarde, foi associada à emergência do conceito de subdesenvolvimento (CANDIDO, 1989). Em 1938, *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, sai publicado. Nas inúmeras menções à caatinga, prevalecem os signos da solidão e da morte: “Tinha andado a procurar raízes, à toa: o resto da farinha acabara, não se ouvia um berro de rês perdida na catinga” [sic]; “A catinga estendia-se, de um vermelho indeciso salpicado de manchas brancas que eram ossadas”. (RAMOS, 2017, p.10-11). Jorge Amado, por sua vez, havia publicado *Capitães da areia* no ano anterior, em que deixou escrito: “só a caatinga é que é de todos, porque Lampião libertou a caatinga, expulsou os homens ricos da caatinga, fez da caatinga a terra dos cangaceiros que lutam contra os fazendeiros” (AMADO, 2009, p. 239).

São diferentes enunciados e apropriações que apontam para camadas de significados em tensão. Se Graciliano Ramos confere significado à caatinga pela miséria, solidão e morte, Jorge Amado a considera como o signo da liberdade, da luta de classes e da revolução socialista. O poder estatal, por sua vez, em seus escopos de domínio efetivo do território, quis tirar-lhe o aspecto hostil e imprimir-lhe controle por meio da condução de planejamentos econômicos e sociais. Mas prevaleceu a imagem que ainda hoje reverbera no pensamento: aquela do “sopro da morte”, que “afoga o viajante”, num “vermelho indeciso salpicado de [...] ossadas”. Mesmo o desenho de Percy Lau de traços harmônicos e agradáveis aos olhos, feito justamente para amenizar o choque e a estranheza, pode ser lido a partir dessa imagem prevalecente, tal a força dos signos que preponderaram.

Depauperação, ruína, seca, miséria e morte são elementos associados à caatinga. Esses elementos lhe conferem uma visualidade por meio de desenhos, fotografias e filmes que ainda circulam com força instituidora nos âmbitos social, cultural e político, mas que foram gestados de longa data, a partir de diferentes enunciados e visões. A caatinga não diz respeito apenas a um bioma,

como quer a Biologia, nem se limita a uma vegetação ou a um clima, pois tem uma força cultural com inúmeras dobras de temporalidades (de gestos, afetos, memórias e narrativas). Atentos a isso, têm surgido notáveis trabalhos acadêmicos com o propósito de “desdobrar essas dobras” fechadas, relegadas e esquecidas dessa até então malfadada paisagem. Tais trabalhos têm sido realizados em diferentes áreas, ou mesmo em propostas interdisciplinares, como na História (KURY, 2012), na Biologia (LEAL; SILVA; TABARELLI, 2017), na Arqueologia (SOUZA, 2016), na História & Biologia (SIQUEIRA FILHO, 2012). Cabe ao professor trazer esses estudos para a sala de aula para que, com os alunos, possa abordar novas formas de conceber a caatinga.

Ou talvez, a depender da localização da escola, professor e alunos possam seguir o conselho do mestre “arruaceiro” de Simon Schama ou de Georges Duby e enveredar por algum trecho do que é chamado de caatinga, estabelecendo uma relação “carnal” com a terra não para ter uma “comunicação direta” com o passado, mas para usar o “arquivo dos pés”, para cruzar os olhares do passado com os olhares do presente em busca de refletir, cada um, sobre o seu próprio olhar.

Considerações finais

Se o campo da História se baseia na intrínseca relação tempo-espço, pode-se dizer que a paisagem é a dimensão perceptível do espaço carregada de temporalidades. No entanto, a potencialidade do conceito de paisagem nem sempre é explorada, ficando às vezes relegada como um dado da natureza, um objeto reificado.

Na realidade, ultimamente, a palavra paisagem tem sido usada com bastante recorrência muito mais em função da plasticidade que evoca do que pela sua qualidade de problema. Não que isso seja um prejuízo, nem que tal gesto deva ser desqualificado, mas se perde de vista, muitas vezes, a própria fecundidade do conceito e de sua repercussão histórica. Num excelente livro de John Lewis Gaddis (2003), a palavra paisagem é evocada no próprio título – associada (no subtítulo da edição brasileira) à tarefa de mapeamento. Em *Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado*, Gaddis parte

da conhecida pintura *O viajante sobre o mar de névoa* (c. 1808), de Casper David Friedrich, para dizer que “podemos [os historiadores] retratar o passado como uma paisagem próxima ou distante, tal como Friedrich fez com o seu viajante visto de seu posto” (GADDIS, 2003, p. 17). O uso dessa imagem parece fértil, mas acaba por se revelar apenas como um recurso retórico/imagético para introduzir outro assunto: a escrita e a “representação” da História.

Seja como for, o fato de ser usada por Gaddis e por tantos outros autores acaba confirmando a fertilidade da paisagem e sustentando o argumento principal realizado nesse artigo, qual seja, a necessidade de historicizá-la como conceito, de abordá-la como apropriação estética, invenção e fato cultural. Um lugar privilegiado para essa abordagem são as aulas de História, de modo que nelas se possa estimular os alunos à indagação da relação temporal presente/passado, à reflexão sobre as próprias maneiras de *ver* o mundo, rompendo com qualquer condição de receptores ou detectores inertes diante do que lhes é apresentado. Parafraseando DUBY (1993, p. 58) – depois dele ter revisto suas antigas concepções – as pessoas (e os historiadores à maneira do rigor de sua disciplina) não são “detectores inertes”, pois podem olhar com novos olhos as paisagens que elas mesmas e as sociedades de que participam elaboraram para si.

Referências

AB’SÁBER, Aziz Nacib. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AMADO, Jorge. *Capitães da areia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre as origens e difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BERNARDES, Nilo. As caatingas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 13, n. 36, p.69-78, mai./ago. 1999.

BRIZUELA, Natalia. *Fotografia e Império: paisagens para um Brasil moderno*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Companhia das Letras; Instituto Moreira Salles, 2012.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014.

CANDIDO, Antonio. Literatura e Subdesenvolvimento. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989, p. 140-162.

CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.

DUBY, Georges. *A história continua*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado*. Tradução de Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GOMES, Ângela de Castro (Coord.). *Olhando para dentro: 1930-1964*. Rio de Janeiro; Madrid: Objetiva; Fundación Mapfre, 2013.

HENNRICH, Dirk-Michael. Paisagem e identidade europeia. In: SERRÃO, Adriana Verissimo (Coord.). *Filosofia e arquitetura da paisagem: um manual*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012. p.131-139.

IBGE. Terminologia Geográfica. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, jan.-fev. 1948.

_____. *Tipos e aspectos do Brasil*. Ilustrações de Percy Lau. 5. ed. aum. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Conselho Nacional de Geografia, 1949.

KURY, Lorelai Brilhante (Org.). *Sertões adentro: viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2012a.

_____. Viajantes naturalistas no rio São Francisco. In: SIQUEIRA FILHO, José Alves de (Org.). *Flora das caatingas do Rio São Francisco: história natural e conservação*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2012b. p.66-97.

LEAL, Inara R.; SILVA, José Maria Cardoso da; TABARELLI, Marcelo (Org.). *Caatinga: the largest tropical dry forest region in South America*. Cham, Switzerland: Spinger, 2017.

LISBOA, Karen Macknow. Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: quadros da natureza e esboços de uma civilização. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, p.73-91,1995.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 29-64.

MIRZOEFF, Nicholas. On visibility. *Journal of Visual Culture*, Londres, v. 5, n. 1, p.53-79, 2006.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Ed. UnB, 2004.

PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. Tradução de Maria Clara F. Kneese. São Paulo: Perspectiva, 2014.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2015.

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 135. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SIQUEIRA FILHO, José Alves de (Org.). *Flora das caatingas do Rio São Francisco: história natural e conservação*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2012.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003015.pdf>. Acesso em 25 mai. 2018.

SOUZA, Rafael de Abreu e. *Um lugar na caatinga: consumo, mobilidade e paisagem no semiárido do Nordeste brasileiro*. 2016. 365 f. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

PROFESSORAS DO ENSINO PRIMÁRIO DE SALVADOR: QUEIXAS, PEDIDOS E REIVINDICAÇÕES (1912-1918)

PRIMARY TEACHERS IN SALVADOR: COMPLAINTS, REQUESTS AND CLAIMS (1912-1918)

Fabiano Moreira da Silva*

Resumo

O artigo trata das queixas, solicitações e demandas de professores da educação básica pública na cidade de Salvador antes e durante a greve da categoria de 1918. As mulheres eram oitenta por cento do contingente de professores municipais e suas manifestações nos jornais e através de cartas enviadas para autoridades públicas foram recorrentes entre os anos de 1912 a 1918. Durante esse período, o governo do estado da Bahia e o Município de Salvador estavam sob o domínio de JJ Seabra e os jornais da oposição serviram como espaços para a demonstração de insatisfação por parte das professoras. As principais queixas das professoras foram as precárias condições das escolas, os atrasos no pagamento de salários e as ameaças de despejos. O artigo demonstra que os professores já apresentavam sua insatisfação nos anos anteriores à greve de 1918 e foram importantes para a organização do movimento.

Palavras-chave: Mulheres. Professoras. Greve. Salvador.

Abstract

The article deals with the complaints, requests and demands of teachers of public primary education in the city of Salvador before and during the strike of the professional category of 1918. Women were eighty percent of the contingent of municipal teachers and their manifestations in the newspapers and through letters sent for public authorities were recurrent between the years 1912 to 1918. During this period the government of the state of Bahia and the Municipality of Salvador was under the domination of JJ Seabra and the opposition newspapers served as spaces for the teachers' demonstration. The teachers' main complaints were the precarious school conditions, the delays in the payment of wages and the threats of evictions. The article demonstrates that teachers already presented their dissatisfaction in the years before the strike of 1918, being important for the organization of the movement.

Keywords: Women. Teachers. Strike. Salvador.

O ano de 2018 marca o centenário de um acontecimento importante para a história da educação na Bahia e que também deixou marcas na história política do estado. Trata-se do movimento dos professores do ensino primário público da cidade de Salvador de 1918 – a greve do professorado municipal –,

* Mestre em História (UFBA). E-mail: fabianomdasilva@hotmail.com.

ou a “greve da fome”, como foi intitulada por jornais que circulavam pela cidade. Foi nesse ano do século XX que os professores do ensino primário público municipal decidiram não abrir as suas escolas para o início do ano letivo, motivados pela falta de pagamento de seus vencimentos que, em alguns casos, acumulavam dois anos de atraso. Ocorria, assim, a primeira greve de professores da cidade de Salvador.

O movimento do professorado de 1918 foi um ingrediente a mais na agitação social e política vivenciada pela cidade de Salvador durante a predominância do seabrismo¹ entre os anos de 1912 a 1924. A situação do ensino primário público municipal, as dificuldades enfrentadas pelo professorado e a greve da categoria foram temáticas abordadas em pesquisas de historiadores como Mário Augusto da Silva Santos (2001), Ana Alice Costa e Héliida Conceição (2001), Luis Henrique Dias Tavares (2008), José Augusto Ramos da Luz (2009), Silvia Sarmiento (2011), Joaci Cunha (2013) e Fabiano Silva (2017). Tais estudos destacam a greve do professorado como um evento importante no ano de 1918, na cidade de Salvador, que provocou agitação no meio político e social. O movimento teve a duração de nove meses, entre janeiro e setembro daquele ano, o que a coloca no rol das maiores paralisações do magistério baiano até então.

Este texto retoma a discussão proposta pelas pesquisadoras Ana Alice Costa e Héliida Conceição no artigo a *Revolta dos resignados* (2001), em que as autoras trataram sobre o movimento do professorado de 1918, por destacarem a participação das professoras na condução e no comando da greve. No artigo, as pesquisadoras demonstraram como se deu atuação das docentes no decorrer da greve e os meios de mobilização através de cartas enviadas às autoridades e aos periódicos da cidade. O texto delas tem por mérito apresentar os nomes das professoras que estiveram à frente do comando de greve destacando que, mesmo sendo oitenta por cento do professorado municipal, o movimento foi liderado pelos professores que eram minoria na categoria.

¹ É denominado de seabrismo o período de domínio J.J. Seabra no governo da Bahia. Seabra foi governador do estado em dois períodos: 1912-1916 e 1920-1924. No intervalo de 1916- a 1920 o governo ficou a cargo de Antonio Muniz, aliado de Seabra. Seabra também exerceu forte influência na na intendência de Salvador. O intendente era a denominação do administrador municipal semelhante ao prefeito na atualidade. Segundo Consuelo Novais Sampaio (1998, p. 77) a chegada de J.J. Seabra ao governo do estado deu início a fase de domínio seabrista que se estenderia até 1924 correspondendo ao período mais turbulento da política baiana durante a Primeira República

Ao retomar a discussão sobre o papel das professoras do ensino primário da capital na greve da categoria em 1918, este artigo tem por objetivo apresentar as ações dessas mulheres nos anos anteriores à greve, destacando as suas queixas manifestadas na imprensa e aquelas dirigidas às autoridades municipais por meio de cartas em que reclamavam da precariedade das suas condições de trabalho, os baixos salários, os atrasos nos vencimentos e as ameaças de despejos. Ao revisitar o tema, pretende-se mostrar que a mobilização das professoras não se restringiu ao ano da greve e que suas ações anteriores ajudaram na construção do movimento de 1918. Conhecer o contexto do ensino primário público da cidade de Salvador antes de 1918 nos ajuda a entender as motivações para o movimento do professorado e a influência das professoras.

As escolas primárias de Salvador: quantitativo e a participação feminina

Em 1915, a cidade de Salvador possuía 174 escolas do ensino primário, distribuídas por todos os distritos urbanos e suburbanos da cidade, e atendia a clientela de 7.615 alunos dos mais de 11.000 matriculados (SANTANA, 2014). Essa diferença pode ser explicada pelo temor dos pais ou responsáveis que matriculavam as crianças na idade escolar para escapar das multas estabelecidas na legislação vigente². A baixa frequência podia ser entendida pela pobreza das famílias que não levavam suas crianças para escola por falta de roupa e calçado adequados, ou até pela necessidade da ajuda dos filhos em trabalhos para complementar a renda da família.

Em relação ao quantitativo de professores das escolas do ensino primário, estes eram no número de 169 e os de adjuntos eram de 185. A docência no ensino primário público municipal era uma atividade majoritariamente exercida pelas mulheres que estavam à frente de 148 escolas, sendo que os homens estavam à frente de apenas 21 estabelecimentos de ensino (aproximadamente 88% e 12%, de modo respectivo). Essa proporção era mais acentuada entre os adjuntos que contavam com 172 mulheres (93% aprox.) e apenas 13 homens

² O regulamento das escolas primárias do município da capital, nº 245 determinava em seus artigos 51 a 55 a obrigatoriedade do ensino primário para crianças de ambos os sexos entre 06 a 14 anos e estabelecia multa de 1\$000 até 20\$000 para quem não cumprisse a determinação.

(respectivamente um percentual aproximado de 93% e 7 %)³. Os adjuntos eram os auxiliares dos professores e que na ausência do docente titular poderiam assumir a sala de aula e até tornar-se professor definitivo desde que fossem nomeados pela Intendência Municipal.

A predominância das professoras no ensino primário da capital é observada por Ana Alice Costa e Héliida Conceição (2001, p. 121), ao tratarem da constatação que as mulheres representavam em torno de 81% dos docentes do ensino primário no censo de 1920. As autoras afirmam que a inserção massiva de mulheres no magistério foi acompanhada da degradação dos vencimentos, das condições precárias de trabalho e do descaso das autoridades para com a profissão.

Assim, o aumento da inserção das mulheres no magistério é abordado também por Sara Martha Dick, que trata desse fenômeno como sendo a “feminização do magistério” (2008, p. 2-10). A autora afirma que o magistério vivenciou tal processo de feminização entre os anos finais do império e os primeiros anos da República na Bahia com a superação de matrículas femininas em relação às masculinas na Escola Normal. Ainda segundo a autora, a expansão na oferta do ensino primário criou oportunidades para que as mulheres exercessem o magistério tendo em vista uma mentalidade que relacionava a condição de maternidade para uma suposta docilidade, aptidão para lidar com crianças e também, não menos importante, o fato dos homens abandonarem o magistério em busca de uma profissão de melhor prestígio social e maiores salários (DICK, 2008, p. 2-10).

Ao tratar sobre o processo formativo de mulheres na Escola Normal da Bahia, Débora Vieira (2013) destaca a prevalência feminina nas matrículas e na conclusão do curso de magistério na instituição. A pesquisa demonstra que, mesmo com todos os empecilhos como regime de estudo diferenciado – externato para homens e internato para mulheres, com salas separadas e currículos diferenciados –, prevaleceu o quantitativo de mulheres estudantes e concluintes do curso Normal. Ainda para essa autora, a feminização da Escola Normal foi observada desde a segunda metade do século XIX e isso foi

³ Levantamento realizado a partir dos dados estatísticos das Escolas Municipais de Salvador do ano de 1915, organizados por João Gonçalves Pereira, titular da 3ª delegacia escolar. Consultar em Mendes (1916, p. 431-432).

interpretado como oportunidade que se criava para que as mulheres, principalmente aquelas de poucos recursos, para que conquistassem a possibilidade de atuação profissional. Ao tratar sobre o mercado de trabalho em Salvador nas primeiras décadas republicanas, Mário Augusto da Silva Santos observa que a docência, ao lado do serviço doméstico e indústria têxtil, foi o espaço onde as mulheres se inseriram no mercado de trabalho (2001, p. 50).

Ensino primário: importância e descaso

Nesse sentido, o ensino primário na capital baiana convivia com um paradoxo entre a importância e o descaso. No que diz respeito à relevância que a educação tinha no projeto republicano, José Augusto Ramos da Luz afirma que a escola se tornou o principal instrumento da utopia de civilização para o progresso, normatização, disciplina, moralização e formação do cidadão cômico do seu dever (2008, p. 234). Para muitos, era necessário disciplinar o comportamento das classes populares, uma vez que, sem essa interferência e orientação, não seria possível inserir o povo no modelo de modernidade e progresso.

Dessa forma, os professores seriam os encarregados da missão de educar as futuras gerações. Difundia-se a ideia que cabia ao professor a missão de preparar o cidadão republicano do futuro. Nomes como Ernesto Carneiro Ribeiro, médico, linguista, professor e educador relevante na sociedade baiana e brasileira, partilhavam dessa visão. Para este educador, “a escola é a forja em que se forma o caráter nacional e os mestres, os seus destros, os infatigáveis obreiros dessa forja” (1915, p.11). Ainda em suas palavras, em discurso realizado durante Conferência realizada no auditório do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em 21 de abril de 1915, perante “mais de 300 pessoas da fina flor da sociedade bahiana”, afirma que o professor devia refletir que

é grande, é imensa, é *santa a sua missão*, quando, recebendo das mães de família os penhores do seu amor, ainda aquecidos pelos ósculos e carinhos maternos, lhe vem essas confiar a sua guarda vigilante e zelosa o depósito sagrado desse cidadozinhos, ainda em flor, e ele, o mestre, o pai, o *prestante obreiro do futuro*. (RIBEIRO, 1915, p. 11). (grifo nosso).

Este foi um discurso muitas vezes utilizado pelo professorado municipal ao dirigirem suas cobranças e reivindicações aos representantes do poder municipal, ou quando tratavam do assunto entre seus pares. Menções como a missão, o sacerdócio, o condutor para a civilidade e o formador do cidadão patriótico eram utilizadas pelo professorado como uma forma de sensibilização e autoafirmação. Foi assim no texto do manifesto publicado na primeira página do jornal *A Tarde*, que informava o início da greve em 1918. No referido texto, foram apresentados os motivos para a não abertura das escolas, ao passo em que se buscou a sensibilização dos leitores quanto à situação do professorado:

Despreocupados do bem viver que só o mercantilismo justifica; encarando a sua função na sociedade como um verdadeiro *sacerdocio* a cuja sombras somente, vão buscar abrigo os que sonham com a humildade que, felizmente conforta e retempera sem a remuneração que ao menos, por *hypothese* compense o esforço empregado, vive, trabalha e aguarda a nova lida, na convicção de que jamais cerrou ouvidos aos gritos dos sedentos da instrução!⁴ (grifo nosso).

Se por um lado se tinha a ideia do professorado abnegado, por outro, o ensino primário público convivia com a precariedade, tendo maioria de suas escolas instaladas em imóveis que não se destinavam a esse fim. Havia escolas em sótãos, subsolos, fundo de casas e em andares superiores, que contrariavam o padrão construtivo para um edifício escolar determinado por lei⁵. A imprensa noticiava escolas localizadas nas proximidades de depósitos de carvão e em trapiches, assim como salas de aula com a presença de mofo e paredes rachadas

A condição do ensino primário da cidade de Salvador foi abordada pelo jornal *Moderno* através de uma série de reportagens intitulada de “Outro inquérito útil”, que se propôs a percorrer diversas escolas para saber “em que pé se acha o ensino municipal e quais são as suas necessidades”⁶. Nesse sentido, o jornal *Moderno* foi um periódico que se apresentava como politicamente neutro,

⁴ *A Tarde*, Salvador, 30 jan. 1918. p. 1. Manifesto do professorado público municipal a capital do estado da Bahia ao povo brasileiro.

⁵ O Ato de 4 de outubro de 1895, que tratava do Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Estado da Bahia, determinava o padrão construtivo mínimo de uma escola, sua divisão arquitetônica, locais de instalação do prédio e as condições higiênicas, especialmente nos artigos 123 a 134.

⁶ *Moderno*, Salvador, 01 set. 1913. p. 1. “Outro inquérito útil”.

sem declarar explicitamente a sua preferência para um grupo político diferentemente de outros que declaravam o apoio, de modo a combater o periódico rival. Foi assim com o *Gazeta do Povo* e o *Democrata*, que eram apoiadores de J. J. Seabra e seus seguidores, enquanto que o jornal *A Tarde* (de propriedade de Ernesto Simões Filho) e o *Diário da Bahia* (do ex-governador Severino Vieira) eram declaradamente contrários a Seabra. Simões Filho chegou a ser correligionário de Seabra, mas devido a divergências com o chefe do partido e acusações sobre possíveis favorecimentos a empresas ligadas ao intendente Julio Viveiros Brandão, o jornalista rompeu politicamente com o governador (CUNHA, 2013, p.150-152). Severino Vieira foi governador da Bahia no período de 1900-1904 e agia para manter influência na política baiana e por isso rivalizava com outros políticos que tinham a mesma pretensão como Rui Barbosa e Seabra.

No ano de 1913, entre os meses de setembro a novembro, os repórteres do jornal *Moderno* percorreram escolas do ensino primário da capital instaladas em diversos distritos, tanto na parte central da cidade como em sua periferia. Nessas visitas, os repórteres realizaram entrevistas com as professoras responsáveis pelas escolas e descreveram as condições físicas e materiais dos estabelecimentos de ensino. Foram encontradas dezoito entrevistas, todas elas realizadas com professoras que eram as responsáveis pelo estabelecimento. Esse dado colabora com a observação da prevalência feminina no magistério em Salvador.

As entrevistas publicadas por este jornal apresentavam as professoras insatisfeitas com as suas condições de trabalho, principalmente em relação aos imóveis onde estavam instaladas as suas escolas, o mobiliário escolar, a falta de material de ensino e os baixos salários. A leitura das entrevistas nos permite ter uma ideia das condições de trabalho das professoras, dos aspectos físicos das salas de aulas e dos imóveis onde estavam instaladas as escolas. As entrevistas publicadas são fontes ricas para pesquisa, porém é importante salientar que estas não estão isentas das escolhas do entrevistador, suas interpretações, omissões e até alterações daquilo que foi dito pelas professoras. Ainda assim, a fonte não perde a sua relevância, uma vez que as queixas relatadas pelas professoras em 1913 foram repetidas em anos posteriores por outros meios.

Dessa maneira, foi possível verificar nas entrevistas publicadas as informações como nome das professoras, tempo de atuação no magistério, trajetória profissional, localização das escolas e quantidade de alunos. Por limitação própria de um artigo, não é possível pormenorizar todas as entrevistas dadas ao periódico. Sendo assim, foram escolhidas algumas delas para tratar das queixas das professoras nos anos precedentes a greve de 1918 (SILVA, 2017).

A primeira professora a ser visitada pela equipe do jornal *Moderno* foi Leonor Ferreira, que estava à frente de uma escola para meninas na localidade da Sete Portas há onze anos. O estabelecimento foi escolhido pela equipe porque se ouvia “falar bem” daquela escola. A escola atendia 195 alunas e estava instalada em um imóvel formado por uma sala, um quarto pequeno, um corredor estreito e outra sala. A equipe descreveu a escola como anti-higiênica, provavelmente relacionando a um local com pouca ventilação, iluminação deficiente. Havia uma preocupação com a higiene nas escolas, a deficiência na circulação de ar, a propagação de doenças, além de críticas contra a má postura dos alunos (SILVA, 2017).

A impressão desanimadora em relação às escolas, principalmente no que tange a situação de higiene, não foi somente observada pelos repórteres, pois as autoridades também tinham conhecimento da situação. Em 1915, o Diretor de Ensino da Bahia, ao apresentar o seu relatório ao Intendente Antonio Pacheco Mendes, descreveu a situação de algumas escolas quanto à sua localização e estrutura. Ao tratar dos imóveis onde estavam instaladas as escolas, o Diretor informou que

as casas, muito situadas em logares pouco ou mesmo nada salubres, são destituídas dos mais elementares requisitos higiênicos, encontrando-se dellas até que não possuem aparelho sanitário” (MENDES, 1916, p. 255).

Voltando à entrevista da professora Leonor Ferreira, esta foi questionada sobre o seu salário e respondeu que era “pequeno”, porém evitou críticas ao intendente municipal Júlio Viveiros Brandão. Para a professora, o intendente sabia de suas dificuldades com mobiliário, o espaço da escola e ainda informou este havia visitado a escola. Segundo o relato da docente, Julio Brandão havia

lhe prometido a construção de um grupo escolar em terreno próximo, do qual Leonor Ferreira seria a diretora.

Outra escola visitada pela equipe de reportagem foi a que a professora Lina Victório atuava há sete anos, situada na localidade do Matatu, no distrito de Brotas. Esta era uma escola mista, ou seja, atendia tanto meninas como menino, e possuía 95 alunos matriculados, mas com uma frequência de 40 alunos. A professora alegou que muitos pais nem sempre permitiam a ida de seus filhos por falta de vestimenta e sapatos adequados, já que a localização não era atendida por linha de bonde. É provável que a professora tenha arranjado outra maneira para não tratar da pobreza dos seus alunos e o fato de muitos deles auxiliarem seus responsáveis no trabalho.

Nesse sentido, as instalações da escola foram descritas como uma sala acanhada e escura, com a curiosa situação da localização do quadro negro no imóvel do vizinho, devido ao tamanho diminuto da sala onde estava instalada a escola. A equipe do *Moderno* também descreveu a presença de moveis velhos e pesados, além da presença de caixas de querosene que serviam de mobiliário para as crianças.

Desse modo, o uso de mobiliários antigos, inadequados para uso escolar, bem como as improvisações grotescas como caixas de querosene eram comuns nas escolas públicas primárias de Salvador. Em 1918, o jornal *A Tarde* tratou sobre o assunto e ainda publicou uma foto em que foi possível observar a professora com seus de alunos sentados em caixas de querosene e utilizando a parede da escola como recosto. A pequena distância da professora para os alunos indica que foto foi tirado em uma sala pequena.

Figura 1 – Alunos sentados em caixas de querosene



Fonte: *A Tarde*, Salvador, 09 jul. 1918.

As “caixas de gaz”, como descritas na foto, eram as embalagens em que ficavam acondicionadas as latas de querosene e eram transportadas por carroças pela cidade, principalmente nas localidades afastadas do centro. Nessa perspectiva, as casas não possuíam fornecimento de energia elétrica, seja pela própria ausência do serviço ou pela irregularidade da sua disponibilidade⁷. A população utilizava o querosene ou o “gaz”, no termo popular, para acendimento dos candeeiros com o propósito de iluminar as residências. As caixas utilizadas na escola provavelmente eram recolhidas no lixo ou “doadas” por comerciantes.

A professora Lina Victório, ao ser questionada quanto à atuação do intendente Júlio Viveiros Brandão, também evitou críticas e disse que já o tinha procurado. Pelo fato de ele estar viajando, o assunto foi tratado pelo seu substituto, o Monsenhor Cruz. Quanto ao salário, a professora o qualificou como sendo regular e acrescentou que os seus proventos estavam “em dia”, voltando a tecer elogios ao intendente municipal.

A postura de evitar críticas às autoridades municipais foi uma prática recorrente entre as entrevistadas, possivelmente por temerem sofrer retaliação como transferências do local de trabalho, atraso no pagamento de salários assim como ver negados pedidos pessoais. As professoras primárias faziam parte da repartição do Ensino Primário e este era o maior do serviço municipal que representava, aproximadamente, a metade dos funcionários municipais entre 1890 e 1930 (SANTOS, 2001, p. 34). Segundo Mário Augusto da Silva Santos, o funcionalismo público constituía uma clientela dos donos do poder e as boas relações estabelecidas com as autoridades eram importantes para troca de favores, além de que ter um “pistolão” era o meio regular de acesso aos cargos, já que os concursos eram escassos (2001, p. 53). O “pistolão” era a denominação dada a uma pessoa que devido ao cargo que ocupava na administração municipal ou influência política indicava pessoas para ocupar cargos na repartição pública.

A equipe do jornal *Moderno*, ao perceber que as professoras evitavam críticas e comentários sobre a situação do ensino primário, procurou o intendente Julio Viveiros Brandão para que este declarasse seu apoio à

⁷ Quando ocorria aumento no preço do querosene ou este faltava para a população, esse era um fato noticiado nos jornais. Em relação à distribuição e venda do querosene para população de Salvador, conferir: *O Imparcial*, Salvador, 04 jan. 1919.

iniciativa do periódico. Uma nota foi publicada a afirmar a declaração de apoio do intendente, ao passo que solicitava que as professoras respondessem com franqueza aos repórteres⁸.

Ao retomar as entrevistas, a equipe do jornal procurou a professora Emilia Lobo Viana e, antes de iniciar o “inquérito”, questionou se a professora tinha lido a declaração do intendente. A professora respondeu positivamente e elogiou o intendente pela postura. Atitude semelhante teve a professora Maria Augusta, ao ser visitada pela equipe do jornal. Esta última, por sua vez, elogiou a iniciativa e disse que acompanhava os Inquéritos. E, para provar a sua fala, mostrou à equipe o exemplar do jornal do dia anterior. A precariedade do ensino primário estava nas páginas dos jornais e o tema circulava entre as professoras. Mais tarde, os professores utilizariam a imprensa para pressionar o governo.

A escola da professora Maria Augusta estava instalada numa pequena casa de dois compartimentos sendo uma sala e um quarto. O mobiliário era composto por bancadas, descritas pelos repórteres do *Moderno* como velhas e apodrecidas. Confiante na repercussão da série de reportagens, a professora solicitou à equipe para não deixasse de publicar que “o mobiliário é o pior possível”⁹. Assim, confiava que o intendente leria a reportagem e apresentava publicamente a sua queixa.

Professoras: queixas, reivindicações e greve

Não era somente pela imprensa que as professoras demonstravam o seu descontentamento, uma vez que os pedidos e as queixas foram enviados através de cartas endereçadas à Diretoria de Ensino. Essas cartas detalhavam a situação de precariedade vivenciada pelas docentes e tratavam também sobre as dificuldades enfrentadas pelas professoras. Uma das cartas envolveu a professora Lina Victório e a locação do imóvel onde estava instalada a escola na qual trabalhava, que fora descrita pelo *Moderno* como a que possuía o quadro negro na sala da casa vizinha.

⁸ *Moderno*, Salvador, 06 set. 1913. p. 1. “O intendente e o inquérito”.

⁹ *Moderno*, Salvador, 13 set. 1913. p. 2.

Nessa perspectiva, o Diretor de Ensino recebeu uma carta de um senhor por nome de Álvaro Muniz do Patrocínio, em dezembro de 1913, que informava a sublocação de parte de um imóvel à professora Lina Victório. Desse modo, a escola do Matatu estava instalada numa sala sublocada de uma casa onde já morava uma família. Assim, o reclamante informou que tinha um acordo com a professora para que esta pagasse 20\$000 (vinte mil réis) pela sala e, com isso, auxiliava no pagamento de 51\$000 do aluguel do imóvel. A queixa se deu porque a casa havia sido vendida e o novo proprietário queria o imóvel desocupado. A partir desse fato, a professora, segundo o reclamante, devia-lhe alguns meses da sublocação. O autor da carta informou ainda que a professora somente entregaria a dita sala ao final do ano letivo.

Devido ao encarecimento nos preços dos aluguéis, era comum que os professores buscassem meios para minimizar os custos com a locação de imóveis, pois a intendência disponibilizava somente a quantia de cinquenta mil réis para pagamento de aluguel. Porém, a partir de 1912, houve o aumento da população e maior procura por imóveis, com as obras de remodelação do centro de Salvador. Assim, os preços dos aluguéis aumentaram, o que provocou a carestia no valor dos imóveis¹⁰. Os professores se queixavam de que a quantia disponibilizada pela intendência era insuficiente para alugar um imóvel apropriado para instalar uma escola. Esses profissionais chegavam a alugar imóveis por valores superiores à ajuda de custo complementando o restante do seu próprio salário.

Ao ser questionada sobre a curiosa situação, a professora Lina Victório respondeu em carta ao Delegado Escolar – o professor Antonio Bahia –, a inusitada situação. Em sua defesa a professora relatou as dificuldades de convivência com os outros residentes da casa, principalmente por conta da falta de água, da ocupação de espaço nos corredores onde ficavam os materiais utilizados na escola e o “enfado” à medida que aumentava o número de alunos. Na carta, a professora citou a curiosa situação do uso de uma sala da casa vizinha para depósito de mobiliário e realização de exercícios escolares, referindo-se ao local onde estava instalado o quadro-negro. Essa informação

¹⁰ Sobre a carestia nos preços dos alugueis em Salvador a partir de 1912, consultar LEITE (1996) e SANTOS (2008).

demonstra que, mais de um ano após a entrevista concedida ao jornal *Moderno*, a situação de precariedade da escola continuava sem que nada tivesse sido feito.

A professora seguiu seu relato e informou que em alguns momentos ocorreram discussões com o sublocador e até ofensas verbais por parte dele. É válido reproduzir as palavras da professora Lina Victório, em relação à situação constrangedora:

No dia 25 de novembro [1914] mandei chamá-lo, em nossa casa para ver que não se mudava e paguei-lhes os meses de Outubro, Novembro, Dezembro, desonhando-me (sic) o queixoso e insultando-me injuriosamente. Como não tivesse pessoa para reagir a tão grande audácia lembrei-lhe o lugar em que se achava. Foi tão grande e selvagem a fúria do individuo de inqualificável educação, que, proferindo nomes injuriosos, sahiu bruscamente, convidando-me para rua; vendo-me assim incapaz de competir com esta forma selvática de proceder, bati-lhe o trinco, deixando-o fora a procura de seus semelhantes para saciar-se no desafio¹¹.

Como se não bastasse a condição precária de trabalho, os aborrecimentos e os constrangimentos de estar à frente de uma escola que funcionava em uma sala de visitas de um imóvel que era dividido com outra família, a professora ainda se deparou com uma situação vexatória. No relato, a professora deixa escapar que não tinha ninguém que pudesse lhe proteger naquele momento. Talvez se referisse a uma autoridade policial, um membro da família ou até a ausência de um companheiro que pudesse lidar com aquela situação.

Encontrar informações sobre esposos, companheiros e filhos de professoras naquele período não era algo comum. Quando encontradas menções sobre família de professoras, referiam-se às mulheres que eram casadas com professores – como no caso do professor Jacintho Tolentino Britto Caraúna e a sua esposa, também professora, Adelaide Malthilde de Britto Caraúna –, porém o mais comum era a menção de professoras sem algum tipo de companhia.

Ao tratar sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho formal e informal na Salvador da Primeira República, Alberto Heráclito Ferreira Filho destacou a prevalência feminina na docência e pontuou que muitas mulheres ostentavam o diploma de professora como um dote, sem necessariamente

¹¹ *Arquivo Histórico Municipal de Salvador*. Diretoria do Ensino Municipal. 1916. Cx. 07.

exercer a profissão (1993, p. 73). No entanto, aquelas que exerciam a profissão eram, muitas vezes, mulheres com poucos recursos e que respondiam sozinhas pelos custos de manter uma escola em funcionamento.

A memorialista Hildegardes Vianna também tratou sobre a família das professoras e das relações amorosas dessas mulheres (2000, p. 272-278). Segundo a memorialista, as professoras, quando possuía pais e irmãos que dividiam o sustento da família, exerciam o seu ofício sem muitas dificuldades e podiam até levar uma vida financeiramente estável. Os problemas se instalavam quando as professoras, pelo infortúnio da perda de familiares, tinham que assumir a chefia dos seus lares, muitas vezes sustentando outros integrantes da família como as irmãs mais novas.

A memorialista lembra que as professoras que estavam à frente da família tinham dificuldades para contrair matrimônio. As exigências sociais em relação à conduta e o comportamento de uma professora era um impeditivo para que mulheres professoras pudessem ter relacionamentos amorosos com liberdade. Entre as condições para as mulheres assumirem a cadeira do magistério estava a necessidade de comprovar seu estado civil através de certidão, no caso das mulheres casadas ou viúvas. As mulheres separadas, contudo, deveriam provar que o motivo da separação não foi “desairoso”, ou seja, inconveniente, mediante a certidão *verbum adverbum* das respectivas sentenças.

Outras exigências eram direcionadas aos professores com um peso maior para as docentes como a inadmissibilidade de faltas motivadas por vícios ou condutas tidas como imorais que prejudicasse a confiança dos pais e fosse prejudicial aos alunos¹². Além da fiscalização das autoridades escolares, o professor estava submetido ao julgamento dos pais e da comunidade.

Ainda segundo a memorialista, as professoras eram pressionadas socialmente a arrumar bons casamentos, evitando relacionamentos com homens “sem futuro” e com pouca instrução. Nem sempre foi isso que ocorreu e, em alguns casos, as professoras tiveram companheiros que tinham baixos salários e até aqueles que, por não possuírem empregos, seja por dificuldade

¹² Estas exigências constam no Regulamento 245 de 11 de maio de 1896, emitido pela Intendência Municipal em 1899, assim como as regras de funcionamento das escolas, os direitos e deveres do professorado. Para consultar o teor do Regulamento 245 verificar a sua transcrição em SANTANA (2014).

econômica do momento ou por opção, eram sustentados pelas docentes, os chamados Felipes, os maridos de professora.

Ao tratar sobre os caixeiros viajantes na Primeira República em Salvador, Mário Augusto da Silva Santos cita que alguns deles buscavam professoras para contrair matrimônio (2009, p. 49-55). O motivo da escolha era a possibilidade de ter alguém que auxiliasse financeiramente no orçamento doméstico. Entre as profissões declaradas das noivas dos caixeiros, o autor encontrou professoras do ensino primário, costureiras, operárias e funcionárias públicas.

Voltando às entrevistadas do jornal *Moderno*, destaca-se a participação da professora Emilia Lobo Vianna. A professora recebeu a equipe do jornal na sua escola que era localizada no Carmo. A escola era localizada no segundo andar de um prédio locado e em um sótão que acomodava 190 alunas. Esse tipo imóvel contrariava a orientação de instalações de escolas que deveriam ser localizadas no térreo para evitar que as crianças subissem escadas, porém não foi o que a equipe encontrou.

Em relação ao imóvel, a professora informou que pagava cem mil réis pela locação e recebia cinquenta mil réis de ajuda da intendência para esse fim. A professora informou que na localidade havia imóveis com instalações mais apropriadas para a sua escola, mas o valor do aluguel era superior ao imóvel atual. Relatou ainda as estratégias de professores para pagar o aluguel sem comprometer os seus ganhos, a exemplo de buscar imóveis que atendessem à necessidade de moradia para sua família e escola.

Assim, utilizar um mesmo imóvel como escola e moradia não era um fato desconhecido dos delegados escolares que deviam fiscalizar esse tipo de prática. Em 1914, o professor Severo Pessoa comunicou ao Delegado Escolar da 1ª Circunscrição sobre a suspensão das aulas devido ao acometimento de sarampo por uma pessoa de sua família. O professor informou que, por residir no mesmo prédio onde estava instalada a escola, fez-se necessário suspender as aulas como forma de evitar o contágio da doença para os alunos do turno diurno e noturno¹³.

¹³ *Arquivo Histórico Municipal de Salvador*. Diretoria do Ensino Municipal. Processos da Intendência. Carta enviada pelo professor Severo Pessoa ao Delegado da 1ª circunscrição escolar. Cx. 07.

Dessa forma, a professora Emilia Lobo Vianna, ao ser questionada sobre o seu salário, foi taxativa em afirmar que era um trabalho mal remunerado e que o valor recebido, em torno de duzentos e cinquenta mil réis. Para ela, era um “simples ganha-pão” e ainda declarou que quem se dedicava ao magistério “exerce um sacerdócio e deve ter mais em vista a instrução dos pequenos patrícios do que seu bem-estar particular”¹⁴. A professora compensava a sua angústia afirmando que tinha predileção pelo magistério, por achar a profissão “muito nobilitante” e por isso não se enfadava com o ensino. Mantinha, assim, o discurso da profissão como uma missão que deveria ser cumprida mesmo com toda dificuldade.

Nesse sentido, Emília Lobo Vianna era formada em magistério pela Escola Normal da Bahia e iniciou a sua trajetória no magistério em 1896, quando passou a servir ao Estado. Em 1907, já com o ensino primário municipalizado na capital, foi convidada para ser professora da escola do sexo masculino no distrito da Pituba. Já em 1911, foi transferida para o distrito do Carmo para ficar à frente da escola do sexo feminino onde permaneceu até a década de 1920¹⁵.

Figura 2 - Professora Emilia Lobo Vianna



Fonte: *A Tarde*, Salvador, 14 fev. 1918.

¹⁴ *Moderno*, Salvador, 9 set. 1913. p. 1.

¹⁵ *Moderno*, Salvador, 9 set. 1913. p.1. O nome de Emilia Lobo Vianna é citado em um levantamento da Intendência Municipal de Salvador em 1920 como professora da 1ª escola do sexo feminino da Rua do Paço conforme o Ato nº 24 de 22 de março de 1920. Cf. SANTANA (2014).

A professora Emilia Lobo Vianna se destacou por tratar sobre as dificuldades do exercício de sua profissão, por meio de declarações publicadas na imprensa, cartas enviadas às autoridades públicas em que cobrava melhores condições de trabalho e tecia críticas sobre a situação do ensino primário na cidade. Em seus relatos, a professora tratou sobre a situação salarial dos professores e adjuntos, os atrasos nos pagamentos dos salários, as condições precárias de trabalho, os atrasos nos pagamentos dos aluguéis e as ameaças de despejo.

O nome da referida professora foi lembrado em um texto que homenageava os Mestres da Infância da Bahia, publicado na revista *Bahia Illustrada*, em 1918. No rol de nomes lembrados, como os dos professores Cincinato Franca, Vicente Ferreira Café, Possidônio Dias Coelho, Amélia Rodrigues, Alberto de Assis, Hugo Balthazar da Silveira, Roberto Correa, dentre outros, a professora Emilia Lobo Vianna foi citada como “mestre competente”, “heroína”, “um dos mais fortes esteios da classe do professorado municipal”¹⁶.

Em 1915, Emília Lobo Vianna enviou carta ao Intendente Municipal solicitando providências quanto ao pagamento do aluguel do prédio onde sua escola estava instalada. A professora informou que já tinham sido movidas quatro ações de despejo contra ela e estava na iminência de uma quinta ação judicial. A professora explicou que o proprietário solicitava a majoração do aluguel de noventa e quatro mil réis mensais para trezentos mil réis e que só tinha conseguido impedir o reajuste devido à ação do advogado procurador do município¹⁷.

A ameaça de despejo foi uma constante na vida das professoras. Por tais ocasiões, a professora Marianna Olympio dos Santos Silva enviou uma carta ao Delegado Escolar, cujo texto informou a ameaça de despejo por causa de uma dívida de seis meses de aluguel. Segundo a professora, a falta de pagamento do aluguel foi motivada pelo não pagamento de seus vencimentos por igual período.

Nem todas as cartas enviadas para as autoridades eram queixas, pois haviam pedidos pessoais também. Dessa maneira, os professores se aproveitavam das relações de proximidade com as autoridades municipais para

¹⁶ *Bahia Illustrada*, Salvador, n. 12, novembro de 1918.

¹⁷ *Arquivo Histórico Municipal de Salvador*. Fundo Intendência. Diretoria de Ensino Municipal. Cartas enviadas à diretoria de ensino. Cx 07.

intermediarem solicitações de pessoas próximas, a exemplo de seus parentes. A professora Emilia Lobo Vianna intermediou um pedido em favor de sua irmã, Alice de Oliveira Lobo, para que esta fosse designada como sua auxiliar, uma vez que já tinham trabalhado juntas por cinco anos. A professora procurou deixar explícito que o pedido se dava por conta das qualidades da assistente e não pela condição de parentesco. Com isso, buscou influenciar na decisão do Delegado Escolar¹⁸ que, por sua vez, encaminhou o pedido ao Intendente, descrevendo o histórico dos serviços prestados por Alice de Oliveira Lobo. O pedido foi deferido¹⁹ e o nome de Alice de Oliveira Lobo apareceu como professora adjunta da escola feminina no distrito da Rua do Paço em 1915.

Em 1915, durante a administração de J. J. Seabra, foi alterada a Lei Orgânica Municipal e os intendentes passaram a ser nomeados pelo governador do estado, sem a necessidade de eleição. Sendo assim, os intendentes que ocuparam a cadeira foram todos ligados ao grupo de Seabra (SARMENTO, 2011, p. 167). Em 1916, Antonio Muniz, correligionário de Seabra, foi eleito novo governador da Bahia e Antonio Pacheco Mendes foi indicado como intendente da capital. Foi a partir desse ano que a cidade passou por dificuldades econômicas devido ao endividamento oriundo dos empréstimos estrangeiros para remodelação da área central da cidade e desequilíbrio nos gastos financeiros. Foram tempos de carestia dos alimentos, desabastecimento e falta de recursos para pagamento dos funcionários municipais. Em meio aos protestos, confrontos, passeatas, quebra-quebras e greves, os professores municipais decidiram não abrir as suas escolas no início do ano letivo de 1918, dando início à primeira greve da categoria.

As queixas e reivindicações por parte de professoras ocorreram também durante a greve da categoria de nesse mesmo ano. Vale ressaltar que, mesmo sendo as professoras a ampla maioria entre os docentes do ensino primário, foram os poucos homens do professorado que se posicionaram à frente do movimento. Essa situação ficou nítida ao verificar a lista da comissão de greve que era composta em sua maioria por homens e apresentava os nomes das professoras sempre após os deles. Uma atitude que evidenciava a prevalência do

¹⁸ *Arquivo Histórico Municipal de Salvador*. Fundo da Intendência. 1912. Cx 07.

¹⁹ *Arquivo Histórico Municipal de Salvador*. Fundo da Intendência. 1914.

masculino em relação ao feminino, mesmo nas situações em que numericamente as mulheres eram maioria. Segundo Ferreira Filho (1993, p. 200), a cidade de Salvador era feminina na sua expressão, porém masculina em seus propósitos.

No convite para reunião da categoria que ocorreu em 17 de fevereiro de 1918, os nomes das professoras Jovina de Castro Sena Moreira, Ana Moreira Bahiense, Jesuína Beatriz de Oliveira e Emilia de Oliveira Lobo Vianna foram listados como integrantes da comissão de greve. A reunião ocorrida no Salão Principal do Lyceu de Artes e Ofícios da Bahia foi notícia na imprensa e o jornal *Diário da Bahia* destacou a grande presença de “exma senhoras”²⁰. O jornal *A Tarde* também destacou a reunião e, inclusive, publicou fotos de grupos de professores e professoras, cujas mulheres fotografadas estavam bem arrumadas com seus elegantes chapéus. O periódico ainda destacou a presença feminina no auditório, ao informar que eram mais de “cem senhoras e senhorinhas” presentes, provavelmente referindo-se as professoras e suas adjuntas²¹.

Após um mês do início da greve, uma carta da professora Emilia Lobo Vianna foi publicada no jornal *A Tarde*. Nesta carta, a professora fez um breve histórico da situação do professorado desde a gestão do intendente Júlio Viveiros Brandão (1911-1914) até a de Propício da Fontoura, ocupante do cargo naquele momento. Na carta, a professora denunciou que o desequilíbrio das contas municipais (que era apontado como a causa dos atrasos nos pagamentos do professorado) foi decorrente das nomeações de diversos adjuntos e alunos mestres, dias antes do final do ano letivo, levantando a suspeita de favorecimento a pessoas indicadas, o famoso “pistolão”. A professora lembrou que, enquanto ela e suas adjuntas ficavam sem receber os seus vencimentos – mesmo com suas escolas com uma boa frequência de alunos –, outras professoras recebiam salários em dia, com suas escolas vazias²².

A professora Emília Lobo Vianna, em outro trecho da carta, descreveu o desgaste da relação do professorado com os representantes da intendência. A crise financeira que atingiu os cofres municipais transformou os vínculos de proximidade entre professores e intendência. O que antes era uma relação

²⁰ *Diário da Bahia*, Salvador, 19 fev. 1918. p. 1.

²¹ *A Tarde*, Salvador, 18 fev. 1918. p. 1.

²² *A Tarde*, Salvador, 14 fev. 1918. p. 1.

amistosa se transformou em afastamento e o conflito. Lembrava a professora que por causa da crise financeira e dos atrasos nos vencimentos, os professores, que antes tinham acesso aos gabinetes da intendência, passaram a ser barrados por guardas que ficavam na entrada do prédio. Mesmo se passassem pelos guardas, o porteiro tinha ordens para não permitir acesso de professores.

A situação entre o professorado e a intendência se tornou ainda mais tensa após a punição do professor Isauro Coelho, que foi suspenso pelo Intendente devido a críticas feitas ao governador por meio da imprensa. A professora Emilia Vianna lembrou o episódio e manifestou solidariedade ao professor. Esta, por sua vez, denunciou que o professor Presciliano Leal, que ocupava o cargo de Diretor Escolar, foi chamado ao gabinete para receber “um pito” por se manifestar contra a suspensão, e que os professores Cincinato Franca e Roberto Correa tiveram que se explicar e foram pressionados a se retratar pelo mesmo motivo.

Nesta edição do jornal *A Tarde*, também foi publicada a foto da professora Jovina de Sena Moreira, destacando a sua participação no movimento do professorado. Segundo publicação do *Diário da Bahia*, a professora Jovina Moreira aderiu ao movimento nos primeiros dias de fevereiro e o seu nome constava na comissão de greve que convocou os professores para uma reunião no Grêmio Literário. A professora permaneceu na comissão até o fim do movimento no mês de setembro de 1918. Sua foto sugeriu que a professora era uma mulher negra. Se não fosse a foto, não seria possível verificar tal característica uma vez que este não era um assunto tratado entre os professores, imprensa e as autoridades. Além da professora, outros mestres também apresentavam características afrodescendentes como Vicente Ferreira Café e Isauro Coelho, o professor suspenso. A atuação de professores e professoras negras na cidade de Salvador na Primeira República é um tema que necessita mais pesquisas.

Figura 3 - Professora Jovina de Senna Moreira



Fonte: *A Tarde*, Salvador, 14 fev. 1918.

Na reunião do professorado realizada em 30 de março, no Grêmio Literário, foram lidas duas cartas de professoras. A primeira foi de autoria da professora Ana Moreira Bahiense que, por motivos superiores, não estava presente, porém enviou uma mensagem de solidariedade ao movimento afirmando que estava “disposta a arcar com todas as consequências que possam advir da não abertura das escolas”. Em outro trecho a professora afirmou que aguardaria “qualquer castigo que me possam infligir [...] e sentir-me feliz se for sacrificada por amor a classe que orgulhosa pertence”. Manifestou-se ainda a favor de manter o movimento até o pagamento total dos vencimentos devidos e que o grupo não deveria reabrir as escolas por causa de promessas da intendência²³.

Nesta mesma reunião, também foi lida a carta da professora Emília Lobo Vianna com as propostas do professorado municipal direcionadas à intendência como condição para finalizar o movimento. Na carta, a professora discorreu sobre a situação financeira e política do estado. Citou também a condição de professores que, sem seus salários, com dificuldade para sustento de suas famílias, debilitados, acabam internados no hospício de alienados sem o “uso da razão”. Emília Vianna fez referências sobre as relações estabelecidas com professores paulistas e com a comunidade baiana no Rio de Janeiro. Criticou os periódicos de imprensa governista que não publicavam as reivindicações dos professores e se limitavam a declarar que a classe estava sendo vítima das

²³ *Diário da Bahia*, Salvador, 31 mar. 1918.

explorações da imprensa de oposição. Para a professora, os periódicos oposicionistas se portavam como “amigos” da classe.

No final da carta, a professora Emília Lobo Vianna tratou das condições para findar o movimento, a saber: a primeira era a revogação da suspensão do professor Isauro Coelho; a segunda era o pagamento dos salários atrasados e continuação dos pagamentos mensais; e a terceira era o respeito ao professorado. De certa maneira, as reivindicações foram atendidas.

A greve do professorado foi encerrada em setembro, após a intendência iniciar o pagamento dos vencimentos atrasados dos professores e revogar a punição do professor Isauro Coelho. Isso não quer dizer que os problemas foram resolvidos porque, em 1919, os professores continuavam a reclamar dos mesmos problemas. Foram nove meses com muitas ações do professorado, como envio de carta ao Presidente da República, o envolvimento de Ruy Barbosa e notícias publicadas em periódicos das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. O destaque dado pela imprensa de oposição serviu como uma forma de pressão junto aos governantes, sobretudo ao abrir espaço para as queixas e reivindicações do professorado municipal.

Considerações Finais

A intenção deste artigo foi demonstrar que os professores e, principalmente, as professoras, a ampla maioria entre os docentes, já demonstravam suas insatisfações em anos anteriores a greve de 1918. Ainda que os periódicos tratassem como surpresa o envolvimento feminino no movimento grevista, foi possível demonstrar que as docentes já tratavam anteriormente das precariedades do ensino primário da capital. Graças às cartas enviadas às autoridades, as entrevistas, manifestações e cartas publicadas na imprensa, foi possível ter a ideia de quão precário era o trabalho das professoras, as tensões que passaram pelo risco de despejo e as ameaças sofridas no exercício da sua profissão.

Os registros deixados pelas professoras demonstram que elas não discutiram somente questões educacionais, mas também trataram sobre a situação política, econômica e social. As ações dessas mulheres antes e durante o movimento de 1918, assim como participação delas na comissão de greve

junto à coragem de se posicionar, as demonstrações de solidariedade não foram uma novidade, mas a continuidade de uma luta que, mesmo após cem anos, parece não ter fim.

Referências

CONCEIÇÃO, Héliida; COSTA, Ana Alice A. Revolta dos resignados: a participação feminina na greve dos professores (1918/1919). In. SARDENBERG, Cecília et al. *Fazendo gênero na historiografia baiana*. Salvador: NEIM/UFBA, 2001. p. 119-131.

CUNHA, Joaci de S. O roseiral e os espinhos: J.J. Seabra e a crise de sua supremacia política na Bahia. In. BACELAR, Jeferson; PEREIRA, Claudio (Org.). *Política, instituições e personagens da Bahia (1850-1930)*. Salvador: EDUFBA/CEAO, 2013. p.145-177.

DICK, Sara Martha. Processo histórico de feminização do magistério baiano. In: *Congresso Brasileiro de História da Educação*. Sergipe: SBHE. 2008. Disponível em <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/246.pdf>. Acesso em 10 out. 2016

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular na belle époque imperfeita*. 1993. 223 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1993.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia civiliza-se... Ideais de civilização e cenas de anticivilidade em um contexto de modernização urbana, Salvador 1912/1916*. 1996. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

LUZ, José Augusto Ramos da. *Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928)*. 2009. 174 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

_____. Educação, progresso e infância na Salvador republicana: percursos históricos. In: LUZ, José Augusto; SILVA, José Carlos de A. (Org.). *História da educação na Bahia*. Salvador: Arcádia, 2008. p. 233-266.

MENDES, Antonio Pacheco. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal do Estado da Bahia*. Seção de obras do “O Democrata”. Bahia. 1916.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *A educação e suas relações com a moral*. Bahia, 1915.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República*. Salvador: Edufba, 1998.

SANTANA, Elizabete Conceição et al. *A construção da escola primária na Bahia: o ensino primário no Município de Salvador (1896-1929)*. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 31-57.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do povo: sobrevivência e tensão*. Salvador (1890-1930). Salvador: EDUFBA, 2001.

_____. Crescimento urbano e habitação em Salvador (1890-1940). *Revista de Urbanismo e Arquitetura*, Salvador, v. 3, n. 1, p. 21-29, 2008.

_____. *Casa e balcão: os caixeiros de Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2009.

SARMENTO, Silvia Noronha. *A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Fabiano Moreira da. *Professorado municipal de Salvador: queixas, crises e greve*. 2017. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

VIANNA, Hildegardes. *A Bahia já foi assim: crônicas de costumes*. Salvador: FG, 2000.

VIEIRA, Débora Magali Miranda. Representações da docência nos escritos dos professores na Revista do Ensino Primário. In: SANTANA, Elizabete Conceição et al. *A construção da escola primária na Bahia: o ensino primário no município de Salvador (1896-1929)*. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 123-133.

A POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO CAPITALISTA

THE POLICY OF CONTINUOUS TRAINING FOR TEACHERS OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION IN THE CAPITALISTIC CONTEXT

Isabel Cristina de Jesus Brandão*
Jorsinai de Argolo Souza**

RESUMO

O presente artigo versa sobre a política de formação continuada para professores da Educação Infantil do Município de Itapetinga-Bahia, desenvolvendo-se um estudo crítico sobre os impactos das reformas educacionais dos anos 90, através da política neoliberal, efetivadas a partir da lógica do capital e da produtividade, na definição de políticas de formação de professores e, conseqüentemente, no trabalho docente. Evidencia-se, após o estudo, que a formação continuada não se constitui como prioridade na organização das políticas educacionais do município e há interesses governamentais em preservar as situações de desvalorização do trabalho docente, pois corroboram para manter o funcionamento da lógica do sistema capitalista vigente no nosso país. Propõe-se a existência de um Sistema Nacional de Educação para definir uma política global de formação e de valorização, capaz de contemplar

ABSTRACT

This article deals with the policy of continuous training for teachers of Early Childhood Education in the municipality of Itapetinga-Bahia, developing a critical study on the impacts of educational reforms in the 1990's, through neoliberal politics that carried out from the logic of capital and productivity, in the definition of teacher's formation policies and, consequently, in teaching work. It is clear from the study that continuous training is not a priority in the organization of educational policies in the municipality and there are governmental interests in preserving the devaluation of teaching work, since they corroborate to maintain the functional logic of the current capitalist system in our country. Thereby, this article proposes the existence of a National Education System to define a global policy of training and valorization, capable of contemplating initial and continuous

* Doutora em Educação. Professora Adjunta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Vitória da Conquista. Coordenadora do Grupo de Pesquisas e Estudos Infância e Educação Infantil. E-mail: icjb@gmail.com

** Mestre em Educação. Professora Assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus Itapetinga. Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos Infância e Educação Infantil. E-mail: naiargolo@hotmail.com

formação inicial e continuada, condições de trabalho, piso salarial e carreira, qualificando pedagógica, metodológica, científica e politicamente os professores.

Palavras-chave: Educação Infantil. Formação Continuada. Política de Formação de professores.

training, working conditions, salary and career, qualifying teachers pedagogically, methodologically, scientifically and politically.

Keywords: Early Childhood Education. Continuous Training. Teacher's Training Policy.

INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentamos dados da pesquisa realizada durante o curso de Mestrado em Educação, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), sobre a política de formação continuada de professores da Educação Infantil desenvolvida no Município de Itapetinga, na Bahia. A coleta de dados ocorreu no período de novembro de 2016 a março de 2017, quando da realização de uma entrevista semi-estruturada (GIL, 1999) com a coordenadora da Educação Infantil da Secretaria de Municipal de Educação.

Evidenciamos que a análise dos dados da pesquisa foi baseada na dialética (MARX, 1996), pois acreditamos que esta pode contribuir para tornar visível a realidade sobre os programas de formação continuada do município de Itapetinga, de modo a auxiliar na compreensão da política educacional de formação de professores. Assim, a política é um complexo que faz parte de uma totalidade social e, por isso, é importante o estudo da sua gênese, movimento e contradições. Isso significa que não se pode tratar da política educacional em seu aparente isolamento das outras manifestações sociais.

Consideramos, ainda, que o processo de implantação e implementação das políticas é marcado por interesses econômicos, políticos, ideológicos, já que a política educacional não se define sem disputas. A intenção deste trabalho foi, portanto, identificar as contradições que envolvem a política de formação continuada para professores da Educação Infantil e relacioná-las com outros objetos, a exemplo: o poder, o Estado.

1.0 TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO CAPITALISTA

Considerando a relevância do trabalho docente para a sociedade é preciso estar atento em quais condições se processa a formação dos professores. Corroboramos com Martins (2010, p.14) que concebe a formação de professores, “como uma trajetória de formação de indivíduos, intencionalmente planejada, para a efetivação de determinada prática social”. Em vista disso, entendemos que a formação de professores só pode ser analisada a partir dos arranjos sociais contemporâneos, considerando-se as estreitas relações que há entre a educação, sociedade e o trabalho docente. Salientamos, no entanto, a necessidade de analisar o trabalho docente e a sua inserção na sociedade capitalista, buscando entendê-lo no contexto do processo de produção e reprodução do capital.

Nesse sentido, vivemos em uma época marcada por reformas educacionais que interferem, de maneira intensa, nas políticas de formação de professores. Na década de 80, vivenciamos várias lutas em prol da construção democrática do Estado de direito com a defesa da escola pública, universal, gratuita, laica e unitária.

Contudo, a década de 90 foi marcada pela instauração do projeto neoliberal, cuja finalidade é a redução dos gastos públicos e a realização de privatizações com consequências perversas para todas as áreas sociais, inclusive a perda de direitos relacionados à educação, conquistados através da promulgação da Constituição Federal de 1988. Lombardi (2016) apresenta a gênese e as bases desse projeto que o autor considera mais ideológico do que político e econômico:

Friedrich August von Hayek e Milton Friedman foram os principais formuladores da doutrina neoliberal: criticaram o caráter autoritário do Estado, seus encargos sociais e sua atuação reguladora que impedia a plena realização das liberdades individuais e o livre mercado, fundamentos da prosperidade econômica. Propuseram o afastamento do Estado das atividades econômicas, a realização de inúmeras reformas institucionais que possibilitassem o livre mercado e a livre circulação dos capitais, deixando como única ação reguladora possível a do mercado. Prescreveram a privatização de todos os setores da economia nacional, a transferência de serviços públicos ao setor privado, a desregulamentação do sistema financeiro, redução dos encargos e direitos sociais que dificultavam o desenvolvimento econômico,

redução dos gastos governamentais, entre outras (LOMBARDI, 2016, p. 82).

Nesse sentido, o ideário neoliberal impulsionou a reforma educacional dos anos 90 baseado na visão de administração gerencial, preocupado com a perspectiva econômica produtivista que impactou e continua impactando os direcionamentos da política nacional de formação de professores no país. Os organismos internacionais¹ passaram a determinar as metas educacionais serem atingidas pelos países, inclusive relacionadas às concepções da formação docente.

É inegável que esse cenário de tensão e reformas afeta o campo educacional e, conseqüentemente, a formação do professor. Dessa maneira, o contexto da sociedade capitalista em que vivemos, sociedade esta que é marcada pela desigualdade social e pela hegemonia do pensamento da classe burguesa, corrobora para influenciar o trabalho docente pela lógica do capital e da produtividade. Conseqüentemente, em meio ao cenário do lucro, da concorrência e da individualidade, enquanto demandas hegemônicas da sociedade capitalista, é complexo falar em luta contra a desigualdade e exclusão, mas entendemos que é preciso enfrentar essa lógica perversa, a fim de garantir as convicções democráticas sobre o papel da educação e do professor como contribuição para construir uma sociedade mais humana e igualitária.

Nesse sentido, avaliamos que o presente artigo possui relevância científica por pretender contribuir com a ampliação dos estudos e debates sobre a formação continuada de professores da educação infantil, em uma perspectiva crítica e dialética, pois identificamos através de um levantamento de dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação em Educação no Brasil, no período entre 2010 e 2015, no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), e percebemos que há uma escassez de trabalhos que discutem as contradições e os conflitos que envolvem a formação dos professores no contexto brasileiro.

¹ Organização dos Estados Americanos – OEA; Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; Banco Mundial – BM; Comunidade Européia – CE; Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD; Programa de Reformas Educacionais da América Latina e Caribe – Preal.

2. A POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE ITAPETINGA/BA

No que diz respeito aos aspectos educacionais², o município de Itapetinga atende a Educação Infantil na modalidade creche e pré-escola. Atualmente, possui 06 creches (5 creches na sede e 1 no Distrito de Bandeira do Colônia) e a pré-escola é composta por 11 escolas (9 escolas na sede, 1 no Distrito de Bandeira do Colônia e 1 no povoado de Palmares).

A Secretaria Municipal de Educação agrega 59 profissionais que atuam na Educação Infantil, sendo 38 efetivos e 21 contratados. Quanto à formação acadêmica, 3 professores (6% do total) possuem formação em nível de ensino médio; 56 professores (94%) são graduados em Pedagogia e, destes, 42 professores possuem pós-graduação lato sensu.

Na estrutura administrativa da Secretaria da Educação, há um setor responsável pela Educação Infantil, coordenado por uma profissional efetiva da rede municipal de ensino. Questionada a respeito das principais práticas formativas realizadas pela Secretaria Municipal de Educação, a coordenadora informou que:

São palestras, oficinas e cursos de curta duração. Nas oficinas os professores têm aquele tempo destinado para produzir o material, acho que a oficina proporciona algo maior, aquela troca de experiência [...]; a oficina você realmente sente que ele está fazendo [...] sente ali quem é que vai colocar em prática, na oficina dá para você ver (ENTREVISTA COORDENADORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, 2017).

Em seguida, apresentou o seguinte quadro com os programas de formação continuada adotados pela Secretaria Municipal de Educação para os docentes da Educação Infantil nos últimos quatro anos 2016, 2015, 2014 e 2013:

Quadro 1 - Programas de Formação continuada promovidos pela Secretaria Municipal de Educação para os docentes da Educação Infantil

² Os dados referentes à Educação Infantil foram provenientes de entrevista realizada com a Coordenadora da Educação Infantil da Secretaria de Educação.

PROGRAMA/AÇÃO	ANO	CARGA HORÁRIA	TEMÁTICA
Programa de Formação Continuada (anual)	2013	80h	As linguagens na Educação Infantil e Avaliação na Educação Infantil
Programa de Formação Continuada (anual) em parceria com a FTD	2014	20h	Temáticas abordadas pelo material didático da Editora FTD
Programa de Formação continuada (anual) com estudos presenciais e atividades à distância	2015	120 h	Neurociências; Alimentação saudável Alfabetização; Jogos; Psicomotricidade; Inclusão
Palestra e oficina realizada em parceria com a UESB	2016	08h	Estudos sobre a Base Nacional Comum Curricular

Fonte: Entrevista com Representante da Secretaria de Educação.
Quadro produzido pelas autoras.

Nessa mesma direção, a representante da Secretaria Municipal de Educação destacou que, dentre as ações de Formação Continuada oferecidas as professoras, as mais bem aceitas são “aquelas nas quais se trabalhavam atividades práticas e que podem ser aplicadas com os alunos” (ENTREVISTA, COORDENADORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, 2017).

Para prosseguir com a análise em relação aos programas apresentados no quadro 1, é importante registrar que perguntamos à Coordenadora da Educação Infantil quais eram os objetivos de cada programa/ação, mas esta disse que, naquele momento, não dispunha de tal informação. Ficou combinado, portanto, que a enviaria por correio eletrônico, porém não enviou. Conseqüentemente, realizaremos a análise do quadro considerando a temática de cada programa,

bem como da informação da coordenadora de que o formato dos programas estava vinculado a oficinas, cursos de curta duração e palestra.

Inicialmente recorreremos a Saviani (1996, p. 145) que procurou responder à questão sobre a necessidade de o educador aprender e ser educado para ser educador, ou seja, “precisa dominar os saberes implicados na ação de educar, isto é, ele precisa saber em que consiste a educação”. Para Saviani (1996), todos os professores devem dominar alguns saberes: saber atitudinal, crítico-contextual, específico, pedagógico, didático curricular tendo em vista um agir consciente e intencional. Dessa forma,

Saber atitudinal: compreende o domínio dos comportamentos e vivências consideradas adequadas ao trabalho educativo. Ou seja, está relacionada com [...] disciplina, pontualidade, coerência, clareza, justiça, diálogo, respeito etc.

Saber crítico contextual: trata-se do saber relativo à compreensão das condições sócio-históricas que determinam a tarefa educativa. Refere-se, portanto, à compreensão do contexto histórico-político-econômico; à compreensão do movimento da sociedade, da realidade. [...]

Saberes específicos: aqui se incluem os saberes correspondentes as disciplinas em que se recorta o conhecimento socialmente produzido e que integram os currículos escolares. [...]

Saber pedagógico: aqui se incluem os conhecimentos produzidos pelas ciências da educação e sintetizados nas teorias educacionais. São, portanto, os conhecimentos dos fundamentos da educação (psicológicos, antropológicos, sociológicos, filosóficos, etc.). [...]

Saber didático-curricular: conhecimentos relativos às formas de organização e realização da atividade educativa no âmbito da relação educador-educando. É, propriamente, o domínio do “saber fazer”, da organização dos tempos e espaços escolares em função da busca da efetivação do processo ensino-aprendizagem (SAVIANI, 1996 p. 148-150. Grifo nosso).

Nesse sentido, faremos a análise das temáticas dos programas a partir dos saberes que, segundo Saviani (1996), os professores devem dominar. Ressaltamos, todavia, que mesmo diante das análises que serão realizadas a partir das temáticas, consideramos que a atuação e o planejamento do formador são fatores que podem definir, também, os saberes que serão contemplados em uma determinada temática de formação.

Na formação cuja temática foi “As linguagens na Educação Infantil e Avaliação na Educação Infantil”, acredita-se que foram contemplados os saberes pedagógicos e didático-curricular.

Em 2014, ocorrida a formação intitulada por “Temáticas abordadas pelo material didático da Editora FTD”, não conseguimos identificar quais os saberes que foram trabalhados, porque se percebe que a intenção maior era instruções aos professores sobre como usar o material didático produzido pela editora e adquirido pela Secretaria Municipal de Educação. Esse material é um livro didático utilizado na Educação Infantil nas turmas cujas crianças possuem 4 e 5 anos. Tomamos conhecimento desse material, devido ao acompanhamento das ações de Estágio Supervisionado que realizamos na escola.

O programa “Neurociências; Alimentação saudável; Alfabetização; Jogos; Psicomotricidade; Inclusão” destacamos os saberes pedagógicos e didático-curricular.

O último item apresentado não se constitui como um programa, mas palestra e oficina relacionada a “Estudos sobre a Base Nacional Comum Curricular”, cujos saberes estão associados ao didático-curricular e, em certa medida, ao crítico-contextual, pois essa discussão envolvia questões associadas ao contexto educacional no que tange, principalmente, às políticas públicas em Educação.

Após essas análises acerca dos saberes que foram identificados em cada proposta, afirmamos que o foco maior dessas formações está nos saberes pedagógicos (fundamentos da educação) e nos saberes didático-curriculares (saber fazer). Portanto, concluímos que as propostas não estavam voltadas aos saberes específicos, ou seja, aos conhecimentos socialmente produzidos e que integram o currículo da Educação Infantil.

Acreditamos que isso se constitui como uma lacuna nos programas oferecidos pela Secretaria Municipal de Itapetinga, na medida em que não aprofundam ou até não trabalham os conhecimentos socialmente produzidos que compõem o currículo da Educação Infantil, a saber: Matemática, Linguagem Oral e Escrita, Artes, Ciências Naturais e Sociais. Assim, entendemos que os professores precisam dominar os conteúdos que fazem parte do currículo para que a aprendizagem aconteça. Nesse sentido, Saviani (2008) alerta:

os conteúdos são fundamentais e sem conteúdos relevantes, conteúdos significativos, a aprendizagem deixa de existir, ela transforma-se num arremedo, ela transforma-se numa farsa [...]. A prioridade de conteúdos é a única forma de lutar contra a farsa do ensino. Por que esses conteúdos são prioritários? Justamente porque o domínio da cultura constitui instrumento indispensável para a participação política das massas [...]. O dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação (SAVIANI, 2008, p.45).

Entendemos, porém que esse processo de fragmentação no trabalho com os conteúdos que compõem o currículo da Educação Infantil está associado ao processo de fragmentação que corresponde à lógica do funcionamento do sistema vigente baseado no modo de produção capitalista. Isso também repercute na Educação e contribui para que os professores dominem cada vez menos os elementos que compõem o campo do conhecimento do qual estão inseridos.

Ainda em relação ao trabalho com os conteúdos nos cursos de formação inicial e continuada de professores, apontamos outro equívoco: a oposição entre a forma e o conteúdo. Consideramos que essa oposição é uma realidade nesses cursos, pois acreditamos que há uma supervalorização da forma em algumas situações e, em outras, uma supervalorização do conteúdo. Sobre isso, Saviani (2008) esclarece:

[...] Assim, a questão central da Pedagogia é o problema das formas, dos processos, dos métodos, certamente não considerado em si mesmo, pois as formas só fazem sentido quando viabilizam o domínio de determinados conteúdos (SAVIANI, 2008,p. 75).

Quanto ao perfil dos formadores nas ações de Formação Continuada, a coordenadora da Educação Infantil, representante da Secretaria de Educação, revelou que “são profissionais com uma grande experiência no segmento da Educação Infantil, preferencialmente que já atuaram ou atuam” (ENTREVISTA, COORDENADORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, 2017).

A respeito dos formadores que são contratados pela Secretaria de Educação, cabe o questionamento: o que é ter grande experiência em um segmento de ensino? Que conhecimentos têm esses formadores? Nessa direção,

destacamos que Saviani (2008) caracteriza o conhecimento como *doxa*, *sofia* ou *episteme*, considerando que:

Doxa representa o saber advindo da experiência cotidiana, do senso comum, ou seja, é opinião. [...]. *Sofia* é o conhecimento que adquirimos por meio do tempo de vida.[...] *Episteme*, por sua vez, representa o conhecimento do tipo científico, o saber comprovado, a ciência. Desse ponto de vista, nem sempre a pessoa mais experiente, sábia por meio da idade ou experiência de vida, é quem tem a razão. Esse tipo de conhecimento científico, historicamente define a organização curricular da instituição educativa formal, a escola em seus diversos níveis de ensino. Por esse motivo a instituição escolar está irremediavelmente ligada à questão da ciência. [...]. (SAVIANI, 2008, p. 145, grifos do autor).

Sendo assim, é responsabilidade dos formadores dominar os conhecimentos científicos contidos no currículo escolar, bem como integrá-los nas propostas de formação de professores.

Bernadete Gatti também propõe uma reflexão acerca dos saberes que são essenciais àqueles que se propõem a formar um professor. A autora traz uma vasta discussão sobre o papel da universidade na atuação dos profissionais que se propõem a formar e a conclama para que contribua na formação inicial e continuada dos professores, justificando que “as universidades detêm capacitação nas áreas da disciplina e da pesquisa educacional, bem como no campo teórico do conhecimento [...]” (GATTI, 2008, p. 153).

Desse modo, cabe discutir a urgência de a universidade assumir, através de uma relação estreita com a Educação Básica, sua responsabilidade social também quanto à formação continuada através de ações de extensão e de pesquisa. Gatti, Barreto e André (2011, p. 154) mais uma vez denuncia: “o que temos visto são iniciativas descontínuas, em geral estimuladas e financiadas por agentes externos à universidade”. Por fim, orienta que

O problema real é o de preparar a universidade para desempenhar o papel que corresponde às suas características – o de realizar pesquisas educacionais e didáticas, estudar modelos alternativos de formação, preocupar-se com a formação dos formadores, etc. [...] (GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011, p. 154).

Nesse sentido, ao repensarmos alternativas de aproximação da universidade com o contexto da educação básica através de ações de pesquisa, é

preciso que haja um cuidado com o caráter diagnóstico, cuja aproximação está vinculada a obtenção de dados para possíveis análises críticas da realidade estudada. Desse modo, faz-se necessário existir mecanismos de espaços de discussão e divulgação dos achados, tendo em vista contribuir com o debate de alternativas para os problemas encontrados.

Também questionamos a coordenadora da Educação Infantil sobre quais são os incentivos utilizados para atrair os docentes para a formação continuada e se eles são convocados ou optam em participar, foi dito que:

os professores são convocados, mas, na grande maioria, só se fazem presentes quando a formação acontece no horário de trabalho ou num sábado letivo, por exemplo. (ENTREVISTA, COORDENADORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, 2017).

Sobre incentivos profissionais, nossa reflexão perpassará pela resistência do poder público em efetivar a valorização dos docentes através da progressão na carreira, realizando o pagamento do percentual correspondente ao direito da vantagem após a conclusão em cursos de pós-graduação em nível de especialização, mestrado ou doutorado. Os profissionais solicitam tal vantagem, mas, na maioria das vezes, não são atendidos de imediato ou dentro do prazo previsto para a tramitação do processo. Segundo a Coordenadora da Educação Infantil, não há orçamento suficiente para atender a estas solicitações feitas à gestão municipal de Itapetinga. No entanto, é fundamental questionar se realmente não há recursos suficientes para atender esses direitos dos profissionais da educação ou não há interesse de atendê-los.

Entendemos que as discussões supracitadas também perpassam sobre o Plano de Cargos e Salários, cuja meta 18 do Plano Nacional de Educação (PNE) referente ao decênio 2014-2024 prevê:

Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal (BRASIL, 2014).

No município de Itapetinga, segundo a representante da Secretaria de Educação:

O plano foi elaborado e está em vigor desde o ano de 2004. Não houve revisão do plano, porém, já foram desencadeadas discussões e alguns encaminhamentos no sentido de agilizar a reformulação e regulamentação do mesmo. Está organizado por classe, ou seja, a cada 05 anos o professor muda de classe e recebe um percentual no salário. E também tem a tabela para definir o salário do professor de acordo com a sua formação - graduado e pós-graduado. Para os graduados está previsto reajuste, mas para os pós-graduados não está previsto no plano (ENTREVISTA, COORDENADORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, 2017).

No que diz respeito aos dias e horários em que acontecem as oficinas e cursos de Formação Continuada, foi informado que “acontecem, em sua maioria, nos sábados letivos”. (ENTREVISTA, COORDENADORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, 2017).

Nessa mesma direção, questionada a respeito das escolas contarem com um horário específico dedicado à Formação Continuada, a Coordenadora respondeu: “geralmente nos momento de Atividade Complementar (AC), que acontecem na rede municipal todas as sextas-feiras, às 9h30 e às 15 horas” (ENTREVISTA, COORDENADORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, 2017).

Ainda, foi perguntado acerca das formações que acontecem em dias e horários letivos e se as escolas contam com substitutos para as professoras, a fim de garantir o dia letivo das crianças. Assim, a representante da Secretaria de Educação afirmou que:

A rede não dispõe de professores substitutos e, nesse caso, as crianças são dispensadas. Por isso que a maioria das formações têm acontecido nos sábados letivos onde não há aula, para as classes de Educação Infantil, e, ao invés de ser realizado planejamento com os docentes, acontecem ações de formação continuada (ENTREVISTA, COORDENADORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, 2017).

Todas essas situações, que são relacionadas à força de trabalho dos professores no que se refere a direitos trabalhistas sendo descumpridos pelo Estado, remete-nos a reafirmar que, diante do contexto neoliberal, este, por sua vez, assume o papel de desresponsabilização gradativa com as políticas

públicas, assim como com a educação, passando a servir fundamentalmente às demandas do mercado.

Sendo assim, é inegável a constatação que Marx chegou ao concluir que o Estado é um órgão de dominação de uma classe (burguesia) sobre a outra (proletariado), ou seja, é a expressão política dessa dominação funcionando como um instrumento de exploração do trabalho assalariado pelo capital.

Sobre isso, Manacorda (2007, p.104), a partir dos estudos na obra de Marx, informa que:

Marx declarava reprovar completamente a ideia de uma educação popular a cargo do Estado e recorria, uma vez mais, ao exemplo dos Estados Unidos, para observar que o Estado deveria limitar-se a determinar por lei os recursos para as escolas, o nível de ensino dos professores, as matérias de ensino e a supervisionar, com seus inspetores, o cumprimento dessas disposições. E repetia que isso não quer dizer, de fato **nomear o Estado educador do povo**, porque, pelo contrário, **deve-se excluir governo e Igreja de toda influência sobre a escola**. (MARX, 1948, apud MANACORDA, 2007, p. 104, grifos do autor).

Essas discussões acerca da jornada de trabalho e carga horária do professor, podem ser analisadas a luz da teoria de Marx (1996) a partir dos conceitos de “mais valia”³, “trabalho excedente” e “trabalho necessário”:

O segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador labuta além dos limites do trabalho necessário, embora lhe custe trabalho, dispêndio de força de trabalho, não cria para ele nenhum valor. Ela gera a **mais-valia**, que sorri ao capitalista com todo o encanto de uma criação do nada. Essa parte da jornada de trabalho chamo de tempo de **trabalho excedente**, e o trabalho despendido nela: mais-trabalho (*surplus labour*). A parte da jornada de trabalho, portanto, em que sucede essa reprodução, eu chamo de tempo de **trabalho necessário**, e de trabalho necessário o trabalho despendido durante esse tempo. Necessário ao trabalhador, por ser independente da forma social de seu trabalho. Necessário ao capital e seu mundo, por ser a existência contínua do trabalhador a sua base (MARX, 1996 p. 332, grifo nosso).

Desse modo, a razão entre a mais-valia e o salário, ou entre o “tempo de trabalho excedente” e o “tempo de trabalho necessário” é rotulada pelo filósofo como “taxa de exploração”:

³ Para Marx (1996, p. 45) “a taxa de mais-valia revela o grau de exploração da força de trabalho.” Define ainda a mais-valia como “parte não paga do produto” (Ibidem, p. 152).

Que é uma jornada de trabalho?[...] a jornada de trabalho compreende diariamente às 24 horas completas, depois de descontar as poucas horas de descanso, sem as quais a força de trabalho fica totalmente impossibilitada de realizar novamente sua tarefa. Entende-se por si, desde logo, que o trabalhador, durante toda a sua existência, nada mais é que força de trabalho e que, por isso, todo seu tempo disponível é por natureza e por direito tempo de trabalho, portanto, pertencente à autovalorização do capital. Tempo para educação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o preenchimento de funções sociais, para o convívio social, para o jogo livre das forças vitais físicas e espirituais, mesmo o tempo livre de domingo - e mesmo no país do sábado santificado - pura futilidade! [...] Em vez da conservação normal da força de trabalho determinar aqui o limite da jornada de trabalho, é, ao contrário, o maior dispêndio possível diário da força de trabalho que determina, por mais penoso e doentamente violento, o limite do tempo de descanso do trabalhador. O capital não se importa com a duração de vida da força de trabalho. O que interessa a ele, pura e simplesmente, é um *maximum* de força de trabalho que em uma jornada de trabalho poderá ser feita fluir. Atinge esse objetivo encurtando a duração da força de trabalho, como um agricultor ganancioso que consegue aumentar o rendimento do solo por meio do saqueio da fertilidade do solo (Ibidem, p. 378, 379, grifos do autor).

A taxa de mais-valia “é, por isso, a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista” (MARX, 1996, p. 327). O Estado, portanto, a serviço do capital, “rouba, usurpa e atropela” (Ibidem, p. 378) o tempo e os direitos do professor.

Em relação às principais dificuldades encontradas no processo de Formação Continuada, a representante da Secretaria de Educação informou que “as verbas são insuficientes para a organização de uma infraestrutura adequada e compra de materiais necessários aos programas de formação continuada” (ENTREVISTA, COORDENADORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL2017).

Nesse sentido, ao abordarmos sobre a formação continuada de professores, não podemos deixar de trazer para a discussão as questões relacionadas ao financiamento da Educação. Verificamos, a partir das respostas da coordenadora, as dificuldades que as Secretarias de Educação enfrentam e que comprometem as condições objetivas de efetivação do planejamento de ações de formação continuada. De acordo com o PNE (2014-2024), a meta 20 prevê:

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio (BRASIL, 2014).

Saviani (2007) indica a proposta de aumento do valor do PIB investido em educação de 4% para 8% durante o processo de elaboração do Plano Nacional de Educação de 2001. Conseqüentemente, segundo o autor:

Haveria recursos suficientes para tratar a educação com a devida seriedade e de acordo com a prioridade que é proclamada nos discursos, mas nunca efetivamente considerada. Procedendo da forma como estou propondo, nós estaríamos, de fato, provendo os recursos que permitiriam dar o salto de qualidade necessário para colocar a educação brasileira num patamar civilizado, condizente com a magnitude de seu território, de sua população e de sua economia. E estaríamos em condição de equipar adequadamente as escolas e dotá-las de professores com formação obtida em cursos de longa duração, com salários gratificantes, compatíveis com seu alto valor social. Isso permitirá transformar as escolas em ambientes estimulantes, nos quais as crianças, nelas permanecendo em jornada de tempo integral, não terão como fracassar; não terão como não aprender. Seu êxito será resultado de um trabalho pedagógico desenvolvido seriamente, próprio de profissionais bem preparados e que acreditam na relevância do papel que desempenham na sociedade, sendo remunerados à altura de sua importância social (SAVIANI, 2007, p. 1254).

Destacamos, ainda no que se refere às questões de financiamento, que o documento *Planejando a Próxima Década – conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação*⁴ (MEC/SASE, 2014) nos traz informações sobre os dispositivos constitucionais relacionados aos recursos a serem aplicados com a educação na esfera federal, estadual e municipal:

A Constituição Federal de 1988, no art. 212, dispõe que a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%; e os estados, o Distrito Federal e os municípios, 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. O texto constitucional prevê, ainda, que a educação básica terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei (BRASIL, 2014, p. 61).

⁴ O documento foi elaborado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com contribuições da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), e traz algumas análises e informações sobre as 20 metas nacionais do PME 2014.

No entanto, sabemos que para garantir o cumprimento da meta é necessário ampliar a discussão sobre o financiamento da educação envolvendo todos os profissionais desta área, além de pais de alunos e comunidade, tendo em vista o acompanhamento e controle social da utilização dos recursos.

Paralelo a essa discussão sobre financiamento, é importante refletir sobre o sistema de colaboração, isto é, como será a parceria entre Estados, municípios e União. Para Scheibe (2010, p. 06), esse sistema de colaboração “serve, ao mesmo tempo, para permitir demasiada descentralização em determinadas responsabilizações, e centralizações talvez excessivas em outras”. Essa mesma autora ainda aponta que a inexistência de um Sistema Nacional de Educação corrobora para que a profissão docente, no Brasil, seja diferenciada e fragmentada com situações que perpassam por baixos salários e deteriorização das condições de trabalho – longas jornadas de trabalho, salas superlotadas, crescimento da indisciplina e violência na escola, dificuldades na atualização de conteúdos e metodologias, cobranças de maior desempenho profissional.

No que concerne à origem das verbas para formação continuada e se foram feitas parcerias, convênios para execução dos programas de formação, foi esclarecido pela Coordenadora da Educação Infantil que

as verbas vêm da Secretaria de Educação e determinada editora tem sido parceira da secretaria nas formações. Desde 2014 a secretaria adquire livros didáticos para os alunos dessa editora e conta com essa grande parceira (ENTREVISTA, COORDENADORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, 2016).

Percebe-se, a partir disso, um processo de terceirização da formação continuada dos professores, contratando-se empresas especializadas para que respondam por esse processo. Geralmente essas empresas indicam o uso de material apostilado para toda a rede de ensino através de um pacote de treinamento, tanto para o uso do material, como para o esclarecimento de dúvidas dos professores. A adoção de um modelo de formação alheio à realidade representa ausência de identidade própria e ignora a variedade das demandas de formação dos professores, desconsiderando os reais problemas da prática pedagógica enfrentados no cotidiano da docência. Esse processo de terceirização também encontra respaldo na política neoliberal caracterizada pela privatização e terceirização dos serviços públicos.

Em relação ao acompanhamento das práticas formativas – frequência, avaliação dos participantes, acompanhamento após o curso, a coordenadora informou:

Todos esses pontos são colocados em prática. Apenas o acompanhamento que fica mais na responsabilidade do coordenador escolar. O coordenador técnico-pedagógico organiza as formações e acompanha mais diretamente o trabalho dos coordenadores. Mas as visitas às escolas também acontecem. Embora a frequência não seja tão satisfatória (ENTREVISTA, COORDENADORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, 2017).

Identificamos a necessidade de a Secretaria implementar uma prática de acompanhamento das ações de formação continuada, tendo em vista o replanejamento para que estejam de acordo com os anseios das professoras, para garantir a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças da Educação Infantil.

Nesse sentido, a representante da Secretaria de Educação evidenciou o papel do coordenador pedagógico no processo de formação continuada das professoras: “o profissional que articula, media as informações e que busca favorecer a prática docente” (ENTREVISTA, COORDENADORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, 2017).

De acordo com estudos, o coordenador pedagógico realmente é o grande articulador das ações de formação continuada, quando o lócus da formação é a própria escola. Nessa perspectiva,

a necessidade de formação contínua do professor é uma realidade que o coordenador pedagógico tem de enfrentar. Digo ‘enfrentar’ porque é dele a função de formar esses professores dentro da instituição em que atua, e sabemos que a formação contínua é condição para o exercício de uma educação consciente das necessidades atuais dos alunos que frequentam a escola. [...] O (a) coordenador (a) precisa ter um planejamento para a formação contínua, o qual só pode ser desenvolvido a partir das leituras das necessidades do grupo de professores (SOUZA, 2001, p.27).

Contudo, é importante salientar que necessário se faz uma política de apoio aos coordenadores, que pode envolver recursos e suporte teórico, acompanhando o trabalho que é realizado na escola por meio da formação continuada para evitar, assim, que esse profissional assumira todas as

responsabilidades que envolvem o processo de formação continuada das professoras.

Vale salientar que no Plano Municipal de Educação de Itapetinga (2015, p.102), por meio da meta 16.3, prevê “assegurar a existência do coordenador pedagógico para executar ações de formação continuada na unidade escolar”. Almejamos, portanto, que todas as escolas da Educação Infantil possam contar com esse profissional para articular as ações de formação continuada.

CONSIDERAÇÕES

Acreditamos que a presente pesquisa representa uma ampla contribuição para a área de formação de professores, tendo em vista o estudo crítico que realizamos sobre os impactos das reformas educacionais dos anos 90, através da política neoliberal, cuja efetivação está relacionada à lógica do capital e da produtividade na definição de políticas de formação de professores e, conseqüentemente, no trabalho docente.

Visualizamos, através da pesquisa, pontos de conflitos que envolvem a formação do professor de Educação Infantil em Itapetinga e que estão relacionadas aos mecanismos dominação e exploração do trabalho docente pelo Estado em relação aos processos formativos dos professores desse segmento de ensino.

No que diz respeito à exploração e dominação por parte do Estado para com o professor, encontram-se evidenciadas, sobremaneira, a partir de desfavoráveis condições de trabalho, as quais estão submetidos as professoras da Educação Infantil do município, a saber: não há coordenador pedagógico nas escolas, falta de horário específico na carga horária de trabalho para realizar ações de estudo e planejamento pedagógico; garantia das condições necessárias para os professores participarem de cursos de pós-graduação; progressão na carreira, a partir da conclusão de cursos de formação complementar ou em nível de pós-graduação. Todas essas situações denunciam a retirada do Estado do atendimento às políticas sociais.

Nessa direção, em se tratando das políticas de formação continuada do município, identificamos que ainda não há uma política global capaz de articular as condições de trabalho, o salário, a carreira e a formação continuada dos professores. Sendo assim, algumas estratégias são urgentes para a garantia da qualidade do trabalho do professor na Educação Infantil no município em questão, a saber: implementação do piso salarial nacional; licença remunerada para professores que desejam ingressar em cursos de pós-graduação; incentivo financeiro após conclusão de cursos de formação continuada ou cursos de pós-graduação; período reservado para estudos e planejamento na carga horária do professor; disponibilizar coordenador pedagógico para as escolas. Entendemos, no entanto, que a operacionalização dessas proposições está vinculada a alguns fatores que julgamos essenciais: vontade política dos governantes; concretização do sistema de colaboração entre união, estado e município e a concepção de políticas de estado e não de governo, atendendo ao princípio de continuidade no desenvolvimento das políticas públicas educacionais.

Temos convicção, no entanto, de que as demandas ora apresentadas esbarram na restrição orçamentária que as políticas de formação de professores vivenciam. É comum identificarmos, através de discursos de Secretários de Educação, as inúmeras justificativas relacionadas ao orçamento insuficiente para a implementação de políticas de formação de professores nos municípios.

Não podemos deixar de considerar, contudo, as discussões em torno dos valores do investimento público que a união repassa para os municípios, em que os discursos transitam entre recursos insuficientes repassados pela União e recursos mal administrados pelos municípios. Há, ainda, as reflexões em torno da falta do cumprimento do sistema de colaboração entre União, estado e municípios, para o provimento de recursos necessários que garantam aspectos relacionados à formação docente de qualidade, bem como as condições de trabalho do professor. Mas tudo isso não justifica, por exemplo, a efetivação das políticas de terceirização e barateamento, através de contratos com empresas de consultorias, para os programas e ações de formação continuada. Sem dúvidas são práticas políticas de formação docente que se reproduzem e persistem em nosso país há muitas décadas e que se constituem uma realidade no município pesquisado.

Evidentemente que movimentos de educadores, seja da educação básica ou do ensino superior, procuram se contrapor a essa realidade apresentada pelos municípios brasileiros e estão propondo soluções para possíveis mudanças frente as atuais políticas educacionais. Dessa forma, é fundamental e urgente a existência de um Sistema Nacional de Educação regulamentado e realmente articulado que promova a atividade da União na valorização e dos profissionais docentes.

Após esse panorama das situações que envolvem a formação continuada dos professores da Educação Infantil no município de Itapetinga, cabe-nos refletir sobre a totalidade de questões econômicas, políticas e sociais que envolvem o sistema educacional em nosso país, cujo professor é apenas um elemento do processo. Desse modo, seria ingenuidade acreditar que as condições nas quais se encontra a formação do professor nesse município fossem da exclusiva responsabilidade da boa vontade e do envolvimento das professoras e da coordenadora da Educação Infantil.

Entendemos, portanto, que há um interesse em preservar as situações supracitadas, pois corroboram para manter em pleno funcionamento a lógica neoliberal do sistema capitalista vigente no nosso país. É uma luta do mercado, da produtividade, do lucro, da competição, da privatização, do imediatismo, do aligeiramento, contra a socialização e a apropriação, pela classe trabalhadora, dos conhecimentos científicos e da cultura historicamente acumulada.

É importante destacar que vivenciamos no Brasil uma crise econômica, política e ética. Nesse sentido, cada vez mais, identificamos os riscos de interrupção do processo de construção do Estado de direito e de uma sociedade democrática, construídos após o fim da ditadura civil militar há cerca de 30 anos, após a materialização de um golpe de Estado. Nesse contexto medidas autoritárias e conservadoras estão sendo implementadas, dentre elas: a Escola Sem Partido, a reforma do ensino médio e a Base Nacional Comum Curricular.

Assim, compreendemos que é urgente e necessária uma ação articulada dos movimentos sociais, dos sindicatos, das organizações populares, dos partidos políticos de esquerda e dos profissionais da educação em favor da democracia e da educação brasileira. Nessa direção, vislumbramos uma política global de formação e de valorização dos profissionais da educação, capaz de

contemplar formação inicial e continuada articuladas às condições de trabalho, piso salarial e carreira como uma das condições de melhoria da educação pública, universal, laica, gratuita, tendo em vista uma transformação social emancipadora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Planejando a Próxima Década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação*. Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE), 2014.

_____. *Plano Nacional de Educação (2010-2024)*. Brasília: MEC/CNE. 13 de maio de 2014. Disponível em < www.mec.gov.br > Acesso em: 21.03.2016.

GATTI, B. A. (Org.) BARRETO, E. S. de Sá; ANDRÉ. M. E. D. A. *Políticas docentes no Brasil: um estado da arte*. Brasília: UNESCO, 2011. 300 p.

_____, B. A. Análise das políticas públicas para a formação continuada no Brasil, na última década. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, jan./abr.2008.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ITAPETINGA. *Plano Municipal de Educação*. Lei 1.275/2015. Itapetinga, 2015.

LOMBARDI, J. C.; Crise do capitalismo e educação. Algumas anotações. In: LOMBARDI, J. C. (Org.). *Crise capitalista e educação brasileira*. Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2016.

MANACORDA, Mário Alighiero. *Marx e a pedagogia Moderna*. Trad. Newton Ramos de Oliveira. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

MARTINS, L. M. O legado do século XX para a formação de professores. In: MARTINS, L. M.; Duarte, N. (Orgs.). *Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MARX, K. *O capital - crítica da economia política*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

SAVIANI, D. Os saberes implicados na formação do educador. In: BICUDO, M. A. V.; SILVA JÚNIOR, C. A. (Org.). *Formação do educador: dever do Estado, tarefa da Universidade*. São Paulo: UNESP, 1996.

_____. *Pedagogia Histórico crítica: primeiras aproximações 10ª edição*. Autores associados. Campinas: 2008.

_____. O plano de desenvolvimento da educação: análise do projeto do MEC. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em < <http://www.cedes.unicamp.br> >.

SCHEIBE, Leda. Valorização e formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo plano nacional de educação. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 31, n. 112, p. 981-1000, jul/set. 2010.

SOUZA, V. L. T. de. O coordenador pedagógico e a constituição do grupo de professores. In: ALMEIDA, R.; PLACCO, V. M. N. (Org.) *O coordenador pedagógico e o espaço da mudança*. São Paulo, 2001, Edições Loyola.

A TEIA ENTRETECIDA ENTRE EDUCAÇÃO E RELIGIOSIDADE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE ALBERTINO MARQUES BARRÊTO (BRUMADO, 1954 – 1974)

THE INTERWOVEN WEB BETWEEN EDUCATION AND RELIGIOSITY: AN ANALYSIS FROM THE TRAJECTORY OF ALBERTINO MARQUES BARRÊTO (BRUMADO - 1954 - 1974)

Rui Marcos Moura Lima*

Resumo

O presente artigo tem por objetivo fazer uma análise do envolvimento de Albertino Marques Barrêto com a educação do município de Brumado. Por isso, cabe um recorte do estudo de sua trajetória, pesquisa desenvolvida no programa de Mestrado em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Nesta pesquisa, procuremos apresentar a concepção de educação de Albertino Marques, buscando entender quais influências que pautaram não só o que ele entendia por educação, mas também sua visão de mundo. Transitaremos pelos espaços de sua maior atuação, desde a prática religiosa no Centro Espírita Fraternidade (1954-1974) e sua atuação política na Câmara de Vereadores de Brumado (1965-1971), locais que ficaram mais nítidos o seu projeto de educação.

Palavras-chave: Educação; Espiritismo; Homem novo; Política; Trajetória.

Abstract

The purpose of this article is to analyze the involvement of Albertino Marques Barrêto with the education of the municipality of Brumado. Therefore, it is worth mentioning a study of his trajectory, a research developed in the Master's program in History by the Universidade Estadual de Feira de Santana. This search, we try to designate the education conception of Albertino Marques, seeking to understand what influences he has, but also his worldview. We will travel through the spaces of his greatest performance, from religious practice in the Centro Espírita Fraternidade (1954-1974) and his political performance in the Câmara de Vereadores de Brumado (1965-1971), places where his education project became clearer.

Keywords: Education; Spiritism; New man; Policy; Trajectory.

“Todos quantos procuram sair das trevas da ignorância para alcançar a luz divina do saber”. Albertino Marques Barrêto

* Mestre em História na UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana, Pesquisador do LABELU (UEFS). e-mail: Rui-marcos@bol.com.br

Nos anos iniciais da década de 1940, vindo de Mato Grosso, Albertino Marques Barrêto chegou à cidade de Brumado no sudoeste baiano em busca de uma nova oportunidade de emprego, visto que a cidade se tornava atrativa pela grande oferta de trabalho estimulada pela nascente indústria de mineração, a Magnesita. A última incursão de Albertino Marques no mundo do trabalho tinha sido na Viação Férrea Federal Leste Brasileiro onde exerceu a função de maquinista, o que também o levou a seu afastamento por ter sofrido um acidente em uma das caldeiras da máquina a vapor, o que motivou a pedir demissão e procurar outra forma de ganhar o sustento.

Contraindo as expectativas, Albertino Marques não foi trabalhar na mineração como se imaginava. Casou-se com Maria Rosa dos Santos, filha de comerciante e morador da cidade, e foi trabalhar no comércio com a administração de uma padaria doada pela família da esposa. A partir da rede de sociabilidade proporcionada pelo comércio, passou a ser conhecido na cidade e a ser integrante cativo nas discussões em frente a sua padaria onde se debatia sobre política, economia, religião¹, dentre outros assuntos e temas de interesses de suas rodas conversas.

Certamente, dessas rodas de conversas e de debates acalorados sobre religião é que Albertino Marques, já com uma aquisição de conhecimento do Espiritismo, arregimenta outros sujeitos interessados em estudar e colocar em prática os ensinamentos da Doutrina Espírita. Desta forma, em 31 de janeiro de 1954, ocorreu a fundação do primeiro centro espírita da cidade, o Centro Espírita Fraternidade (CEF)². E a partir desse marco, Albertino Marques constituiu, para nós, figura de destaque para a pesquisa do mestrado³ da qual esse artigo é fruto.

Os primeiros passos de Albertino Marques nos caminhos da Educação: O Centro Espírita Fraternidade e o Curso Noturno de Alfabetização de Crianças e Adultos.

¹ José: depoimento [fev. 2013]. Entrevistador: Rui Marcos Moura Lima. Bahia: Brumado, 2013. Áudio mp3. Entrevista concedida ao autor para pesquisa histórica. Ao sujeito entrevistado, daremos pseudônimo de José, por este não ter permitido que revelássemos sua identidade na exposição dos resultados da pesquisa.

² Sempre que nos referirmos ao Centro Espírita Fraternidade, utilizaremos a sigla CEF.

³ O presente artigo é resultado das reflexões desenvolvidas na dissertação de mestrado: *'DAS TREVAS DA IGNORÂNCIA PARA ALCANÇAR A LUZ DIVINA DO SABER'*: Educação, religião e política na trajetória de Albertino Marques Barrêto (Brumado, 1954 – 1974). Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Mestrado em História, 2016.

Após aproximadamente cinco meses da fundação do CEF, delineavam-se os primeiros contornos do principal projeto da trajetória de Albertino Marques Barrêto, tendo como base as questões educacionais para a cidade de Brumado. Dentre os diversos projetos desenvolvidos por ele, no Centro Espírita ou na Câmara de Vereadores, esse é considerado por nós o de maior relevância para o estudo da trajetória dessa personalidade. Consideramos que, dentre outros, o principal motivo é o de situar sua atuação no desenvolvimento de um visível projeto de sociedade, baseado principalmente no que consideramos, por meio da investigação e análise das fontes, da formação do “homem novo”, como abordou Carlota Boto (1996). Entendemos que foi justamente por esse objetivo que existiram uma constante movimentação e envolvimento do sujeito no que tange a ininterrupta atuação em relação a temas e situações que envolviam as questões educacionais do município. Diante da constância de sua atuação, é visível que Albertino Marques depositou na educação o meio para a execução de sua proposta de interferência no meio social.

Em 13 de junho de 1954, foi apresentado e discutido em assembleia de diretoria do CEF “[...] a ideia da fundação de dois curso [sic.] noturnos de **alfabetização de adultos**, um de caráter elementar e o outro primário complementar ambos de duração de uma hora [...]”⁴ a funcionar nas “sede provisória do Centro Espírita ‘Fraternidade’”. Após a aprovação do funcionamento dos cursos, a aula inaugural e “[...] de instalação dos cursos de alfabetização do Centro Espírita “fraternidade” [aconteceu às] vinte horas do dia treze de julho de mil novecentos e cinquenta e quatro [...]”⁵ Como era uma proposta encampada por Albertino Marques, enquanto secretário da diretoria do CEF, ficou ele e o Presidente da instituição à época, o senhor Antônio Mário dos Santos, responsáveis por ministrarem as aulas. Foi registrada, nessa aula, a presença de dez alunos “inicialmente matriculados”.⁶

A ata de registro da aula foi o momento de formalizarem as diretrizes que seguiriam as atividades de alfabetização mantidas pelo Centro. De acordo com as descrições do documento, os cursos em funcionamento eram “[...] em

⁴ Grifo nosso. CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl. 4 v.

⁵ Ibid., fl. 4v.

⁶ Ibid., fl. 4v.

cumprimento estatutário desta instituição [...]”.⁷ No entanto, cabe pontuar que o estatuto do CEF ainda não havia sido oficialmente registrado em cartório, o que somente ocorreu em 8 de março de 1955.⁸ É possível que a discussão e aprovação tenham ocorrido antes da data do registro em Cartório de Registro de Títulos, como também antes da instalação dos cursos. Mas consideramos que é pouco provável, pois não consta nas atas das reuniões de diretoria menção alguma sobre a discussão do mencionado documento. É provável que Albertino Marques tenha feito a referência à implantação dos cursos seguindo a orientação estatutária, cumprindo uma formalidade de instalação, do que realmente estivesse seguindo as diretrizes do estatuto. A aprovação e registro do estatuto foram feitos posteriormente, com a seguinte pauta sobre educação: “[...] O Centro fundará também, quando seus recursos o permitirem, uma escola de ensino primário para crianças ou adultos, de ambos os sexos, sócios e filhos de sócios ou não. [...]”⁹ Retomaremos, a seguir, a proposta da criação da escola de ensino primário mencionada no fragmento.

Seguem algumas posições apontadas na ata sobre o funcionamento do curso de alfabetização: “[...] Ficou estabelecido que estes cursos funcionarão, (sic.) até outras deliberações às terças, quintas e sábado, das vinte às vinte e uma horas e trinta minutos [...]”¹⁰ Como é evidente pela descrição e pelo horário noturno proposto para o funcionamento das aulas que os cursos eram destinados a um público específico, a “alfabetização de adultos”. O horário escolhido para as aulas justifica-se, justamente, por serem destinadas aos trabalhadores, por conta das ocupações diárias e só lhes restavam a noite para os estudos. Mas também não limitaram a oferta somente aos adultos. O curso foi destinado também os menores que não estivessem matriculados no sistema de ensino do município. O registro aponta a presença de dez alunos matriculados; é desconhecida a composição socioeconômica dos alunos, por não terem sido preservados os materiais didáticos, as listas de presença ou qualquer outro tipo de documento que permitissem ter conhecimento de tais informações. Por essa dificuldade enfrentada, trabalharemos na perspectiva de

⁷ CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl. 4 v..

⁸ Cartório de Registro de Títulos e documentos e pessoas jurídicas. Fórum Duarte Muniz, Brumado-Ba. Estatuto do Centro Espírita Fraternidade de 1955. Livro de registro ano 1955, mês março, dia 8, número da ordem 6, fl.29.

⁹ Ibid., fl.30.

¹⁰ CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl. 4 v.

suposições, observando as minúcias e vestígios que dão conta de responder a algumas lacunas por falta de fontes. As fontes que tratam do projeto de educação promovido por Albertino Marques, por meio do Centro, são as atas que registram reuniões das diretorias e o texto do estatuto, que tratam sobre as diretrizes normativas de funcionamento do Centro.

Ao analisarmos as diretrizes reguladoras da proposta do curso de alfabetização do CEF, expressa na ata de instalação, sugerimos uma condição que define a qual público era destinado o curso e a que orientações pedagógicas iriam seguir. Essa referência diz muito acerca de que tipo de orientação educacional que se tinha em vista para o “projeto” de educação que seria implantado no Centro. Como afirma na ata; “[...] Terão caráter preferencial a matrículas daqueles candidatos que não estejam matriculados em curso de alfabetização vigentes no município [...]”.¹¹ É visível que o “curso de alfabetização para adultos” vinha numa perspectiva de suprir uma deficiência do sistema do ensino municipal e, por isso, a prioridade era para quem não estivesse frequentando escolas na cidade.

No decorrer do texto, a ata deixa mais evidente qual a orientação pedagógica que pretendiam para o curso, visto que os “[...] cursos serão orientados de acordo com os metodos (sic.) e recomendações do sistema pedagógico adotado pelas instituições de ensino oficial do país [...]”.¹² Essa afirmação já demarca em qual “terreno” pedagógico situava o projeto de educação iniciado no Centro. Também, associando a essa consideração, ao fim do documento é apontado um imperativo acerca da incumbência de noticiar junto à Prefeitura Municipal de Brumado, a seu órgão responsável pelas atividades de ensino supletivo, o funcionamento do curso. Segue a transcrição, “[...] foi pelo Sr. Antonio Mário dos Santos Presidente autorizada a oficiar à Inspectora do Ensino Supletivo, neste Município, sôbre (sic.) a instalação dos referidos cursos e ao seu funcionamento. Brumado, 13 de Julho de 1954 [...]”.¹³ Portanto, a descrição evidencia que esse curso não teria orientação religiosa, como as escolas dominicais dos protestantes, ou no caso do Espiritismo, as chamadas “Escolas de Evangelização”, que exercem a pregação da doutrina. No

¹¹ CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl. 4 v..

¹² Ibid., fl.4v – 5.

¹³ Ibid., fl.5.

entanto, o Centro Espírita Fraternidade não fugiu a essa regra da evangelização, pois em junho de 1967 foi criada a **Escola Infantil Irmã Aurelina**, que tinha como função a evangelização.

O texto da ata de inauguração do curso de alfabetização informa que “[...] são inteiramente gratuitos a eles está franqueado a matrícula a todos aqueles menores ou adultos de ambos os sexos, sem destinação de classe, credo, côr (sic.) ou quaisquer outras diferenças sociais [...]”¹⁴ Este fragmento traz muitas informações relevantes, a exemplo da gratuidade. No entanto, quando o estatuto foi aprovado, aproximadamente oito meses após a aula inaugural do Curso de Alfabetização, ocorreu uma mudança na redação desse ponto. A referida modificação se situa no artigo sexto, que em seu parágrafo único trata sobre a educação, discriminando que “[...] o Centro nada cobrará dos sócios ou pais de alunos que se matricularem na escola, a não ser dos que quiserem (sic.) pagar uma anuidade módica, que a Diretoria fixará para auxiliar as despesas com a conservação e renovação de material escolar [...]”¹⁵ O adendo feito mediante a frase “a não ser dos que quiserem pagar”, provavelmente ocorreu por conta das despesas na manutenção do funcionamento do curso. Levando em conta que era uma atividade que acontecia três vezes por semana, podemos presumir que os gastos com logística, material didático, dentre outros, eram constantes e, por isso, depois de um “balanço” feito do tempo em funcionamento, a diretoria do CEF decidiu restringir o pagamento de quem quisesse contribuir financeiramente com a atividade.

O fragmento também indica o público para o qual destinava-se a proposta do curso de alfabetização. Descreve que seria franqueada a qualquer pessoa independente de sua condição social, não restringia o acesso com as questões de faixa etária, levando em conta que se tratava de um curso noturno, que tinha como principal objetivo a alfabetização de adultos. Entrevê nesta diretriz que era um projeto de interesses ousados, pois certamente ambicionava atender a todos os públicos e, principalmente, as crianças em idade de alfabetização, tendo em vista da situação precária do ensino na cidade de

¹⁴ CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl. 4v.

¹⁵ Cartório de Registro de Títulos e documentos e pessoas jurídicas. Fórum Duarte Muniz, Brumado-Ba. Estatuto do Centro Espírita Fraternidade de 1955. Livro de registro ano 1955, mês março, dia 8, número da ordem 6, fl.30.

Brumado entre as décadas de 1950 a 1960. Tal empreendimento iria, de alguma forma, modificar o sistema de ensino do município.

Salientamos, ainda, que o empenho de Albertino Marques, influenciado pelos ideais de igualdade da Doutrina Espírita, em viabilizar, por meio do CEF, atendimento educacional aos trabalhadores, público específico da população brumadense sem acesso à educação, não destoava da maioria de movimentos de entidades e sujeitos ligados ao Espiritismo e envolvidos com questões similares ao longo da História. O caso estudado não era algo isolado e específico de Brumado, já que era bem comum o envolvimento de adeptos do Espiritismo, principalmente no Brasil, que utilizaram de centros espíritas para ofertarem educação à população (FUCKNER, 2008). Alessandro Cesar Bigheto, por exemplo, estudou a trajetória de Eurípedes Barsanulfo na Primeira República, um espírita que destinou a sua vida à educação (BIGHETO, 2006). De acordo com o autor, entre os espíritas “essa valorização do papel da educação não é a mesma crença liberal de que a instituição escolar seria agente transformador da sociedade. Para o espiritismo, a essência da própria vida é pedagógica, a evolução do ser humano é um processo de educação” (BIGHETO, 2006, p. 72). Em função disso, o autor dedicou um capítulo da sua dissertação, intitulado de *O vereador, o educador e seu tempo*, (BIGHETO, 2006, p. 71) para tratar destas questões. Nele, podemos observar similaridades entre a trajetória de Eurípedes Barsanulfo e Albertino Marques quando se trata da relação entre religião, educação e política.

Para além da educação, os espíritas encamparam, também, outras lutas sociais mais específicas, a exemplo da disputa por conquistas de direitos, com a busca pelo sufrágio universal (AUBRÉE, 2009, p. 96), ou ainda a luta em favor do operariado, como ocorreu na França do século XIX (AUBRÉE, 2009, p. 93-103), e a intensificação da luta pela abolição da escravidão, (KARDEC, 2009, p. 260) como foi o caso do médico e deputado brasileiro, Adolfo Bezerra de Menezes, que combateu a escravidão durante sua estada na política. A luta promovida por Bezerra de Menezes contra a escravidão foi respaldada nos próprios ensinamentos do Espiritismo. O Livro dos Espíritos, por exemplo, em um dos seus capítulos aborda a “Lei de Liberdade”, condenando a escravidão,

descrevendo-a como um abuso de força. “Toda a sujeição absoluta de um homem a outro homem é contrária à lei de Deus” (AUBRÉE, 2009, p. 151).

Retomando às questões relacionadas às influências dos preceitos do Espiritismo na trajetória de Albertino Marques, consideramos que a descrição apresentada na ata acerca do público ao qual se destinava o curso de alfabetização indica que o curso materializava os ensinamentos da Doutrina Espírita, já que não limitava a participação de qualquer pessoa interessada em frequentar as aulas para se alfabetizar, independente de suas características físicas, diferenças de gênero, crença e condição social. Não é demais lembrarmos que os posicionamentos contidos no Pentateuco Espírita¹⁶ sugerem uma paz social, baseado na igualdade de direitos. O Livro dos Espíritos reserva um capítulo exclusivo para tratar sobre do tema, intitulado “Lei da Igualdade” (KARDEC, 2009. p. 253). Para o Espiritismo, todos os homens e mulheres têm os mesmos direitos, sendo que as diferenças sociais existentes, a exemplo da pobreza, dependem do grau de evolução de cada indivíduo. Assim, as desigualdades sociais são justificadas a partir dos adiantamentos moral e intelectual de cada sujeito. A preocupação de Albertino Marques em disponibilizar a formação intelectual para todos, por meio dos cursos no espaço do CEF, estava sintonizada, justamente, com a pretensão de garantir o desenvolvimento intelectual das pessoas, o que coaduna com o que foi exposto sobre o envolvimento de espíritas na luta por direitos e por igualdade.

Vale o retorno à referência que fizemos anteriormente sobre o objetivo da criação de uma escola de alfabetização firmada pelo CEF no Estatuto aprovado em 1955. Entendemos que essa proposta entrou numa perspectiva muito mais de um projeto futuro do Centro do que a descrição estatutária de uma atividade já em exercício a época. Nas atas de proposição e fundação, em 1954, do Curso Alfabetização, nas descrições da atividade, ficam evidente que não se tratava de uma escola. Albertino Marques, precavendo-se juridicamente de uma possível evolução do curso para escola, respalda-se, por meio do Estatuto junto ao órgão do Estado, do funcionamento de uma escola nas imediações do Centro. Nas atas do Centro, na reunião do dia 5 de fevereiro de 1967, reapareceu a

¹⁶ O Pentateuco Espírita é composto pelas cinco principais obras que fundamentam a Doutrina Espírita. Organizada pelo seu então decodificador Allan Kardec. Segue em ordem cronológica de publicação: *O Livro dos Espíritos* (1857); *O Livro dos Médiuns* (1861); *O Evangelho segundo o Espiritismo* (1864); *O Céu e o Inferno* (1865) e *A Gênese* (1868).

referência a uma escola chamada de “Escola Noturna de Alfabetização ‘Prof. Leopoldo Machado’”,¹⁷ se passado aproximadamente 13 anos depois da fundação do Curso de Alfabetização, sem nenhum registro mais específico dentre esse período, sobre a transformação da passagem do curso a escola.

Mesmo sendo identificado, na prática de Albertino Marques, um projeto de sociedade baseado no direito à educação para todos, existiam também interesses religiosos no empenho de efetivar uma escola de alfabetização. Levando em conta, principalmente, que para ser espírita é necessário primeiro conhecer a Doutrina Espírita, e para isso não basta somente frequentar as palestras doutrinárias ministradas no Centro, era imprescindível, ainda, a leitura do Pentateuco Espírita e, para tanto, havia a preocupação em alfabetizar, assim como o objetivo de angariar mais fiéis.

Como já foi mencionado, uma das dificuldades enfrentadas na análise do projeto de educação desenvolvido por Albertino Marques no CEF foi a escassez de fontes. Os documentos e materiais didáticos dos referidos projetos, que retratassem as atividades desenvolvidas pelo curso de alfabetização e posteriormente pela escola, não foram preservados, fato que dificultou nossa análise. Como aportamos nos registros das atas das ações executadas, o fragmento a seguir cumpre a função de diminuir a lacuna entre a fundação do curso em 1954 e a Escola Noturna de Alfabetização “Prof. Leopoldo Machado”¹⁸. Quando Albertino Marques menciona nas Atas que exerceu a função de presidente da escola por oito vezes;

O irmão presidente, [Albertino Marques Barreto] proferiu ligeira alocução declarando entre outras coisas, que: pela oitava vez era eleito presidente desta pequena escola, que tem por Mestre, Nosso Senhor Jesus Cristo, e que reconhecia não ser um mandato de ordem material e sim de ordem espiritual [...].¹⁹

Essa informação evidencia a continuidade das atividades do curso de alfabetização até chegar à categoria de escola. Presumindo que o período da gestão da presidência seja de um ano, computam-se, nesse intervalo, oito anos, adicionando também a gestão da presidência de Antonio Mário dos Santos na instalação do curso no início das atividades do Centro. Esses dados

¹⁷ CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl. 27 v. – 28.

¹⁸ CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl. 21.

¹⁹ Ibid., fl. 21

registram o trabalho de duração no âmbito da educação de, no mínimo, nove anos. Sendo assim, da fundação do curso em 1954 ao primeiro registro com o nome da escola em 1967, foi, aproximadamente, um período de 13 anos de existência e funcionamento das atividades educativas, dos quais 09 anos tem-se evidência do funcionamento, pela menção das gestões das presidências. Esses indícios nas fontes nos levam a considerar que o principal projeto de Albertino Marques era a educação e que no período estudado houve permanência dessas atividades no espaço do Centro.

O trecho da ata a seguir data de 5 de fevereiro de 1967, utilizando, pela primeira vez, o uso do nome escola, desde a criação do Curso de Alfabetização. O fragmento trata de um balanço das atividades desenvolvidas pelo Centro, feito por Albertino Marques na condição de presidente e propondo novamente “[...] a necessidade de ser organizado os departamentos: Cultural, Assistência Social e Espiritual e dar-se um cunho orgânico a esses departamentos através (sic.) de uma regulamentação [...]”²⁰ Entende que a retomada das questões organizativas dos trabalhos do CEF, através da criação de novos “Departamentos”, também está correlacionada com a experiência adquirida por Albertino Marques à frente das Comissões na Câmara de Vereadores, pois a proposição já havia sido formulada anteriormente em 11 de fevereiro de 1965,²¹ anterior ao seu ingresso na Câmara, sem alcançar êxito, pois as atividades dos Departamentos não foram observadas nas atas. Finalizando a exposição, Albertino Marques teceu considerações acerca do departamento que seria responsável pela escola e pela biblioteca do Centro. “[...] O Departamento Cultural, compreenderá a Biblioteca Popular Espírita de Brumado, Escola Noturna de Alfabetização “Prof. Leopoldo Machado”, etc. [...]”²²

Novamente o assunto da Escola Noturna de Alfabetização “Prof. Leopoldo Machado” retorna a pauta da reunião de diretoria, quando a 7 de maio de 1967, Albertino Marques anuncia que o ensino não seria mais gratuito por conta das dificuldades financeiras enfrentadas para a manutenção das atividades relacionadas à escola. Isso ocorreu após a Prefeitura Municipal de Brumado ter cortado o auxílio financeiro que era destinado à Escola e suspenso

²⁰ Ibid., fl.27 v. – 28.

²¹ Ibid., fl. 24 v.

²² CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01 fl.27 v – 28.

professores vinculados ao município que estavam em exercício no Centro. Essa tomada de decisão, por parte do Prefeito, foi em retaliação às investidas de investigação por parte de Albertino Marques ao Prefeito Dr. Juracy Pires Gomes, iniciado em 7 de abril de 1967, momento que gerou intensos embates na Câmara. O estremecimento das relações políticas teve como consequência a suspensão dos benefícios concedidos ao Centro pela Prefeitura. E em decorrência desse motivo Albertino Marques propõe cobrar uma taxa dos alunos para a manutenção das atividades da Escola;

[...] falou também sobre a escola noturna Prof. Leopoldo Machado, que irá funcionar mediante a taxa de dois cruzeiros novos por aluno, dizendo que essa medida era tomada em virtude de falta de recursos da Prefeitura, todavia, diz esperar que seja designada uma professora leiga para o Centro, quando então, o ensino será gratuito.²³

Foi colocada uma condição para que o ensino retornasse aos moldes iniciais, de quando a oferta do ensino era gratuito. Seria necessário que a Prefeitura destinasse uma professora para o ensino na Escola. Nesse contexto de dificuldades financeiras, Albertino Marques propôs meios paliativos que minimizassem a situação do Centro. Um tanto inusitada foi uma das medidas tomadas por ele, depois de instituídos os departamentos. Desta forma, o Departamento de Cultura, que organizou a “Biblioteca Popular Espírita de Brumado”²⁴, propôs e adotou a medida de alugar os livros espíritas à comunidade.

O irmão presidente declarou já estar organizada a Biblioteca, estando a mesma em condições de alugar os livros, mediante o pagamento de cinquenta cruzeiros velhos (Cr. \$50,00), ficando ainda responsáveis os leitores pelo estrago e desvio de obras, conforme os preços constante do “Preçário”, fornecido pela F.E.B., e o prazo estabelecido no regulamento que discipline esse serviço.²⁵

A medida “de alugar os livros” foi adjetivada por nós como inusitada para evitarmos de chamar a prática, logo de imediato, de contraditória, o que enviesaria a análise. Nossa ideia foi dar ao leitor a oportunidade de apreciar o fragmento e observar como o autor da proposta se posiciona. Levando em conta que o projeto de maior afinco da trajetória de Albertino Marques, tanto no CEF

²³ Ibid., fl. 30.

²⁴ Similar a Albertino Marques, o espírita feirense Osvaldo Requião também organizou uma biblioteca no Centro Espírita Jesus de Nazaré em Feira de Santana. Cf. MORGADO, 2015, p. 130.

²⁵ CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl.29.

quanto na Câmara, foi o de disponibilizar o livre acesso à Educação a quem tivesse interesse, mas diante do surgimento de dificuldades pontuais, como questões financeiras, a primeira ação adotada foi cobrar um valor pelo empréstimo, limitando o acesso aos livros espíritas da “Biblioteca Popular Espírita de Brumado”. Tal cobrança e a taxação de mensalidade para a manutenção da escola nos causam estranhamento por serem um tanto incoerentes com a proposta inicial.

Mas é justamente o contexto que lança luz sobre a tomada de decisão de Albertino Marques. Fazendo uma consulta ao salário vigente no País à época da instituição da mensalidade cobrada na escola, é possível entendermos a proporcionalidade do quanto isso significava para as pessoas que a frequentavam. Em 13 de fevereiro de 1967, entrou em vigor a moeda Cruzeiro Novo²⁶ e foram extintos os centavos, ficando o Cruzeiro velho com a sua equivalência. Em março do mesmo ano, com o decreto nº 60231,²⁷ o valor do salário mínimo alcançava a cifra de Cento e cinco Cruzeiros Novos (NCr\$ 105,00). Portanto, o valor de dois cruzeiros novos (NCr\$ 2,00) por aluno estipulado por Albertino Marques, proporcionalmente ao salário, equivaleria aproximadamente 2 por cento do montante do salário. O valor cobrado pelo aluguel dos livros chegava a uma pequena quantia de centavos. Chegamos à conclusão de que, portanto, diante da insignificância dos valores, depois de compreender o quanto significava em comparação ao salário, essa prática foi umas das formas de manter funcionando os trabalhos da Escola, na medida em que servia para arrecadar verbas para pagamento de professor. Os serviços educacionais deixaram de ser gratuitos, mas o valor era irrisório e acessível aos alunos.

A concepção de Educação de Albertino Marques Barrêto e as similaridades com a proposta espírita.

No decorrer do texto, referimo-nos a atuação de Albertino Marques como a formulação de um Projeto de Sociedade ou mesmo um Projeto de Educação. Cabe esclarecer que esse “projeto”, em forma física, sistematizado em suas

²⁶ Conferir: Disponível em: <<http://www.debit.com.br/moedas.php>> Acesso em: 25 mai. 2016.

²⁷ Conferir: Disponível em: <<http://audtecgestao.com.br/capa.asp?inford=1336>> Acesso em: 25 mai. 2016.

estruturas próprias, não existiu; essa ressalva é válida principalmente em se tratando do Projeto em Educação, pois nem mesmo é sabido da existência de um projeto pedagógico da Escola, formulado por Albertino Marques. Se foi confeccionado algum, não tivemos acesso, por não constar nos arquivos pesquisados. Mas foi possível identificar a existência de um Projeto, por meio de vestígios em sua prática, através das fontes, das quais já apresentamos parte delas, a exemplo das atas do CEF e as da Câmara de Vereadores, que assinalavam intenções de uma reforma social, baseada na educação.

Depois de fazer essa breve ressalva, cabe entender a concepção de Educação de Albertino Marques, tendo em vista que se faz necessário compreender em qual formação intelectual se ancora tal concepção e conseqüentemente as influências vindouras de sua “visão de mundo”. A partir daí, percebermos qual é o entendimento da função da educação na trajetória do sujeito pesquisado.

Chegamos ao entendimento do que Albertino Marques compreendia por educação quando analisamos a indicação apresentada a Câmara no dia 29 de maio de 1969, buscando solucionar o déficit orçamentário enfrentado pelo “Ginásio General Nelson de Mello”.²⁸ O que mais chama atenção nesse documento é uma das considerações feitas por ele em busca de justificar ao poder público a necessidade em suprir as finanças da instituição, a fim de não encerrar as atividades educativas. Albertino Marques expõe o que acreditava por Educação quando afirmou: “CONSIDERANDO que o fracasso financeiro da conceituada entidade trará incalculáveis prejuízo (sic.) a esta zona, além de grande desencanto a todos quantos procuram **sair das trevas da ignorância para alcançar a luz divina do saber.**”²⁹

O primeiro ponto a ser observado nesse fragmento é o que já era corriqueiro na trajetória de Albertino Marques, da intensa preocupação com a educação do município, justificando ao governo que, se não fossem tomadas as providências cabíveis, o fechamento da escola traria “incalculáveis prejuízos” à cidade. É visível, ainda, a defesa de que a Educação para o sujeito não

²⁸ Na época estudada, esse Ginásio era a principal instituição educacional da cidade de Brumado. Cf. Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

²⁹ Grifo nosso. Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

carregava apenas o sentido corriqueiro de ascensão social, mas principalmente, se inseria num entendimento engendrado pelo Espiritismo de regeneração e evolução da humanidade. O que mais nos interessa nesse momento é o entendimento sobre Educação apontado no trecho, sinalizando que o fim da instituição traria uma perda para os interesses da urbe. O trecho liga ignorância às trevas e o saber à luz divina, fazendo um jogo maniqueísta entre bem e mal, trevas e luz. Há, nesse trecho, fortes influências iluministas, adquiridas por meio das leituras do Pentateuco Espírita, efetivadas pelo sujeito, considerando que o Espiritismo seja a principal matriz de sua formação, e como tal, estão permeadas de influências do contexto histórico francês.

Nesse documento, fica evidente ainda como Albertino Marques concebia a aquisição do conhecimento como sendo um meio de transformação do ser, além das influências do Espiritismo contidas em sua concepção que apontam a Educação como o caminho que leva à modificação da sociedade. Fica claro, portanto, como Albertino Marques assimilou o papel fundamental e transformador da Educação quando versou sobre a importância do Ginásio. Essa ênfase dada não é somente um jogo com as palavras a fim de que acatem a sua indicação e aprovelem o financiamento da instituição. Reside aí, realmente, uma crença de que a Educação seria o caminho para uma sociedade melhor.

Como já foi anunciado das influências do Espiritismo na concepção de mundo de Albertino Marques, agora cabe-nos trazer ao diálogo como é apresentado o conceito de Educação no arcabouço do Espiritismo e entender quais as suas funções para a realidade social.

Há um elemento que, comumente, não entra na balança e sem o qual a ciência econômica não é mais que uma teoria: a educação. Não a educação intelectual, mas a educação moral, e não, ainda, a educação moral pelos livros, mas aquela que consiste na **arte de formar os caracteres**, a que **dá os hábitos**, porque **a educação é o conjunto dos hábitos adquiridos**. [...] Quando essa arte for conhecida, cumprida e praticada, o homem ocasionará no mundo hábitos **de ordem e de providência** para se mesmo e os seus, **de respeito por tudo o que é respeitável**, hábitos que desordem e a imprevidência são duas chagas que só uma educação **bem entendida** pode curar. Esse é o ponto de partida, o elemento real do bem-estar, a garantia da segurança de todos. (KARDEC, 2009, p. 222).

Para uma maior compreensão do fragmento, o texto supracitado foi extraído do capítulo d’*O Livro dos Espíritos* em que o assunto em pauta é a “Lei do trabalho”. O Espiritismo entende o trabalho como expiação, mas também, como meio de alcançar o aprimoramento intelectual. Portanto, na sociedade capitalista que o homem é regido pelas “suas necessidades e seus prazeres”, (KARDEC, 2009, p. 220) pelo consumo, o trabalho é imprescindível. E com o intuito de dar conta do que é o trabalho, o capítulo trata daqueles que trabalham, e se bem compreendida essa tarefa, o sujeito alcança o aprimoramento intelectual, mas também versa sobre os que não podem trabalhar, referindo as questões do repouso, do descanso na idade avançada e das limitações físicas. E por viverem em uma sociedade injusta e egoísta, que não tem a “lei de caridade” como princípio, a consequência é o flagelo da miséria. Desse modo, a Doutrina Espírita insere a Educação nesse contexto como sendo o caminho para se alcançar uma sociedade mais justa e igualitária.

Retomando a definição de Educação supratranscrito, o fragmento inicia com uma crítica de subestimação pela “ciência econômica”, por entender a educação simplesmente como uma teoria. Para o Espiritismo, o conceito extrapola o sentido de uma educação intelectual, circunda em torno do hábito e, como tal, a moral tem função preponderante, por ser reguladora das relações humanas.

Assim se percebe que a concepção de Educação de Albertino Marques, da reforma do sujeito tendo como base a aquisição da “luz divina do saber”, transita *pari passu* com o que está sendo apresentado do conceito de Educação no Espiritismo, em que a aquisição do conjunto de hábitos, baseado na moral, forma seres ordeiros e responsáveis pelos seus semelhantes. Lembrando que é mencionada a questão da ordem no fragmento, porque no compêndio doutrinário a Educação também tem função de controlar os instintos desfrizados dos seres e depois de alcançar essa transformação. Assim, a “cura” pela educação o bem-estar se estabelecerá em sociedade.

Conforme foi observado, para o Espiritismo, a Educação tem uma relevância central na transformação social. Essa importância parte desde o geral, no sentido de colocar a Educação como instrumento de modificação do mundo, com a transformação do indivíduo e conseqüentemente da sociedade por meio de uma internalização das condições morais do bem viver. E também

no sentido específico, pois para ter acesso aos conhecimentos da Doutrina Espírita, fazem-se necessárias a leitura e a compreensão dos seus ensinamentos, e por isso a Educação ganha um peso significativo para o meio espírita. Marion Aubréé aborda em seus estudos sobre essa centralidade, fazendo-nos conhecer os relatos sobre a vida do codificador da doutrina: “A educação é o ponto central do espiritismo. Por isso, em suas explicações aos grupos da província, Allan Kardec encoraja a leitura e o estudo do livro (*dos Espíritos*) como sendo primordial [...]” (AUBRÉE, 2009, p. 33).

Acima, explicamos que o “corpo” doutrinário do Espiritismo foi muito influenciado pelo contexto histórico europeu. Em se tratando de educação, cabe-nos inquirir, a fim de compreendermos com mais propriedade a atuação de Albertino Marques no tocante ao Projeto de Educação, a partir do qual a Doutrina Espírita obteve a concepção de Educação. Primeiramente, em busca de entender a formação intelectual de Hyppolyte Léon Denizard Rivail – antes de ficar conhecido enquanto decodificador do Espiritismo e passando a adotar o pseudônimo de Allan Kardec – recorreremos a Aubrée, que traz informações que auxiliam a compreender de quais ideais permeiam a proposta. A autora asseverou que Rivail recebeu sua formação no Castelo de Yverdon, na Suíça, o qual tinha como diretor e mestre Jean-Henri Pestalozzi, discípulo de Rousseau, que em sua prática pedagógica no Instituto eram os “ensinamentos de *Émile*” (AUBRÉE, 2009, p. 37.). Nas palavras da autora, “[...] a influência de Rousseau e da filosofia do século XVIII, que, através de Pestalozzi, forma o espírito de Rivail e serve de modelo à edificação do Espiritismo no seu ideal de tolerância, de fraternidade e de universalidade [...]” (AUBRÉE, 2009, p. 38).

A formação de Rivail aproximou o corpo doutrinário do Espiritismo com a crença na regeneração do homem por meio da educação, posições similares ao que foi defendido por Rousseau na obra *Emílio*, e que fez parte da formação de Rivail no período em que era aluno de Pestalozzi. Cabe, ainda, observar que não foi exclusividade da Doutrina Espírita a concepção de que a educação seria a salvadora da humanidade, influenciada por obras que pautaram as transformações pós Revolução Francesa. Podemos observar é que o “Pentateuco Espírita” era o “retrato” do contexto histórico europeu, marcado por grandes conflitos e transformações dos resultados da Revolução Francesa, que derrubou o Antigo Regime e instituiu uma nova forma de Governo e que tinha como

principal ideário a igualdade de direitos e, assim, um movimento de pensadores e filósofos franceses que enxergavam no terreno da Educação as possibilidades de transformação daquele contexto.

Portanto, a formação do homem novo que seria desenvolvida pela escola, pretendida pelos revolucionários, não se limitou, única e exclusivamente, à instrução, mas principalmente formar o homem ético. Retomando o que foi dito sobre como é entendida a Educação no Espiritismo, ficam evidentes as similaridades em que o ato de educar não ficaria restrito às questões do desenvolvimento da intelectualidade, mas é admitida também a moral como base da formação do sujeito. Com o intuito de compreendermos o protagonismo que a Educação adquiriu para a Doutrina Espírita é que nos aproximamos da análise apresentada por Boto sobre o “homem novo”, relacionando-a ao estudo da trajetória de Albertino Marques. Nessa empreitada, elencamos a análise da autora supracitada que define o cenário histórico francês, por entender que o percurso de Albertino Marques, na cidade de Brumado, foi marcado pelas influências do Espiritismo e conseqüentemente está imbricado o ideário do projeto pedagógico pós-Revolução Francesa no compêndio doutrinário do Espiritismo e, por extensão, na prática de Albertino.

Essa concepção de ensino público e democrático que conhecemos nos dias de hoje tem seu nascedouro na França, dando os primeiros passos desde o século XVII, o que culminaria com “[...] a ruptura revolucionária, atrelada a todo o imaginário que lhe acompanhou, que deu substância ao debate acerca da institucionalização de um ensino público e universal, sob encargo de poderes estatais [...]” (BOTO, 1996, p. 69).

Sendo assim, quando buscamos uma aproximação entre o que foi idealizado nesse período da Revolução Francesa com a realidade brasileira, em se tratando do sistema educacional e, numa escala menor, com o projeto de homem que foi encampado por Albertino Marques na cidade de Bramado, não é algo esdrúxulo e impossível de ser feita, visto que, como apresentou a autora sobre o “acerto de conta”, a “dívida” e a influência do projeto pedagógico advindos da Revolução no que conhecemos hoje por Educação, percebemos o nosso sistema de ensino também herança do que ocorreu na França naquele período. Em se tratando do ensino público e democrático, a busca nacional teve

um árduo caminho, intensificando-se principalmente no Primeiro Governo Vargas (1930-1945).

Foi ali que se criou o Ministério da Educação e Saúde (1930), que se construiu um sistema nacional público de ensino, e que foram feitas reformas que perduraram muitas décadas além da de 1940. A Reforma do Ensino Secundário de 1942, a Reforma Universitária, com a criação e padronização do sistema universitário público federal, a criação da Universidade do Brasil, a criação do Serviço Nacional da Indústria (Senai), em 1942, estão entre tais iniciativas. No caso do ensino primário, a política que talvez melhor exprima o tom daquele governo tenha sido a nacionalização do ensino, ou seja, o fechamento de escolas estrangeiras, a construção de unidades escolares e a imposição de um sistema nacional de ensino. A educação do primeiro governo Vargas ficou identificada com o ministro Gustavo Capanema, que esteve à frente do ministério da Educação por 11 anos, de 1934 a 1945. (BOMENY, 2016, p. 1).

Posteriormente ao que foi apresentado no fragmento, continuou a busca por uma legislação que regulamentasse o ensino público, dando os primeiros passos com a “comissão de educadores em 1948”³⁰ que apresentou ao Poder Legislativo o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Base (LDB). O então projeto da LDB, passando por sucessivas alterações, arrolado nas instâncias do Estado, durante 13 anos, somente aprovado em 1961 (MONTALVÃO, 2016). Sendo que o período do estudo da trajetória de Albertino Marques se insere nesse mesmo contexto, de intensas transformações do sistema nacional de educação. Albertino Marques, diante da situação precária do ensino do município, propôs intervenção na cidade, iniciando sua atuação com o Curso de Alfabetização para Crianças e Adultos no CEF e, posteriormente, ocupando a Câmara de Vereadores de Brumado em busca de apresentar projetos de Leis que fomentassem a Educação na cidade. Por conseguinte, diante da sua atuação constante relacionada à Educação, além das fontes do CEF como as atas e estatuto que versam sobre o curso e a Escola, como também as atas e documentos da Câmara que evidenciam os seus pronunciamentos e a sua concepção acerca desse tema, é que se nota a formulação de um projeto de

³⁰ “Fruto do trabalho de uma Comissão de 15 membros, subdivididos em três subcomissões (Ensino Primário, Médio e Superior), presidida pelo então Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação, Professor Manuel Bergstron Lourenço Filho, o Projeto teve como Relator Geral, Antonio Ferreira de Almeida Júnior.” LOBO NETO, F. J. S. Há cinquenta anos: o debate sobre a primeira LDB. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN08%20LOBO%20NETO.%20F.J.%20S.%20memoria%20e%20documento.pdf>> Acesso em: 07 ago. 2016.

Educação, desenvolvido por ele em diferentes espaços, tendo os traços do “homem novo” contido no Espiritismo, com influências da Revolução Francesa.

O ensino público do município de Brumado e a inserção de Albertino Marques no cenário educacional.

Como foi anteriormente exposto, a primeira ação de Albertino Marques foi por meio do espaço do CEF com o Curso de Alfabetização para Crianças e Adultos, tendo em vista as dificuldades educacionais enfrentadas em escala nacional que, obviamente, refletiram na pequena cidade de Brumado, onde o número de salas e a quantidade de contratação de professores eram insuficientes para a demanda de alunos em idade escolar, como também para os adultos que nutriam o interesse em se alfabetizarem. Nesse “hiato”, entra cena um representante da sociedade civil, com o objetivo de suprir uma carência acarretada pela negligência tanto por parte do Estado como também pelo próprio governo da cidade.

Outro momento crucial que direcionou a pesquisa e, portanto, é relevante que se faça alusão, foi o projeto idealizado por Albertino Marques e posto em execução junto à comunidade escolar “da quarta série noturna do Ginásio Nelson de Mello”,³¹ com o apoio do poder Executivo, em reivindicar do Estado da Bahia providências no que concerne “à criação de um Curso Técnico de Contábeis”³² na cidade de Brumado. O projeto foi bem-sucedido, na medida em que contribuiu para a alteração do ensino fundamental para o curso técnico, e assim, é possível travar diálogo com o que estava acontecendo no País acerca da educação tecnicista. O desempenho do sujeito referente à implementação do curso técnico coloca sua atuação em meio aos principais episódios do sistema educacional brasileiro, atinente a um tipo de ensino para formação de mão de obra qualificada para o Parque Industrial brasileiro. O desenvolvimento da industrialização também é observado na cidade de Brumado com a criação da já mencionada indústria de mineração, a Magnesita, a partir de 1940.

Sistematizamos as principais intervenções de Albertino Marques pois entendemos, em consonância com Bárbara Freitag, que a educação tem relações intrínseca com a “situação num contexto social” (FREITAG, 1980, p.

³¹ CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl. 110 v.

³² Ibid., fl. 110.

15). A autora menciona dois pontos centrais para definir educação. O primeiro evidencia que a “[...] **educação** sempre expressa uma doutrina pedagógica, a qual implícita ou explicitamente se baseia em uma filosofia de vida, concepção de homem e sociedade; [...]” (FREITAG, 1980, p. 15), e esse posicionamento é justamente o que tem sido adotado durante as análises ao longo do texto, por apreender que toda a ação de Albertino Marques estava permeada de suas vivências e experiências adquiridas pelo seu trajeto, principalmente do Espiritismo. O segundo ponto é que “[...] numa realidade social concreta, o processo educacional se dá através de instituições específicas (família, igreja, escola, comunidade) que se tornam porta-vozes de uma determinada doutrina pedagógica” (FREITAG, 1980, p. 15). Em se tratando de “instituições específicas”, primeiro foi a utilização do CEF, que não aparecem nitidamente as “vozes” da doutrina pedagógica referida por Freitag, mas já foi pontuado que, para além do interesse de angariar mais adeptos ao Espiritismo, também existiu a crença salvacionista por meio da Educação, contida na Doutrina Espírita e adotada pelo sujeito em estudo, portanto fica evidente o posicionamento pedagógico.

Vale ressaltar que o período que compreende a atuação de Albertino Marques no que concerne à Educação, entre a suas primeiras incursões em 1954 com a fundação do Curso de Alfabetização no Centro, até a permanência na Câmara, com o envio ao “Dr. Governador do Estado”³³ da Bahia da proposta da criação do “Curso Técnico de Contábeis”³⁴ em 1968, abarcou anos de significativos acontecimentos no cenário nacional no que tangem a Educação. Desde a herança da “política educacional do Estado Novo” (FREITAG, 1980. p. 52) com a Escola Nova “[...] correspondente aos interesses da nova classe que se consolidara no poder: a burguesia [...]” (SAVIANI, 1997. p. 18) em que esse modelo de educação era destinado a futura classe dirigente, sendo “[...] à Escola Nova como desempenhando a função de recompor os mecanismos de hegemonia da classe dominante [...]” (SAVIANI, 1997. p. 94) e o ensino tradicional e as escolas técnicas para a classe trabalhadora.

Retomando sua atuação na Câmara de Vereadores de Brumado, elencamos para esse texto alguns de suas propostas e pronunciamentos

³³ CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl. 110 v.

³⁴ Ibid., fl. 110. v.

aparentado a Casa Legislativa no que tange a educação. Na reunião do dia 04 de julho de 1970, estava em votação no Legislativo um projeto de lei que tinha por finalidade a construção de uma cadeia em Cristalândia. Albertino Marques assumiu a tribuna para votar contra o empreendimento, e a justificativa do seu voto é esclarecedor quanto ao seu posicionamento em se tratado das questões educacionais. “[...] Franqueada a palavra o vereador Albertino Marques Barrêto [...] achar desnecessário a construção de uma cadeia em Cristalândia, argumentando que em vez de ser feita a Delegacia de Polícia, fôsse [sic.] substituída por escolas noturnas a fim de educar [...].”³⁵

Quando Albertino Marques propôs a substituição da construção da cadeia por escolas noturnas, nesse caso direcionando para a alfabetização de adultos, é perceptível a importância que ele concede às questões educacionais. Além da já apresentada concepção do sujeito acerca da educação, beirando ao maniqueísmo, segundo sua formulação, educar-se era “**sair das trevas da ignorância para alcançar a luz divina do saber.**”³⁶ Tal concepção dialoga diretamente como as influências religiosas da sua visão de mundo. A proposição de seu voto contra a cadeia também é, em certa medida, uma evidente orientação da educação como forma de salvação do ser e do mundo. Durante as sucessivas análises de fontes, confirmamos que os seus posicionamentos trazem uma idealização de um modelo de homem e sociedade, tendo a Educação importância fundamental como via para a modificação social. Isso se ratifica também quando, na mesma reunião que apresentou seu voto a favor da educação e contra ao sistema penitenciário em Cristalândia, levou ao conhecimento do plenário uma “Indicação” de sua autoria, em fez um apanhado das medidas tomadas pela Secretária de Educação e Cultura do Estado acerca dos investimentos em construções de salas de aula.

Considerando que a **Secretária de Educação e Cultura**, por intermédio do **plano nacional de Educação**, esta empenhada na construção de **salas de aula** em todos **os municípios do Estado**; Considerando que a nossa cidade, incluída de há muito no referido plano, não foi ainda beneficiada ou contemplada, apesar da efetivação de doação dos respectivos terrenos, pelo município;

³⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 08, fl. 48 v.

³⁶ Grifo nosso. Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970

Considerando que somente cerca de 10% (dez por cento) de nossos alunos dispõem de salas de aula, num único prédio escolar;

Considerando, finalmente, que é nosso dever irrecusável procurar tornar realidade esta grande aspiração de nossos municípios;

Indicamos a mesa que nos dirige os trabalhos, ouvido o plenário, se digne de officiar com urgência aquele órgão, solicitando uma pronta e justa solução para este (sic.) angustiante problema.³⁷

Albertino Marques, no início da Indicação, abriu o texto para justificar o que pretendia, contextualizando informações acerca do âmbito nacional, apresentado dados do Plano Nacional de Educação (PNE), referindo-se às verbas aprovadas, destinadas para “construção de salas de aula em todos os municípios do Estado” a qual defere críticas, questionando o fato do município de Brumado ainda não ter sido beneficiado com tais investimentos. Em seguida, apresentou os dados da conjuntura municipal, destacando a pequena quantidade de alunos atendida pela escola mantida pelo Estado. Pelos dados apresentados, o único colégio à época mantido pelo governo do Estado era o Colégio Estadual Getúlio Vargas. Como foi delineado anteriormente acerca das condições do ensino primário na cidade e a respeito do Ginásio General Nelson Mello desenvolvendo o ensino secundário, o Colégio Estadual Getúlio Vargas oferecia o ensino fundamental. Fica evidente o quanto Albertino Marques era conhecedor das leis que envolviam a educação, a exemplo do PNE e o interesse de se manter inteirado das condições que se encontravam o ensino da cidade. São dados que demonstram o empenho em seu projeto de atuação, da importância da Educação em sua prática como vereador e religioso.

Considerações finais

Ao analisarmos a trajetória de Albertino Marques, percebendo os contornos de um visível “projeto de mundo”, entendemos que nenhuma de suas ações estava isenta de interesses e objetividade. Albertino Marques, ao intervir na cidade com um projeto de Educação, usou estratégias de um homem

³⁷ CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 06, fl. 85.

espírita. A primeira relacionada ao CEF, considerando que para ser espírita era necessário ser alfabetizado, pois o entendimento e a prática da religiosidade espírita perpassam principalmente pela leitura, então o Curso de Alfabetização tinha por finalidade imediata ensinar os sujeitos – potenciais fiéis – a ler. Também deve se considerar que ante a precária situação da Educação no município, o curso poderia ser uma estratégia para atrair mais frequentadores e futuros fiéis. O segundo ponto foi a implementação de cursos técnicos na cidade. Essa ação esteve intrinsecamente ligada à existência de indústrias de mineração. Nesse sentido, ainda que estes cursos fossem destinados aos trabalhos internos administrativos, o que se pleiteava era a formação de quadro de funcionários aptos para a inserção aos trabalhos especializados.

Como espírita, entendia que a educação se constituía em um meio que garantiria o progresso intelectual e a conseqüente evolução espiritual dos indivíduos. Tal progresso seria fundamental para o desenvolvimento da humanidade de forma geral, garantindo a evolução do mundo terreno. O projeto de educação desenvolvido por ele estava imbricado na sua formação enquanto espírita. Para ele, a educação seria o caminho de salvação do ser humano, libertando-o da “ignorância”. O acesso ao conhecimento construiria, assim, um “homem novo”. Para Albertino, não se tratava de formar espíritas, mas, sim cidadãos aptos a intervir no curso de sua própria história. Contudo, a possibilidade de atrair novos fiéis para a doutrina também não foi descartada, embora esta não tenha sido a prioridade.

Referências

AUBRÉE, Marion. **A mesa, o livro e os espíritos**: gêneses, evolução e atualidade do movimento social espírita entre França e Brasil. Maceió: Edufal, 2009.

BIGHETO, A. C. **Eurípedes Barsanulfo, um educador espírita na Primeira República**. Dissertação (mestrado), Universidade de Campinas, Campinas, 2006.

BOMENY, Helena. **E ele voltou... o segundo governo Vargas**: A educação no segundo governo Vargas. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Educao>>. Acesso em: 07 ago. 2016.

BOTO, Carlota. **A escola do homem novo: Ente o Iluminismo e a Revolução Francesa.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade.** São Paulo: Moraes. 1980.

INCONTRI, Dora. **A Educação segundo o Espiritismo.** São Paulo: Editora Comenius, 2000.

Kardec, Allan. **O livro dos médiuns, ou, Guia dos médiuns e dos evocadores: espiritismo experimental.** Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2003.

_____. **O Evangelho Segundo o Espiritismo.** Araras, SP: IDE, 2008.

_____. **O Livro dos Espíritos.** Araras, SP: IDE, 2009.

LIMA, Rui Marcos Moura. Socialismo e espiritismo: educação como prática transformadora – Centro Espirita Fraternidade (Brumado-Ba: 1954-1964). **Revista Praes: Saberes e produções discentes.** Salvador, v. 1, n. 1, p.133-147, 2011.

_____. **Um caminhante no sertão da Bahia:** estradas de Albertino Marques Barreto em Brumado (1945-1947). 2014. Monografia (Especialização em Educação, História e Sociedade) – Universidade do Estado da Bahia, Jacobina-Ba, 2014.

_____. **‘DAS TREVAS DA IGNORÂNCIA PARA ALCANÇAR A LUZ DIVINA DO SABER’:** Educação, religião e política na trajetória de Albertino Marques Barrêto (Brumado, 1954 – 1974). Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Mestrado em História, 2016.

MENDONÇA, Sonia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: INHARES, Maria Yedda (Org.). **Historia geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 243-272.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil:** opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. **A industrialização brasileira.** São Paulo, SP: Moderna, 2004.

MONTALVÃO, Sérgio. **A LDB de 1961:** apontamentos para uma história política da educação. Trabalho apresentado da I Jornada Discente do PPHPBC – Programa de Pós-graduação do CPDOC/FGV; 2009. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/ldb-de-1961-apontamentos-para-umahist%C3%B3ria-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o>> Acesso em: 07 ago. 2016.

MORGADO, Chablik de Oliveira. **O vôo do pássaro e seu canto:** trajetória de um espírita e do Espiritismo em Feira de Santana (1940-1960). 2015. Dissertação (mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e

A teia entretecida entre Educação e Religiosidade: uma análise a partir da trajetória de Albertino Marques Barrêto (Brumado, 1954 - 1974).

Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Bahia, 2015.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos:** contribuição a história da educação brasileira. São Paulo: Loyola, 1973.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia:** teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Autores Associados, 1997.

CALÍRROE DE SIRACUSA, FILHA DO GENERAL HERMÓCRATES: DIÁLOGOS ENTRE CÁRITON E TUCÍDIDES

CALLIRHOE OF SYRACUSE, DAUGHTER OF GENERAL HERMOCRATES:
DIALOGUES BETWEEN CHARITON AND THUCYDIDES

Adriane da Silva Duarte*

Resumo

Caso único entre os romances gregos do corpus erótico (*ideal love novels*), *Quéreas e Calíroé* (I d.C.) situa-se no passado clássico, mais precisamente na virada entre os séculos V e IV a.C.) e traz entre os personagens figuras históricas, notadamente Hermócrates de Siracusa, pai da heroína Calíroé. Hermócrates destacou-se na condução da frota siracusana que derrotou os atenienses durante sua investida contra a Sicília na Guerra do Peloponeso, como atesta Tucídides (*História da Guerra do Peloponeso*, IV.58-65; VI.32-5, 72-3; VII.21, 73; VIII.26-9, 45, 85). O objetivo desse artigo é discutir o uso que o romancista faz desse *background* histórico e os limites entre história e ficção.

Palavras-chave: *Quéreas e Calíroé*; *História da Guerra do Peloponeso*; Cáriton de Afrodísias; Tucídides; romance antigo.

Abstract

A unique case among the Greek novels (*ideal love novels*), *Chaereas and Callirhoe* (I AD) is situated in the classical past, more precisely at the turn of the fifth and fourth centuries BC) and brings among the characters historical figures, notably Hermocrates of Syracuse, father of the heroine Callirhoe. Hermocrates stood out in the conduct of the Syracuse fleet that defeated the Athenians during their assault against Sicily in the Peloponnesian War, as attested by Thucydides (*History of the Peloponnesian War*, IV.58-65, VI.32-5, 72-3; VII.21, 73, VIII.26-9, 45, 85). The purpose of this paper is to discuss the novelist's use of this historical background and the boundaries between history and fiction.

Keywords: *Chaereas and Callirhoe*; *History of the Peloponnesian War*; Chariton; Thucydides; Greek novel.

* Doutora em Letras Clássicas. Professora associada do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo. E-mail: asduarte@usp.br

No início do livro quarto de *Quéreas e Calíroo*,¹ há o relato de uma rebelião de escravos acontecida na Cária. Submetidos a uma carga de trabalho descomunal nos campos e constantemente maltratados, parte dos dezesseis prisioneiros, que dividiam um alojamento, amotinaram-se, romperam as correntes que os prendiam uns aos outros, degolaram o vigia e fugiram. Capturados, foram todos condenados, sem direito de defesa, à uma morte exemplar: a crucificação (CHARITON, IV.2.6). Dentre eles estavam Quéreas, o herói do romance, e seu amigo Policarmo. O primeiro resignou-se à sua (má) sorte, mas o segundo, sustentando nas costas a sua cruz, deixa escapar em voz alta: “É por você, Calíroo, que passamos por isso. Você é a causa de nossos males!” (CHARITON, IV.2.7: διὰ σὲ, φησὶν, ὃ Καλλιρρόη, ταῦτα πάσομεν. σὺ πάντων ἡμῶν τῶν κακῶν αἰτία.).

O desabafo é escutado por um intendente que logo suspeita que uma mulher, de nome Calíroo, havia auxiliado os fugitivos. Sendo imperioso prendê-la, leva Policarmo à presença de Mitridates, o sátrapa, para que, interrogado, revelasse o paradeiro de sua cúmplice. Diante de tal mal-entendido, o rapaz diz (CHARITON, IV.2.12): “Por que vocês se dão ao trabalho à toa buscando quem está ausente? Eu me recordei da Calíroo de Siracusa, filha do general Hermócrates (Καλλιρρόης ἐγὼ συρακοσίας ἐμνημόνευσα, θυγατρὸς Ἑρμοκράτους τοῦ στρατηγοῦ)”. A declaração, em que consta o patronímico e a sua cidade natal, basta para desfazer qualquer confusão quanto a identidade da pessoa referida.

A passagem deixa claro o quanto a identidade da heroína, cujo nome dá título ao romance, está mesclada a de seu pai, o general Hermócrates de Siracusa. São ao menos outras sete ocorrências em que consta a expressão “filha de Hermócrates” para referir-se a ela (cf. CHARITON, I.14, II.5, V.1, V.5, V.8 duas vezes e VII.2), além de inúmeras outras menções ao parentesco. Gostaria de destacar uma delas, a primeira a ocorrer no romance. Logo após o parágrafo de abertura, o narrador introduz aquela que será sua protagonista dessa forma: “Hermócrates, o general siracusano, o mesmo que derrotou os atenienses, tinha uma filha chamada Calíroo, um espanto de donzela e estátua

¹ Romance de Cáriton de Afrodísias (I d. C.), considerado o primeiro exemplar do gênero dentre os que foram conservados, doravante referido por Q&C. O texto que serviu de base para as citações é o de Reardon (Chariton, 2004) e as traduções são de minha autoria.

idolatrada em toda a Sicília” (Ἑρμοκράτης, ὁ Συρακουσίων στρατηγός, οὗτος ὁ νικήσας Ἀθηναίους, εἶχε θυγατέρα Καλλιρρόην τοῦνομα, θαυμαστόν τι κρῆμα παρθένου καὶ ἄγαλμα τῆς ὅλης Σικελίας) (CHARITON, I,1). Ou seja, para apresentar a filha, o narrador começa por falar do pai que, supõe-se, deveria ser conhecido dos leitores, ajudando a situar a narrativa no tempo e no espaço – é bem verdade que no parágrafo inicial já estava dito que os acontecimentos relatados se passaram em Siracusa.

Hermócrates, como devem se lembrar os leitores de Tucídides, é um líder proeminente dos sicilianos, um dos generais designados para combater os atenienses durante a sua investida contra a ilha (TUCÍDIDES, VI 73)². Trata-se, portanto, de um personagem histórico, cuja introdução num relato ficcional dá o que pensar. O que pretendeu Cáriton com a introdução desse personagem? Seria *Quéreas e Calírore* o que hoje costumamos chamar de romance histórico?

De todos os romances gregos do *corpus* erótico (ou de amor idealizado, *ideal love novel*), *Quéreas e Calírore* destaca-se por situar sua narrativa num momento histórico bem definido e distinto do contemporâneo. Para ser dar a medida da excepcionalidade que implica, veja-se a observação de M. Bakhtin, para quem:

Em todo o mundo do romance grego, com todos os seus países e cidades, construções, obras de arte, estão totalmente ausentes quaisquer indícios do tempo histórico, quaisquer vestígios de época (BAKHTIN, 1988, p. 217).

Evidentemente essa afirmação não se aplica ao romance de Cáriton, cuja composição data do primeiro século de nossa era. O fato de a heroína ser filha de Hermócrates e de ele ser personagem ativo do romance, faz com que a ação narrada se situe entre o final do século V e o início do IV a.C, no pós-guerra do Peloponeso – já que não há indício do conflito nos deslocamentos e nos discursos dos personagens, a não ser como lembrança. E os esforços de Cáriton no sentido de fixar o período de sua narrativa ficam evidentes também no núcleo babilônico da história com a introdução no rol dos personagens de

² Tucídides, em *A história da Guerra do Peloponeso*, doravante *HGP*, menciona Hermócrates em diversas ocasiões. Cf. *HGP*, IV.58-65; VI.32-5, 72-3, 75-80; VII.21, 73; VIII.26-9, 45, 85.

Artaxerxes, o rei persa, que é identificado como Artaxerxes II Mnemon, cujo reinado vai de 404-358 a.C., e de sua esposa, Estatira.³ Assim, “os personagens principais de Cáriton movem-se e têm parte decisiva numa esfera política que envolve não só a cidade de Siracusa, mas também o Império Persa, o que é igualmente reflexo da relação que o autor escolhe manter com a historiografia clássica” (SANO, 2015, p. 80).

Voltando à figura de Hermócrates, ao que tudo indica a fonte de Cáriton para a construção da personagem foi Tucídides. Apesar do general siracusano ser mencionado também por Xenofonte (*Helênicas*, 1.127), Diodoro Sículo (*Biblioteca Histórica*, XIII) e Plutarco (*Nícias*, 26), o historiador ateniense é o que mais discorreu sobre ele, trazendo informações em primeira mão, como contemporâneo e partícipe do conflito que se propôs a relatar. Além disso, Cáriton não alude a eventos narrados por Diodoro Sículo, que dão conta inclusive da morte do general durante a guerra civil que se instala em Siracusa antes mesmo de finda a Guerra do Peloponeso (*BH*, XIII.75).

Conforme muitos antes de mim notaram, Cáriton evoca o discurso historiográfico em passagens diversas de seu romance⁴ e, muito especialmente, nos parágrafos de abertura e fechamento de *Quéreas e Calíroo* (HUNTER, 1994). A guisa de comparação, veja-se a frase inicial e final do romance e o começo da *História da Guerra do Peloponeso*, de Tucídides:

Eu, Cáriton de Afrodisias, secretário do orador Atenágoras, vou narrar uma história de amor que aconteceu em Siracusa.

[Χαρίτων Ἀφροδισιεύς, Ἀθηναγόρου τοῦ ῥήτορος ὑπογραφεύς, πάθος ἐρωτικὸν ἐν Συρακούσῃς γενόμενον διηγήσομαι.]
(CHARITON, I.1)

Tal relato redigi a respeito de Calíroo.

³ Para o exame mais detalhado dos usos que Cáriton faz de elementos históricos, remeto ao artigo de Hunter (1994). A inconsistência cronológica que há no fato de Cáriton fazer coexistir a liderança de Hermócrates em Siracusa e o reinado de Artaxerxes, sendo que o primeiro morre antes do segundo ascender ao trono (407 ante 404 a.C.) deve ser relevado em vista das dificuldades de se estabelecer cronologias tão acuradas na Antiguidade ou mesmo do desinteresse em fazê-lo em vista dos objetivos do romance, que, se flerta com a história, não se pretende um produto dela derivado.

⁴ Dois exemplos: Lunginbill, R. D. Chariton's use of Thucydides history in Introducing the Egyptian Revolt. *Mnemosyne* 53, 1-11, 2000; Trzaskoma, S. M. Echoes of Thucydides' Sicilian Expedition in three Greek novels. *Classical Philology*, 116/1, 61-65, 2011. Reardon, em sua edição da Teubner do romance, anota uma série de paralelismos lexicais e estruturais.

[Τοσάδε περὶ Καλλιρόης *συνέγραψα*.] (CHARITON, VIII.8.16)

Tucídides de Atenas escreveu a guerra dos peloponésios e atenienses, como a fizeram uns contra os outros.

[Θουκυδίδης Ἀθηναῖος *ξυνέγραφε* τὸν πόλεμον τῶν Πελοποννησίων καὶ Ἀθηναίων...]⁵

Ao enunciar seu nome e o da cidade em que vive no início da narrativa, Cáriton de Afrodísias ecoa Tucídides de Atenas, assim como o registro do verbo *sýngraphēin* (συγγράφειν, escrever, redigir) ao seu final remete à abertura da *História da Guerra do Peloponeso*, em que é empregado.⁶ Seria o bastante para despertar no leitor culto a relação entre as obras.

Hunter (1984) sintetiza as posições dos que se debruçaram sobre a questão, notando que Cáriton promove intencionalmente uma tensão entre o discurso historiográfico, presente na assinatura autoral e nos verbos que emprega (γενόμενον, “que aconteceu”, συνέγραψα, “redigi”), e o ficcional, ao eleger por tema não mais a guerra, mas o amor (*páthos erotikón*, πάθος ἐρωτικόν).⁷ Esse jogo prossegue na medida em que ele faz da heroína, um personagem imaginado, filha dessa figura histórica.⁸ O efeito sobre o leitor seria o de promover uma diluição das fronteiras entre o real e o ficcional, levando-o a aceitar um gênero novo que se vale da prosa, notório veículo de expressão do que hoje denominaríamos não-ficção, para narrar histórias inventadas.

Smith (2007: 153) nota também que o emprego do verbo *diagésomai* (διηγῆσομαι, “vou narrar”), no final da oração que abre o romance, evidencia

⁵ Tucídides. *História da Guerra do Peloponeso*. Livro I. Tradução de Anna Lia A. de A. Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Doravante as citações de Tucídides seguirão a tradução de Mário da Gama Kury (TUCÍDIDES, 1992).

⁶ Para uma leitura mais detalhada, cf. Sano (2015, p. 78-80).

⁷ Lembre-se que em um passo famoso da *Poética*, Aristóteles distingue o ofício do historiador e o do poeta por aquele narrar o que aconteceu (*tá genómēna*) e este o que poderia acontecer (*án génoito*). Cf. Aristóteles, *Poética*, IX, 1451a 36-1451b 10.

⁸ Alguns estudiosos acreditam que Cáriton teria esboçado Calíroe a partir de notícias sobre uma filha de Hermócrates que fora desposada pelo tirano Dionísio da Sicília e morta durante uma rebelião (cf. Diodoro Sículo, *BH*, XIII.96; XIII.112; XIV.44) ou, conforme Plutarco (*Dionísio*, 3.1) que relata que ela teria se suicidado após ter sido violentamente ultrajada pelos siracusanos revoltados contra a tirania. É uma hipótese tentadora quando se considera que o segundo marido da heroína se chama Dionísio e que, depois de ser agredida por Quéreas, desfalece e é dada como morta. Contudo, faltam elementos para associar essa figura anônima (em Diodoro Sículo e em Plutarco ela será sempre referida como “a filha de Hermócrates”, τὴν Ἑρμοκράτους θυγατέρα) à personagem de Cáriton, que segue uma agenda própria – o seu Dionísio é um proeminente e refinado cidadão de Mileto, por exemplo, nada tendo em comum, além do nome, com o tirano da Sicília.

essa tensão, não só pelo uso da 1ª pessoa no lugar da 3ª, que ocorre em Tucídides e Heródoto, mas pela escolha do tempo futuro em lugar do passado (note-se em Tucídides o aoristo ξυνέγραφε) – que, no entanto, ocorre no final do romance, quando a narrativa já está perfeita. O efeito desse recurso, segundo o autor, é o de aproximar o ato narrativo e, portanto, o narrador, do leitor: “[...] é como se o narrador estivesse sentado ao lado do leitor no tempo presente e a história de amor anunciada constituísse uma performance narrativa feita de improviso” (“a kind of impromptu narrative performance”) que contrastaria com o ato acabado de composição oferecido pelo historiador – embora Tucídides, como sabemos, não tenha posto o ponto final em sua *História*. Não só a matéria narrada é passada, mas também a própria narrativa é dada por acabada na apresentação que dela se faz ao leitor. O interesse dessa leitura é compreender como Cáriton opera esses deslocamentos quanto à matéria e ao estilo da narrativa histórica para ressaltar a novidade de seu projeto.

Quanto a Hermócrates, se o retrato que Cáriton faz dele não reproduz fielmente o de Tucídides, é certo que retém características importantes.⁹ Note-se que ambos os autores demonstram apreço pela personagem. Começemos por Tucídides, que o descreve como orador persuasivo, cujos discursos, por vezes longos, reconstitui. Eu diria que essa é a principal característica que o historiador associa a ele, que nunca é retratado em ação, no calor da batalha, mas antes na tribuna, quer dirigindo-se aos siracusanos, seus conterrâneos, quer conduzindo embaixadas e tratativas. Assim, a primeira menção a ele na narrativa remete a uma situação de assembleia. Havendo disputas entre cidades sicilianas, foi acertado um armistício em 424 a.C. e convocada uma assembleia geral com representantes todas as cidades da ilha. Nessa ocasião:

⁹ Costuma-se notar que Cáriton é enfático quanto ao papel decisivo de Hermócrates na batalha naval que custou aos atenienses seus planos de expansão para Sicília. São várias as menções no romance que creditam diretamente a ele a vitória sobre os atenienses. Cf. Calíroo: “_ Pai, você que nesse mesmo mar trezentas naus dos atenienses bateu na batalha naval, um barco pequeno sequestrou sua filha sem que me preste ajuda alguma. Sou conduzida a uma terra estrangeira e devo, eu que nasci em família nobre, tornar-me escrava. Logo alguém comprará a filha de Hermócrates, um senhor ateniense talvez!” (CHARITON, I, 11). Tucídides não parece corroborar uma participação tão determinante assim (cf., por exemplo, SANO, 2015, p. 80).

[...] Hermócrates filho de Hêrmon, siracusano, cuja palavra era a mais acatada, dirigiu-se à assembleia geral [...] (TUCÍDIDES, IV.58)

[καὶ Ἑρμοκράτης ὁ Ἑρμῶνος Συρακόσιος, ὅσπερ καὶ ἔπεισε μάλιστα αὐτούς, ἐς τὸ κοινὸν τοιούτους δὴ λόγους εἶπεν.]

A tradução de Mário da Gama Kury talvez não dê conta do que está no original. O verbo *peítho* (πειθω, persuadir, ser acatado) está no aoristo e na voz ativa, com Hermócrates como sujeito, de modo que proponho: “Hermócrates, que os persuadiu sobremaneira” (e não “cuja palavra era a mais acatada”). Está sugerido que dele foram os argumentos mais persuasivos para que a reunião ocorresse – e não que fosse sempre capaz de convencer. Ainda assim, sua capacidade argumentativa e seu ímpeto conciliatório, transparecem nessa citação. Outra passagem, referente ao primeiro ano da guerra contra os atenienses, 415 a.C., ressalta como qualidades de Hermócrates inteligência (*xýnesis*, ξύνεσις), experiência (*empeiría*, ἐμπειρία) e coragem (*andreía*, ἀνδρεία). Segundo Tucídides:

Subiu então à tribuna Hermócrates filho de Hêrmon, homem que de um modo geral não perdia para nenhum outro em inteligência, e que nessa guerra se havia mostrado competente por sua experiência e notável por sua bravura (TUCÍDIDES, VI. 72).

[καὶ παρελθὼν αὐτοῖς Ἑρμοκράτης ὁ Ἑρμῶνος, ἀνὴρ καὶ ἐς τὰλλα ξύνεσιν οὐδενὸς λειπόμενος καὶ κατὰ τὸν πόλεμον ἐμπειρία τε ἰκανὸς γενόμενος καὶ ἀνδρεία ἐπιφανής [...]

O diagnóstico que fez da batalha que haviam acabado de travar e a capacidade de elevar o moral das tropas resultaram em sua indicação como um dos três generais (estrategos, στρατηγός) que dividiriam o comando a partir de então.¹⁰

No entanto, ao contrário do que Cáriton dá a entender, os sucessos militares de Hermócrates não foram nem duradouros, nem incontestes. No ano seguinte, 414 a.C., depois de uma derrota para os atenienses, ele foi destituído

¹⁰ Cf. Tucídides: “Os siracusanos, após ouvi-lo, aprovaram mediante votação tudo que ele aconselhou e escolheram três comandantes: o próprio Hermócrates, Heráclides filho de Lisímacos, e Sicanos, filho de Exécestos.” (TUCÍDIDES, VI, 73). Note-se que as menções aos companheiros de comando de Hermócrates são em muito menor número na HGP. Equiparável a ele, é Gilipos, o general lacedemônio que assume o comando da frente siciliana.

do comando, embora ainda mantivesse influência sobre as decisões militares.¹¹ Tucídides ainda menciona sua negociação com o sátrapa Tissafernes, sediado em Mileto, para que honrasse o pagamento das tropas de acordo com o que havia sido acertado com o Rei Persa, 413 a.C. (TUCÍDIDES, VIII. 29). Nessa passagem é designado “comandante siracusano Hermócrates” (Ἑρμοκράτους [...] τοῦ Συρακοσίου στρατηγοῦ), dando a entender que a ele tivesse sido confiado novamente o comando até que sobreviesse, pouco tempo depois, nova destituição, seguida de exílio:

Havia uma inimizade de longa data entre Tissafernes e Hermócrates por causa do pagamento de soldos, e recentemente, após o banimento de Hermócrates de Siracusa e a chegada de outro grupo de comandantes a Mileto para chefiarem a frota siracusana – eles eram Pótamis, Míscos e Dêmárcos – Tissafernes passara a hostilizar Hermócrates, agora um exilado, com violência ainda maior, acusando-o, entre outras coisas de lhe ter pedido dinheiro em certa ocasião, e de se haver tornado seu inimigo por não o ter obtido. Astíocos, então, partiu para a Lacedemônia juntamente com os milésimos e Hermócrates [...] (TUCÍDIDES, VIII, 85).

[ἔχθρα δὲ πρὸς αὐτὸν ἦν αὐτῷ αἰεὶ ποτε περὶ τοῦ μισθοῦ τῆς ἀποδόσεως: καὶ τὰ τελευταῖα φυγόντος ἐκ Συρακοσίων τοῦ Ἑρμοκράτους καὶ ἑτέρων ἠκόντων ἐπὶ τὰς ναῦς τῶν Συρακοσίων ἐς τὴν Μίλητον στρατηγῶν, Ποτάμιδος καὶ Μύσκωνος καὶ Δημάρχου, ἐνέκειτο ὁ Τισσαφέρνης φυγάδι ὄντι ἤδη τῷ Ἑρμοκράτει πολλῶ ἔτι μᾶλλον καὶ κατηγορεῖ ἄλλα τε καὶ ὡς χρήματά ποτε αἰτήσας αὐτὸν καὶ οὐ τυχὼν τὴν ἔχθραν οἱ προθοῖτο. ὁ μὲν οὖν Ἀστύοχος καὶ οἱ Μιλήσιοι καὶ ὁ Ἑρμοκράτης ἀπέπλευσαν ἐς τὴν Λακεδαιμόνα.]

Um apanhado das menções a Hermócrates em Tucídides revela ainda sua ferrenha oposição aos atenienses e sua aliança com os espartanos – aparece próximo a Glípiros e a Astíocos, e refugia-se em Esparta quando no exílio. Essa faceta anti-ateniense perpassa toda a obra, aspecto bastante enfatizado pelo historiador. Já na primeira menção a seu nome, quando da primeira incursão ateniense à Sicília em 424 a.C., Hermócrates denuncia a pretensão de Atenas de

¹¹ Para a destituição dos generais siracusanos, cf. Tucídides: “De fato, premidos por seus males presentes os siracusanos já suspeitavam uns dos outros, e por ocasião dos eventos mais recentes os comandantes das tropas haviam sido destituídos, sob alegação de que tais infortúnios haviam sido causados pela má sorte ou traição dos mesmos.” (TUCÍDIDES, VI, 103). Note-se que Tucídides sequer menciona o nome de Hermócrates nesse passo, adotando discrição com relação ao insucesso, contrariamente ao que faz com o sucesso, o que pode sugerir seu apreço. Para a influência de Hermócrates, cf. Tucídides, VII. 2, VIII. 26.

estender seu domínio sobre a ilha, incentivando disputas locais como forma de enfraquecê-los. Trata-se da velha tática do dividir para dominar. Assim, ele exorta seus conterrâneos: “[...] afastemos da Sicília o inimigo que nos ameaça e, se possível, façamos a paz entre nós para sempre, se isso não for exequível, concluamos uma trégua pelo período de tempo mais longo possível e deixemos para depois nossas divergências particulares” (TUCÍDIDES, IV. 63). E mais adiante, como conclusão:

[...] de hoje em diante jamais convidaremos povos de fora a intervir, seja como aliados, seja como mediadores. Se seguirmos essa política, proporcionaremos à Sicília desde já duas coisas desejáveis: livrar-se dos atenienses e escapar da guerra civil; e no futuro viveremos aqui, somente nós, em uma terra livre e menos exposta a ameaças estrangeiras (TUCÍDIDES, IV.64):.

[καὶ νῦν τοῦ ἀφανοῦς τε τούτου διὰ τὸ ἀτέκμαρτον δέος καὶ διὰ τὸ ἦδη † φοβεροῦς παρόντας ἀθηναίους, κατ’ ἀμφοτέρα ἐκπλαγέντες, καὶ τὸ ἐλλιπὲς τῆς γνώμης, ὃν ἕκαστός τι φήθημεν πράξειν, ταῖς κωλύμασι ταύταις ἰκανῶς νομίσαντες εἰρξθῆναι, τοὺς ἐφεστώτας πολεμίους ἐκ τῆς χώρας ἀποπέμπωμεν, καὶ αὐτοὶ μάλιστα μὲν ἐς αἰδίων συμβῶμεν, εἰ δὲ μὴ, χρόνον ὡς πλεῖστον σπεισάμενοι τὰς ἰδίας διαφορὰς ἐς αὐθις ἀναβαλώμεθα.]

Os argumentos surtem efeito e os siceliotas acordam a paz, incluindo os atenienses nas tratativas, de modo que a frota deixa a ilha e retorna a Atenas, onde os comandantes serão punidos por não terem levado adiante os planos de domínio (TUCÍDIDES, IV.65).¹² Sendo assim, Tucídides atribui a Hermócrates papel decisivo para frustrar os planos atenienses de conquista.

Essa oposição se torna ainda mais enfática por ocasião da segunda expedição contra a Sicília (415 a 413 a.C.). Quando as notícias sobre a incursão ainda não passavam de rumores, Hermócrates já advertia os siracusanos a levarem a sério a ameaça e precaverem-se, enquanto seus adversários o acusavam de semear o terror para tirar proveito próprio tendo por objetivo

¹² Cf. Tucídides: “Depois de Hermócrates haver falado assim, os siceliotas, persuadidos por seus conselhos, chegaram a um acordo entre eles. [...] Os siceliotas aliados dos atenienses então os convocaram para comunicar-lhes a intenção de concluir um acordo de paz e de também inclui-los no tratado. Os atenienses concordaram e o pacto foi concluído; em seguida a frota ateniense deixou a Sicília. Quando a frota chegou a Atenas, seus habitantes sentenciaram ao exílio os dois comandantes (Pitódoros e Sófocles) e multaram Eurímedon, o terceiro, acusando-os de se terem deixado subornar e de deixaram a Sicília no momento em que estavam em condições de dominá-la.” (TUCÍDIDES, IV, 65).

“dominar a cidade” (TUCÍDIDES, VI. 38). Na ocasião prevalece a posição de que o melhor seria adotar medidas de defesa contra uma possível invasão (TUCÍDIDES, VI. 41).

Alguns episódios evidenciam a verve anti-ateniense do general siracusano em Tucídides. Em primeiro lugar, destaco a antilogia entre Hermócrates e o ateniense Eufemo em Camarina, em que ele denuncia o discurso libertário de Atenas, que acusa de querer escravizar os demais gregos com o intuito de consolidar sua hegemonia. Os argumentos de Hermócrates são decisivos para que os habitantes de Camarina, tradicionais aliados de Atenas, votem pela neutralidade, abstendo-se de apoiar tanto siracusanos quanto atenienses, o que custa aos últimos a perda de uma base estratégica ilha (TUCÍDIDES, VI. 76-81).

Outro dano importante que o general infligiu aos atenienses foi o ardil de que se valeu para atrasar a retirada das forças áticas do território siciliano após a derrota na batalha naval, o que resultou em última instância no desmantelamento das tropas e na captura e morte de Nícias e Demóstenes (TUCÍDIDES, VII. 73). Ciente de que os siracusanos deveriam impedir o deslocamento imediato do exército ateniense, Hermócrates propôs que os atacassem imediatamente, à noite mesmo. Como os comandantes recusassem, em vista do cansaço dos homens e da realização de um festival religioso, adiando as providências para o dia seguinte, Hermócrates enviou emissários ao acampamento ateniense que, pretextando espionarem para eles, os instaram a aguardar até a manhã subsequente para começar a retirada, uma vez que tropas sicilianas estariam fazendo incursões nas vizinhanças. Assim os atenienses ficaram estacionados e quando se puseram em movimento, os siracusanos já estavam a postos. Desse modo, mesmo que Hermócrates não tenha comandado naus na batalha, como alega Cáriton, sua ação teria sido determinante para o desfecho da guerra.

Também vale a pena ressaltar o empenho com que Hermócrates, antes da batalha decisiva, tenta convencer os siracusanos a lutar de igual para igual com os atenienses no mar. Nessa época (413 a. C.), vale lembrar, ele já não estava mais no comando das tropas, reunidas sob a liderança de Gílipos. Segundo Tucídides:

Hermócrates, mais do que qualquer outro, exortou-os a não recearem atacar os atenienses com suas naus, afirmando que a perícia dos mesmos, como marinheiros não fora uma herança de seus pais nem um dom que sempre haviam possuído; ao contrário, originalmente eles eram mais voltados para terra que os siracusanos, e somente se tornaram marinheiros diante da ameaça dos persas. [...] Manifestou também a convicção de que os siracusanos, ousando enfrentar inopinadamente a frota ateniense, levariam vantagem sobre eles, pois isso os deixaria perplexos, contrabalançando de sobra os danos que os atenienses pudessem infligir com sua perícia à inexperiência dos siracusanos. Instou-os, assim, a realizarem a tentativa com a sua frota e a não hesitarem diante da ideia (TUCÍDIDES, VII. 21).

[ξυνανέπειθε δὲ καὶ ὁ Ἑρμοκράτης οὐκ ἦκιστα, τοῦ ταῖς ναυσὶ μὴ ἀθυμεῖν ἐπιχειρῆσαι πρὸς τοὺς Ἀθηναίους, λέγων οὐδ' ἐκείνους πατριὸν τὴν ἐμπειρίαν οὐδ' αἰδίων τῆς θαλάσσης ἔχειν, ἀλλ' ἠπειρώτας μᾶλλον τῶν Συρακοσίων ὄντας καὶ ἀναγκασθέντας ὑπὸ Μήδων ναυτικούς γενέσθαι. [...] καὶ Συρακοσίους εὖ εἰδέναι ἔφη τῷ τολμῆσαι ἀπροσδοκῆτως πρὸς τὸ Ἀθηναίων ναυτικὸν ἀντιστήναι πλέον τι διὰ τὸ τοιοῦτον ἐκπλαγέντων αὐτῶν περιγενησομένων ἢ Ἀθηναίους τῇ ἐπιστήμῃ τὴν Συρακοσίων ἀπειρίαν βλάψοντας. ἰέναι οὖν ἐκέλευεν ἐς τὴν πείραν τοῦ ναυτικοῦ καὶ μὴ ἀποκνεῖν.]

Como nota Tucídides, convencidos por esses argumentos, os siracusanos se lançaram com ânimo redobrado ao mar, colhendo bons resultados a partir de então.¹³

Essa revisão um tanto exaustiva da forma como Hermócrates é retratado por Tucídides é importante para que se veja que muitas das características que Cáriton lhe atribui são derivadas desse retrato, não obstante ele o sintetize e simplifique. O Hermócrates de Cáriton também é conciliador, persuasivo, anti-ateniense.

Cáriton também põe Hermócrates em cena em uma assembleia, em sua primeira aparição no romance, e atribuirá a ele uma decisão que resulta fundamental para a história que se propôs a narrar. Mas de acordo com o gênero romance a assembleia não tratará de guerra, mas de Eros, trata-se afinal da narrativa de um *páthos erotikón*. Afetado pela paixão que lhe despertou Calírroe, Quéreas, jovem estimado por toda cidade, definha. O pleito dos cidadãos é para que se faça o casamento entre eles, apesar da disputa havida entre seus pais:

¹³ Cf. Tucídides: “Persuadidos por Gilipos e Hermócrates e talvez outros, os siracusanos passaram a mostrar-se ansiosos pela batalha naval e começaram a tripular as naus.” (TUCÍDIDES, VII, 21).

Estava marcada uma assembleia regular. Após ter tomado assento, o povo clamou primeiro e em uníssono o seguinte: "Nobre Hermócrates, grande general, salve Quéreas! Este é o maior dos seus prêmios. A cidade deseja as bodas hoje, os noivos são dignos um do outro". Quem poderia descrever aquela assembleia, em que Eros era o principal orador? Hermócrates, um bom cidadão, não podia deixar de atender a demanda da cidade. Com sua anuência, todo o povo lançou-se para fora do teatro e, enquanto os jovens iam à casa de Quéreas, o Conselho e os arcontes acompanhavam Hermócrates. As mulheres siracusanas também compareceram à casa e participavam do cortejo nupcial. Cantou-se o himeneu por toda a cidade. As ruas estavam cheias de coroas e archotes. As portas das casas estavam salpicadas de vinho e de perfume. Com mais prazer os siracusanos passaram esse dia do que o dedicado à celebração da vitória (CÁRITON, I.1.11-13) .

[Ἐνέστη νόμιμος ἐκκλησία. Συγκαθεσθεις οὖν ὁ δῆμος τοῦτο πρῶτον καὶ μόνον ἐβόα 'καλὸς Ἑρμοκράτης μέγας στρατηγός, σῶζε Χαιρέαν. Τοῦτο πρῶτον τῶν τροπαίων. Ἡ πόλις μνηστεύεται τοὺς γάμους σήμερον ἀλλήλων ἀξίων.' Τίς ἂν μνηύσειε τὴν ἐκκλησίαν ἐκείνην, ἣς ὁ Ἔρος ἦν ὁ δημαγωγός; Ἀνὴρ δὲ φιλόπατρις Ἑρμοκράτης ἀντειπεῖν οὐκ ἐδυνήθη τῇ πόλει δεομένη. Κατανεύσαντος δ' αὐτοῦ πᾶς ὁ δῆμος ἐξεπήδησε τοῦ θεάτρου, καὶ οἱ μὲν νέοι ἀπήεσαν ἐπὶ Χαιρέαν, ἡ βουλή δὲ καὶ οἱ ἄρχοντες ἠκολούθουν Ἑρμοκράτει· παρήσαν δὲ καὶ αἱ γυναῖκες αἱ Συρακουσίων ἐπὶ τὴν οἰκίαν νυμφαγωγῶσαι. Ὑμέναιος ἦδετο κατὰ πᾶσαν τὴν πόλιν· μεστὰ δὲ αἱ ῥύμια στεφάνων, λαμπάδων· ἐρραίνεται τὰ πρόθυρα οἴνῳ καὶ μύροις. Ἥδιονα ταύτην τὴν ἡμέραν ἦγαγον οἱ Συρακούσιοι τῆς τῶν ἐπιτικίων.]

Em primeiro lugar, deve-se notar que a premissa do romance é que a guerra é coisa passada,¹⁴ não fazendo mais parte das preocupações dos cidadãos, mas de suas memórias, constantemente cultivadas. Apesar de a reputação de Hermócrates estar apoiada fortemente na liderança que desempenhou na derrota dos atenienses (cf. "grande general"),¹⁵ Cáriton reserva a ele outro papel, o de pai de Calíroo. Na medida em que Afrodite predomina sobre Ares, é significativo que Eros seja designado o principal orador da assembleia em que se deliberou sobre o casamento dos jovens e que o anúncio e

¹⁴ Como na abertura dos relatos historiográficos, enquanto que a história de amor é futura.

¹⁵ Sobre a reputação de Hermócrates, cf. a fala de Dionísio em Q&C: "Nunca ouviu falar de Hermócrates, o general cujas estátuas se espalham por toda a Sicília? Hermócrates, por quem o rei dos persas tem admiração e apreço? A quem envia presentes todo ano por ter vencido no mar os atenienses, inimigos dos persas?" (CHARITON, II.6).

os preparativos das bodas proporcionassem mais prazer aos siracusanos do que as festas dedicadas a lembrar a vitória sobre os atenienses. Dessa perspectiva, Hermócrates, como “bom cidadão” (*philópatris*, φιλόπατρις), não poderia se contrapor “a uma demanda da cidade” e nem fomentar uma cisão que ameaçaria a harmonia na pólis. Ou seja, Cáriton propõe um ajuste em que Hermócrates é antes o pai de Calíroe, do que Calíroe a filha de Hermócrates, subvertendo o que Tucídides havia preconizado. Em Cáriton, tudo gira em torno de Calíroe e da história de amor que ela protagoniza, único meio capaz de assegurar a glória à cidade.

A presença de Hermócrates coloca em questão o tipo de leitor que o romancista almejava para sua história de amor. Esse é um debate ainda em curso e que se alimenta em grande parte da falta de evidências sobre a circulação e a recepção do gênero na antiguidade. Assim, as respostas têm sido buscadas nos próprios textos. Bowie (1996) faz um balanço da questão notando que há uma tendência a julgar que os primeiros romances, de Cáriton e Xenofonte de Éfeso, são menos elaborados estruturalmente e apresentam um estilo mais simples, sendo destinados a um público (homens e mulheres) educado, mas “não erudito ou intelectual”, suscetível ao sentimentalismo de seus enredos. Esse raciocínio pode até valer para Xenofonte de Éfeso, mas Cáriton, como nota o mesmo Bowie, é um maníaco das citações – dentre os romancistas é o que mais cita Homero, por exemplo. A estratégia de fazer de Hermócrates personagem pode sugerir a busca por um leitor “qualificado”, que tivesse interesse em história e fosse versado em Tucídides, por exemplo. Por outro lado, esse leitor poderia frustrar-se diante da inversão que o autor opera, ao relegar Hermócrates à função de pouco mais que um epíteto de Calíroe, a verdadeira heroína do romance. De qualquer modo, não posso me furtar a ideia de que o diálogo que o romancista estabelece com Tucídides tem a intenção de conferir-lhe credibilidade entre um público educado e situar os parâmetros desse novo gênero em que ele compõe: a épica e a história.

Por fim, seria *Quéreas e Calíroe* um “romance histórico”, como querem alguns estudiosos? Para além do anacronismo implicado no termo, creio que ele se revela inadequado na medida em que, salvo pelas menções pontuais às personagens históricas, pouco interesse há da parte do autor em recriar de

forma verossímil o contexto a que elas pertenceram. Durante a maior parte do romance prevalece o que Bakhtin (1988, p. 217) denominou de “tempo da aventura”, com o foco posto nos encontros e desencontros do par amoroso. Há, por certo, um perfume de História, capaz de inebriar, mas que logo se dissipa quando Calíroo entra em cena.¹⁶

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução, introdução e notas de Eudoro de Sousa. Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1986.

BAKHTIN, M. Formas de tempo e de cronotopo do romance (Ensaio de poética histórica). In *Questões de literatura e estética. (A teoria do romance)*. Tradução de Bernardini, A. F. e outros. São Paulo: Hucitec, 1988, 211-62.

BOWIE, E. The construction of classical past in the ancient Greek novels. in Eklund. S (ed.) *Συγκράματα. Studies in honor of Jan Frederik Kindstrand*. Stockholm: Elanders Gotab, 2006, pp. 1-20.

_____. The ancient readers of the Greek novels, in *The Novel in the ancient world*, G. Schmeling (ed.). Leiden, 1996, 87-106.

CÁRITON. *Quéreas e Calíroo*. Tradução de Adriane da Silva Duarte. São Paulo: Editora 34 (no prelo)

CHARITON. *De Callirhoe narrationes amatoriae Chariton Aphrodisiensis*. Edição de B. P. Reardon. Monacchi: K. G. Saur, 2004.

DIODORUS SICULUS. The Historical Library of Diodorus of Sicily in Twelve Volumes with an English Translation by C. H. Oldfather. Vol. 4-8. Cambridge, Mass.: Harvard University Press :1989.

DUARTE, A. S.. Passado e presente: Sicília e Mileto, Afrodísias e Roma no romance de Cáriton. In: *Clássica (Revista Nacional de Estudos Clássicos)*, São Paulo, v. 29/1, p. 67-80, 2016.

HUNTER, R. History and historicity in the romance of Chariton. In Haase, W. ; Temporini, H. (eds.) *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*. Teil II : Principat, v. 34/2. Berlin: Walter de Gruyter, 1994, 1055-86.

¹⁶ Em outro texto (DUARTE, 2016), argumento que a opção de Cáriton por situar a ação do romance no passado reflita menos a emulação do relato historiográfico, sendo antes uma estratégia para tratar indiretamente da relação entre Afrodísias e Roma no presente.

SANO, Lucia. História e ficção no romance grego e o caso de Siracusa em *Quéreas e Calíroë*, de Cáriton de Afrodísias. *Eutomia. Revista de Literatura e Linguística*, n. 15/1, 69-91, 2015.

SMITH, S. D. *Greek identity and the Athenian past in Chariton : the romance of empire*. Gronningen, Barkhuis, 2007.

THUCYDIDES. *Historiae*, in two volumes. Edited by H. Stuart Jones. Oxford, Oxford University Press, 1942.

TUCIDIDES. *História da Guerra do Peloponeso. Livro I*. Tradução de Anna Lia A. de A. Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução Mário da Gama Kury. Brasília : Editora da Universidade de Brasília, 1982.

SONORIDADES NA CIDADE ARACAJUANA: SONS, VOZES E PRÁTICAS CULTURAIS

SONORITIES IN ARACAJU: SOUNDS, VOICES AND CULTURAL PRACTICES

Cleber de Oliveira Santana*

Resumo

Os estudos contemporâneos identificam a cidade como um espaço fértil para várias reflexões em torno das produções materiais de cultura, das relações de sociabilidades diferenciadas existentes, ou através das suas produções de memórias representadas nas expressões culturais, religiosidades, músicas, língua. O presente estudo tem como objetivo evidenciar as sonoridades presentes no cotidiano e nos momentos das celebrações festivas realizados pela população aracajuana pós 1855, quando o povoado torna-se cidade e capital, bem como os diversos ambientes e práticas culturais dessa população. Nesse sentido, realizamos uma interpretação dessas heranças culturais e alguns dos temas sempre recorrente que venho encontrando durante o levantamento está nas relações existentes entre a cidade, as sonoridades e o desenvolvimento urbanístico constante entre os séculos XIX e XX.

Palavras-chave: Cidade. Sonoridades. Aracaju.

Abstract

Contemporary studies identify the city as a fertile space for various reflections around the material productions of culture, the relationships of existing differentiated sociabilities, or through its productions of memories represented in cultural expressions, religiosities, music, and language. The present study aims at highlighting the sonorities present in the daily life and at the moments of festive celebrations held by the population from Aracaju after 1855, when the town becomes a city and a capital, as well as the different cultural environments and practices of this population. In this sense, we perform an interpretation of these cultural heritages and some of the recurring themes that we have encountered during the survey are the relations between the city, the sonorities and the constant urban development between the nineteenth and twentieth centuries.

Keywords: City. Sonorities. Aracaju.

Os estudos contemporâneos identificam a cidade como um espaço fértil para várias reflexões em torno das produções materiais de cultura, das relações de sociabilidades diferenciadas existentes, ou através das suas produções de memórias representadas nas expressões culturais, religiosidades, músicas e

* Doutorando em História Social (UFBA). Mestre em História Social (PUC-SP). E-mail: cosantanacleber@gmail.com.

linguagens. O fazer da vida material e os modos de vida na cidade implicam em identificar por meio da rememoração do cotidiano quais as reminiscências que fizeram parte ou permanecem contribuindo com o pulsar da cidade. Assim, os pesquisadores serão capazes de realizar uma interpretação dessas heranças culturais e alguns dos temas sempre recorrente que venho encontrando durante o levantamento de pesquisa está nas relações existentes entre a cidade, as sonoridades e o desenvolvimento urbanístico constante entre os séculos XIX e XX.

Estudiosos sobre a cidade – como historiadores, geógrafos, filósofos ou cientistas sociais –, constroem, ou melhor, elaboram representações sobre o que seja uma cidade, e diversas metáforas e representações foram construídas ao longo do século XIX e do século XX para conceituá-la e compor a complexidade da tessitura urbana. Cada época e cada modelo convencional de explicação possuíam uma série de significações, conceitos e atribuições de valores.

Porém, essas construções de conhecimento tratavam de meras especulações ou modelos de pensamento, pois, quando confrontadas com a realidade, elas não correspondiam, ou não se encaixavam na proposta inicial. Modelos de cidade são, muitas vezes, apropriações de realidades díspares daquela que está recebendo ou migrando tais convenções e são propostas ou impostas de tal forma que criam artificialismo e tentativas utópicas. A pressuposição de que a cidade pode ser regida por uma lógica abstrata e universal constitui grave pretensão dos pensadores sobre cidade, esquecendo que a produção do espaço também é um elemento sociocultural e não só técnico. Além disso, “as imagens que se constroem sobre as cidades, nem sempre são imagens que revelam as diferenças, os conflitos e as contradições daqueles que vivem nelas” (MARCON, 2008, p. 102). Além disso, o mesmo autor ainda afirma,

os projetos urbanos e a arquitetura histórica ou do presente em cidades como Aracaju, não são socialmente neutras, elas interferem na organização social espontânea do espaço e tem a intenção de revelar uma idéia quase nunca democrática das diferenças que é sempre estereotipada e que invisibiliza ou deturpa as histórias de muitos. Nem por isto, no entanto, a cultura material (ou mesmo a cultural imaterial), também aquela que sobrevive com maior relevo de expressividade coletiva, pode

deixar de estar sujeita a re-significações específicas de atores sociais em contradições. (MARCON, 2008, p. 103).

O encontro da razão técnica enrijecida, da cidade fria dos códigos e dos modelos com os organismos vivos que transitam pela cidade quente que pulsa, promove um “choque de realidade”, e isso fica evidente nos objetivos complexos, conflitantes e multifacetados. Podemos perceber essa complexidade através das várias tentativas de uma padronização, como por exemplo, códigos de posturas e leis urbanistas que tentam realizar um enquadramento, uma espécie de disciplinarização da população, ou seja, as coisas não estão se encaixando e vamos “forçar a barra e na marra”. Será que conseguem?

Esse hiato entre o desejo de um vir a ser, por meio das criações sociais do espaço e das práticas urbanas, e a conjuntura real dos sujeitos e dos lugares acontece por conta das migrações e exportações de modelos e pensamentos, geralmente oriundos de uma metrópole externa, com outros níveis de desenvolvimento, que tenta aportar em colônias, muitas em processo de autoafirmação e formação enquanto cidade. Além disso, essas cartilhas rígidas têm concepções de uma implantação totalizante, querendo abarcar toda a cidade como um esforço global único, configurando, assim, ciladas de uma lógica universal, criando espaços imaginários definidores de limites, domínios e hierarquias.

Essas contradições também fizeram parte das nossas investigações. Na cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, percebemos os fluxos e refluxos da cidade a partir de uma sociabilidade urbana praticada por meio de práticas culturais, baseados em registros históricos e fragmentos de memórias, na formação de práticas comuns realizadas e reelaboradas ao longo do tempo na cidade aracajuana. Isso fez com que identificássemos alguns aspectos, como por exemplo, os lugares e os tipos de encontros socioculturais aracajuanos, ou seja, modos especiais de legados.

As práticas culturais da cidade de Aracaju foram construídas e desconstruídas no âmbito da sociedade e encontravam-se interligados às mudanças políticas, econômicas e sociais, bem como às tradições nas quais estão inseridas, e às permanentes intervenções que são consequências dessas

mudanças. A urbe apresenta múltiplas informações e contrastes numa verdadeira trama por estar composta de tensões e interesses diversos, habitada por várias categorias de homens, mulheres e crianças com objetivos ecléticos, experiências distintas e funcionalmente diferenciadas.

A cidade de Aracaju desde a sua transformação de povoado a capital do Estado em 1855, obteve um projeto modernizador. Porém é necessário afirmar que são nas décadas de 20 e 30 do século XX, que esse projeto urbanístico* tentando criar uma cidade projetada se consolidou, ou melhor, muitas propostas tinham sido realizadas, principalmente na região central da cidade, enquanto outras não passavam de sonhos e intenções.

É consensual na historiografia sergipana que foram entre o período compreendido de 1855 (fundação da cidade) e de 1920, que se obtêm traços mais significativos do que se pretendiam desde o projeto original, mediante as consequências econômicas positivas da II Guerra Mundial e o Centenário da Independência de Sergipe (1820-1920) com reformas e melhorias na cidade. Sobre isso, Ewerton Vieira Machado escreveu:

Aracaju só ganha fisionomia de cidade a partir das primeiras décadas do século atual (XX), quando começa a firmar-se na vida política e administrativa do estado e economicamente, quando os primeiros estabelecimentos industriais, surgidos ao final do século passado (XIX), provocam o início da formação de bairros, agora com características mais populares e fora do ‘quadrado de Pirro’ (MACHADO, 1989, p. 49).

O modelo nunca foi inteiramente implantado. Apesar de a cidade trazer traços ou elementos de modernidade como, por exemplo, a concepção de uma cidade projetada a partir de uma prancheta, conjunto de ruas retas e largas,

¹ O período compreendido entre 1855 e 1900, denominado de primeira fase de desenvolvimento urbano, apresenta a existência desse “projeto” modernizador que foi executado pelo Engenheiro Sebastião José Basílio Pirro. A concepção e o desenho urbanístico da cidade foi o resultado de engenharia em drenar charcos, pântanos e apicuns tendo como resultado um desenho urbano em malha e um desafio à supremacia da técnica, trabalho de engenharia e gestão de espaços, especialmente a parte central, hoje denominada de Centro Histórico que foi projetada de forma simétrica com um configuração de um tabuleiro de xadrez em quadras, com cruzamento das suas linhas retas a cada 110m X 110m, ruas com 60 palmos de largura e no sentido dos quatro pontos cardeais. No centro da cidade, foi prevista a construção das sedes dos poderes administrativos, políticos e religiosos, além do espaço para o comércio. Esse privilégio da parte central irá se contrapor aos núcleos periféricos que irão surgir sem organização e com adensamento populacional. Tudo isso obedecia a uma racionalidade como nova forma de construção das cidades que tiveram modelos nas cidades-capitais do século XIX.

racionalidade técnica e construtiva, existência de jardins e praças arborizadas e do esforço para que seu crescimento fosse de maneira organizada, em especial na parte central da cidade, não evitou que, fora do quadrilátero privilegiado, formassem os inchaços urbanos em localidades periféricas e bairros marginais sem organização, apoio público, com circulação reduzida por conta da existência de ruelas, morros, becos e ladeiras, bem como ocupadas por casas de palha e taipa.

Assim, duas cidades foram sendo construídas: uma da ordem, projetada, recebendo toda a infraestrutura necessária, arquitetura, serviços urbanos, com os padrões reguladores por um ideário de civilização e comportamento; a outra, a da periferia e dos arrabaldes, seja suburbana ou rural, expunha um contingente de moradores pobres morando em ruas tortas, calçamento irregular, casas simples, tanto no emprego do material quanto no tipo de habitação. O desafio foi tentar realizar uma administração que atendesse aos apelos das diversas categorias sociais e equalizar os atritos de interesses que não eram poucos nessas regiões fronteiriças e territórios diversos.[†]

Foi nessa confluência que a cidade de Aracaju, além de ser a capital, passou a ser a cidade com a maior importância econômica e política do Estado de Sergipe, tomando a liderança de outros municípios que possuíam uma situação de poder privilegiado dentro do cenário estadual sergipano, atraindo políticos interioranos que nela construíram suas casas, bem como comerciantes que abriram novos empreendimentos.

É dentro dessa configuração que as sonoridades urbanas e uma sinfonia (dis)sonante estarão como pauta de pesquisa e investigação nesse trabalho, numa perspectiva experimental a partir das percepções das múltiplas experiências sociais urbanas praticadas na cidade de Aracaju, tentando identificar como se deu o processo de transformação e expansão dessa cidade, desde o século XIX enquanto povoado, até quando atingiu o *status* de cidade já no século XX e como as sonoridades existentes durante esse período foram sendo produzidas, incorporadas e difundidas. E sabemos que o processo de

² Muitos conflitos podem ser observados em petições e processos judiciais salvaguardados no *Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe*, bem como na documentação do *Arquivo Público do Estado de Sergipe*, em ações referentes às solicitações de serviços públicos e em litígios de questões de propriedade.

transformação ou amalgamento de um povoado rural à cidade urbana proporciona a modificação dessas sensibilidades auditivas.

Essas impressões, vivências e experiências são marcas, memórias sociais em que a população plasma em seu cotidiano e em seus modos de vida. O ser urbano, por sua vez, inserido nesse contexto, caracteriza-se por possuir linguagens, vivências, intercomunicações sociais, sonhos e emoções – aspectos traduzidos no conceito de memórias urbanas. Decifrá-las é identificar as suas características, aos seus sinais, as suas percepções que nem sempre são visualizadas claramente no cotidiano pelo transeunte, pelo habitante ou pelo homem comum, tendo em vista o caráter efêmero nela impresso, onde as dinâmicas socioeconômicas imprimem um ritmo fugaz e, muitas vezes, automatizado.

É nessa cidade, com seus moradores, com suas práticas culturais e com seu cotidiano, que está o centro de nosso estudo, quando ainda o “bonde deslizava preguiçoso pelos trilhos”, poucos carros existiam circulando, bem como os laços de proximidade entre as pessoas, por conta da pouca densidade populacional, eram mais estreitos, o convívio social no cotidiano dos bairros era marcado pelas conversas à porta das casas, nas cadeiras, nas calçadas, e os espaços sociais e urbanos não tinham ainda sido destruídos para dar lugar aos novos equipamentos urbanísticos, como os habituais arranha-céus.

Desde os primeiros momentos da formação e da configuração da cidade aracajuana, cronistas, poetas, legisladores, memorialistas, escritores e cientistas expuseram, por meio das suas vivências e imaginação, questões relacionadas aos sons, silêncios, vozerias, ritmos, estribilhos, timbres ou barulhos que ocorriam na cidade, produzidos pela vida cotidiana através das ações culturais e dos ritmos domésticos dos protagonistas sociais em termos de sensibilidades auditivas na cidade.

Nesse sentido, iremos apresentar algumas considerações e aspectos de sonoridades que foram objetos de análise e que possibilitam entender a narrativa historiográfica em torno da construção da cidade, seus moradores e as sonoridades produzidas. Assim, vários temas serão trabalhados como as vozerias na cidade, o lufa-lufa das feiras livres, dobrados dos sinos das igrejas,

os tics-tacs dos relógios, os automóveis e o divertimento e multiplicidade musical. Começamos pelas vozerias...

A expressão vozeria é sinônimo de ajuntamento, reunião (festiva ou não), súcia, movimento em grupo por pessoas nas ruas. Essas expressões são valores pejorativos construídos pelo Estado regulador na tentativa de impedir relações de convivências solidárias e amistosas entre membros de um grupo, etnia, comunidade, na alegação do perigo que a concentração de gente considerada de menor qualificação social poderia acarretar.

A questão do “incômodo” das vozerias encontradas na cidade foi recuperada, inicialmente, por meio dos Códigos de Posturas em que nos artigos que tratam da proibição desses atos, expressava restrições com pagamento de multas e até pena de prisão. Outro indício estava nos Diários de Ronda Policial em que os lugares das práticas culturais, a ambiência das festas e suas tensões sociais eram relatados como perigosos para a população e que sempre foram objeto de fiscalização e vigilância pelo poder público.

Os aspectos do alarido – gritos, falatórios, algazarra, gritaria –, praticados no espaço público, eram tidos como um comportamento ofensivo à ordem pública. Proferir palavras obscenas ou injuriosas em lugar público ou particular, dar gritos, praticar atos ou ter gestos ofensivos à moral dominante, são itens a considerar em termos de constância do controle social na cidade, coadunando ou contribuindo, melhor dizer, com o discurso a ser propagado no século XX. Tal preocupação e práticas estão na origem da cidade, no século XIX, e herdadas pelo presente. Nesse sentido, apresentaremos, inicialmente, como essas construções culturais do século passado foram ressignificadas no dia a dia da cidade e transmitidas para o futuro para podermos melhor perceber a continuidade do processo e dos valores culturais.

A Resolução n. 458, de 3 de setembro de 1856, expressava “he prohibido fazer vozerias, alaridos e dar gritos nas ruas sem ser para objecto de necessidade”, bem como “eh prohibido aos trabalhadores andarem gritando pelas ruas”. É mister considerar que Aracaju tornou-se capital a partir de 1855, sendo a Resolução de 1856 seu primeiro Código de Postura. Além da proibição à população em geral, o artigo 10 da resolução em questão, ressaltava os trabalhadores e atribuía pena de quarenta e oito horas de prisão e multa.

Outro artigo, também da mesma resolução, diz respeito a “proferir palavras indecentes, ou praticar gestos, ou tomar atitudes da mesma natureza, ou apresentar quadros ou figuras ofensivas à moral pública”. Nesse último item, o agravante era se a pessoa que cometeu tal ato fosse escravo, a multa reincidiria e seria paga pelo seu senhor. E, por último, temos a questão do trajar-se indecentemente pelas ruas, “trazendo mandriões sem camisa, com escândalo da moral pública”. Esclarecemos que mandrião segundo Dicionário Houaiss, refere-se a que ou aquele que mandria, que se mostra preguiçoso para trabalhar ou estudar, indolente. Nesses casos aqueles que fossem abordados pelas autoridades policiais, além de ficarem presos por cinco dias, também pagariam multa.

O ato de soltar foguetes, buscapés ou dar tiros de roqueiras, esse último referindo-se a um instrumento de ferro em forma canular com entrada por orifício para colocação de pólvora que em atrito com a armadilha também em ferro promove um estampido, também foram objeto dessa legislação, lembremos que a cidade de Aracaju localiza-se na região Nordeste do Brasil, onde festejos populares, brincadeiras, folguedos e diversões estão sempre presentes com práticas dessa natureza, porém esses atos eram passíveis de prisão por oito dias e ainda de pagamento de multa de 10\$000, considerado um valor elevado para a época em questão. Lembremos que até 1942, a moeda brasileira foi o mil-réis, grafado 1\$000. Um conto de réis corresponde a um mil réis e era grafado 1:000\$000. Após esse ano, o mil réis foi substituído pelo cruzeiro. Diante disso, podemos perceber que os valores atribuídos as multas pela infração da legislação em vigor na época, eram consideradas altas para uma cidade que se iniciava com presença de uma população pobre, escravos e poucos comerciantes.

Essas últimas normas, certamente, eram direcionadas para um determinado segmento da sociedade: os pobres. Proibir trabalhadores de andarem gritando pelas ruas, pronunciar palavras e trajar-se indecentemente, bem como soltar foguetes, constituiu de fato um item a considerar para um povoado que tinha pouco tempo, dois anos apenas, recebido o *status* de cidade e de capital, sendo sua primeira resolução de normas de 1856 e que, ao que parece, necessitava mostrar sua entrada na novidade ou, pelos menos, nos

conceitos dela gerados. Além disso, como impor para um povoado, na época, que certamente possuía um ritmo próprio e que não fora preparado para a responsabilidade de acolher a novel capital do Estado, novas formas de comportamento? Nesse sentido, é possível conjecturar que existia uma contradição entre a cidade real, ou o que deveria ser escondido, e a cidade ideal, ou o que deveria ser mostrado.

Realizando um avanço no tempo vamos encontrar o artigo 125, do Código de Postura de 1926, que permaneceu vigente durante o restante da década de 1920 e por quase toda a década de 1930, diz expressamente “é proibido no município todo e qualquer alarido que perturbe a ordem pública, salvo invocando socorro em caso de perigo”. O artigo 245, agora do Código de 1938, também enfatiza a proibição, quando no seu parágrafo primeiro expõe que ficará sob pena de multa de 40\$000 “todo e qualquer alarido à noite, salvo invocando seu povo em caso de perigo” e acrescenta que também é proibido “dar tiros a qualquer hora do dia ou da noite, salvo no desempenho de deveres do serviço público e nos casos de legítima defesa, da pessoa ou da propriedade”.

Podemos perceber que o ato legislador do controle e fiscalização de uma parte específica da população perpassou pelo século XIX e avançando no século XX. As práticas sociais e a visão que o Estado possuía sobre a população não sofreram grandes alterações e isso foi possível quando visualizamos isso nas questões das vozerias e na atribuição sobre o barulho na cidade.

À medida que a cidade crescia comportamentos, legislações e outras normas iam sendo modificadas, inventadas e introduzidas na vida social da cidade, porém verificamos também que a ordem estabelecida nem sempre era a ordem pretendida ou almejada, o que nos leva, a princípio, a afirmar que a ordem pretendida ou idealizada nem sempre coadunava com a ordem estabelecida. É possível identificar, então, um modelo de cidade sendo construído, tentando perceber suas contradições, seus discursos e suas práticas dissonantes. Nessa abordagem outros aspectos da cidade e a questão dos sons que nela irradiavam como, por exemplo, as feiras livres na cidade foram também objeto de estudo e investigação.

A feira livre constitui um local privilegiado nas cidades, o local do mercado onde se misturam, por um lado, a conversa diária rotineira e, por

outro, as chamadas e o discurso sedutor dos vendedores (LINDENFELD, 1999). A conversa diária corresponde à comunicação ordinária, palavras de natureza puramente comercial, ou não, entre os vendedores e clientes. Já as chamadas são também conhecidas como pregões, uma criação sonora de profissionais livres – vendedores e compradores dos mais variados objetos, doceiros, baleiros, sorveteiros, ou pequenos artesãos, como amoladores, consertadores de guarda-chuva e panelas (TINHORÃO, 2005). Por último, temos o discurso sedutor, que por sua vez, tem por objetivo principal chamar a atenção da clientela para a mercadoria e incitá-la a comprar. Esses processos de comunicação oral e o uso de recursos verbais e linguísticos fazem parte de uma estrutura sociológica e histórica na transmissão de saberes e de uma tradição nascida nas ruas.

Os gritos dos vendedores ambulantes, nas ruas das cidades, datam de época muito antiga. Eles são a primeira forma oralmente de publicidade, além de promover comunicação. Num tempo onde a cultura letrada era reservada a uma classe de privilegiados e onde a proporção dos iletrados continuava considerável, a “gritaria” de suas mercadorias era o único meio de que dispunham os comerciantes para informar a sua clientela. Além disso, a venda nas ruas estabelecia contato, permitia troca de informações e garantia a sobrevivência (ROLNIK, 1999).

Sobre o funcionamento das feiras de outrora na cidade de Aracaju, o artigo 2 do Código de Posturas de 1858 prevê que a mesma “terá lugar nas segundas-feiras de cada semana das 7 horas da manhã até às 3 da tarde, e nella se exporão á venda quaesquer mercadorias, e especialmente farinha, feijão, milho, arroz, legumes, frutas, assucar, café, azeite, aves, ovos, e peixe”. Em Aracaju, nessa época, a questão das feiras e do comércio miúdo de todos os gêneros, quinquilharias e bugigangas, era vista como “um comércio de réis dos mais pobres, porque os ricos satisfaziam as exigências gustativas comprando nos armazéns atacadistas e varejistas” (SANTOS, 2008, p. 26).

Encontramos outros indícios sobre as feiras aracajuanas no Relatório do Presidente da Província de Sergipe Del Rey, Luiz Álvares D’Azevedo Macedo, publicado em 1872. No relatório ele descreve seu cenário afirmando que desde logo cedo, “pela manhã centenas de pessoas de ambos os sexos, à pé, à cavalo e em carroças, chagavam à cidade”. Segundo ele, “invadindo a rua do comércio

pelo cais, pelo centro da cidade e pelas calçadas.” Por último, pronuncia sua preocupação onde diz que os comerciantes “faziam o seu comércio no meio de gritos descompassados”.

A partir desses dois exemplos podemos perceber que existia um burburinho no dia em que a feira era estabelecida na cidade. Pelos recortes, vimos que a necessidade alimentar era consumida por meio de produtos oriundos do interior sergipano e possivelmente de plantio nos arrabaldes da cidade. Pelos produtos listados o consumo era direcionado para uma cultura de subsistência de necessidades básicas e havia uma diferenciação entre classes sociais entre os que compravam nas feiras livres e os privilegiados que realizam suas compras nos armazéns denominados de secos e molhados. O lufa-lufa da população, passos apresados, o vai e vem, os trotares e os relinchares dos cavalos e os chiados e frenagens das carroças são indícios fortes das sonoridades presentes nos das feiras livres.

A figura do vendedor seja nas feiras ou nos estabelecimentos comerciais era uma presença privilegiada. E vamos encontrar esses personagens desde o século XIX até os dias atuais. Para o século XIX em Aracaju tivemos também o trabalho compulsório dos escravos de ganho e dos libertos, que inclusive ainda não obteve um merecido estudo e tratamento por partes dos pesquisadores sobre seus aspectos culturais.

Vários estiveram presentes nesse comércio livre do século XIX, como por exemplo, as quitandeiras com seus tabuleiros, aguadeiros com seus barris ou ancoretas de água para venda, vendedores de leite e lenha, todos aos berros, tentando atrair clientes/fregueses para seus negócios. Sobre as quitandeiras, em especial, vistas pelos jornais com um perfil de “negras atrevidas que avançam e insultam a todos em sua meia língua”. Elas dedicavam ao comércio ambulante contornando ruas, becos, praças e ruelas da cidade e iam de porta em porta oferecendo seus produtos e guloseimas em cestos e tabuleiros com verduras e hortaliças, frutas e doces, ervas e flores, utensílios de cozinha e tanto outros. “Aracaju também conheceu e vivenciou a alegria e tagalericice das quitandeiras” (SANTOS, 2008, p. 72-3) que, durante o período do Brasil Colonial, foram também chamadas de negras de tabuleiro dedicando ao comercio ambulante.

A historiografia brasileira apresenta que as escravas de tabuleiro alternando com vendedores livres, caipiras e mestiços em boa parte do Brasil, vendiam quitutes e biscoitos, garapa, aluá, saúvas e peixes. A troca dava-se também entre escravos de bens de prestígio, com aguardente ou fumo, ou produtos mágico-religiosos, como ervas, velas, estatuetas de barro, frangos, adquirindo um sentido além do econômico, estabelecendo relações comunitárias e recriando laços que o pequeno comércio selava e perpetuava (ROLNIK, 1999).

Os usos da cidade eram realizados por diversos segmentos da população e, além disso, as transformações urbanas existentes em termos de avanços tecnológicos também permitiam mudanças em termos comportamentais. Um exemplo disso foram às formas de comunicação através dos sinos e dos relógios, que proporcionara identificar as relações entre as sonoridades e o desenvolvimento urbanístico da própria cidade de Aracaju.

O badalar dos sinos constituíram um autêntico sistema de comunicação coletiva, marcando os ritmos da vida cotidiana, até sofrerem um processo de dessacralização contínua. Eles participavam diretamente do fazer da cidade nas relações de ordem, estabilidade e vizinhança, no compartilhamento vital entre os que nascem, trabalham, casam, agonizam e morrem. Outro dado importante que os sinos contribuíram muito na questão da territorialidade e na espacialidade da cidade. Nas cidades antigas, por exemplo, “não cresciam além, dos limites físicos do corpo humano, das distâncias, das caminhadas e da audição” (MUNFORD, 1998, p. 76). Os dobres, toque e repiques dos sinos foram durante muito tempo praticados para diversas utilidades como forma de comunicação entre a população e o local. Dentre os múltiplos usos, tivemos sinal de alerta, toque de incêndio, desmoronamento, inundações, uma espécie de chamamento geral em momento de perigo eminente. Esses sinais eram reconhecidos e decodificados pelos moradores através dos tipos dos dobrados emitidos.

As peculiaridades de seus múltiplos usos, assim como o número e as características de cada um de seus inúmeros dobres, toques e repiques, eram amplamente conhecidos e claramente decodificados pelos moradores da cidade. Das matinais aos toques de recolher, dos Te Deuns aos repiques de Aleluia, dos finados à Ave-Marias, passando pelos toques de incêndio,

desmoronamento, inundações, mortes, nascimentos etc., os sinos eram elementos fundamentais tanto para a comunicação urbana quanto para o desenvolvimento das experiências cotidianas. (APROBATO FILHO, 2008, p. 26).

Porém não só os sinos emitem comunicação com a população, os relógios das igrejas, vistos também como sons institucionais são instrumentos que interagem com a cidade. Em notícia colhida num jornal local da cidade aracajuana, podemos apreender essa afirmativa, quando, em 22 de junho de 1932, o *Sergipe Jornal* informou que “tal é o contra-tempo que assume atualmente os nosso cidadão devido a estar silencioso o relógio da matriz”, acrescentando que a “velha pendula, presta bons serviços, fazendo levantar da cama o empregado dorminhoco que nas manhãs frias só abandona a tepidez dos lençóis a muque”. Além disso, na notícia, a falta do funcionamento do relógio da matriz eclesiástica, o semanário apela para as questões econômicas quando afirma que “nem toda casa tem relógio”, e considera “um objeto para certos lares, representa um adorno de luxo, pois o pobre não pode ter certas regalias comuns aos ricos.” Por último, conclama o cidadão vespertino que “será de máxima conveniência o concerto do relógio da matriz, pois o seu badalar, embora às vezes esteja fora do regulamento, mesmo assim vale muito e esperamos em breve o soar do velho relógio.”

Assim, os sinos e os relógios sejam das igrejas ou das praças, tinham uma função vital na comunicação urbana, que, paulatinamente, foi perdendo sua relação com o espaço urbano, tendo em vista o desenvolvimento e o alargamento do território, não sendo mais possível cobrir a área alçada pela cidade. Outros meios de comunicação tiveram que ser estabelecidos para dar conta da dimensão geográfica da cidade, como as rondas e patrulhas e os serviços de telecomunicação, pensando nas novas percepções e sensibilidades que se constituíram com a vida urbana. Posteriormente vieram as sirenes, inicialmente das fábricas e depois dos automóveis (SCHAFER, 2001).

O som promovido pelo escapamento livre dos automóveis começou a ser um objeto de desconforto sonoro que necessitou ser incluído como proibição em um código de posturas, isso somente na década de 1930, pois os primeiros automóveis na cidade de Aracaju, datam do primeiro decênio do século XX. Isso

pode ser confirmado realizando um confronto entre o Código de Posturas de 1926 com o Código de Postura de 1938, e podemos perceber que, no primeiro, existe uma seção denominada *Segurança* em que, no item “trânsito público” existem muitos artigos dedicados ao uso de animais em vias públicas, expressando “ser proibido correr a cavallo pelas ruas, avenidas e praças da cidade” ou “atar animais às portadas, postes de iluminação ou bondes, de linhas telegraphicas ou telephônicas”. No Código posterior, o andar a cavalo pela cidade aparece somente uma única vez no art. 221 § 7, que diz “será passível de multa de 30\$000 todo aquele que andar a cavalo ou conduzir a cavalgadura sobre os passeios ou jardins ou sobre eles conduzir motocicletas, bicicletas ou carrinhos, exceto os de crianças e de paralíticos”. Em contrapartida, nesse mesmo Código, além dos artigos 2, 32, 63, 104, 140, 167 e 184, existe uma seção denominada *Trânsito Geral de Veículos*, que trata especificamente sobre isso com os artigos 208 a 218. Perceber então, que o processo de disciplinarização ou pelo menos, regularização dos costumes com modos de comportamentos e inclusão de novos equipamentos e valores na cidade, permitiu ou ocasionou mudanças também na legislação. E a presença de carros transitando pelas vias públicas tornou-se novidade, pois, durante a década de 1930, a cidade estava ainda em processo de adaptação junto das antigas estruturas de locomoção.

As sonoridades promovidas pelos automóveis, bondes e trens substituíram os sons produzidos pelas mulas, cavalos, carroças e charretes de outrora. Não que esses últimos deixassem de existir, mas agora já havia presença de novos sons e de novos ritmos que a sociedade precisava amalgamar e incorporar em seus ouvidos como camadas sonoras difusa, vista como a totalidade de sons que, sobrepostos e mesclados de forma contínua e crescente, estavam presentes nas ruas e nos espaços públicos da cidade.

A cada processo de desenvolvimento urbano, antigos costumes deixavam de ser objeto de preocupação na legislação e outros eram incluídos. Isso se deve porque novas formas de locomoção foram sendo incluídas no espaço urbano e/ou porque os processos ditos civilizatórios, de comportamentos impostos, foram se ajustando. As palavras do memorialista Murilo Mellins traduzem bem isso quando afirma sobre a existência de carros nas décadas de 30 e 40 em

Aracaju, que “na época em que existiam poucos carros de aluguel e em que os transportes eram os bondes, os aracajuanos ‘sabiam de cor’, as chapas dos automóveis particulares” (2000, p. 59).

A inserção de novos equipamentos, mecanismos e tecnologia são percebidos a partir das impressões, pistas e vestígios herdados de um passado e, nesse sentido, “habitar é deixar rastros” (CARLOS, 2001, p. 5). Essas mudanças irão proporcionar circulação de pessoas, mercadorias e ponto de convergência que “facilitará assimilação de novos hábitos e transformará os existentes fazendo com que sempre esteja presente a ideia do novo, dando a cidade essa característica que é a sua marca: a busca da modernidade” (NUNES, 2005, p. 01).

A cidade de Aracaju sempre teve como ordem um ideal imaginário, tendo como base um implemento técnico que fez dela um “espaço de fluxo, de circulação, acessibilidade, centralidade geopolítica e econômica” (SANTOS, 2007, p. 18). Porém, Aracaju sempre manteve uma mistura de características rurais ou considerados arcaicos com símbolos e sinais de modernidade e civilidade. Conforme Kátia Loureiro (1983), quarenta por cento dos prédios existentes em 1934, em Aracaju, eram classificados como mocambos. Porém não se pode falar em mudanças radicais, bruscas, nem tampouco assimilação imediata das “modernidades”, os valores e tradições iam sendo transformadas, amalgamados e substituídos de acordo com processo de absorção dos novos conceitos pela sociedade. O que prevalecia na cidade era o ideal de moderno ou de querer ser moderno, tendo em vista a sua concepção inicial. Diversos aspectos sofreram influências dessas concepções na área física da cidade, na área dos comportamentos, bem como na área do lazer.

Sobre o lazer e os tipos de diversão eles estavam diretamente associados as mudanças dos equipamentos urbanísticos da cidade e os conceitos sociais. Por exemplo, existiam várias maneiras e concepções de lazer e de divertimento, indo de um simples passeio pela cidade ao “rala coxa” nos inferninhos, nos botequins, nos bares-dançantes, nas residências, nos encontros festivos de celebrações, identidades e pertencimentos ou às sessões de cinema e teatro. Esses ambientes e práticas eram exercidos por algumas categorias de músicos, artistas e brincantes, promovendo o que chamamos de mediações culturais,

onde há trocas, e não imposição de saberes entre os integrantes que participam da festa através de uma sociabilidade³ na produção e reprodução de cultura entre os membros sociais. Sobre esses espaços de socialização, Roberto da Matta afirmou que eles “servem de mediação entre segmentos sociais com interesse social e politicamente contrários” (1997, p. 135). Isso faz parte do resultado das práticas culturais da cidade que são construídas e desconstruídas no âmbito da sociedade e encontram-se interligados às mudanças políticas, econômicas e sociais, bem como às tradições nas quais estão inseridas. A urbe apresenta múltiplas informações e contrastes numa verdadeira trama por estar composta de tensões e interesses diversos, habitada por várias categorias de transeuntes com objetivos ecléticos, experiências distintas e funcionalmente diferenciadas.

Foram nas ruas, nos cafés, nos bares, nos cabarés, nos botequins, nos mercados, nas residências, nas festas de terreiro, cinemas e nos teatros, espaços de grande movimentação no aspecto da extroversão e de reuniões festivas da população aracajuana, que encontramos tanto heranças e práticas culturais como uma vigilância e controle social por parte do Estado. Muitos personagens fizeram parte desse cenário que marcaram as sonoridades da cidade como os cantores de bares e cafés e os músicos de rua que viviam de contribuição eventual e muitos moradores aproveitavam esse momento de lazer ouvindo canções, seresteiros, violeiros e sambistas.

Muitos desses ambientes, por serem de características públicas, estavam sempre abertos para entrada de clientes em busca de lazer e prazer, encontros e conversas, ponto de abrigo preferido dos populares, tornando-se espaços de sociabilidades. Nesses lugares eram encontrados não só música, bebida, mesa farta, jogos e prostituição, mas dinâmica interna das tensões sociais quer pelas brigas, desavenças, confusões, conflitos, praticados por frequentadores ou pela própria polícia. Porém, eram nesses ambientes que as conversas informais, os

³ Por sociabilidade compreendo como as relações estabelecidas entre membros de um grupo ou segmento de uma comunidade, onde interesses comuns são compartilhados nas vivências e experiências, buscando manutenção de identidades e laços de pertencimento, seja com o lugar (moradas, prédios, calçadas, ruas, praças) ou com os indivíduos (relações sociais). Conhecer e reconhecer-se fazem parte dos códigos inerentes ao grupo, uma espécie de mensagem comum, e quem dela participa está imbricado em sintonia, seja de vizinhança, de fronteiras, religiosas, cívicas, de parentescos, de pertencimento, de escolha e de preferência. Tensões sempre existirão, tendo em vista que se trata de um diálogo e de um entendimento entre os membros de um grupo para atingir objetivos comuns.

encontros socioculturais se realizavam, fossem ao redor de uma mesa ou encostado no balcão, ou nas próprias rodas das brincadeiras, nos papos na hora do descanso, no desabafo da luta pela sobrevivência e no acalanto de uma bebida para entorpecer a alma e o corpo (CHALHOUB, 1986).

Nos Diários de Ronda, nos processos criminais e nas notícias de jornais, diversas ações por parte do Estado foram encontradas a fim de monitorar o controle social urbano. Esses locais tornaram-se ponto de reunião, encontros de boêmios e se popularizaram de tal forma que sofreram intervenções municipais alegando a questão dos “ruidosos sons”. O privilegiado espaço para a vida festiva aracajuana foi, sem dúvida, sua região central e adjacências. Lá estava instalada a maior parte da diversão popular: os bares e botequins, casas de jogos de azar, pensões, barracas de vendedores ambulantes e prostíbulos – cenário de convivência conflituosa, negociação e atritos entre moradores, governos, frequentadores e prostitutas. A questão do transitar pela cidade e frequentar alguns espaços, públicos ou privados, também fizeram parte de legislações de outrora e até hoje possui nuances no cotidiano contemporâneo citadino, principalmente quando esses espaços eram direcionados para celebrações, práticas culturais e encontros que permitiam trocas de experiências das camadas populares.

No caso das sonoridades relacionadas ao divertimento noturno na cidade de Aracaju, a ideia da intenção do controle e da vigilância “das horas mortas da noite” esteve presente, tendo em vista que o perfil dos transeuntes em ambientes noturnos modificava-se, dando lugar para os prazeres, diversões, jogos e festas. A preocupação com o bem-estar dos doentes que se encontravam internados e com a perturbação das aulas nas escolas e colégios também fizeram parte das preocupações do Estado e estavam relacionados aos costumes e comportamentos de uma ordem pública que marcava a existência de uma linha divisória entre o legal e o interdito.

Sobre a sociabilidade e sonoridade do divertimento, para o século XIX, temos um relato de Maria Nely Santos, que merece ser reproduzido na íntegra devido a seu valor informativo,

quando a claridade da madrugada surgia, Aracaju despertava com o ruído das carroças dos varredores de ruas. Das quatro da manhã até

as dez do dia, os galés – indivíduos sentenciados a trabalhos forçados – sob a vigilância de funcionários da Câmara e de soldados da polícia faziam os serviços de roçagem, varriam as ruas e coletavam o lixo. Mas, se os varredores e vendedores caíam na rotina de trabalho do cotidiano, homens galhofeiros e mulheres de vida infeliz, peraltas e larâpios, boêmios, devotos de Baco, amantes das “temperadas” – completamente sonolentos – davam trégua às atividades e fuzarcas noturnas. (2008, p. 20-1) (grifo nosso).

Trata-se de uma descrição minuciosa do século XIX, onde podemos observar ainda a presença de escravos ladinos, prestando serviços forçados na cidade, bem como a chamada mulher da vida livre em plena companhia harmoniosa dos boêmios. A constatação de equipamentos, carroças, varredores, escravos, policiais, homens, mulheres, prostitutas, ladrões, boêmios, bem como funcionários de órgãos públicos, são fatos a serem considerados. Nesse relato do século XIX, a instituição policial parece que esteve complacente com os festeiros, já que sua atenção estava voltada para os serviços urbanos praticados pelos escravos sentenciados. Em alguns trechos dos relatos apresentados, identificamos formas carinhosas e até românticas na descrição dessas noitadas aracajuanas.

Essas sonoridades da diversão encontradas na cidade tornaram-se pauta de preocupação e podemos constatar essas evidências e argumentação já no século XX através do Boletim da Secretaria de Segurança Pública⁴ onde apresenta os lugares que deveriam “ser de maior fiscalização pela ordem pública” na cidade aracajuana, sendo: Bar Gruta Sergipana, Rua da Frente, atual Ivo do Prado, Cinema Rio Branco, Cinema Guarani, Cinema Rex, Rua do Bonfim, Bar Brama, Bairro Carro Quebrado, atual Bairro São José, Estrado de Ferro, Vapores e Marinetes e Hotéis e Pensões.

Serão nesses ambientes já citados que iremos encontrar em Aracaju um maior movimento no lazer e na diversão da gente simples e um maior controle social e vigilância quanto ao divertimento nas festas, nos passeios públicos (footings) e na boêmia aracajuana. Inúmeros diários de ronda citam também endereços como Café do Sr. Ildebrando, Café e Bilhar do Mesquita, Bar Brama, Clube República, Bilhar do Dé, Fla-Flu, Gato Preto, Pinga Pus, Moscou, Boteco do Lourival, Pau que Chora, que estavam, em sua maioria, localizados no centro

⁴ Arquivo Público do Estado de Sergipe. Boletim, 14/02/1938. Fundo SSP. PC. 144. 1938.

da cidade e nas circunvizinhanças de bairros próximos. Nesses bares, nas sinucas, nos clubes, nas boates e nas diversas zonas de prostituição, eram servidas cervejas, vinho, aguardentes mergulhadas em ervas como milone, angico, junca, pindaíba, casca de lima e cidreira e meladinha, acompanhadas por rodela de caju, bem como bebidas mais sofisticadas para a época como conhaque, rum e whisky, todas acompanhadas por petiscos, com pratos regionais, sopa de mão de vaca, moqueca de arraia, galinha com arroz, passarinha (isca de fígado), pilombeta, espertinho de carne (engasga gato), mingau, arroz doce, munguzá e o tradicional cachorro-quente, que vale ressaltar que esse tipo de cachorro-quente era composto por uma espécie de panelada com carne moída ou frango misturado a linguças cortadas em rodela, que era servida com pão ou com arroz, fugindo assim do tradicional, de influência americana encontrado em outras regiões do Brasil. Esses locais possuíam uma singularidade, pois era considerado um espaço de reunião de gente pobre e simples, como uma espécie de reduto, onde para quem lá fosse ou estivesse presente seria sempre bem recebido, fazendo parte de códigos culturais internos.

Assim, música, dança, bebida alcoólica, comida regionais, jogos, apesar de alguns proibidos e presença de homens e mulheres formavam os ingredientes para as noitadas aracajuanas. É possível identificar, então, um modelo de cidade sendo construído, tentando perceber suas contradições, seus discursos e suas práticas dissonantes, o que nos leva, a princípio, a afirmar que a ordem pretendida ou idealizada nem sempre coadunava com a ordem estabelecida.

As festas e celebrações, práticas de um coletivo, também possuíam seus momentos de tensões sociais que eclodiam em várias situações de convívio, expressados num desentendimento, num mau gesto ou num ato intencionado, provocando a chamada “rezinga” ou “barulho”. Porém, a violência não pertence apenas a um tipo de camada social; é inerente a todo processo social, independente da sua origem e classe. Além disso, a concepção de violência, muitas vezes, apresenta-se imposta de forma exterior à comunidade e aos membros, que dela participavam, que não possuíam a mesma concepção de Estado disciplinador. Para os integrantes de uma mesma comunidade, onde todos se conhecem, o “estranho” é o policial e não o seu igual. Nesse sentido,

são construídas formas de organização, normas e jurisdição próprias internas e que muitas vezes não são reconhecidas pela sociedade e vistas como desordem, desvio ou imoralidade.

A partir desses cenários, aprofundamos nossa discussão sobre os momentos festivos da população aracajuana e tentamos perceber as formas de vivências culturais e de transmissão desses saberes, bem como as dinâmicas internas dessa população.

O privilégio da escolha dos variados estilos chamados sambas e de suas rodas festivas era que representavam a mais completa *performance* envolvente e uma plena noção de redes de sociabilidades comunitárias herdadas de matrizes africanas, onde a ambiência, encontros e parcerias eram realizados em torno de um objetivo comum, trocas/socialização de conhecimento e visões de mundo. Há uma relação direta de identidade, laços de vizinhança, de parentesco ou de amizade, pertencimento (solidariedade) e uma intimidade entre os membros que são convidados a participar da sonoridade musical, dos improvisos e das pelepas, através do canto coletivo, da dança e da participação física. “A dança, as palmas, o coro e toda uma extensa gama de expressões corporais e coletivas são integrantes do ambiente sociomusical da roda de samba, *locus* primordial da experiência musical” (TROTТА, 2007, p. 119).

Entretanto, as danças, as músicas e os sons africanos legados e reelaborados no Brasil, em gêneros musicais populares nem sempre tiveram, em determinados espaços públicos, boa aceitação, sofrendo até rejeição. A cultura – e tomamos como exemplo a música, a dança e os ritmos no Brasil – sempre estiveram divididos por uma alternância dos modelos europeus, cosmopolita e a descoberta de caminhos próprios, nacionais, bem como uma dicotomia entre o erudito e o popular. Nesse sentido, o exercício dos sambas, dos ritmos e dos estilos de músicas praticados por uma população pobre representava, em primeiro lugar, formas de resignificação da cultura herdada e maneiras de se manter viva uma tradição. Após vários processos de conquista e lutas, todas essas culturas foram direcionadas como exemplos de brasilidades captadas como linguagem e possibilidade de expressão nacional.

A ida aos batuques, aos sambas, ou às reuniões festivas possui significados específicos para aqueles que as praticavam. Vai-se não só para

dançar, mas para conhecer, transmitir e receber conhecimento, trocar informações – sociabilidades. Na festa, existe um código comum, e quem dela participa está imbricado em laços de vizinhança, de reconhecimento, de fronteiras e de pertencimento, uma espécie de escolha e preferência daquele tipo de ocasião. Como diz José Guilherme Cantor Magnani, “todos sabem quem são, de onde vem, do que gostam e do que se pode ou não fazer” (1998, p. 12). Nas festas, a coletividade representada expõe suas dinâmicas socioculturais na base da convivência, na observação e na interpretação das ações ali contidas, ou seja, na pluralidade da sua própria existência. Por isso, a festa é um balaio e tudo vem junto dentro dele.

Batuques, toadas, emboladas, sambas diversos, baião, brincadeiras, forrós, cujas expressões foram encontradas na maioria da documentação pesquisada neste trabalho, bem como grupos regionais, violeiros, seresteiros e as rodas de sambas, são exemplos de ambiência e de espaço de convivência que se tornaram preciosos objetos de estudo. Nessas reuniões festivas uma coisa é certa: a existência de um espírito festivo, ideias de festejar, vontade de ser feliz.

Devemos destacar que os estabelecimentos dedicados a espetáculos ou divertimentos públicos, além de necessitarem de autorização prévia, ou seja, alvarás para construção passavam por vistoria e estavam sujeitos a visitas de técnicos para as averiguações. Os circos, por exemplo, necessitavam de uma autorização prévia para obtenção do lugar aonde iriam se instalar e o seu tempo de permanência. Além disso, esses estabelecimentos, conforme leituras realizadas nos Códigos de Postura das décadas de 1920 e 1930, poderiam funcionar, “sem produção de ruído e desde que, em suma, não cause incomodo e nem prejuízo a vizinhança”. Depois das 20h e antes das 7h, “será absolutamente vedado o funcionamento naqueles estabelecimentos de qualquer serviço ou de qualquer instalação, aparelho ou maquinismo que possa perturbar o repouso”.

Porém, devemos lembrar que o público que frequentavam esses locais citados anteriormente era constituído por um segmento social que nem sempre frequentavam cinemas ou teatros. Esses dois últimos espaços citados eram para a época, considerados de elite.

As idas ao cinema ou ao teatro se revestiam em um acontecimento social e isso necessitava de toda uma construção material e simbólica. Nesses ambientes eram pontos de encontros sociais, trocas de informações, namoros e até rixas. A calçada era o primeiro espaço para as encenações públicas, o footing, o saborear das guloseimas, o flerte. Devemos lembrar que o cinema representava um símbolo da modernidade e nas telas eram apresentados estilos de vida, comportamentos e forma de viver e de pensar. Assim, “os filmes divertiam, vendiam produtos, ditavam comportamento e auxiliavam na formação de opiniões” (MAYNARD, 2011, p. 125).

Os cinemas mais famosos e frequentados existentes na época eram o Guanary, o São Francisco, o Rex e o Rio Branco. Tínhamos também o cinema Vitória, o Tupy e o Cinema Operário que estavam localizados fora do centro urbano da cidade.

Nesses locais, durante o Estado Novo, eram executados o Hino Nacional, tanto no início quanto no fim das sessões, bem como os filmes promocionais governamentais que promoviam as linhas ideológicas do Estado Novo. Porém, quando as luzes do cinema apagavam e o anonimato ficava presente existiam diversos gritos, assobios durante a execução do hino. Outro fato interessante das sessões de cinema era a divisão espacial e social, como havia preços diferenciados, aqueles que sentavam nas chamadas “cadeiras” pagavam um preço diferenciado da chamada “geral”. Inclusive sobre as sessões de cinema, Andreza Maynard comenta que “não era incomum que se ouvisse um barulho ensurdecido, originado de gritos, pateados e assobios” e “as reclamações sobre o comportamento daqueles que adquiriam os ingressos mais populares eram frequentes. De acordo com um dos incomodados, o problema é que a geral fala alto” (2011, p. 123-4). Além disso, existiam aqueles que já tinham assistido o filme e começam a dizer o que iria acontecer, tipo “a menina vai cair”, “ele vai morrer”, “depois eles se casam”. Num período em que se esperava cultivar a ordem, alguns aracajuanos utilizavam a escuridão do cinema para extravasar sua liberdade.

A chegada do cinema sonoro ou falado como ficou popularmente conhecido, por exemplo, em Aracaju, foi um marco para a cidade, com exibição do primeiro filme sonoro ocorrido na primeira metade do século XX. Esse fato

transformou-se em símbolo de modernidade, supressão de antigos costumes e a confirmação que a cidade estava no dito processo civilizatório de comportamento que, naquele momento, estava sendo implantado. A expectativa, segundo o *Sergipe Jornal*, de 20 de novembro de 1930, era para que os cinemas “fiquem littteralmente cheios do nosso mundo elegante e do zé povo ávidos para conhecerem a derradeira invenção dos magnatas dos studios”. E após a sessão de estreia, o *Sergipe Jornal*, de 29 de novembro de 1930, publica que “deixou-nos excellente impressão, a estréia, hontem no Cine-teatro Rio Branco, do filme sonoro, a última contribuição dos Yankes ao gosto da humanidade”. Além disso, informou que a estreia apesar de “não demonstrar toda a sua plenitude, effectuou-se de forma a deixar a mais auspiciosa impressão”. O filme da *avant premier* foi *Hollywood Revue* (direção de Chuck Riesner/1929/EUA), da empresa Metro Goldwyn Mayer, que segundo o matutino tratava-se de um “filme falado, cantado, bailado, musicado e colorido com 22 números estonteantes” e continua afirmando que nele “ouve-se as melhores vozes do écran”. A questão da audição foi o grande diferencial do filme exibido, pois agora era necessário realizar um exercício mental de elaboração entre ver as imagens e ao mesmo tempo ouvir os sons produzidos. A sessão de cinema em questão, ocorrida no Cine-Teatro Rio Branco, teve cadeiras ao preço de 3.300\$000 réis, camarote a 15.500\$000 réis e geral 1.100\$000 réis. No final da notícia o semanário conclama aos leitores com um “ao Rio Branco, aracajuanos!”. As sessões de cinema começaram a ficar cheias por conta do filme sonoro com presença de gritos, pateados e assobios diante da novidade e o que tornou objeto de reclamações e novos comportamentos dos frequentadores nas sessões de cinema. Isso fez surgir outros personagens que também marcaram as sonoridades da urbe.

Durante a passagem do século XIX para o XX, o lufa-lufa das feiras livres, as ruas, a circulação de pessoas, os veículos, os hospitais, as casas de diversão, os bares de toda ordem, os parques, as instituições públicas, os colégios, os dobrados dos sinos das igrejas, os tics-tacs dos relógios, os automóveis e o divertimento e multiplicidade musical foram objetos de análise. Nesses espaços, foram estabelecidos vínculos de pertencimento pela população, como vivências e experiências culturais. São lugares de promoção de mediações entre os ditames

pré-estabelecidos pela sociedade dominadora e suas configurações do poder e as dinâmicas intrínsecas estabelecidas pelos indivíduos recriando a cidade, gerando o que chamamos de comunidade e de um processo de existência, hábitos de viver em conjunto com suas memórias emocionais, manifestada na empatia com o lugar. Esses diálogos entre os indivíduos e os lugares foram permeados de práticas, conflitos e diversidade cultural compartilhados num grupo, direcionados aos diversos momentos seja trabalho ou festivos dos vários segmentos sociais realizando assim as percepções das múltiplas experiências sociais urbanas praticadas na cidade.

Referências

APROBATO FILHO, Nelson. *Kaleidosfone: as novas camadas sonoras da cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DA MATTA, Roberto. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

LINDENFELD, Jacqueline. Palavras rituais nos mercados urbanos na França. Tradução de Karim Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 19, p. 31-43, 1999.

LOUREIRO, Kátia. A. S. *A trajetória Urbana de Aracaju: em tempo de interferir*. Aracaju: Instituto de Economia e Pesquisas/INEP, 1983.

MACHADO, Ewerton Vieira. *Aracaju: paisagem e fetiches, abordagens acerca do processo urbano recente*. 1989. 305 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1998.

MARCON, Frank. Quilombo urbano da Maloca: espaço e etnicidade em Aracaju/SE. In: LEITE, Rogério Proença (Org.). *Cultura e vida urbana: ensaios sobre a cidade* (Org.). São Cristóvão: Editora da UFS, 2008. p. 89-107.

MAYNARD, Andreza. Aracaju, automóveis e cinemas: traços da modernidade no início do século XX. In: SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de (Org.). *Populares na cidade: vivências de trabalho e lazer*. João Pessoa: Ideia, 2011. p. 109-131.

MELLINS, Murilo. *Aracaju romântica que vi e vivi: anos 40 e 50*. Aracaju: UNIT, 2000.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998

NUNES, Verônica Maria Meneses. Vida e movimento cultural da terra dos cajueiros. Olhares sobre a cidade sesquicentenária. *Exposição das Comemorações do Sesquicentenário da Aracaju*. Aracaju: Museu do Homem Sergipano, 2005.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp, 1999.

SANTOS, Maria Nely. *Aracaju: um olhar sobre sua evolução*. Aracaju: Triunfo, 2008

SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. *Práticas e apropriações na construção do urbano na cidade de Aracaju/SE*. 2007. 144 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe /UFS, São Cristóvão, 2007.

SCHAFFER R. Murray. *A afinação do mundo*. São Paulo: UNESP, 2001.

TINHORÃO, José Ramos. *Os sons que vem da rua*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2005.

TROTTA, Felipe. Juízos de valor e o valor dos juízos: estratégias de valorização na prática do samba. *Galáxia: Revista transdisciplinar de comunicação, semiótica, cultura*, São Paulo, n. 13, jun. 2007.

“NO REINO DA FEITIÇARIA”: POPULARIDADE E REPERCUSSÃO DAS PRÁTICAS RELIGIOSAS DE ORIGEM AFRICANA EM SALVADOR (1900-1920)

“AT THE REALM OF SORCERY”: POPULARITY AND IMPACT OF RELIGIOUS PRACTICES OF AFRICAN ORIGIN IN SALVADOR (1900-1920)

Iury Abreu Tavares Batista*

Resumo

A partir de um conjunto de notícias coletadas em alguns jornais baianos, este trabalho discute particularmente a popularidade dos serviços mágico-religiosos do candomblé entre a população de Salvador nas duas primeiras décadas do século XX, revelando uma diversidade de indivíduos e grupos sociais envolvidos com a religiosidade de origem africana, malgrado as interdições de ordem moral vigentes e a repressão aos terreiros e aos líderes religiosos acusados de feitiçaria e curandeirismo. Nesse sentido, por conta desse variado entrecruzamento de atores sociais que se achavam envolvidos de formas diversas com a religiosidade afro-baiana, sinaliza-se a difusão do candomblé na vida social soteropolitana. Este estudo revela um quadro de larga atuação dos curandeiros e adivinhos junto à população e mostra que o candomblé buscou e conquistou algum espaço na vida cultural da cidade, servindo tanto a negros e mestiços, a grande maioria, quanto a brancos.

Palavras-chave: candomblé, feitiçaria, curandeirismo, diversidade, Salvador.

Abstract

From a set of news clippings gathered from some of Bahia's newspapers, this work discusses, especially, the popularity of candomblé's magical-religious services among the population of Salvador in the first two decades of the twentieth century, revealing a diversity of individuals and social groups involved with religiosity of African origin, despite the current bans of moral order and the repression toothed and the religious leaders, accused of sorcery and healerism. In this sense, due to the varied intersecting of social actors that were involved in several forms with African religiosity in Bahia, a Picture of broad operation of healers and fortune-tellers alongside the population is revealed, giving signs that candomblé sought and conquered some space in the city's cultural life, serving to both the black and mixed race people – the vast majority -, as well as white people.

Keywords: Candomblé, sorcery, healerism, diversity, Salvador

Em uma passagem do livro *Triste fim de Policarpo Quaresma*, ambientado no alvorecer do século XX, Lima Barreto nos revela o desespero do general Albernaz que, diante da moléstia de sua filha, acometida de uma insanidade

* Mestrando em Estudos Étnicos e Africanos na Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: iury.batistta@hotmail.com

mental que a fazia definhar a olhos vistos, não media suas ações e recorria a todos aqueles que pudessem, de alguma forma, curar o seu rebento: médicos, espíritas ou, até mesmo, “feiticeiros”. Em face da ineficiência da ciência médica, o respeitado general, frequentador da “alta roda”, viu-se obrigado a procurar os serviços curativos dos sacerdotes e sacerdotisas africanos, portadores de profundo conhecimento sobre a manipulação das folhas sagradas e de notório reconhecimento entre os setores menos favorecidos – majoritariamente composto de negros e mestiços –, mas que faziam reverberar seu poder entre os setores médios e dominantes da sociedade, tal era a força e eficiência de seus trabalhos.

Tamanho era o espanto diante da atitude do respeitado general que o personagem principal da trama, o major Policarpo Quaresma, não pode deixar de observar: “Era de fazer refletir ver aquele homem, general, marcado com um curso governamental, procurar médiuns e feiticeiros, para sarar a filha” (BARRETO, 2011, p. 311). Sobretudo, porque o general não só não cumpria as expectativas relacionadas a sua condição social como cometia o agravo de abrir as portas de sua casa para receber tal qualidade de gente. A frase que Lima Barreto atribuiu à voz de seu personagem é sintomática e sintetiza bem o pensamento comum sobre as posições sociais e os comportamentos atrelados a elas.

Lima Barreto, arguto observador, além de crítico de sua sociedade e da nascente República, registrou, em sua obra ficcional, práticas comuns em cidades¹ marcadas por uma forte presença de africanos e descendentes, tal como a procura de pessoas de distintas camadas sociais por curandeiros negros no intuito de resolver problemas das mais variadas ordens. Os infatigáveis curandeiros e feiticeiros não distinguiam rico de pobre, negro de branco, a todos atendia, não importava se em seus terreiros ou na residência de seus clientes². Essa prática de deslocamento para atender a seus clientes – um vaivém incessante entre as camadas sociais - ocorria, ao menos, desde o século XVIII

¹ Assim como Salvador e o Rio de Janeiro, Pesavento (2006, p. 134) comenta que “como em todas as cidades, em Porto Alegre também lavrava, ‘impune e discreta’, a feitiçaria, abrigada em ‘antros’ que muitas vezes passavam ‘desapercebidos aos olhos da polícia”.

² De acordo com Santos J. (2009, p. 12, grifos do autor), “Se as pessoas procuravam os líderes dos candomblés para resolverem os seus problemas de natureza sentimental, material ou espiritual, não era necessária a ida a uma roça de candomblé, cuja distância era considerável, já que existiam indivíduos que em plena cidade jogavam búzios, faziam *ebós* e *mandigas*”.

com a atuação dos calunduzeiros bantos e mobilizavam um serviço de curandeirismo itinerante que se somava a outras especialidades dos sacerdotes e sacerdotisas africanos, tais como a adivinhação e a realização de rituais coletivos religiosos, atividades das quais provinham seu sustento. (PARÉS, 2007; SILVEIRA, 2006)

Ainda que, como revela mais adiante o referido personagem principal da trama, no Rio de Janeiro de início de século, a clientela desses pretos e pretas de origem africana não se resumisse apenas à gente pobre da terra, uma vez que os setores mais abastados e letrados também os procuravam, a utilização desse recurso, ainda que último, era visto, no mínimo, com incredulidade, ironia e repulsa. Àqueles que buscavam esse tipo de serviço cabia fazê-lo com segredo e discrição para fugir das censuras sociais, ainda que “a existência de práticas que estendem a sua ação a esferas muito mais amplas do que aquelas em que se geraram [...] é coisa que está no ânimo público e no pleno conhecimento de todos” (RODRIGUES, 2014, p. 8). Com efeito, tal atitude era algo indigno de ser levado a cabo por indivíduos cuja suposta evolução mental e prestígio social demandava a busca por um tratamento mais à altura de suas posições. Como observa Santos (1997a, p. 142), “trata-se, neste nível, de algo que diz respeito à decência, aos bons costumes, às convenções hegemônicas (o que convém e é conveniente), à discrição, às boas maneiras inerentes à vida civil, englobando-se no amplo ‘processo civilizador’”.

Como assevera Schwarcz (1993), o início do século XX foi o período o qual havia um combate às práticas medicinais e curativas que não aquelas ensinadas nas faculdades de medicina, ou seja, àquilo que chamavam de “charlatanismo”. Tais práticas nada mais eram do que a medicina popular que, na Bahia, estava intimamente ligada à medicina ritual dos candomblés em que na maioria das prescrições o uso das folhas é indispensável.

Não obstante o poder e os esforços da Igreja Católica em garantir sua dominação e em esgotar outras formas de religiosidade e fé, sua ação esbarrava no afrouxamento moral e religioso da população que redimensionava as fronteiras do sagrado ao praticar um pluralismo religioso, movendo-se quase que sem embaraço entre o catolicismo e o candomblé (MOTT, 1997).

Ao lado dessa justaposição de crenças, o que se observa na busca pelos serviços médicos alternativos é a necessidade básica de cura dos males do corpo. Embora os médicos formados nas faculdades de medicina fossem por lei os únicos com autorização para atuar junto à população³, eles não atuavam sozinhos, disputando pacientes e clientes com farmacêuticos e com os inúmeros agentes de cura popular, tachados de curandeiros e feiticeiros que, desde o período colonial, se encontravam junto à população, gozando de reconhecimento e prestígio também entre indivíduos pertencentes aos setores dominantes (SAMPAIO, 2001).

Com efeito, é lícito supor que aquilo que Lima Barreto testemunhou no Rio de Janeiro republicano, em particular as breves passagens que revelam a busca por parte de indivíduos da alta roda pelos serviços religiosos/curativos dos negros, certamente podia ser visto em outras paragens do país que receberam um forte influxo de homens e mulheres que migraram de forma compulsória do continente africano, tornando-se centros urbanos de expressiva e intensa vida afro-brasileira, como é o caso da cidade do Salvador.

De acordo com Reis (2006a), já era costume, na Bahia do século XIX, essa mescla cultural e social, não se diferenciando, de maneira geral do que Nina Rodrigues pôde observar na virada do século XX. De maneira generalizada, Rodrigues (2014, p. 138) garantiu que “no Brasil o mestiçamento não é só físico e intelectual, é ainda afetivo ou dos sentimentos, religioso igualmente portanto”. E, para fugir da generalização, ele apresenta um caso que saiu na imprensa no ano de 1893 em que se evidencia “o prestígio e a influência das práticas fetichistas na nossa população” (RODRIGUES, 2014, p. 139). Espalhou-se pela cidade a notícia de que, em um terreiro de candomblé, o zelador da casa foi advertido pelo orixá Gunocô, uma qualidade de Oxalá, que uma terrível peste estava a se abater sobre a cidade e que era preciso que cada habitante levasse uma vela para a igreja de Santo Antônio da Barra para que se evitasse a terrível

³ Em edital publicado ao longo do mês de janeiro de 1900 em um dos principais jornais de Salvador, o *Diário de Notícias*, a Inspeção Geral de Higiene (grafia tal como no original) apresentava a disposição número 112 de 14 de agosto de 1895, que dispunha sobre os estabelecimentos que tinham permissão para vender medicamentos e drogas sobre qualquer pretexto, a saber, farmácias, drogarias e laboratórios. Cabendo multa de duzentos réis àqueles que infligissem a lei e o dobro em caso de reincidência. Igualmente, com base no decreto 2.458 de 10 de fevereiro de 1897, deixava claro quem poderia exercer a medicina em todos os seus ramos, aqueles indivíduos reconhecidamente formados em universidades brasileiras ou estrangeiras. (*A CIDADE*, 10/01/1900)

epidemia. Algo que foi prontamente atendido pela população que se dirigiu de velas na mão à igreja, sendo classificada pelo *Jornal de Notícias* como uma “supersticiosa romaria” (RODRIGUES, 2014, p. 139).

Ainda segundo João Reis (2006a), ao analisar os documentos disponíveis tem-se a impressão de que praticamente todo grupo social se encontrava representado na base de frequentadores do candomblé consultando adivinhos e curandeiros, comparecendo a rituais fúnebres, a ritos de iniciações e cerimônias que celebravam divindades específicas ao longo do ano.

“Começa o sacrificio de galinhas, patos, bodes, carneiros, bonecas pretas, panellas velhas, trapos e farofias de azeite de dendê”⁴. Assim começa a notícia “O paraíso dos feiticeiros e feiticeiras” do jornal *Correio da Manhã* de 2 de outubro de 1914. Dado esse aspecto reprovado pelo jornal, aquele que porventura “passasse na baixa da ladeira do Acupe havia de ser extasiado” com “uma montanha de cabeças de galinha, bonecas de panno, panellas e tijellas de barro e outras coisas mais, dentro de uma onda de azeite de dendê”. O jornal refere ao ato de se conceder oferendas e sacrificios⁵ aos deuses africanos, ação popularmente conhecida pelas expressões “dar um agrado ao santo” ou “arriar um *ebô*”. Aquelas seriam “as victimas da famosa religião africana” a qual “os santos venerados pela credence ignorante que frequenta os candomblés tem o seu culto máximo e surge na obra providencial dos milagres”, embora seja sabido que “muita gente boa e de bordados não perde nossos candomblés”. Um mês depois o mesmo jornal volta a se queixar da presença nas ruas, “às vezes as mais transitadas”⁶, de “galinhas espostejadas e besuntadas de azeite de dendê, e montículos formando cruzeiros de farófia, também de dendê”. Para o

⁴ *Correio da Manhã*, 02/10/1914. Em todas as notícias, matérias e notas citadas foi respeitada a grafia original da época.

⁵ O antropólogo Vivaldo da Costa Lima estabelece uma diferenciação conceitual entre a oferenda e o sacrificio. A oferenda seria um presente, aquilo que é oferecido é algo que pertence ao devoto e que ele oferta de bom grado à sua entidade, não obstante, o bem ofertado carrega algum valor (material, afetivo, simbólico) àquele que o oferece. Na oferenda, há uma assimetria de *status*, aquele que oferece se encontra em posição de inferioridade, submetido à superioridade de quem (no caso, a entidade) recebe. O sacrificio, por sua vez, seria o ato de dar algo que é valioso e prezado por parte daquele que concede, ou mesmo algo que ele não dispõe no momento por falta de condições materiais - um bicho de penas ou um bode, por exemplo, no candomblé, animais custosos e que exigem um verdadeiro “sacrificio” por parte do ofertante para obtê-los. Em última instância, o sacrificio seria algo que, a princípio, escaparia das condições momentâneas de quem concede (COSTA LIMA, 2010b).

⁶ *Correio da Manhã*, 10/11/1914.

articulista, assinante da referida notícia, o cúmulo de tais práticas⁷ havia se dado no dia anterior quando “em pleno dia radiante, uma preta magricela, com gestos abrutalhados e cabalísticos, poz à porta da igreja (!!)

de S. Domingos um frango cheio dessa farofia!”. Conforme esse texto jornalístico essa situação se configurava não só num ato “repugnante”, mas também numa clara provocação à Igreja Católica.

Notícias como as apresentadas acima nos ajudam a compreender aspectos da história do candomblé tais como a natureza dos participantes naquele período, as circunstâncias e as repercussões no meio jornalístico e social da época, já que revelam informações valiosas sobre homens e mulheres de todas as classes envolvidos de maneiras diversas com a religiosidade afro-baiana. Ainda que a maioria das pessoas envolvidas com o candomblé fosse negra “a religião se expandia para outros setores da sociedade” (REIS, 2006a, p. 85).

Ao longo da história brasileira, atribuíram-se aos líderes religiosos⁸ de matriz africana o fato de executar malefícios de toda sorte, eles se tornaram “bodes expiatórios” de uma contenda moral e cristã cuja diluição de suas atuações deveria, a rigor, garantir a hegemonia da medicina científica e, supostamente, purificar a comunidade da corrupção moral, afastando-a de práticas consideradas fetichistas. No concernente ao aspecto moral, os discursos produzidos, carregados de preconceito e racismo subsumidos em uma narrativa desqualificadora das manifestações culturais e religiosas dos negros, serviam, em última instância, para afastar possíveis clientes, curiosos e simpatizantes da dita boa sociedade das tais práticas fetichistas, uma vez que havia na cidade um grande número de casas de culto de origem africana em funcionamento e, mais ainda, de feiticeiros e feiticeiras em atuação.

⁷ Nina Rodrigues já apontava no final do século XIX para a presença de despachos nas ruas da velha Salvador, segundo ele “de vez em quando nesta cidade se encontra pelas ruas ou praças, na proximidade da casa ou no caminho por onde se supõe que deve passar aquele a quem é destinado, um feitiço que consiste, com pequenas variantes em animais de sacrifícios e restos de comida de santo” (RODRIGUES, 2014, p. 63).

⁸ Amparo-me em José Reis para estabelecer um critério sobre os homens e mulheres acusados nas páginas dos jornais de praticar atos de feitiçaria: “considerarei líder o adivinho ou curandeiro que desenvolvia uma prática privada, não necessariamente ligada a uma casa de culto [...] especialistas formados numa religião iniciática que primava pelo ritualístico” (REIS, 2006a, p. 62). Ainda de acordo com o autor, feiticeiro seria um “termo genérico usado [...] contra quem praticasse qualquer tipo de religião africana” (idem, 2006a, p. 70).

Esses homens e mulheres foram denunciados por prática de adivinhação; exorcismo (‘tirar o diabo do corpo’); ‘feitiçaria’ (incluindo conjuras e envenenamento com uma variedade de preparos); por presidir oferendas de bebidas, comidas (sobretudo animais) e outras às divindades e aos mortos; celebrar cerimônias que envolviam instrumentos percussivos, dança e canto; orientar diversos ritos de iniciação. (REIS, 2006a, p. 62)

O jornal *A Cidade* nos dá a dimensão desse universo afro-religioso, o qual a boa sociedade soteropolitana se via enredada, em uma notícia do dia 9 de fevereiro de 1917 ao afirmar que “já se torna quasi uma cousa commum dizer-se nesta terra: ali mora uma feiticeira – tão grande é o numero, destas bruxas repugnantes que, a troco de pequena remuneração, empregam toda a sua velhacaria na confecção de seus despachos⁹”¹⁰. Malgrado essa interdição de ordem moral, alguns autores demonstram que, desde muito tempo, se podia observar na Bahia a relação de sujeitos de outros segmentos sociais e de pessoas brancas com indivíduos acusados de serem feiticeiros e curandeiros ligados a formas de crença de origem africana. Conforme Reis (2006b, p. 284-5),

era comum que gente da elite branca se utilizasse dos serviços de sacerdotes africanos para numerosos misteres, principalmente trabalhos relacionados a carências clássicas — saúde, amor, dinheiro —, mas também, já na segunda metade do século XIX, investigação policial e política eleitoral. Mesmo se não professavam regularmente a religião africana, muitos brancos acreditavam na força mística, nos poderes curadores, divinatórios e propiciadores de seus sacerdotes.

Parés (2007, p. 144-5) revela o caso do curador Francisco Dossu que, em 1807, declarou em depoimento “que a ele recorriam muitas pessoas, brancos, pardos, pretos de um e outro sexo para dar venturas e curar”. Reis (1988, p. 70), por sua vez, traz o caso de dois pais de santo jejes¹¹ de notório sucesso no

⁹ O jornal *A Baía* de 12 de abril de 1904 estampou em um boletim sua inquietação frente ao “pernicioso e depoente costume de se atirarem às ruas da cidade, feitiçarias constantes de animais mortos, comidas de origem africana, panos velhos, objetos imundos, etc.”, como muito ocorria “em algumas ruas mais transitadas dos distritos de Nazaré e Brotas”. Para o jornal, “isto para uma capital e que diz ter policia civilizada, é depoente”.

¹⁰ *A Cidade*, 09/02/1917.

¹¹ O termo “jeje” refere-se a um critério de classificação do tráfico transatlântico conhecido como “nação”, uma categoria de identificação com base no lugar de procedência - no caso, a Costa da Mina, na região da Baía do Benim (SOARES, 2004). De acordo com Oliveira (1996, p. 175), “não obstante, essas ‘nações’ africanas, tal como ficaram sendo conhecidas no Novo Mundo, não guardavam, nem no nome nem em sua composição social, uma correlação com as formas de auto-adscrição correntes na África. Com relação à Bahia, o que pudemos constatar foi que alguns ‘nomes de nação’, atribuídos aos

final do século XVIII. Um deles, “o negro adivinhador José Zacarias”, como revelam os autos, atendia “muita gente vil e pobre e também de probidade”. Ele ainda apresenta o caso de Domingos Sodré que “tinha boas relações no mundo dos livres e brancos” (REIS, 2006b, p. 284). Já Santos e Santos (2013, p. 214) observaram que, em 1868, em um candomblé localizado no Beco dos Barris havia “senhoras, senhores e escravos procurando o terreiro pelos mais variados motivos”. Silveira (2006, p. 248) também aponta para a presença de indivíduos brancos já no século XVII, quando “o saber tradicional afro-ameríndio já beneficiava muitos habitantes das cidades nas horas mais difíceis, inclusive numerosos membros da elite branca”. Ainda temos o caso do afamado feiticeiro Juca Rosa que, na segunda metade do século XIX, como nos apresenta Sampaio (2000, p. 23), estabeleceu “íntima relação [...] com [...] poderosos figurões, ‘gente fina’, ‘senhoras da mais alta categoria social’ e também importantes políticos da época, por mais que os grupos letrados e poderosos tentassem negar qualquer proximidade com tais atividades”.

Observa-se, desse modo, não só uma antiguidade e regularidade dos rituais de origem africana em terras brasileiras, mas também uma recorrente e progressiva adesão de indivíduos brancos e pertencentes a outros segmentos sociais a esses ambientes de culto. A insistência das fontes revela um quadro de larga atuação dos curandeiros e adivinhos junto à população, dando sinais que o candomblé buscou e conquistou algum espaço na vida cultural da cidade, servindo tanto a negros e mestiços, a grande maioria, quanto a brancos (SILVEIRA, 2006).

Diante desse quadro histórico de representação dos mais variados atores sociais junto à religiosidade afro-baiana, aliado aos constrangimentos sistêmicos da consciência pública que atuavam no sentido de coagir os indivíduos que porventura viessem a praticar “atos não garantidos ou autorizados pelos códigos sociais” (SODRÉ, 1988, p. 39) da época, assim como a transgressão e os efeitos coercitivos que operavam a partir dela, nos atentemos

africanos no circuito do tráfico negreiro, terminaram por ser assumidos por aqueles como verdadeiros etnônimos no processo de organização de suas comunidades”.

ao caso da “senhorinha Esther”¹², noticiado pelo jornal *A Cidade* em março de 1918.

De acordo com o periódico, a senhorinha¹³ Esther cometeu uma tentativa de suicídio, já em si um ato moralmente condenável pela fé cristã. Inicialmente pensou-se que tamanha atitude só poderia ser decorrente de algum caso de namoro, porém logo se descobriu que a razão que se apresentava era de outra ordem. Seu tio Manoel Meirelles esteve na redação do jornal e explicou ao periodista que tudo começou pela simples razão do mesmo tê-la repreendido por conta dela haver “chamado uma senhora, que dizem ser cartomante, para que esta adivinhasse qualquer coisa”. A mãe de Esther não concordando com a reprimenda ficou do lado da filha gerando uma celeuma na família. No meio da discussão Amelia – mãe de Esther – ainda se indispôs com uma vizinha, fato que levou o senhor Meirelles a chamá-la à atenção e a fechar as janelas da casa. Revoltada, Amelia investiu contra Meirelles que se viu “forçado a reagir”. Como que por impulso, ao ver a cena, Esther bateu o tio “involuntariamente com a mão”. Nesse ínterim, Amelia saiu de casa e Esther foi ao seu enalço, não encontrando a mãe, voltou para casa a fim de saber se ela havia voltado, contudo Amelia não estava lá. Desesperada com a ausência da mãe a senhorinha Esther “lançou mão dum vidro de lysol, não chegando a depositalo na boca, porque lhe arrebataram”.

É interessante observar a espiral de acontecimentos que um ato considerado desviante dos padrões morais acabou por gerar. À época, tanto a busca por cartomantes quanto por feiticeiras eram práticas condenadas, ainda mais para determinados setores da sociedade, a tal ponto que foi o estopim de uma malograda tentativa de suicídio. Encontrei uma notícia de março de 1918¹⁴ na qual as categorias ‘cartomante’, ‘bruxa’ e ‘feiticeira’ convergem no mesmo sentido, tornando-se representativas do uso da magia para fins considerados ilícitos e maléficos e que foram sintetizadas na figura de Antonietta da Silva, conhecida como Catú. “Por intimação da policia”, Catú havia se mudado de seu

¹² *A Cidade*, 06/03/1918.

¹³ Vale destacar que a expressão “senhorinha’ era um título de cortesia empregado para jovens mulheres das elites do Brasil” (SANTOS, 1997b, p. 25). Como ilustra uma nota da coluna social do jornal *A Tarde* de 4 de agosto de 1913: “Está marcado para o dia 20 de Setembro, o casamento do dr. Manoel Magalhães de Aguiar, jovem e estimado bacharel, com a senhorinha Dulce Luz”.

¹⁴ *A Cidade*, 13/03/1918.

antigo endereço para o logradouro conhecido como “becco do Mingau”, onde continuou a exercer a “profissão de bruxa e cartomante”¹⁵ que havia lhe conferido problemas com a polícia. Rodrigues (2014) aponta que não só o catolicismo sofreu influência do que ele chamava de cultos fetichistas, mas também o espiritismo e a cartomancia refletiam esta influência. Como exemplo ele traz o caso de uma mulata bastante afamada que, além de cartomante, era também mãe-de-santo e atendia a uma clientela diversa. Com base no caso de Catú e no precedente histórico é possível inferir que a senhorinha Esther pudesse estar se consultando com alguma mãe de santo, razão da reprimenda de seu tio. De resto, ocorre que, apesar de haver tais mecanismos coercitivos em diferentes graus de intensidade àqueles que ousavam violar as normas sociais, a transgressão não se constituía em um impeditivo. A rigor, a transgressão é um subproduto do impedimento e vem atrelado a ele. Em última instância, a moral, ao tentar padronizar normas de comportamentos únicos que incidem sobre as relações sociais, funciona como uma ferramenta que atenta contra a complexidade, as contradições, as ambivalências e ambiguidades humanas, não levando em consideração a dinâmica da vida em sociedade.

Na esteira do histórico de acusações aos agentes de cura popular, considerava-se que esses homens e mulheres cometiam atos de heresia, adoravam o diabo¹⁶ e tinham o poder de levar o mal à comunidade na qual se inseria: “Entram na feitiçaria, na maior parte dos casos, a perversidade, a infamia, o crime premeditado, a desonra”¹⁷. Em Salvador, “mais do que em qualquer outro ponto do território brasileiro, a feitiçaria campeia exuberantemente”, uma vez que “existem por essas ruelas escuras dos bairros pobres, nos suburbios afastados, o quadro negro horrendo desses candombles”, nos quais atuam os “paes de terreiro”, mas sobretudo “se destacam as mães de santo, fabricantes de malefícios e bozós” que “nunca lhes falta a freguesia. Gente de todas as classes sociaes as procuram” já que “umas deitam cartas, outras são magnificamente educadas na sciencia cabalistica dos bozós e outras

¹⁵ O título da notícia se refere à Catú como feitiçeira: “A feitiçeira “Catú” merece um correctivo”.

¹⁶ De acordo com MOTT (1988, p. 97), Luzia Pinta, 51 anos, preta forra natural de Angola, que comandava um calundu na primeira metade do século XVIII em Minas Gerais foi a primeira e única “feitiçeira” do Brasil a ser condenada pela Santa Inquisição. Sua sentença correspondeu “a quatro anos de degredo para Castro Mearim (Algarve) por culpas de feitiçarias e presunção de pacto com o Diabo”.

¹⁷ *A Cidade*, 25/02/1918.

em malefícios”. A narrativa apresentada pela pena do jornalista não deixa dúvidas sobre o lugar que a religiosidade afro-baiana ocupava na teia social da cidade, uma relativa centralidade legitimada por uma clientela ampla e diversa que fora fundamental no estabelecimento de alianças para a proteção e reprodução do candomblé.

Com muita frequência esse "mal" era representado na forma de libertinagem. Comentava o jornal *Gazeta do Povo*, datado de 25 de novembro de 1905:

A Gazeta de Notícias denunciou a existência de uma casa na Rua do Barão de Maranguape, onde se celebram missas negras, verdadeiras saturnais, nas quais tomam parte além de um negro asqueroso e de prostitutas, diversos meninos e meninas. Segundo assevera a mesma folha são praticadas ali obscenidades inqualificáveis¹⁸.

Portanto, eram indivíduos desclassificados na ótica de parte da elite e assim representados no discurso de parte da imprensa baiana, sendo reiteradamente detratados em suas páginas e acusados de toda sorte de crimes e contravenções. Contra eles se levantava um poderoso “movimento de oposição social” (ORTIZ, 1999, p. 195). Como observa Pesavento (2006, p.134),

a feitiçaria era notícia, mercadoria, vendida e lida com sucesso pelo público¹⁹, a descobrir os perigos da urbe. Os selvagens da cidade estavam ali, ao alcance da mão e da vista, expondo a barbárie de seus feitiços, agredindo os cidadãos pacatos.

No entanto, em razão do poder espiritual que lhes foram conferidos pelos deuses africanos - e, mais do que isso, pela eficiência de seus trabalhos - esses homens e mulheres foram responsáveis pela ampliação da base de pessoas que estabeleciam contato estreito com a religiosidade afro-baiana. Ortiz (1999) comenta que as crenças, quer dizer, o acúmulo da experiência religiosa africana, cristalizou-se na figura do feiticeiro portador do sistema de

¹⁸ *Gazeta do Povo*, 25/11/1905.

¹⁹ Sobre o interesse dos leitores por esse tipo de informação Sampaio (2000) revela que alguns jornais chegaram a duvidar da existência do famoso feiticeiro Juca Rosa, que atuou em meados do século XIX em Salvador, acusando o jornal *Diário de Notícias* de ter inventado esse personagem com o intuito de vender mais exemplares haja vista o interesse cada vez maior do público em suas façanhas.

conhecimento mágico-religioso africano. Nesse sentido, para o público mais amplo “a religião simplifica-se em magia” (idem, 1999, p. 39), ampliando

o espectro de possibilidades religiosas [...] em que a religião é também serviço e, como serviço, se apresenta no mercado religioso, de múltiplas ofertas, como dotada de originalidade, competência e eficiência. (PRANDI, 1998, p. 163).

A grande procura por curandeiros e feiticeros era um dos casos que mais incomodavam os que se arvoravam em nome da ordem e da moral, a sociedade soteropolitana mostrava-se bastante suscetível à influência desses sacerdotes, crédula e necessitada em resolver problemas dos mais diversos por meio de soluções mágico-religiosas provenientes do mundo sagrado afro-baiano. Desse modo, a crença no feitiço e mesmo no candomblé não se restringia ao círculo restrito de negros e mestiços, os frequentadores e clientes pertenciam a um amplo perfil social. Dessa maneira, o que os jornais revelam é uma crença coletiva nos poderes do feitiço haja vista a repetição de notícias sobre a credulidade da população soteropolitana em tais práticas, “se havia uma proibição legal constantemente atualizada era porque essas manifestações estavam cotidianamente em profusão” (SANTOS, 1997b, p. 21). Embora o efeito que se desejava produzir fosse de estabelecer um controle social sobre os agentes de cura e sua clientela, noticiar a ação dos feiticeros não dava garantias de sua eliminação, pelo contrário, podia até mesmo fazer com que, com o perdão do trocadilho, o feitiço virasse *a favor* do feiticero, constituindo-se em uma fonte de projeção de seu nome e de seu trabalho. Mais ainda, a contrapelo, pode-se observar que a grande demanda de clientes e pacientes expunha a fragilidade dos serviços médicos oficiais, incapazes de atender a todos àqueles que careciam de atenção médica e de solucionar suas demandas. Tão comum quanto se valer dos serviços dos curandeiros nos momentos de fragilidade da saúde era recorrer a práticas caseiras de cura, como chás, purgantes, tisanas e simpatias, conhecimentos medicinais tradicionais – não só de matriz africana, mas também indígena - largamente utilizados, sobretudo, pela população mais pobre e visto com ressalvas pela medicina oficial (ROCHA, 2015).

O candomblé aparecia como um duplo mal nas páginas dos jornais baianos primeiro, por se tratar de algo que depunha contra a civilização e o progresso da sociedade, significando a conservação de uma memória coletiva africana que deveria ser obliterada, segundo, por ser no interior de alguns terreiros que se acreditava ser produzidos os males e os infortúnios que acometiam a sociedade soteropolitana (COUCEIRO, 2008). O dito feiticeiro era, de uma só vez, o “depositário dos segredos da alta magia e intérprete das relações fatídicas” (RODRIGUES, 2014, p. 61), além disso, respondia também como “curador de moléstias, o fazedor de malefícios, o distribuidor de felicidade” (*idem, ibidem*, p. 62). Ora, curioso observar que, se havia descrença e incredulidade por parte de setores da elite e da imprensa do poder de cura desses agentes, o mesmo não ocorria com o feitiço ou a “coisa feita”, causadores de medo e apreensão na população, consciente dos efeitos prejudiciais que esses trabalhos poderiam causar sobre quem se abatesse. Desse modo, homens e mulheres acusados de praticar feitiçaria eram constantemente alvos da sanha da imprensa em vê-los tolhidos de sua atuação e influência.

Paradoxalmente, para além da questão civilizacional, a perseguição aos ditos feiticeiros legitimava a crença de que aqueles homens e mulheres efetivamente dispunham de poderes mágicos suficientes para interferir no curso da vida mundana. Os indivíduos, nesse caso, “pertenciam a um universo mental controlado por forças espirituais que, segundo a maioria acreditava, podiam ser ativadas por especialistas religiosos” (REIS, 2006a, p. 75). A ideia de que certos rituais específicos do candomblé poderiam ser utilizados para determinadas finalidades tinha correspondência no medo que boa parte da população tinha da religião. De acordo com Prandi (1988, p. 160-1), “a religião dos orixás conserva sua imagem de culto de mistérios e segredos, o que implica a ideia de perigo e risco no imaginário popular, fato que retroalimenta o preconceito”. O medo, portanto, seria fruto da ignorância. No entanto, certamente muitos dos líderes de candomblé utilizaram do medo coletivo de seus poderes como estratégia para se impor e se estabelecer frente àquela sociedade.

As acusações contra curandeiros e feiticeiros se acumulavam nas páginas dos diferentes periódicos em circulação na capital, dando contornos reais para o drama dos adeptos das religiões afro-brasileiras reiteradamente enunciadas

como um perigo à sociedade, caluniados e difamados pela pena dos articulistas. Por conta disso, os pais e mães de santo que ofereciam seus serviços pareciam se mostrar mais precavidos, adotando medidas no intuito de salvaguardar sua atuação das vistas de seus algozes, seja a polícia seja a imprensa.

Voltemos à notícia do jornal *A Cidade* de 9 de fevereiro de 1917, intitulada “No mundo das bruxas e dos bruxedos”. Impelido pela curiosidade de revelar suas fraudes e pelo desejo de desmascará-los o jornal *A Cidade* decidiu enviar uma equipe de reportagem à paisana para o número 113 da Rua Direita de Santo Antonio “onde se dizia morar uma bruxa”²⁰ de nome Maria de tal, “uma creoula que faz despachos”. A fim de não levantar suspeita a equipe do jornal se fez passar por clientes em busca de tratamento – um expediente recorrentemente utilizado pelos jornalistas para conseguir ter acesso às práticas mágico-curativas dos sacerdotes de origem africana, sobretudo pelo referido jornal que mostrava ser o mais combativo quando o assunto era candomblés, curandeiros e feiticeiros.

No entanto, dado o conhecimento dessas incursões investigativas por parte da imprensa que tornava mais densa a áurea de perseguição aos cultos afros, muitos pais e mães de santo mantinham reservas num primeiro contato com um possível cliente. Ao chegarem ao endereço indicado e se depararem com a senhora Maria de tal, perguntaram-lhe se podia dar uma consulta, desconfiada com a presença daqueles sujeitos ali ela rebateu: “Quem foi que lhe informou, yôyô?”. Então, o disfarçado repórter respondeu que quem havia lhe informado fora “uma fregueza sua no Largo Dois de Julho”. Pouco convencida com aquele argumento a mulher se mostrou precavida dizendo que “nós não *receita* mais, porque *tamos* já *escardada* da *farcidade* do mundo” (grifos do original). Mais ainda, ciente da sanha dos jornais em expor figuras como ela em suas páginas, afastando clientes e alertando as autoridades, ela completou: “*Nós não qué sahi* no *Jornal* não!” (idem). Segundo Reis (2006a, p. 61, grifos nossos), “por vezes, esses *verdadeiros espões culturais* eram descobertos pelos adeptos do candomblé, que reagiam com cólera”. Nesse caso, faltou pouco para que os “espões culturais” do jornal *A Cidade* fossem descobertos pelas duas mulheres.

²⁰ *A Cidade*, 09/02/1917.

Com a impertinência característica dos jornalistas, que não se desmobilizam diante de uma negativa, o repórter d'A *Cidade* insistiu, apelando inclusive ao Senhor do Bonfim: “Mas, yáyá, eu estou doente, e quero, por amor do Senhor do Bonfim, que vmcê. me cure”. O repórter parece ter se revelado um ótimo ator, pois dona Maria de tal o autorizou a entrar em seu recinto, porém era preciso dar a volta e entrar pela porta principal de sua casa, ao chegarem lá se depararam com a figura de “uma preta, gorda como um suíno” – o ato de atribuir características animais aos negros é uma prática corriqueira do racismo na tentativa de tirar a humanidade do negro a fim de manter sua subjugação.

A senhora descrita de forma pejorativa pelo jornal também mostrou precaução, entretanto sua inquietação era outra, perguntou ao repórter se ele era da polícia. Diante da negativa do homem ela insistiu dizendo a ele que “seu chapéu parece muito com o do Cova da Polícia”. O jornalista negou sua correspondência com a polícia e a senhora se mostrou convencida, perguntando quanto ele trazia em dinheiro para arcar com os serviços. A mulher costumava cobrar cinco mil réis pelo serviço; no entanto, o repórter não se furtou em pechinchar o valor e o pagamento por seus préstimos ficou estabelecido em dois mil réis pagos de forma adiantada.

A seguir, o jornal revela com riqueza de detalhes²¹ a preparação e a feitura do despacho. Depois de receber o dinheiro, ela

pegou de um frango, matou-o, ensopando-o em azeite dentro de uma bacia. Juntou a uma porção de milho torrado junto um pouco de fumo, dois pedaços de rapadura, meio litro de farinha, cinco moedas de cobre, uma lagartixa morta, um pedaço de sêbo e diversos outros ingredientes.

Após isso,

deitou água em um prato e atirou com benzeduras quatro pedrinhas pretas, pronunciando uma oração macabra de termos que não entendemos. Terminada a oração, pegou em um vidro

²¹ Embora as notícias fossem demasiadas preconceituosas, elas revelam informações preciosas sobre alguns rituais do culto praticados à época.

cheio de um pó estranho e fez o nosso companheiro engulir uma porção do mesmo²².

Diante de tamanhas provas o jornal se dá por satisfeito, pois revelara “como se faz nas sombras da ignorancia a cura dos infelizes freguezes de sinhá Maria”, cabia agora à polícia “o resto da diligencia”.

Mas parece que a polícia não se mostrou tão diligente quanto o periódico esperava uma vez que no dia 13 do mesmo mês, quatro dias após a publicação da denúncia, Maria de tal, que receava aparecer nos jornais, volta a estampar as páginas de *A Cidade*. Comentava o articulista que, após a veiculação da notícia sobre sinhá Maria de tal, duas pessoas foram ao jornal se queixar de terem sido “exploradas por aquella embusteira”²³. E que “até agora, nenhuma providencia foi tomada” em relação ao caso apresentado com “detalhada noticia”. Nesta segunda denúncia da imprensa contra Maria são apresentados os casos da “senhora d. Maria Rosalina de Freitas” e do “senhor Manoel Malaquias de Medeiros”. Pelo tratamento empregado pelo jornal e pelo logradouro dos acusadores – aquela na Rua do Cabeça (Dois de Julho) e este à Rua das Mercês, ambas localizadas na região central da cidade - é de se supor que as “duas victimas da sinhá Yayá” pertencessem a uma origem social diferente daquela da acusada.

O mais curioso no que tange à notícia são as acusações feitas por eles. No caso de Dona Maria Rosalina esta teria pagado “cinco mil réis à tal bruxa, preparando-lhe esta um *despacho*, exigindo-lhe mais cinco metros de morim para fazer um lençol e ainda diversos objetos de uso domestico”. Já no caso do senhor Manoel, este teria recebido “daquella feiticeira um vidro d’agua benta, cheia de immundicies, e um outro frasco de pós de jurema com mel de abelha para tomar às colheres depois das refeições” – não foi informado o valor pago por ele para este serviço. E nada mais é dito sobre os acontecimentos. Ora, o que a exposição dos casos nas páginas do jornal *A Cidade* demonstra é que ambas as “vítimas” pagaram por um serviço que lhes foi devidamente prestado por sinhá Maria. Observa-se que o mesmo valor cobrado aos jornalistas que se passaram por clientes foi assim cobrado a dona Maria Rosalina, não havendo aí

²² *A Cidade*, 09/02/1917.

²³ *A Cidade*, 13/02/1917.

nenhum abuso. No caso do senhor Manoel, como dito, não consta o valor pago por ele; no entanto, pelo teor da acusação percebe-se que o mesmo não ficou satisfeito com o produto recebido tendo inclusive “atirado fóra” o “macabro preparado”.

Ao encerrar a notícia com a expressão “e ahi ficam novas denuncias para vermos a acção da policia” percebe-se uma clara intenção do periódico, ao arrolar os casos aludidos, para que a polícia não seja uma vez mais conivente com tais posturas condenatórias. Reforça-se o argumento com duas acusações aparentemente frágeis contra as práticas de cura de origem africana levadas a cabo por sinhá Maria. No entanto, a mensagem havia sido passada à população, qual seja o perigo que se corria de ser ludibriada ao recorrer aos serviços desses indivíduos.

Por outro lado, como observa Prandi (1998, p. 161, grifos nossos), o candomblé, “como *agência de serviços mágicos*, oferece ao não-devoto a possibilidade de encontrar solução para problema não resolvido por outros meios, sem maiores envolvimento com a religião”. Assim, ao tornar esses casos públicos, a reportagem do jornal *A Cidade* levava ao conhecimento do leitor, ainda que sem intenção, a facilidade em não só localizar um terreiro ou um espaço de culto preparado para receber potenciais clientes como também em como proceder para ter suas demandas atendidas. Ao mesmo tempo em que a notícia tinha o poder de assustar o leitor, inibindo uma possível aproximação, ela despertava a curiosidade em saber o que se passava naqueles espaços em que se “abrigava segredos e personagens terríveis” (PESAVENTO, 2006, p. 133).

Uma preocupação constante que se observa naquela época, a partir da consulta aos órgãos de imprensa e da literatura disponível, se dá em relação “a alargada vigência de uma prática médica não institucionaliza” (SCHWARCZ, 1993, p. 291), configurada no emprego pelos agentes de cura popular acusados de curandeirismo e feitiçaria de beberagens e remédios a seus clientes e pacientes na busca por saúde física, espiritual, emocional e psíquica. Os casos noticiados se acumulam. O senhor Bernardino foi preso pela polícia à Rua do São José, n. 74, por conta de ser pai-de-santo e curar “todos os males do corpo

e da alma, inclusive arranjava casamentos, abrandando corações de pedra”²⁴. Por ser “um pae de Santo que era medico” teve desmanchado os “laboratorios pharmaceuticos e o santuario”. Para se ter ideia do tamanho de seu laboratório e do volume de medicamentos ali produzidos fez-se conduzir “em 3 carroças de lixo amuletos, garrafas etc”. Possivelmente, o senhor Bernardino contava com uma clientela bastante vasta.

Em visita ao consultório do “ilustre especialista e professor de syphilligrafia e dermatologia”²⁵, doutor Alexandre Cerqueira, a fim de informar aos leitores do jornal *A Tarde* sobre “molestias contagiosas, curandeiros e charlatães”, a equipe de reportagem do periódico teve acesso a alguns dos pacientes do ilustre médico. Muitos deles, afirma o doutor Alexandre, “victimas de curandeiros, da *meisinha* do matto, das classicas e criminosas *garrafas* de cosimentos de hervas, de alcaloides ignorados, às vezes toxicas e, sempre, preparados sem o menor escrupulo hygienico, em vasilhas velhas, oxidadas”. Em suas “polyclinicas”, esses “charlatães” anunciavam “milagres de curas rápidas de uma infinidade de moléstias, verdadeiras ressurreições”.

Na coluna ao lado da entrevista com o doutor Alexandre, como que a título de exemplo, encontra-se uma notícia intitulada “A demente de Nazareth: victima de candomblés”²⁶, em que se apresenta a situação de penúria em que vive uma “misera mulher preta”, não identificada pelo jornal, mas que estampa a notícia com uma foto sua. Há anos que ela habitava as imediações da ladeira de Nazaré, “de pé muitas horas como negra estatua da miseria que apodrecidos farrapos velam; outras vezes agachada, mão no rosto, os olhos fixos, abstruida, ou então deitada ao comprido à margem da ladeira esburacada. Sempre envolta em seus horrendos andrajos”. Segundo a notícia, “corre que ella cumpre a sentença de algum pae feiticeiro. Sendo portanto este quadro o negro produto dos candomblés que ainda funcionam nesta cidade de Thomé de Souza, ainda colonial em suas múltiplas e horrendas tradições africanas”.

De forma cuidadosa, *A Tarde* estruturou as duas informações com o intuito de uma complementar a outra e as duas acentuarem o cenário de terror para escandalizar o público leitor. O discurso do doutor Alexandre Cerqueira

²⁴ *A Tarde*, 29/09/1913.

²⁵ *A Tarde*, 31/10/1912.

²⁶ *A Tarde*, 31/10/1912.

seria o verniz científico que legitimaria os alertas emitidos pelo periódico sobre as consequências em consultar-se com curandeiros e adivinhos.

No entanto, mesmo incomodando e apesar dos efeitos destrutivos que os casos levados a conhecimento público “pelas instâncias legítimas da sociedade global” (ORTIZ, 1999. P. 195) tinham o poder de causar os terreiros não deixavam de ser frequentados e seus líderes serem consultados pela população, haja vista já terem um lugar relevante no cotidiano dos habitantes da cidade do Salvador, fossem eles negros, mestiços ou brancos, pobres, remediados ou ricos. Por razão dessa relevância palpável, na visão da elite letrada, era mesmo preciso intervir com tenacidade na realidade incômoda trazendo casos de impacto à tona, criminalizando e demonizando a existência e atuação desses agentes, seguindo a dinâmica comum de lidar com aqueles considerados indesejáveis: quando não os invisibilizando, criminalizando-os.

No entanto,

a maioria dos aqui considerados líderes estava envolvida em adivinhação, ‘feitiçaria’ e curandeirismo. Essas pessoas normalmente tinham auxiliares, seguidores, clientela e estavam, com frequência, ligados a uma ou mais casas de candomblé, nas quais suas habilidades podiam ser de alguma valia. Também com frequência, exerciam esses misteres em casa, dando consultas sem compromisso de exclusividade com uma casa de culto. Em outras palavras, por serem treinados, conhecerem rituais, plantas e assim por diante, eles tinham reputação de adivinhos, curandeiros e peritos na comunicação entre seres humanos e deuses (REIS, 1988, p. 63-4).

Portanto, esses homens e mulheres, a rigor, movimentavam toda uma cadeia de produção de serviços, faziam girar a economia do candomblé que não raro faziam deles pessoas prósperas. Gostaria de trazer alguns casos positivos da atuação desses agentes de cura para que o leitor possa contrabalancear com os casos apresentados em que se sobressai uma visão negativa de suas atuações. Lamentavelmente, para efeito de exposição pública, os periódicos analisados mostravam ter uma visão estreita do assunto, agindo de forma enviesada e maniqueísta. Por conta disso, como assevera Reis (2006a, p. 81), é preciso “fazer um desconto de uma imprensa nem sempre ciosa de verificar os

fatos” e que, por vezes, possa ter contribuído deliberadamente para a apresentação de informações distorcidas sobre os fatos.

Contudo, o número de agentes em atuação pela cidade, a recorrência de notícias, a diversidade de sua clientela, a fama lograda e o prestígio alcançado por muitos desses homens e mulheres contemplam essa ausência e possibilitam avaliar que eles proporcionaram ao conjunto de seus clientes mais benefícios do que malefícios, contribuindo para o bem-estar da vida dos aflitos, agora gratificados, mais ainda, deixa desvelada a circulação da magia por entre a sociedade soteropolitana.

Se, como afirmavam os periódicos, os ditos curandeiros e feiticeiros abusavam da boa fé da população soteropolitana, o povo, por sua vez, não se furtava em abusar dos “milagres de fé” do candomblé. A vasta influência da religiosidade de origem africana não deixava ninguém imune. Em resumo, podemos dizer que a busca pelos líderes religiosos revelava uma complementaridade frequente entre as formas institucionais e hegemônicas tanto de religiosidade quanto de cura (o catolicismo e a medicina oficial) com aquelas consideradas alternativas e marginais (o candomblé e as demais formas de religiosidade de origem africana), funcionando em paralelo, porém não isento de atritos e conflitos.

Referências bibliográficas

- BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Penguin, 2011.
- COSTA LIMA, Vivaldo da. Oferendas e sacrifícios. In: COSTA LIMA, Vivaldo da. *Anatomia do acarajé e outros escritos*. Salvador: Corrupio, 2010b, p. 113-123.
- COUCEIRO, Luiz Alberto Alves. *Magia e Feitiçaria no Império do Brasil: o poder da crença no Sudeste e em Salvador*. (Tese de Doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp075394.pdf>>
- MOTT, Luiz. Os pecados da família na Bahia de todos os santos (1813). In: MOTT, Luiz. *Escavidão, homossexualidade e demonologia*. São Paulo: Ícone, 1988.
- _____. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 155-220.
- OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX. *Revista USP*, São Paulo, n.28 dez-fev 1996, p. 174-193. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28376>>
- ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro: umbanda e sociedade brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- PARÉS, Luiz Nicolau. *A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Negros feitiços. In: ISAIA, Artur Cesar (org.). *Orixás e espíritos: o debate interdisciplinar na pesquisa contemporânea*. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 129-152
- PRANDI, Reginaldo. Referências sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 4, n.8, p. 151-167, jun. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v4n8/0104-7183-ha-4-8-0151.pdf>>
- REIS, João José. Magia Jeje na Bahia: a invasão do calundu do Pasto de Cachoeira, 1785. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16, São Paulo, mar-ago 1988. pp.57-81. Disponível em: <http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=25&impressao>

“No reino da feitiçaria”: popularidade e repercussão das práticas religiosas de origem africana em Salvador (1900-1920)

_____. Sacerdotes, devotos e clientes no candomblé da Bahia oitocentista. In: ISAIA, Artur Cesar (org.). *Orixás e espíritos: o debate interdisciplinar na pesquisa contemporânea*. Uberlândia: EDUFU, 2006a, p. 57-94.

_____. José Domingos Pereira Sodré: um sacerdote africano na Bahia oitocentista. *Afro-Ásia*, n. 34, 2006b, pp. 237-313. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/3584/1/afroasia34_pp237_313_Reis.pdf>

ROCHA, Rafael Rosa da. *Professor Faustino, o “Doutor bota-mão”: um “curandeiro” na Bahia do limiar do Século XX*. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal da Bahia, 2015. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/18781/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Rafael%20Rosa%20da%20Rocha.pdf>>

RODRIGUES, Nina. *O animismo fetichista dos negros baianos*. Salvador: P55 Edições, 2014.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *A história do feiticeiro Juca Rosa: cultura e relações sociais no Rio de Janeiro imperial*. (Tese de Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, 2000. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280987?mode=full>>

_____. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

SANTOS, Jocélio Teles dos. “Incorrigíveis, afeminados, desenfreitados”: indumentária e travestismo na Bahia do século XIX. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 1997a, v. 40, n. 2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77011997000200005&script=sci_abstract&tlng=pt>

_____. Divertimentos estrondosos: batuques e sambas no século XIX. In: SANSONE, Lívio; SANTOS, Jocélio Teles dos. *Ritmos em trânsito: sócio-antropologia da música baiana*. São Paulo: Dynamis Editorial; Salvador: Programa A Cor da Bahia e Projeto S.A.M.B.A., 1997b. pp. 15-38

_____. Geografia religiosa afro-baiana no século XIX. *Revista VeraCidade*, ano IV, n. 5, Outubro de 2009, pp. 1-16. Disponível em: <<http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v5/pdf/artigo2.pdf>>

SANTOS, Jocélio Teles dos; SANTOS, Luiz Chateaubriand C. dos. “Pai de santo doutor”: escolaridade, gênero e cor nos terreiros baianos. *Afro-Ásia*, n. 48, 2013, pp. 213-236. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/afro/n48/a06n48.pdf>>

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVEIRA, Renato da. *O candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto*. Salvador: Edições Maianga, 2006.

SOARES, Mariza de Carvalho. A “nação” que se tem e a “terra” de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no império português, século XVIII. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 26, n. 2, 2004, p. 303-330. Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/May07qmlnCYtl_nacao.pdf>

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1988.

ESPAÇO E TEMPO: OS ATINGIDOS POR BARRAGENS

SPACE AND TIME: THOSE REACHED BY THE BARRAGE

Gabriela Silveira Rocha*

Paulo Henrique Silveira Lima**

RESUMO

As barragens construídas no Nordeste estariam ligadas à política de combate à seca e ao aproveitamento das potencialidades regionais. Dentro desse contexto, a construção de barragens ofereceria suporte à implantação de sistema de irrigação. As barragens, foram pensadas como alternativa não só para resolver o problema hídrico, mas também para dinamizar e modernizar o sistema agrário de todo o território nordestino. Assim, constituiu-se o objeto de estudo a análise dos processos de desterritorialização e reterritorialização ocorridos com a implantação da barragem de Anagé, no Estado da Bahia. A investigação teve como universo de entendimento o processo de transformação ocorrido no território, a partir do marco territorial de 1980-2010. Neste estudo, foi analisada a organização e o uso das terras do entorno da barragem de Anagé.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Desterritorialização. Reterritorialização.

ABSTRACT

The dams built in Northeast would be linked to the combating drought politic and exploitation of regional potentialities. In this context, the construction of dams would offer support to the implantation of irrigation system. The dams were designed as an alternative not only to solve the water problem, but also to invigorate and modernize the agricultural system of all northeastern territory. Therefore, the study object is the analysis of the deterritorialization, and reterritorialization occurred with the Anagé dams implantation in the state of Bahia. The investigation had as content of understanding the transformation process occurred in the territory since the territorial landmark from 1980 to 2010, emphasizing, mainly, the dam's function in appropriation of the environment.

Key words: Public Politics. Disterritorrialization. Reterritorialization.

* Doutora em Geografia pela UFS, professora assistente do Departamento de Ciências Humanas – UNEB/Campus VI. Caetitê – Bahia; e-mail: gabriellasrocha@yahoo.com.br

** Doutor em Geografia pela UFS; e-mail: paulophdd.g@gmail.com

A política pública de aproveitamento dos Recursos Hídricos direciona suas ações basicamente a três tipos de finalidade: o abastecimento público, a redução dos efeitos de escassez de água destinada à produção agrícola e ao aproveitamento energético das quedas d'água. Essas finalidades justificam o grande número de barragens construídas no Brasil. De acordo com os reclames dos movimentos populares, a despeito do Movimento dos Atingidos por Barragens (MBAB) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as barragens alteram significativamente o modo de vida da população em seu entorno. Tal mudança é provocada pelo processo de construção, com a consequente mobiliza, ou desterritorializa, da população local, e pela nova demanda para atividades econômicas, ou reterritorialização, no espaço artificialmente valorizado do entorno das barragens.

Concomitantemente, com o aparecimento de novas dinâmicas de circulação e de produção gerada pela instalação do lago artificial, desencadeia-se o processo de desapropriação e de nova apropriação, pública e privada, do novo espaço produtivo. As construções de barragens tende a romper a organização espacial da população local com a região. Esse rompimento, decorrente da construção da barragem, ocorre simultaneamente ao estabelecimento de novos territórios pelos próprios habitantes locais e regionais. Pois, com a instalação da barragem, as atividades econômicas, sociais e as demais relações das populações remanescentes são alteradas em confronto com o novo, com o desconhecido, com o ambiente artificialmente produzido, enquanto que as populações desterritorializadas sofrerão vão sofrer alterações nos novos espaços para os quais foram remanejadas.

Esse também é o contexto do estudo sobre as velhas e as novas territorialidades no entorno da barragem de Anagé- BA, localizada no médio curso do rio Gavião, na bacia do Rio de Contas, entre as coordenadas 14° 37' S e 41° 11' W, no Território de Identidade do Sudoeste da Bahia, construída pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). A construção dessa obra foi fruto da intervenção do Estado, que via, na construção de barragens, a solução para o problema da seca e a forma de se modernizar a agricultura local, por meio da instalação de perímetros irrigados.

O artigo analisa os processos de desterritorialização e de reterritorialização, ocorridos no período de 1980 a 2010, em virtude da construção da referida barragem em Anagé, considerando o contexto político, econômico e social da década de 1980, período no qual se tornou comum a construção de barragens em todo o Nordeste brasileiro. Contextualiza a territorialidade antes da construção da barragem e procura explicar a participação dos atores públicos, privados e coletivos no processo de desterritorialização da barragem. Analisa, por fim, o procedimento não muito claro do Estado no processo de apropriação e uso do espaço geográfico no entorno da barragem.

Pressupostos teóricos: desterritorialização e reterritorialização

A transição do século XIX para o século XX foi um marco espaço-temporal importante, sobretudo na análise dos autores que procuravam desenvolver o debate sobre o conceito de desterritorialização e reterritorialização. Nesse período, buscou-se uma “conceituação genérica de território, ligada à ideia de “controle” social do movimento no e pelo espaço” (HAESBAERT, 2006, p. 143). Foram as transformações territoriais realizadas pela sociedade, da modernidade ao pós-modernismo, que desencadearam esse debate, visto que o modo de produção capitalista rompe laços das sociedades antigas¹ e redefine os territórios por meio de novas formas de produção, de circulação, de consumo, de modos de pensar e de agir, materializando, no território, um novo realinhamento, desestruturador/desestabilizador, como afirma Haesbaert (2006).

A revolução “moderna” provocou um domínio homogeneizador técnico e racional em níveis e dimensões nunca vistos. A modernidade, símbolo do desenvolvimento capitalista, chega ao pós-modernismo impulsionada pelo

¹ A sociedade antiga pode ser entendida pelo sentido marxista, no qual todas as concepções do que é arcaico remetem a sociedades pré-capitalistas ou não capitalistas, conferindo, portanto, modernidade ao capitalismo.

desenvolvimento técnico e científico, trazendo para o território uma nova forma e um novo movimento de (des)construir o território.

Assim, a modernidade funda sua própria reterritorialização como negação do passado e da revolução das ideias e das instituições. Deste modo o capital se torna volátil; as redes, os fluxos de circulação de mercadoria, de informação, entre outros, redefinem os padrões (forma-tempo) de como a sociedade produz seu território. As mudanças que ocorrem na organização do trabalho e com as novas tecnologias de gestão e de produção para a realização do capital e pelo excedente que aguçam os conflitos sociais, promovem um crescente processo de exclusão socioeconômico excludente, em virtude dessa dinâmica contraditória. A ciência e a técnica, entendidas como forças produtivas, são usadas como dominação de quem não as tem.

O Estado, apontado por Haesbaert (2006) como Estado territorial, teve desde o seu sentido clássico e hoje reafirma seu caráter gestor do capitalismo, defendendo seus ideais. No entanto, o controle territorial, na modernidade, visa a distribuição e a ordenação de objetos técnicos em organização/localização ideais no tempo e no espaço. Dessa forma, “os homens se desterritorializam, favorecendo uma organização racional de suas vidas” (HAESBAERT, 2006, p. 150).

Contudo, as mudanças da modernidade não se restringem à produção da vida social. A globalização promoveu mudanças na forma de pensar e de organizar² o território, e essas mudanças ocorrem no agenciamento do tempo-espaço, que vem eliminando a distância e interligando os lugares mais distantes, por meio da comunicação rápida ou quase instantânea. Essa relação redefine o sentido das fronteiras, porque o capital atua em um mundo interligado e sem fronteiras. Com isso, o mundo dos grandes continentes está em superação, da divisão territorial em Estado-Nação para uma “sociedade em rede”, como define Castells (1999), em que

2 O sentido de organizar deve ser entendido no contexto capitalista de produção, como aponta Harvey (2005, p. 145). A organização espacial de fixos e de móveis (sistemas de transportes etc.) é necessária para superar o espaço, ou seja, organizar o território por meio de sistemas de ações e de técnicas para superar barreiras espaciais.

a velocidade chega a todos os ramos da vida social. Assim, chega-se ao “mito” da desterritorialização ou ao “fim dos territórios”.

A modernidade muda a estrutura das cidades e dos territórios, impulsionada pelo desenvolvimento da indústria e da tecnologia, assim como o desenvolvimento das rodovias, das ferrovias, da telefonia e da informática, permitiu-se articular lugares nunca ligados antes, de forma que “[...] a redução do colapso de tempo permitiu instalar uma ponte entre lugares distantes” (DIAS, 2001, p. 141). As inovações do capitalismo modelam o espaço por meio das modernas “redes técnicas que redesenham o espaço nacional/internacional com maior velocidade de circulação de bens, de serviços e de informação” (DIAS, 2001, p. 142). Com os Estados, as regiões e os locais não se configurando mais como territórios zonais, desenhados em sua geometria fórmica, pois estes também passam a assumir uma geometria reticular, na qual pontos zonais se interligam a horizontalidades reticulares, conforme reafirma (SANTOS, 2008). Assim, solidifica-se uma nova organização territorial sob a forma de redes, ou de territórios-redes.

O estudo da organização territorial em sistema de redes, promovido pelo sistema capitalista, não se deve limitar ao desenvolvimento da técnica, das transformações espaciais, sociais ou econômicas, mas sim, desvelando o caráter antagônico e contraditório do capitalismo e o caráter desterritorializador inerente a esse sistema de produção.

A desterritorialização não representa a extinção do território, mas, sim, uma nova forma de definir o território na contemporaneidade. Deleuze e Guattari (1996), ao analisarem as sociedades capitalistas tradicionais, concluíram que o próprio Estado se aliou ao capital para impor à sociedade pré-capitalista um processo de desterritorialização. Em suas análises, os autores não trabalham com a contradição e a luta de classe, mas relacionam como o capital e o Estado se apropriam da terra, a fim de obterem a mais-valia – relação oposta à sociedade tradicional –, em que a terra era o início e o fim como forma de não-mercadoria. Deleuze e Guattari afirmam que “o aparecimento do Estado é responsável pelo primeiro grande movimento de desterritorialização, na medida em que ele imprime

a divisão da terra pela organização administrativa, fundiária e residencial” (1996, p. 11). Nos argumentos de Saquet,

o comerciante compra mercadorias no território, desterritorializa-as e as reterritorializa nos circuitos comerciais. As mudanças profundas ocorridas no capitalismo (saltos) são entendidas como processos que se desterritorializam: há aí mudanças de formas de conteúdos, no escravo liberto, no assalariado, nos meios de produção. [...] O território também significa pensamentos, relações sociais e mesmo cósmicas, naturais e psicossociais; desterritorialização e reterritorialização, especialmente, no nível do pensamento. Ficam evidentes, também, aspectos da economia (capital), da cultura (conhecimento) e da política (Estado) tratados no plano filosófico, o que inspira outras abordagens teórico-metodológicas e/ou vinculadas aos processos de territorialização, de desterritorialização e de reterritorialização e a manifestações simbólico-culturais e políticas efetivadas na vida cotidiana (2005, p. 111).

Embora utilizados para explicar os processos de transformação da sociedade moderna, os termos desterritorialização e reterritorialização foram utilizados por outros teóricos, inclusive por Karl Marx em *O Capital* (1984) e em o Manifesto Comunista (1998), a exemplo da expressão “tudo que é sólido desmancha no ar”, na qual se subentende o processo de expropriação (desterritorialização) camponesa pelo capitalismo. A desterritorialização seria, a retirada ou a destruição do modo de vida do camponês, expropriado pelo capital, e a reterritorialização seria a reconstrução de um novo modo de vida imposto pela desterritorialização.

Haesbaert (2006) traz a desterritorialização e a reterritorialização para o discurso geográfico, inserindo esses processos na dimensão espacial e na territorialidade, associando à condição humana. É nesse contexto que esses conceitos são aqui utilizados como explicar a organização da sociedade no espaço contemporâneo. Na década de 1970, os filósofos Deleuze e Guattari criaram os termos desterritorialização e reterritorialização para explicarem as práticas humanas no território, a desterritorialização seria o velho, o processo de saída, de transformação e de destruição do território. Já a reterritorialização seria o novo, a criação e a recriação do território. O próprio Haesbaert (2002) utilizou das obras deleuzeanas-guattariana para desenvolver sua abordagem geográfica de base

filosófica e, concomitantemente, para a conceituação de território, desterritorialização e reterritorialização. Já o espaço, na obra deleuzeana-guattariana, é entendido como uma materialidade preexistente e em constante processo de especialização, como um espaço heterogêneo e antagônico, construído a cada momento, no tempo, na matéria e no pensamento.

No centro desse debate teórico está a questão do fim dos territórios, ou seja, como se processa sua destruição (desterritorialização) e construção (reterritorialização), de forma paralela e concomitante, bem como as práticas humanas tornam isso possível. Ao se trazer para a Geografia as fundamentações teóricas de Deleuze e Guattari, com a proposta de analisar os processos de desterritorialização, não se restringiu o conceito de território a aspectos etológicos, visto que o território sempre envolve relações interativas entre sociedade, indivíduos ou grupos, com o meio e, portanto, carregado de sentido psicológico e sociológico, esse último em virtude da interação sociedade-natureza.

A criação do território, ou seja a reterritorialização ocorre com o movimento mútuo de agenciamento, por meio de pensamentos e de desejos (força máquina, ou produtiva) que agem como uma força criadora que “comporta dentro de si vetores de desterritorialização e de reterritorialização” (HAESBAERT, 2002, p. 7). A reterritorialização não é um processo social independente, pois aparece para adaptar as mudanças promovidas pela desterritorialização que impõe novos modos de ser, de viver, de pensar, de trabalhar e de agir.

Inicialmente, o território, em sua base material ou natural, é apropriado por determinado grupo social, que passa a manter uma relação de apropriação e de dominação. Enquanto essa relação vai resultando na sua construção, a territorialidade humana vai definindo a sua construção ou a destruição. A relação de poder de determinado grupo com o seu território vai configurando as características econômicas, políticas e culturais, pois o território admite características múltiplas e integradoras, mediadas por relações de poder.

O movimento é outro detalhe para entender a desterritorialização e a reterritorialização. O movimento determina múltiplas materialidades e imaterialidades do território; o movimento é inerente ao território, podendo ser

entendido como resultado das territorialidades humanas, das relações de poder (econômica, política, cultural) que determinam a vida social e geram movimento de transformação entre o velho (a desterritorialização) e o novo (a reterritorialização), conforme argumenta Saquet:

[...] O velho é criado no novo, num movimento concomitante de descontinuidade, de continuidade e de superações. A continuidade se dá na mudança e na própria descontinuidade, que contém, em si, elementos do momento e da totalidade anteriores. Com isso, o velho não é suprimido, eliminado, mas superado, permanecendo, parcialmente, no novo. É um processo inerente ao movimento universal e à dinâmica territorial, histórica e geográfica (2007, p. 161).

A dinâmica que o grupo social estabelece no território resulta em movimento, que pode ser de abandono (saída/fuga), que é a desterritorialização, e de criação (reconstrução), que é a reterritorialização. Então, a desterritorialização (o velho) é a primeira condição, e assume um caráter destruidor; e a segunda condição, que é a reterritorialização (o novo), admite um caráter (re)construtor. A reconstrução do novo ocorre em processos simultâneos. Logo que o território se desterritorializa, e começa a se reterritorializar.

[...] há reconstrução da identidade; mudanças nas relações de poder, de vizinhança, de amigos, de novas formas de relações sociais, de elementos culturais, que são reterritorializados; há redes de circulação e de comunicação, que substantivam a desterritorialização, o movimento, a mobilidade, [...] os processos de territorialização, de desterritorialização e de reterritorialização estão ligados, completam-se, por isso, também estão em unidade (SAQUET, 2007, p. 163).

O processo de produção do território se faz na construção ou na destruição. No entanto, é necessário esclarecer que a desterritorialização não significa a extinção ou o fim do território. O que ocorre, na realidade, é que o território “antigo”, após um agenciamento de um grupo social, de uma empresa ou até mesmo do Estado, ganha uma nova função e, conseqüentemente, uma nova forma.

Assim, o território “novo”, ou reterritorializado, assume uma nova dinâmica, uma nova função e até mesmo um novo significado.

O novo território reconstruído pelo processo de reterritorialização pode, ou não, inserir os agentes sociais que preexistiam no processo de produção. A inclusão desses agentes no território depende da territorialidade ou do conjunto de práticas desses grupos no novo território. Roberto Lobato Corrêa assim explica a relação da territorialidade com os processos de desterritorialidade e reterritorialização:

Desterritorialidade é entendida como perda do território apropriado e vivido, em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território. Novas territorialidades ou reterritorialidades, por sua vez, dizem respeito à criação de novos territórios, seja através de reconstrução espacial, *in situ*, de velhos territórios, seja por meio de recriação parcial, em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcela das características do velho território (2002, p. 252).

Corrêa (2002) enfatiza que a desterritorialidade desses agentes que sofrem com o processo desterritorializador, como excludentes, pode ser atenuada pela reterritorialização antecipada, quando feita com planejamento e com antecipação espacial. Assim, um novo sentido é atribuído à antiga territorialidade desses agentes. Um exemplo claro, nesse sentido, seria o uso racional do território, aqui entendido como a substituição de atividades primárias (de caráter rudimentar) por formas mais complexas. O uso ordenado e planejado do território, com vistas ao bem social e coletivo, pode tornar os processos de desterritorialização e de reterritorialização em forma de inclusão social.

Entretanto, é importante esclarecer que o processo de antecipação espacial, embora atenuando os impactos promovidos pela desterritorialização, está relacionado, de fato, ao uso e ao planejamento econômico do território.

Barragem de Anagé: da desterritorialização à reterritorialização

A desterritorialização no entorno da barragem de Anagé é concomitante ao início do empreendimento que, desde o início da construção, provocou mudanças na vida econômica, social, cultural e política dos atingidos.

A construção da barragem, num primeiro momento representou, para o homem do campo e para os ribeirinhos do Rio Gavião, uma alternativa de melhorar a qualidade de vida, na perspectiva de que o “território seco” seria reconstruído com a chegada da água, escassa durante grande parte do ano. A construção dessa barragem foi idealizada pelos moradores como alternativa de fixar o homem em seu território, mudando a situação das famílias que sofriam com a falta de água.

Quando indagados de como a população reagiu, inicialmente, com a informação de que seria construída a barragem, um morador, em entrevista de campo, relatou: “Quando falou que iria construir uma barragem aqui foi um alvoroço, nós aqui, todo mundo ficou numa alegria, a gente ia ter água!” (Agricultora-10/07/2010). Outro morador da localidade Porto da Barra e militante do Movimento do Pequenos Agricultores (MPA) reafirmou:

Devido à população morar em um lugar muito seco, sendo que existia a possibilidade desta realidade mudar com a chegada da barragem, a alegria era muito grande ao ponto de nem pensar nas consequências que a barragem iria trazer, pois não se sabiam do tamanho da obra. (D.R., atingido e representante do MPA, setembro de 2010).

A chegada da construtora, no dia 05 de janeiro de 1987, pôs fim à alegria e a euforia dos moradores. Para começar, a construtora, sem dar maiores explicações, instalou, à sua moda, em uma propriedade privada, na fazenda Passagem do Chiqueiro, alegando ser protegida do DNOCS, a quem a comunidade deveria pedir explicações (CARVALHO, 1988).

Os primeiros passos no processo de construção da barragem de Anagé foram dados pelo DNOCS, cujos representantes do órgão, ao visitarem as famílias da região inseridas no circuito da barragem, proferiam um discurso elaborado de que a partir da instalação da barragem haveria melhores condições de vida para todos.

Vários moradores relataram que era *práxis* dos engenheiros afirmarem, em tom de ameaça, a desinformada população local que, de qualquer forma, a barragem iria ser construída e, portanto, esses moradores deveriam deixar suas terras e procurar outro lugar para morarem. O próprio DNOCS disseminava essa ideia, alegando que iria pagar uma boa quantia pelas terras desapropriadas. No entanto, os engenheiros do DNOCS, quando questionados sobre a forma do pagamento das terras, das indenizações pelas benfeitorias e sobre qual seria a área atingida com a formação do lago, não apresentavam nenhuma informação concreta.

Dessa forma, sem nenhuma ação estruturada, o DNOCS começou o empreendimento, conforme relata, em entrevista de campo, um morador da região:

Não existia o projeto, se existia essa informação era ocultada, pois se tivesse um projeto deveria ser esclarecido para a população, e a falta dessas informações foi algo que fez com que a população se organizasse e fosse ao DNOCS para fazer topografia da área, pra ver qual parte seria atingida, pois a gente não sabia de nada, ninguém sabia aonde a água ia dá. Foi isso que fez com que a população se organizasse. (D.R., atingido e representante do MPA, setembro de 2010).

Pelos depoimentos apresentados, observa-se que a ação do Estado, nos municípios baianos de Anagé e Caraíbas, não difere dos procedimentos arrogantes utilizados na construção de outras barragens na Bahia, caso de Itaparica e Paulo Afonso. Pois o DNOCS planeja e inicia suas ações dando pouca atenção aos agentes sociais envolvidos ou atingidos pelo processo, negligenciando as ações de cunho democrático e privilegiando as ações contraditórias e verticalizadas, tornando falacioso o discurso de que as obras e o planejamento traçado no território são para atender à demanda social.

Já em seu início, a construção da barragem de Anagé foi marcada por hostilidades. Técnicos, engenheiros e demais trabalhadores a serviço da construtora, ao ocuparem os espaços locais, impunham suas próprias formas de utilização e controle, como se fossem donos das terras ocupadas. As máquinas e os trabalhadores foram chegando, sem dar explicação do que seria feito a partir

daquele momento. Não houve disfarce no processo de apropriação pública do território privado.

Ao chegar ao local do empreendimento, a empresa responsável pela construção da barragem mobilizou tratores e máquinas de grande porte (Figura 1), rompendo as cercas das propriedades do entorno da obra, deixando as criações soltas (trazendo prejuízos para os proprietários de animais), destruindo aguadas e detonando pedreiras (atingindo pessoas e casas próximas do local).

Figura 1 - Anagé: Máquinas na Passagem do Chiqueiro



Fonte: *A Tarde*, Salvador. 28/05/1988.

Foi a partir de 1987 que o projeto de construção da barragem de Anagé se intensificou, com início do desmatamento de áreas para implantar infraestrutura. Nessa fase, foi intenso e constante uso de explosivos para retirar materiais de jazidas, escavar o terreno para construir o sangradouro e o barramento do rio. Nessa fase, atuaram 500 trabalhadores, 280 transitórios e 220 permanentes. Os permanentes, considerados mais qualificados, operavam os equipamentos, os transitórias, desenvolviam atividades de apoio (TECNOSAN, 1988).

Sob muita tensão local, as práticas e atividades iniciais da construtora repercutiram diretamente na qualidade de vida das pessoas, que não foram preparadas para as intensas mudanças que ocorreriam. Quando indagado se houve morte ou ato de violência no início da obra, um morador respondeu:

Ocorreram várias brigas e confrontos devido a simpatizantes da construção da barragem por pregarem mentiras sobre esta nova terra prometida, inclusive padres em atos religiosos pregaram uma mudança de vida irreal com a chegada da barragem. Mortes causadas diretamente pela construção da barragem isso não ocorreu, porém a ansiedade, o nervosismo provocado pela detonação de explosivos que causavam muito barulho e rachaduras nas casas e o movimento de máquinas o dia todo fez com que as pessoas doentes que faziam uso de remédios piorassem seu quadro clínico, levando alguns a óbito. (D.R., atingido e representante do MPA, setembro de 2010).

O contexto exposto foi reafirmado pela *Cartilha Barragem de Anagé Luta pela Terra*, elaborada pelo Movimento dos Atingidos pela barragem de Anagé e Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Caetité e Vitória da Conquista, para ser usada nas reuniões nas áreas atingidas.

A vida dos moradores do Rio Gavião era difícil, mas tranquila apesar da seca que castiga o sertão.
Homens, mulheres e crianças trabalham
na roça lutando por melhor condição,
sem nunca ter apoio da nação.
De repente muita coisa mudou
Apareceu gente estranha trabalhando por lá.
Eram máquinas grandes
DNOCS visitando.
Gente demarcando,
Sem nada informar (CARTILHA CPT, 1988, p. 3-4).

Portanto, fica evidente que a falta de informação e esclarecimentos sobre a obra causou problemas, tornando incerto o futuro dos moradores locais. A negação da participação popular em todo o processo de construção da barragem de Anagé explicita a opção do Estado em preterir qualquer implicação negativa sobre configurações espaciais e territoriais, no caso das desterritorialização de toda a

população residente no entorno daquele empreendimento, para impor sua força e poder.

Movimento de resistência dos atingidos pela barragem de Anagé

A resistência às práticas do DNOCS no território inicia devido à falta de informação de como seria feita a desterritorialização dos atingidos pela barragem. Esse fato motivou os ribeirinhos e agricultores locais a se organizarem, a fim de conhecerem e reivindicarem seus direitos.

No início, os técnicos do DNOCS apenas informavam que os donos das terras deveriam sair de suas propriedades, para darem lugar à formação de uma barragem. A atitude autoritária do Estado, representado pelo DNOCS e pela empresa empreiteira Andrade Gutierrez, conduzia esse processo sem a participação da população local ou de seus representantes legais ou legítimos. O que implicou na organização dos moradores do Rio Gavião para reivindicar seus direitos. Dessa forma, a população local, que no início da obra estava desarticulada cuja ocorrência de resistências era de caráter individual, embora envolvidos ora com partidos políticos, ora com movimentos sociais, foram se agrupando e se organizando em torno da questão, conforme esclareceu um morador local e militante do movimento de atingidos pela barragem de Anagé:

As famílias foram se organizando com o intuito de obter informações sobre a construção da obra e como ficariam as famílias atingidas com a construção da barragem de Anagé. Várias reuniões foram organizadas por moradores locais no momento inicial da obra para conscientizar e dar início à mobilização. A comunidade já tinha certa consciência do problema, porque estávamos resolvendo e debatendo assuntos da vida cotidiana, tais como: melhoria de vida e as consequências que a barragem traria para nós. Isso favoreceu, influenciou e facilitou a vinda da Comissão Pastoral da Terra (CPT), com a ajuda dos advogados e outros (D.R., setembro de 2010).

No início do projeto, não existia o Movimento de Atingidos por Barragem (MAB) na região, mesmo porque o MAB só ganhou força e repercussão política em todo o Brasil no fim da década de 1980, período de grande atuação dos

movimentos nas discussões sobre as políticas de construção de barragens pelo País e sobre as garantias referentes às indenizações e outros direitos, o que não era de conhecimento na região de Anagé, conforme afirmou um morador local:

No período inicial, não existia o MAB aqui no Sudoeste da Bahia. Era totalmente desconhecido esse movimento. Várias pessoas só ficaram sabendo da existência da MAB depois do final da luta da comunidade em relação à barragem de Anagé. (D.R., atingido e representante do MPA, setembro de 2010).

A repercussão da atuação do MAB no Nordeste do Brasil e o exemplo de lutas em outras barragens, como Itaparica e Sobradinho, foi determinante para a articulação local e na formação da Comissão do Movimento da barragem de Anagé (CMBA).

Essa comissão, sob liderança de membros das comunidades locais, foi sendo organizada para lutar em defesa dos atingidos por barragens, inicialmente se aliando a partidos políticos e instituições religiosas favoráveis aos movimentos populares. Posteriormente a CMBA passou a reunir os moradores da área, para discutir a atuação do governo naquele projeto. Na pauta dessas reuniões, tinha muita relevância as discussões sobre as experiências de resistências ocorridas em outras barragens do Estado, como formas de conscientizar os participantes e, por meio desses, toda a população local, a fim de articularem contra as medidas tomadas pelo Estado e para reivindicarem seus direitos.

Como resultado dessas articulações, em maio de 1987, a comissão passou a ser auxiliada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Caetité-BA e de Vitória da Conquista-BA, e, em seguida, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A comissão do Movimento de barragem de Anagé surgiu através de uma luta feita pela comunidade eclesial de base. Sabendo que a barragem iria chegar e conhecendo a existência das manobras que o DNOCS vinha fazendo nas barragens do Nordeste. Naquela época houve o apoio da CUT, da igreja católica de Conquista, encabeçada pelo bispo Dom Celso e outro bispo de Caetité. Além do PT de Conquista e do deputado do PMDB e do Secretário de governo de Waldir Pires. Começamos a nos organizar como sede e como

comunidade que seria atingida pela barragem, para que pudéssemos com a chegada da barragem continuar morando na região e utilizando a água da barragem e outros bens, caso do peixe. Na época foi travada uma briga muito grande entre a comunidade, o DNOCS e a empresa construtora, pois eles não davam atenção às reivindicações feitas pela comunidade atingida (D.R., atingido e representante do MPA, setembro de 2010).

O movimento de resistência contou com o apoio contínuo do movimento católico, representado pela CPT, que regionalmente estava bem articulado e envolvido com os atingidos por grandes projetos de barragens. A CPT fundamentava seu movimento no princípio da “Teologia da Libertação” e tinha como finalidade garantir os direitos dos “pequenos”, dando-lhes apoio, acompanhamento e assessoria. Em Anagé, a CPT organizou a Comissão Rural, composta por advogados, políticos e representantes da Igreja Católica, que atuaram no local por três anos.

Nós ficamos ali por mais de dois anos, o movimento católico de Caetité estava bem articulado. Outras lutas e conquistas já estavam sendo travadas no Nordeste, para garantir a sobrevivência do “pequeno” homem do campo. A diocese de Caetité, na época, mais organizada, entrou em contato com a de Conquista e foi formada a Comissão Rural para atuar em Anagé. Em Anagé havia muita gente humilde, pobre, sem instrução, que tinha a terra como seu único meio de sobrevivência. A chegada da barragem era uma coisa muito boa para aquela região, que sofria com a seca. Mas a forma como estava acontecendo era errada. Os grandes estavam se apropriando dos pequenos (Pe. V. integrante do CPT, outubro de 2010).

A passividade no início da construção da obra não foi por acaso, foi conduzida pelo prefeito, por líderes políticos, engenheiros da empreiteira e pelo próprio DNOCS. Tudo foi feito para se acreditar que a construção da barragem significava incontestável progresso para a região. Para deslegitimar qualquer questionamento, ainda foram feitas articulações estratégicas, inclusive com os líderes religiosos locais, usados como instrumento de coibição dos fiéis nos cultos religiosos, caso do padre do Município, que passou a proferir nas missas. Porém, o excesso de manobras surtiu efeito contrário e passou a provocar dúvidas e medo na população, conforme relata a seguir uma moradora:

Eu sempre estive a favor da construção da barragem. Nós sabíamos que a barragem iria trazer a água. Não é que uns queriam a barragem e outros não. Todo mundo aqui que estava na luta queria a construção da barragem, o que nós éramos contra era as atitudes do DNOCS. A gente aqui queria a barragem mais nós não podíamos ficar sem os nossos direitos e benefícios. Tinha aqueles que não entendiam isso, achavam que se reivindicasse era pior. Ficavam com medo! (L. M., atingida e remanescente, agosto de 2010).

Frente a essa realidade, a CPT desenvolveu um trabalho de sensibilização e de esclarecimentos sobre os problemas que a obra iria trazer para os atingidos. A população rural e população urbana estavam divididas entre os contra e os a favor. O trabalho de sensibilização dos atingidos era feito por meio de reuniões, missas e pregações, realizadas em locais improvisados no meio do mato (ver Figura 2).

O conteúdo das discussões norteadas pela CPT é evidenciado no depoimento abaixo:

Foi um movimento muito grande que serviu de exemplo “vivência” para outras comunidades eclesiais, que iam até Anagé para se integrarem com a luta travada naquele lugar. Foram feitas várias reuniões no local, em acampamentos. Ali, ideais de justiça e de paz fundamentavam as discussões. Era pregado que, no evangelho, Cristo deu sua vida pelos pequenos e pobres. (Pe. V. integrante do CPT, outubro de 2010).

Figura 2 - Anagé: Acampamento utilizado pelas famílias durante as reuniões



Fonte: *A Tarde*, Salvador. 06/06/1987.

Outras manifestações foram feitas para sensibilizar a população de Anagé e também para demonstrar que a realidade dos atingidos estava bem distante do que pregava o DNOCS que, apesar de estar há mais de um ano no local, não tinha atendido às reivindicações da população atingida. No dia 12 de outubro de 1987, em Anagé, a Romaria da Terra, ato que representou um marco no movimento de resistência dos atingidos pela barragem de Anagé como ilustra a Figura 3, a seguir.

Mais de oito mil pessoas de toda a região participaram dessa manifestação, para expressar apoio e solidariedade às famílias da proximidade da barragem, assim descrito por um morador e participante desse ato, denominado de Romaria da Terra.

Teve um dia que a gente parou a cidade de Anagé. Tinha tanta gente e tanto carro que ninguém saía e nem entrava na Cidade. Os caminhões vinham de toda parte trazendo os romeiros e manifestantes que, aos poucos, foram se juntando ao movimento. A imprensa local soube e veio noticiar. O povo de Anagé ficou assustado com a chegada de tanta gente. Eu só via o povo nas portas das casas e dos bares. A Cidade parou pra ver a romaria passar. A romaria saiu do centro da Cidade em direção ao canteiro de obra, era tanta gente que, quando a romaria chegou à barragem ainda tinha gente na saída da Cidade. O povo vinha cantando cânticos religiosos e bradando frases de luta. Chegando lá, foi realizada uma missa no sentido de buscar a paz (Pe. V. integrante do CPT, outubro de 2010).

Figura 3 - Romaria da Terra em direção à estrada de ligação da cidade de Anagé à barragem



Fonte: *A Tarde*, Salvador. 13/04/1988.

Em um segundo momento, a Comissão Rural e a Comissão do Movimento da barragem de Anagé se reuniram para discutir e organizar as primeiras reivindicações que seriam feitas ao DNOCS. Em janeiro de 1988, a Comissão Rural assumiria a frente das negociações, depois de uma reunião que contou com a presença de mais de 250 pessoas. Nessa reunião, foi elaborado o primeiro documento reivindicatório, solicitando que: a) o DNOCS fizesse o levantamento, em 30 dias, da área que a ser inundada; b) o DNOCS informasse a tabela de preços para indenizações das terras e das benfeitorias; e c) providenciasse indenização imediata das lavouras que foram atingidas pelo represamento da água, que foi contida para escavação do alicerce, bem como das lavouras que não poderiam mais ser plantadas no período da construção da obra.

Os esforços para se estabelecer negociações entre os moradores e o Estado foram sempre desprezados pelo DNOCS, o que levou os trabalhadores rurais atingidos pela barragem a darem início às manifestações. Tais fatos foram retratados pelo fragmento da Cartilha da CPT que, no período das discussões, era usada como material facilitador:

A comissão dos atingidos, mais os advogados se reúnem com o DNOCS, perguntando pelos indenizados. E o DNOCS responde com o tom endiabrado: “Vamos indenizar apenas as benfeitorias. Porque a maioria é posseiro e não é dono da terra”.
E assim o assunto foi encerrado. Apesar disso ninguém desanima. Pois a luta não é fácil não. Em cada casa em cada celebração, as reuniões continuam com toda animação. Mas outros preferem ficar de fora, confiando no DNOCS. Acham que se reclamar perde tudo. Que coisa mais absurda, que engano meu irmão (CARTILHA CPT, 1998, p. 5-7).

A essa altura e com apoio político do PT, da CUT e de um grupo de advogados, a Comissão Rural realizou uma série de manifestações reivindicatórias no canteiro de obras, com cerca de 300 participantes (Figuras 4 e 5, a seguir).

Figura 4 - Ocupação no canteiro de obras



Fonte: *A Tarde*, Salvador, 30/10/1988.

A Comissão Rural, desde o início posicionada contra as injustiças e a exclusão em todo o processo de construção da barragem, ganha características de movimento social e passa a pressionar o Estado, dando maior segurança aos trabalhadores que não sabiam como começar a luta naquelas circunstâncias.

Figura 5 - Mulheres em atividades no canteiro de obras



Fonte: *A Tarde*, Salvador, 23/03/1988.

Em março de 1988, a Comissão dos Atingidos, no ato da segunda ocupação, elaborou manifestos produzidos pelos Trabalhadores Rurais Atingidos pela barragem de Anagé, contendo dezessete itens reivindicatórios. Após muita pressão da população local e da mídia, o DNOCS, por meio de seus engenheiros e outros representantes legais da Andrade Gutierrez, aceitou analisar as reivindicações, dando início às rodadas de negociação e aos primeiros acordos entre o DNOCS e os atingidos e ao respectivo Termo de Contrato, normatizando as obrigações desse órgão naquele empreendimento.

Aceitos os dispositivos do Termo de Contrato, os atingidos conseguiram assegurar alguns direitos: a) reassentamento dos lavradores que tiveram suas terras inundadas, total ou parcialmente; b) construção de escolas, postos de saúde, abertura de estradas, instalação de energia elétrica; c) as terras parcialmente inundadas ou comprometidas, na faixa de servidão administrativa da borda do açude, a área remanescentes do imóvel, puderam optar pelo reassentamento; d) foram assentados ou indenizados os proprietários, os posseiros, os ocupantes de terras devolutas, os parceiros comodatários e os lavradores vinculados a situações atípicas tradicionais, como os agregados; e) foram indenizados os lavradores, e as benfeitorias que sofreram inundação na faixa de servidão administrativa da borda da barragem; f) ficou garantida a construção de casas que foram inundadas pela barragem; g) as lavouras atingidas por inundação, temporária ou permanente, motivadas pela construção da barragem, assim como aquelas que foram deixadas de plantar por causa das obras, foram indenizadas; e h) foi elaborado um plano de irrigação.

Dessa maneira, feitas as negociações, o movimento de atingidos pela barragem representou, no fim da construção, um marco para a classe trabalhadora que não se omitiu ao planejamento verticalizado do Estado, que propôs uma política de transformação agrária voltada para o capital, em detrimento dos reais interesses do homem do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da barragem em Anagé e a respectiva perenização do Rio Gavião foram um projeto político e econômico destinado à implantação da piscicultura e da agricultura irrigada nos municípios de Anagé e Caraíbas, com vistas a beneficiar cerca de mil e duzentos camponeses.

No final do empreendimento, apenas noventa e sete pessoas foram reassentadas pelo DNOCS e cinquenta e sete receberam as indenizações pelas terras e suas benfeitorias. Os moradores não contemplados em seus direitos migraram para outras localidades da própria região ou para outros estados.

A barragem mudou a vida secular das famílias que tinham a fonte de vida e de sustento em seus locais, produzindo, consumindo, vendendo e comercializando o alimento produzido, de forma que mantinham suas identidades culturais. E isso foi alterado desde o início da construção da barragem, por meio de controle dos acessos interlocais, dificultando visitas a parentes e a amigos, especialmente nas várzeas, onde havia muitas plantações e que foram inundadas, antes mesmo da construção do final da obra, sem criar novas rotas de circulação.

Ao proceder o reassentamento da população atingida, de forma desordenada, as boas relações de vizinhança se transformaram em conflitos entre moradores, provocados por disputas pelos lotes, e desarticulação familiar, pela desagregação da estrutura familiar que reunia pais, filhos, genros, noras e netos no mesmo espaço produtivo. Dessa forma, o entrosamento original existente entre os atingidos foi fortemente abalado ou destruído.

A expectativa de que a construção da barragem melhoraria as condições de vida dos municípios de Anagé e Caraíbas, com nova infraestrutura (escola, posto médico, estradas) sendo implantada no campo revelou-se ilusória. O próprio entorno da barragem teve sua destinação alterada, uma vez que seus antigos habitantes, seduzidos pelas propostas de compras de suas propriedades, não conseguiram se manter no local, o que passou a se configurar como área de lazer e de ostentação da dita classe média da cidade polo de Vitória da Conquista.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CARVALHO, Maria do Socorro Normanha. *Atrás da Barragem do Rio Gavião*: 1988. Monografia (Graduação de Geografia) Universidade Católica do Salvador, Salvador, 1988.

CARVALHO, Maria do Socorro Normanha. *Atrás da Barragem do Rio Gavião*: 1988. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 1988.

CARVALHO, Otamar de. *A economia política do Nordeste*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

CORREA, Roberto Lobato. *Espaço: um conceito chave de Geografia*. In: CASTRO, Iná Elias de. et al. *Geografia: conceitos e temas*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 15-47.

_____. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. Territorialidade e corporação: um reflexo. In: SANTOS, Milton et. al. (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. 5. ed. São Paulo: Hucitec/Anpur, 2002. p. 251-257.

DIAS, Leila. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 141-162.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

_____. *O que é filosofia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografia do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização, do fim dos “territórios” à multiterritorialidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Desterritorialização: entre a redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 165-205.

_____. *Territórios alternativos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

HAVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

PEREIRA, Lucas Batista. *Velha raiz, nova morada: a Barragem de Anagé, transformações no modo de vida sertanejo*. 1993. 250 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções sobre território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu S. (Org.). *Territórios e territorialidades, teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 73-95.

Documentos

TECNOSAN, Engenharia. *Relatório de impactos sobre o meio ambiente*. Salvador, 1988.

Cartilha

Cartilha. Barragem de Anagé Luta pela Terra, Caetité, ed. CPT Caetité, 1988.

Jornais

A Tarde, Salvador. Construção de barragens ainda gera problemas. 12/05/1987

A Tarde, Salvador. DNOCS aloca recursos e vai construir a BA-625. 27/09/1988

A Tarde, Salvador. Empresa constrói 25 barragens. 28/03/1988

A Tarde, Salvador. Grandes projetos Barragem de Anagé. 18/12/1981

A Tarde, Salvador. Geotécnica projeta a Barragem de Anagé. 22/01/1986

A Tarde, Salvador. Moradores transferidos pelo DNOCS em Anagé. 28/05/1988

A Tarde, Salvador. Moradores transferidos pelo DNOCS em Anagé. 02/02/1989

A Tarde, Salvador. Obras da Barragem de Anagé continuam paralisadas. 30/10/1988

A Tarde, Salvador. O DNOCS não cumpre acordo e a barragem fica paralisada. 28/05/1988

A Tarde, Salvador. Passeata conta o DNOCS em Anagé. 13/04/1988

A Tarde, Salvador. Trabalhadores exigem o reassentamento imediato. 23/03/1988

A Tarde, Salvador. Técnicos do DNOCS atuam com o PROINE. 22/01/1986

A TRAGÉDIA DE ESPARTA – DISCURSO, PODER POLÍTICO E GÊNERO NA ANDRÔMACA DE EURÍPIDES

*THE TRAGEDY OF SPARTA – DISCOURSE, POLITICAL POWER AND GENDER
IN THE EURIPIDES' ANDROMACHE*

Luis Filipe Bantim de Assumpção*

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar o discurso de Eurípides na obra “Andrômaca” como um mecanismo de poder político para depreciar a conduta dos espartanos durante a guerra do Peloponeso. Nesta obra, Eurípides se utilizou da representação do gênero feminino para denunciar os excessos de Esparta, cuja debilidade político-constitucional teria sido incapaz de manter as suas mulheres sob controle. Para cumprir esses objetivos, o poeta trágico edificou um discurso que representou o comportamento feminino de Esparta através da heroína Hermíone e da forma como esta controlava os homens ao seu redor. Assim, consideramos o contexto histórico e o lugar social de Eurípides como pressupostos fundamentais para a construção de seu discurso e das representações pejorativas que este projetou sobre a cultura espartana.

Palavras-chave: Eurípides; Esparta; Gênero

Abstract

This article considers the Euripides' discourse in the “Andromache” and how this was an instrument of political power to undervalue Spartan behavior during the Peloponnesian War. In this case, Euripides used the image of feminine gender to expose the excesses of Sparta, whose political-constitutional weakness couldn't control their women. To complete his objective, Euripides created a discourse that presented the Spartan female behavior through Hermione and how she controlled the men around her. Therefore, we considered the Euripides' historical context and his social space as assumptions to construct his discourse and portrait of Spartan culture.

Keywords: Euripides; Sparta; Gender

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: ibantim@yahoo.com.br

O estudo de gênero no discurso de Eurípides não se constitui em um ineditismo acadêmico. Na verdade, muitos foram os trabalhos sobre a perspectiva trágica do poeta e a maneira como ele representou o feminino em suas peças. Entretanto, pensar em gênero feminino nunca será um exercício extenuante diante da realidade político-cultural em que vivemos, na qual mulheres são uma das maiores vítimas de violência. Diante disso, objetivamos discutir a representação do gênero feminino em Esparta na obra “Andrômaca” de Eurípides, levando em consideração o contexto histórico-social do poeta e a intencionalidade de seu discurso elaborado para interlocutores eminentemente atenienses.

Sabemos que pensar na representação feminina requer reflexões sobre as circunstâncias que fizeram desse gênero um objeto passível de estudos, além de uma visão patriarcal de sociedade. Lin Foxhall (2013, p. 05-06) esclareceu que os estudos sobre as mulheres da Antiguidade foi um resultado da emergência da “Escola dos Annales” e da filosofia feminista na França durante a primeira metade do século XX. Já no cenário acadêmico de matriz anglo-americana, os avanços científicos sobre o gênero feminino ocorreram entre as décadas de 1970 e 1980, seguindo o viés do feminismo da “segunda onda” – iniciado no final da década de 1960. Teresa Meade e Merry Wiesner-Hanks (2004, p. 01) complementam a análise de Foxhall ao esclarecerem que os estudos sobre o gênero feminino ganharam expressividade através da preponderância que os grupos femininos adquiriram no quadro mundial e por meio das discussões em torno da História de Gênero.

Logo, as autoras destacam que o contexto social, em que se desenvolveu/transformou no decorrer do século XX, permitiu que o lugar social das mulheres fosse analisado para além dos limitadores culturais estritamente masculinizados. Embora saibamos que muitas outras conquistas sejam necessárias para que sejamos capazes de compreender a igualdade de gêneros, a emergência dos movimentos feministas foi essencial para que repensássemos a maneira como lidávamos com tal situação. Portanto, é conveniente ressaltar Joan Scott (1992, p. 64-65), cujas investigações proporcionaram notar que os movimentos feministas possibilitaram que os estudos sobre o gênero feminino fossem afastados dos pressupostos de uma “História Política Tradicional”,

centrada no homem e em seus grandes feitos sociais. Diante dessa responsabilidade e deste desafio acadêmico, discorreremos sobre a representação do gênero feminino espartano no discurso de Eurípides como um mecanismo de crítica político-social a Esparta durante a guerra do Peloponeso (431-404 a.C.).

No que concerne a Eurípides, enquanto ator social, Nuno Simões Rodrigues (2015, p. 41-42) afirma que o poeta deveria ser valorizado como o responsável por fornecer às mulheres um protagonismo quase inédito na pólis democrática de Atenas. Imersos nessa ótica, Eurípides se inclina à tradição helênica ao redor de mulheres emblemáticas e conhecidas das narrativas míticas para problematizar a realidade ateniense da segunda metade do século V a.C.. Joyce Salisbury (2001, p. 66) corrobora a nossa afirmativa ao destacar que o discurso mítico articulava práticas sociais que nem sempre foram representadas como socialmente evidentes. Por sua vez, Raffaele Cantarella (1971, p. 177) sublinhou que os mitos realçavam os acontecimentos históricos pela identificação que os sujeitos teriam com um “passado imemorial” e com as personagens heroicas, bem como exemplares, que permearam a formação dos helenos da Antiguidade.

Mediante ao que foi exposto, defendemos que Eurípides representou as heroínas da tradição cultural helênica para promover um efeito de dramaticidade específico, em uma sociedade tradicionalmente masculina, com o intuito de apresentar, comentar, difundir e/ou denunciar as práticas político-sociais de seu tempo – tanto para elogiar Atenas como para anunciar problemas de ordem social. Contudo, o que teria motivado o poeta?

Essa pergunta se torna passível de resposta através da caracterização do seu contexto histórico-social. Segundo David Kovacs (1997, p. 146), Eurípides vivenciou a emergência do poderio político e marítimo de Atenas, sendo a sua consolidação entre a guerra Greco-pérsica, o início da guerra do Peloponeso e a desestruturação da hegemonia marítima com o fracasso na Sicília (415-413 a.C.). Jacqueline de Romilly (1998, p. 166-167) permite ampliar as considerações de Kovacs ao destacar que a maioria das peças de Eurípides foi produzida no contexto da guerra do Peloponeso. Por meio da perspectiva historiográfica, somos capazes de apresentar o nosso arcabouço teórico tendo

em vista uma investigação adequada da obra de Eurípides e a representação inerente ao seu discurso.

Desse modo, utilizamos a Análise do Discurso Francesa, pelo viés de Dominique Maingueneau, no que concerne aos conceitos de discurso e representação. De acordo com Maingueneau (1997, p. 29-30, 34; 2006, p. 43-45), o discurso é uma atividade de sujeitos inscritos em um contexto histórico determinado. O autor ainda destaca que todo discurso manifesta uma intencionalidade intrínseca ao lugar e às determinações institucionais de seu locutor. A percepção de Maingueneau permite depreender que todas as formas de discurso edificam representações dos objetos que nelas se fazem presentes.

Em relação ao conceito de representação, Maingueneau (2014, p. 431-433) o definiu como uma “imagem” elaborada de um objeto, pessoa, sociedade com o intuito de transmitir valores, crenças e apelos aos interlocutores de um discurso. A partir de Maingueneau, inferimos que o discurso de Eurípides evidenciava as suas críticas e percepções de mundo por meio das representações que edificava em suas peças. As suas personagens eram denúncias representadas através da vestimenta, dos gestos e das falas dos atores em encenação diante de seus interlocutores – presentes nas performances teatrais atenienses¹. Então, considerando os estudos de Maingueneau, o fato de Eurípides ter sido um cidadão ateniense, em meio à guerra do Peloponeso, influenciou as representações presentes em seu discurso.

O posicionamento pró-ateniense de Eurípides pode ser compreendido mediante um trecho de Tucídides (I, 1). O referido historiador destacou que a guerra do Peloponeso foi o maior conflito militar desenvolvido pelos helenos até então, tendo se estendido para algumas sociedades bárbaras. Tucídides evidenciou que, em decorrência de um enfrentamento iminente, as sociedades helênicas estavam se aliando a Atenas ou a Esparta – líder dos peloponésios – à medida que outras tinham o mesmo propósito.

Cabe refletir que o posicionamento de Tucídides e, possivelmente, o de Eurípides, demonstra a guerra do Peloponeso como um combate polarizado entre atenienses e espartanos, cujo início se estabeleceu pela injustiça dos peloponésios diante da expansão marítima de Atenas. Nesse caso, o discurso de

¹ A grande maioria das encenações trágicas acontecia no festival das Grandes Dionísias.

Eurípides estaria imbuído de uma carga política fomentada pelo contexto de guerra que envolvia a Hélade, na segunda metade do século V a.C.. Diante dessa situação, Eurípides adotou o espaço teatral como uma “arena política”, na qual manifestou a animosidade pelos espartanos e motivou os seus concidadãos a apoiarem o enfrentamento de Atenas perante os inimigos injustos².

Não sem motivos, Eurípides baseou-se na tradição literária helênica para incitar a identificação de seus interlocutores para com as suas personagens. Para alcançar os seus objetivos, o poeta empregou um artifício literário que, modernamente, denominamos por intertextualidade. Dominique Maingueneau (2014, p. 288-289) esclarece que a intertextualidade é uma propriedade constitutiva de qualquer texto e conjunto de relações – explícitas ou implícitas – que este mantém com outro texto ou conjunto de textos. A intertextualidade emerge da relação entre vozes, consciências e discursos, para sugerir novas orientações e/ou novos significados a uma obra. Portanto, a intertextualidade adotada por Eurípides – com ênfase a Homero – foi um mecanismo destinado a exprimir acontecimentos contemporâneos por meio dos referenciais da tradição oral e literária.

Peter Burian (2003, p. 178-180) endossa tal proposição ao revelar que a *práxis* da tragédia manipula a tradição e os mitos com o intuito de edificar redes de similitudes e diferenças capazes de exprimir o que um autor almeja. A forma adquirida pelo discurso mítico no enredo trágico foi o resultado das transformações na configuração dos mitos, na importância do conhecimento do material lendário e dos elementos familiares e formais pelos interlocutores das peças. Esses pressupostos forçariam ou deslocariam a atenção dos espectadores por confirmar, alterar ou mesmo desmoronar a expectativa do público alvo no interior do teatro.

Conjeturando a perspectiva de Eric Csapo (2010, p. 02), a tradição mítica era utilizada e interpretada como um mecanismo discursivo em virtude da familiaridade do público com as temáticas expostas nas peças. Foi por meio dos mitos – cantados em diversas ocasiões e conhecidos por quase a totalidade da população – que as tragédias retrataram aspectos comuns à cultura de Atenas.

² Tal como a guerra, a perspectiva de Eurípides se modificou. Portanto, as suas críticas poderiam ser atenuadas ou asseveradas conforme a situação e a posição em que os atenienses se encontravam.

Ellen Millender (1996, p. 185), por outro lado, ressaltou que o teatro ateniense foi um produto destinado à audiência das massas, sendo esta uma forma de arte que pretendia expressar posturas e posicionamentos políticos em Atenas. Desse modo, os objetivos de Eurípides foram expostos em virtude da função político-social que o teatro exercia entre os atenienses e da importância que estes direcionavam as encenações teatrais no século V a.C.

Sendo assim, observamos que o uso da intertextualidade no discurso de Eurípides tomou a obra de Homero e os mitos que esta mobilizava, permitindo a sua interpretação conforme o interesse e a necessidade do contexto histórico ateniense. A representação que a tragédia de Eurípides propôs da tradição mítica pretendia atrair a atenção dos seus espectadores e o “passado imemorial” a eventos contemporâneos, fomentando a identificação dos interlocutores com aquilo que era encenado e culminando na catarse de suas emoções como um sinal da interiorização do exposto no palco.

Diante do apresentado, situamos a abordagem de Eurípides em três perspectivas distintas, as quais obedeciam às circunstâncias inerentes ao seu contexto histórico, ao local em que esteve inserido e àquilo que pretendia transmitir. Uma vez que o nosso objetivo reside em problematizar a representação de Esparta no discurso trágico euripídico, tais concepções se deram por meio do gênero feminino e da maneira como o poeta edificou a sua imagem entre as espartanas³. Logo, os referidos aspectos são: a) a representação da sociedade de Esparta como a culpada pela guerra do Peloponeso; b) o comportamento das mulheres espartanas como indício de descomedimento; e c) a atuação dos homens espartanos, vistos como covardes, manipuladores, influenciados por suas mulheres ou autoritários em situações pessoalmente convenientes. A partir do apresentado, informamos que o nosso recorte se restringiu à obra “Andrômaca”, cujos elementos discursivos representados nos permitiram indagar o posicionamento político de Eurípides para uma audiência ateniense em plena guerra do Peloponeso.

Jacqueline de Romilly (1998, p. 166-167) informou que a peça “Andrômaca” teria sido encenada entre 426 e 424 a.C.. Esse momento converge

³ As espartanas das quais falamos são as mulheres da aristocracia e não aquelas pertencentes aos segmentos sociais de menores recursos na Lacedemônia. Essa escolha se deu em virtude dos indícios documentais disponíveis.

com a vitória de Atenas na batalha de Esfactéria, ocorrida em Pilos no ano de 425 a.C. Podemos depreender que o fato das autoridades espartanas estabelecerem um acordo de paz com os atenienses para recuperarem o seu contingente de guerreiros, levou Eurípides a retratar Menelau como covarde e reticente em suas atitudes.

Ellen Millender (2009, p. 360) corrobora este viés ao comentar que, na obra “*Andrômaca*”, Menelau foi caracterizado como fraco e suscetível às manipulações femininas. Em concomitância à debilidade de Menelau, a sua filha Hermíone foi representada como um exemplo de transgressão àquilo que poderia se esperar de uma mulher helênica, sendo tomada como semelhante aos bárbaros. H.D.F. Kitto (1961, p. 232) manteve uma postura semelhante ao destacar que Eurípides pretendia expor em “*Andrômaca*” as atitudes de Esparta e a falta de moralidade de seus cidadãos. Mediante a historiografia, verificamos que Eurípides detinha pretensões específicas com o discurso idealizado para a peça “*Andrômaca*”.

O cenário desta obra se passa na Ftia, região da Tessália, onde *Andrômaca* se encontra como suplicante no templo de Tétis para tentar se proteger das investidas de Hermíone. *Andrômaca* expôs que a sua desventura não estaria na escravidão depois de ter sido uma princesa em Troia, mas, sobretudo, por sofrer as injúrias de Hermíone. Na ocasião, *Andrômaca* era concubina de Neoptólemo⁴, com quem gerou um filho, chamado Molosso. Contudo, Hermíone não havia concebido filhos e acusava *Andrômaca* de ter-lhe dado fârmacos para torná-la estéril. Assim, Menelau partiu de Esparta em auxílio à sua filha, para que ambos pudessem lidar com *Andrômaca*. De forma direta, Eurípides denunciou – através de Menelau – a postura espartana de intervir na política interna de outras pólis durante a guerra do Peloponeso. Em certa medida, a representação de Esparta teria o intuito de justificar – diante da opinião pública ateniense – as ações que Atenas vinha desenvolvendo com os seus aliados.

Podemos afirmar que, em “*Andrômaca*”, Eurípides representou o comportamento da mulher espartana como transgressor, sendo esta uma maneira peculiar de enfatizar que as leis e valores de Esparta foram incapazes

⁴ Este era o filho de Aquiles e o esposo de Hermíone.

de “dominar o sexo feminino.” A perspectiva de Eurípides foi partilhada por Aristóteles (*Política*, II, 1269 b) ao destacar que o mítico legislador Licurgo não pôde controlar os interesses que as mulheres tinham pela riqueza e o seu descomedimento sexual. Contudo, o pensamento de Aristóteles acaba tangenciando a perspectiva de que os homens de Esparta eram subjugados pelo gênero feminino. Embora Aristóteles seja posterior a Eurípides, podemos sugerir que esta percepção do comportamento espartano tenha se difundido entre os críticos de Esparta, tanto no período da guerra do Peloponeso como nos anos que sucederam a derrota ateniense e a sua tentativa de recuperar a hegemonia sobre as ilhas do Egeu.

Na obra “*Andrômaca*,” temos uma nítida expressão dessa imagem polarizada e deturpada de Esparta. Entre os versos 29 e 32, a personagem homônima à tragédia destaca que passou a ser perseguida no momento em que Neoptólemo rejeitou o seu leito de escrava e tomou a “lacônia” Hermíone como esposa (*Andrômaca*, vv. 29-32). Andrômaca ainda expõe que Menelau foi convencido a participar do intento de Hermíone, indo de Esparta para a Ftia com a pretensão de assassinar a viúva de Heitor (*Andrômaca*, vv. 39-42).

Ao relacionarmos o pensamento de Aristóteles com estes trechos de Eurípides, identificamos que a mulher espartana seria transgressora e persuasiva perante seus homens, sendo esse o motivo pelo qual Esparta não era uma pólis adequadamente organizada. Esta perspectiva acaba se expressando através da representação de Menelau e da sua relação com Hermíone. De todo modo, a concepção do gênero feminino espartano por Eurípides obedece aos seus interesses diante da concepção helênica de que as mulheres eram descomedidas. No entanto, o que tornava Atenas superior a Esparta, no discurso de Eurípides, era a sua capacidade de manter as mulheres controladas em conformidade à democracia. Essa perspectiva permite afirmar que a promoção do gênero feminino se dava em conformidade aos jogos de poder existentes na Hélade que pretendiam enaltecer os homens e advertir sobre as vicissitudes dos excessos femininos em uma sociedade incapaz de controlar esse gênero.

De forma recorrente, Eurípides (*Andrômaca*, vv. 103-105) afirmou que, ao tomar Helena de Menelau, Páris levou Troia à ruína. Por conseguinte,

Andrômaca ressalta que, enquanto escrava, não pretendia pertencer a alguém como Hermíone (Eur. *Andrômaca*, vv. 112-115). Por intermédio da documentação, concluímos que Eurípides representou Helena como a “desgraça” da Hélade por lançá-la em um conflito sem precedentes com Troia. Por sua vez, Hermíone seria a motivação das desventuras de Andrômaca, afinal, assim como sua mãe, o descomedimento da princesa espartana acabava tolhendo outros reinos e pessoas de prosperar. A nossa análise converge com as observações de Ellen Millender (2009, p. 359-360) ao comentar que o comportamento de Hermíone era exposto como um contraponto daquilo que poderia se esperar de uma mulher helênica.

Outro atributo de Hermíone amplamente rechaçado por Eurípides foi o elogio que fazia a sua “riqueza” pessoal, tornando-a relativamente independente de seu marido. Em “*Andrômaca*”, a filha de Menelau afirma que:

Hermíone: Este fino e luxuoso diadema que eu tenho em minha cabeça e este *péplos* de cores vivas com que visto o meu corpo, eu não os utilizo como presentes da casa de Aquiles nem de Peleu, e sim meu pai Menelau quem me deu em Esparta, junto com um grande dote, o que me permite falar livremente (*Andrômaca*, vv. 147-154).

Para Ellen Millender (2009, p. 360), Hermíone foi representada por Eurípides como uma mulher dotada de “costumes bárbaros”, a julgar pela valorização de vestimentas coloridas e chamativas, além do apreço pela riqueza. Entretanto, o que nos chamou à atenção foi a maneira como Hermíone declarou ter o direito de falar, tal como a um cidadão, por ser detentora de riquezas próprias. Segundo Thomas Figueira (2010, p. 265-267), essa imagem espartana seria um ideal de *ginococracia* (autoridade das mulheres), sendo essa uma representação depreciativa para enfatizar o comportamento de sociedades consideradas “bárbaras” pelos helenos. Torna-se importante salientar que esta imagem das mulheres de Esparta – elaborada em oposição ao ideal ateniense – foi amplamente difundida pela historiografia tradicional, cujas análises perduraram do século XIX a meados do XX. Nessas obras, os costumes

espartanos foram tomados como modelos de comportamento inadequado frente às sociedades ocidentais modernas, sobretudo por sua rusticidade⁵.

O discurso de Eurípides (*Andrômaca*, vv. 205-209) atesta que Andrômaca reprovou as atitudes de Hermíone ao enfatizar que essa era odiada pelo marido, por não ser uma pessoa apta à convivência amorosa; afinal, os homens não gostavam das mulheres belas, mas sim das virtuosas. Nas palavras de Ellen Millender (2009, p. 359-361), Hermíone seria reprovada por não manifestar o comportamento próprio de uma esposa legítima, mas também por apresentar certa incontinência sexual (Eur. *Andrômaca*, vv. 229-231, 236-244). Andrômaca (vv. 273-274) ainda adverte que não há remédios/fármacos contra uma esposa ruim, reconhecendo a sua condição de mulher em uma sociedade falocrática, mas ressaltando o quanto Hermíone poderia ser prejudicial para o seu marido em virtude de seus comportamentos excessivos.

Destarte, afirmamos que o discurso de Eurípides pretendia representar Esparta como uma sociedade de exageros, na qual os homens estão submetidos ao gênero feminino, um traço cultural que os helenos consideravam inerente aos “bárbaros”. Pontuamos que Eurípides tenha se empenhado em fornecer a sua audiência algumas justificativas para se combater Esparta, já que esta não correspondia à “tradição helênica” que os atenienses “defendiam”.

A partir do verso 309, o poeta ateniense passa a caracterizar Menelau. De imediato, Eurípides (*Andrômaca*, vv. 590-604) evidenciou a maneira autoritária com que o *basileus* de Esparta agia frente a uma mulher escrava, porém, na presença de outro homem – o ancião Peleu –, Menelau passa a se comportar como um covarde. Anteriormente à aparição de Peleu, a própria Andrômaca questiona as atitudes de Menelau, afinal, este estaria agindo em função dos interesses de sua filha de modo que Esparta pudesse influenciar outras regiões (Eur. *Andrômaca*, vv. 367-379, 384-394). Menelau foi representado como um homem ganancioso, cuja cobiça faria suas atitudes injustas.

William Poole (1994, p. 07) endossou essa abordagem ao afirmar que esta representação de Menelau seria a de um homem enganoso, sanguinário, injusto e ameaçador, que teria assumido plenamente uma suposta identidade espartana. Com isso, a maneira peculiar com a qual Eurípides representou

⁵ Para maiores informações vide: HODKINSON; MACGREGOR MORRIS, 2012.

Esparta foi ratificada pela maneira agônica⁶ com que Menelau pretendia alcançar os seus objetivos com outras personagens e sociedades, mas também pela sua submissão aos interesses de sua filha. Nesse contexto, o coro de “Andrômaca” (vv. 487-490) declarou Menelau como ímpio, injusto e cruel.

Diante do exposto, as falas de Peleu se tornaram emblemáticas pelas críticas que o ancião fez a diversas práticas culturais e sociais de Esparta. Em nossa concepção, Peleu personifica a repulsa de parte da sociedade ateniense pelos costumes espartanos no contexto da guerra do Peloponeso. Peleu inicia a sua crítica ao *basileus* de Esparta, questionando se o mesmo não poderia se contentar em controlar somente o território espartano (Eur. *Andrômaca*, vv. 581-582). Por sua vez, o ancião culpa Menelau pelo rapto de Helena, pois ele deixou os quartos de sua propriedade com as fechaduras abertas. Ademais deste aparente descuido, Menelau teria que se preocupar com o fato de ter como esposa a pior de todas as mulheres (Eur. *Andrômaca*, vv. 590-595). Em seguida, Peleu afirma que o gênero feminino de Esparta não poderia ser virtuoso, uma vez que saíam das propriedades masculinas, frequentavam os ginásios e praticavam corrida com as coxas amostra e o *péplos* aberto (Eur. *Andrômaca*, vv. 596-600).

Reiterando o proposto, a representação de Peleu demonstra que o problema das mulheres espartanas residia nas instituições político-sociais⁷ de sua pólis, que se mostravam incapazes de controlar o gênero feminino. Ao citar o caso de Helena, o “pai de Aquiles” teria fornecido a comprovação do quanto à formação das mulheres espartanas era prejudicial. Isso porque a conduta de Helena foi transmitida para a filha Hermíone que, ao ser educada nos moldes de Esparta, interiorizou e reforçou o mal comportamento feminino de sua linhagem. Portanto, não seria equivocado supormos que Eurípides estivesse destacando que, embora as mulheres atenienses não fossem modelos de conduta, as espartanas viveriam imersas em práticas inadequadas ao convívio social e conjugal.

⁶ O adjetivo agônico se refere à perspectiva de *agón* (ἀγών) cuja acepção, para o nosso propósito, seria disputa, embate, concurso. Portanto, a maneira agônica de Menelau seria uma conduta conflituosa diante de seu locutor.

⁷ Nos versos 474-475, Eurípides critica a dupla realza de Esparta, denominando-a por “dupla tirania” e como algo insuportável para os cidadãos de uma pólis.

Mantendo o nosso enfoque na representação de Peleu, o ancião enfatizou que as motivações de Menelau, ao mobilizar os aqueus, foram indevidas, tendo em vista que o objetivo do *basileus* espartano era recuperar a esposa. Como uma “voz da experiência”, Peleu advertiu que o melhor para Menelau seria ter deixado Helena onde estava, afinal, as atitudes do governante espartano foram infelizes para muitos que perderam os filhos, os pais e/ou os maridos. Esta premissa foi empregada de maneira relativamente semelhante por Heródoto (*Histórias*, I, 3-4) ao destacar que os homens da Ásia não se preocupavam com o rapto de mulheres, enquanto que os helenos destruíram o poder de Príamo por conta da lacedemônia Helena.

Nesta lógica, Peleu destacou a sua desventura por perder o melhor dos aqueus, Aquiles, enquanto Menelau, além de regressar sem qualquer tipo de ferimento, obteve a glória pela vitória sobre os troianos⁸ (Eur. *Andrômaca*, vv. 603-619). O argumento do ancião é importante aos nossos objetivos ao representar as possíveis críticas que parte da sociedade de Atenas detinha sobre Esparta. De imediato, ressaltamos que Eurípides estivesse denunciando os espartanos como os culpados pela guerra do Peloponeso, através da intertextualidade com a guerra de Tróia. O tragediógrafo parece salientar que Esparta não teria motivos para fazer guerra contra Atenas – tal como Menelau não tivera motivos para enfrentar os troianos – tornando as suas atitudes condenáveis pelos demais helenos.

Entretanto, os indícios de Tucídides (I, 68-71) ressaltaram que, a princípio, Esparta não pretendia declarar guerra a Atenas. No entanto, Esparta detinha a hegemonia na “Confederação do Peloponeso” e era sua a obrigação de combater os inimigos dos demais membros desta aliança. Com isso, Corinto se valeu da prerrogativa de integrante desta confederação para combater Atenas, vista pelos coríntios como uma ameaça às suas atividades comerciais marítimas. Em seguida, verificamos que Eurípides (*Andrômaca*, vv. 693-705) tenta desqualificar a autoridade político-militar espartana junto aos peloponésios, pois, assim como Menelau, quem combatia a favor de Esparta

⁸ A personagem Andrômaca destacou que Menelau obteve fama e fortuna na Hélade de forma injusta, e destaca que os feitos de Heitor, quando vivo, fizeram com que o *basileus* espartano fosse visto como um marinheiro covarde ao invés de um guerreiro em terra firme (Eur. *Andrômaca*, vv. 455-458). Tal assertiva enfatiza a proeminência das habilidades de Heitor pretendendo desqualificar a figura de Menelau e a sua fama indevida.

eram os seus aliados, enquanto os comandantes lacedemônios angariavam a glória pelos feitos militares de outros.

Não obstante, Eurípides “concede” a Menelau o “direito” de se defender das acusações de Peleu sobre o comportamento de Helena. Com isso, o governante lacedemônio utilizou um discurso que o tragediógrafo retomará na obra “Helena” para destacar que as atitudes da filha de Leda foram condicionadas pelos deuses. Em seguida, Menelau expôs que a guerra de Troia foi um benefício pelo valor que atribuiu aos helenos e por ter-lhes fornecido experiência para situações futuras (Eur. *Andrômaca*, vv. 680-684). Portanto, o discurso de Menelau tenta situar a posição de Helena como uma vítima das circunstâncias divinas, fazendo com que o *basileus* de Esparta mantivesse a crença na inocência de sua esposa por meio do uso da tradição mítica. Tal perspectiva seria, também, uma crítica à valorização excessiva do sagrado pelos espartanos, em detrimento de pensamentos mais racionais, típicos da sociedade ateniense do século V a.C.

Não só tendo em vista as contínuas acusações de Peleu aos comportamentos espartanos, mas também à conduta de Menelau, Helena e Hermíone, o rei de Esparta decidiu retornar a sua pólis para continuar com os seus afazeres (Eur. *Andrômaca*, vv. 729-737). Neste momento, a capacidade discursiva de Menelau foi superada pelos argumentos “justos” do ancião Peleu. Então, Menelau retorna a Esparta, deixando de lado os interesses de sua filha ao ser derrotado por Peleu neste embate discursivo. O *basileus* lacedemônio estaria sendo representado como um traidor que, embora tenha dado a sua palavra em benefício da filha, retira-se quando as circunstâncias não se mostram favoráveis aos seus próprios interesses.

Esta representação de Menelau caracterizou a postura militar de Esparta durante a guerra do Peloponeso, a qual seria capaz de abandonar os seus aliados sempre que alguma coisa arriscasse as suas vantagens político-militares. Imersa nessa ótica, Ellen Millender (2009, p. 362) complementa esta assertiva ao afirmar que, em “*Andrômaca*”, a casa real espartana foi representada como a inversão dos valores helenos, tornando Esparta uma típica sociedade “bárbara”. Para todos os efeitos, Eurípides estaria mobilizando o teatro como um mecanismo de propaganda destinado a elogiar os feitos de

Atenas na guerra do Peloponeso, o qual fora idealizado para legitimar as práticas atenienses diante de sua audiência.

Passada esta conjuntura, Eurípides (*Andrômaca*, vv. 805-865) retoma a figura de Hermíone que, ao se ver abandonada pelo pai, modifica as suas atitudes para se representar como uma vítima das circunstâncias. Todavia, o poeta trágico ateniense traz à tona o desregramento sexual de Hermíone que, tal como a sua mãe, abandonou o seu matrimônio legítimo com a chegada de Orestes e o almejo de um benefício pessoal⁹.

Ellen Millender (2009, p. 360-361) defende que o discurso de Eurípides estaria retratando a mulher espartana como descomedida em suas atitudes, sendo esta uma grave acusação. Tal imagem foi complementada pela maneira como Hermíone manipulou Menelau e Orestes, destacando a inabilidade dos esparciatas¹⁰ de moderarem a conduta de suas mulheres. Ampliando as considerações de Millender, inferimos que a crítica engendrada por Eurípides teria censurado a constituição e os valores ancestrais espartanos, a julgar pela falta de controle (sexual) das mulheres de Esparta passar de geração em geração – cujo melhor exemplo seria Helena e Hermíone.

Sendo assim, defendemos que Eurípides se utilizou do discurso trágico como uma propaganda destinada a suscitar a identificação de seu público com personagens da tradição. Nesse contexto, o seu discurso garantiu a dinâmica necessária para que a tradição mítica fosse percebida como algo atual e vivificado em uma Atenas Clássica que via parte dos seus valores conspurcados pela emergência de ideias filosóficas ou pelas consequências imediatas das perdas inerentes à guerra do Peloponeso. Com isso, se para os helenos do período clássico a “História era a mestra da vida”, recordar os feitos dramáticos dos heróis forneceria a experiência necessária para se superar os instantes de adversidade e pensar em alternativas cabíveis ao sucesso. Não podemos deixar de reforçar que a guerra do Peloponeso influenciou o discurso e as representações promovidas pelo poeta, uma vez que o lugar social é uma

⁹ O diálogo, bem como os ardis, que Hermíone estabelece com Orestes ocorrem entre os versos 891 e 953.

¹⁰Esparciata foi o termo empregado pelos autores clássicos para se remeterem aos cidadãos de plenos direitos políticos de Esparta.

variável imprescindível e inerente à formação e difusão de uma forma de manifestação discursiva.

Quanto às imagens de Esparta fomentadas por Eurípides, verificamos que o viés predominante foi: 1) tornar o gênero feminino desta pólis como o desvio ao modelo ideal que se poderia esperar dos helenos; 2) problematizar a forma como os espartanos projetavam uma glória com base nos feitos do passado ou por meio dos feitos de outros sujeitos; e 3) enfatizar o fato de Esparta ter sido a culpada pelos embates engendrados na Hélade.

Em relação às mulheres espartanas, essas foram representadas como descomedidas através da conduta de Helena e Hermíone que, devido ao ímpeto sexual, abandonaram ou compartilharam o leito nupcial conforme as suas necessidades. Esta representação enfatizou que os excessos destas mulheres estavam vinculados à incapacidade de seus homens em controlá-las, em conformidade à constituição poliade. Em certa medida, a representação do gênero feminino espartano foi complementar, oposta e proporcional a dos homens de Esparta. Isso porque em uma sociedade em que o gênero masculino era perverso, não poderia esperar que o feminino se constituísse de outra maneira.

Essa representação produziu uma concepção, difundida pelo discurso de Eurípides, que segundo disse, Esparta foi a principal culpada pelos conflitos helênicos. Nesse contexto, a injustiça dos esparciatas, dos seus *basileis* e de suas respectivas mulheres seria o resultado de toda uma tradição pautada em injustiças, ameaças e atitudes enganosas que, mescladas a toda uma formação extenuante, levava os sujeitos aos limites de sua compleição física e mental. Em suma, todas as representações de Eurípides pretendiam censurar os costumes de Esparta para que Atenas fosse elogiada no contexto da guerra do Peloponeso. Deste modo, percebemos que a construção de Hermíone na obra “*Andrômaca*” foi um mecanismo de poder fundamental para que a audiência de Eurípides identificasse a perniciosidade de Esparta em todas as instâncias de sua sociedade. Considerando que a tradição literária ateniense foi significativamente difundida já no mundo antigo, esse tipo de representação acabou se tornando um aparente lugar comum entre os críticos da *diáita* espartana.

Desta forma, concluímos que a documentação de Eurípides é um objeto imprescindível para se perceber a dinâmica ateniense durante a guerra do Peloponeso e as relações elencadas por esta pólis para com outras sociedades do Mediterrâneo. Entretanto, o discurso e as representações elaboradas por Eurípides necessitam de uma intensa reflexão crítica que, em concomitância a um arcabouço teórico-metodológico, permita perceber os indícios históricos que não se encontram evidentes na superficialidade da obra deste autor, bem como sua a intencionalidade.

REFERÊNCIAS

Documentação Literária

ARISTÓTELES. *Poética*. Ed. Bilingue. Trad.: Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2015.

ARISTOTLE. *Politics*. Trans.: H. Rackman. London: William Heinemann Ltd., 1944.

EURIPIDES. *Electra, Orestes, Iphigeneia in Taurica, Andromache, Cyclops*. Trans.: Arthur Way. London: William Heinemann Ltd., 1929.

EURÍPIDES. *Tragedias*. Vol. I. Trad.: Alberto Medina González; Juan Antonio López Férez. Madrid: Editorial Gredos, 1983.

HERODOTUS. *The History of Herodotus*. Vol. I. Trans.: G.C. Macaulay. London: Macmillan, 1890.

THUCYDIDES. *History of the Peloponnesian War*. Vol. I. Trans.: Charles Forster Smith. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1956.

Referências Bibliográficas

BURIAN, Peter. Myth into *muthos*: the shaping of tragic plot. In: EASTERLING, P.E. (Ed.). *The Cambridge Companion to Greek Tragedy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003 [1997].

CANTARELLA, Raffaele. *La Literatura Griega Clasica*. Trad.: Antonio Camarero. Buenos Aires: Editorial Losada, 1971.

CSAPO, Eric. *Actors and Icons of the Ancient Theatre*. West Sussex: John Wiley & Sons Ltd., 2010.

FIGUEIRA, Thomas. Gynecocracy: how women policed masculine behavior in Archaic and Classical Sparta. In: POWELL, Anton; HODKINSON, Stephen. *Sparta: The Body Politic*. United Kingdom: The Classical Press of Wales, 2010.

FOXHALL, Lin. *Studying Gender in Classical Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

HODKINSON, Stephen; MACGREGOR MORRIS, Ian (Ed.). *Sparta in Modern Thought*. Swansea: The Classical Press of Wales, 2012.

KITTO, Humphrey Davy Findley. *Greek Tragedy – A Literary Study*. New York: Routledge, 1961.

KOVACS, David. Euripides. In: BRIGGS, Ward (Ed.). *Ancient Greek Authors*. Detroit: Gale Research, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. 3ª Ed. Campinas: Pontes Editores; Editora da UNICAMP, 1997.

_____. *Termos-chave da Análise do Discurso*. Trad. Márcio Venício Barbosa; Maria Emília Amarante Torres Lima. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. Intertextualidade. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Coordenação da Tradução: Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. Representação social. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Coordenação da Tradução: Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2014.

MEADE, Teresa; WIESNER-HANKS, Merry. Introduction. In: *A Companion to Gender History*. United Kingdom: Blackwell Publishing Ltd., 2004.

MILLENDER, Ellen. “The teacher of Hellas”: Athenian democratic ideology and the “barbarization” of Sparta in Fifth-century Greek thought. Dissertation presented to the Faculties of the University of Pennsylvania in Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree of Doctor of Philosophy, 1996.

_____. Athenian Ideology and the empowered Spartan woman. In: HODKINSON, Stephen; POWELL, Anton (Ed.). *Sparta – New Perspectives*. Swansea: The Classical Press of Wales, 2009 [1999].

POOLE, William. Euripides and Sparta. In: POWELL, Anton; HODKINSON, Stephen (Ed.). *The Shadow of Sparta*. London: Routledge, 1994.

RODRIGUES, Nuno Simões. Iphigenia Parthenos – Tipologias do Feminino em Eurípides. In: PENA, Abel Nascimento (Et. Alii.). *Revisitar o Mito*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2015.

ROMILLY, Jacqueline. *A Tragédia Grega*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

SALISBURY, Joyce. *Encyclopedia of women in the Ancient World*. Santa Barbara: ABC-Clio, 2001.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. Trad.: Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

**“MULHERES PARDAS” NO ALTO SERTÃO DA BAHIA: ENTRE O
SILÊNCIO DA COR E O ESTIGMA DA MISTIÇAGEM
(CAETITÉ, 1890-1945)**

*“BROWN WOMEN” IN THE BAHIA’S ALTO SERTÃO: BETWEEN THE SILENCE
OF COLOR AND THE STIGMA OF THE MISCEGENATION (CAETITÉ, 1890-
1945)*

Miléia Santos Almeida*

RESUMO: Por meio da análise de processos criminais em que mulheres caetiteenses figuram como vítimas ou acusadas no período delimitado pelos dois códigos penais da república brasileira, é possível evidenciar as experiências de mulheres negras no pós-abolição. Entretanto, a imposição de uma memória oficial e os discursos acerca da mestiçagem sertaneja se refletem nas fontes e são responsáveis pelo silenciamento da cor na documentação, visando negar as heranças da escravidão e consolidar o mito da democracia racial. A cor “parda” e suas variações emergem assim, sobretudo, nos laudos médicos, como tentativa de branqueamento da população, enquanto a racialização das relações sociais destas “mulheres pardas” nos permite questionar os significados de seus papéis em uma sociedade marcada pelas hierarquias de classe, raça e gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Raça. Mestiçagem. Alto Sertão.

ABSTRACT: Through the analysis of criminal cases in which women from Caetité appear as victims or accused during the period delimited by the two penal codes of the Brazilian republic, it's possible to highlight the experiences of black women in post-abolition. However, the imposition of official memory and the discourses about the miscegenation in the hinterland are reflected in the sources and are responsible for the silencing of the color in the documentation, aiming to deny the legacies of slavery and to consolidate the myth of racial democracy. The color "brown" and its variations appears, mainly, in the medical reports, as an attempt to whiten the population, while the racialization of the social relations of these "brown women" allows us to question the meanings of their roles in a characterized society by the class, race, and gender hierarchies.

KEYWORDS: Women. Race. Miscegenation. Alto Sertão.

* Mestranda em História Social pela Universidade Estadual de Feira de Santana – PGH UEFS. Professora da Rede Municipal de Caetité-BA. Contato: mileia.sa@gmail.com.

“A sociedade frequentemente impõe silêncios à história; e esses silêncios são tão história quanto a história”. Marc Ferro

Em abril de 1896, na localidade rural Piripiri, pertencente a um distrito de Caetité, Rozenea Maria de Jesus, denominada em um processo de lesão corporal como “uma negra velha”, é espancada pelo vizinho Marcolino José Gonçalves, após se envolverem em uma contenda devido à negociação do preço de um porquinho¹.

Trinta e cinco anos depois, em meados de 1931, na sede da comarca de Caetité, a menina Ercínia Leone da Conceição, de dezesseis anos, acusada pela patroa de roubar carne de uma panela, foi vítima de uma surra “de cacetadas” dada por Girmina, esposa do então juiz de direito da cidade², para a qual prestava serviços domésticos em troca de alimento e moradia para si e para sua irmã mais nova³.

O intervalo de tempo que permeia ambos os crimes de lesões corporais relatados acima revela que as relações escravistas de poder, hierárquicas e violentas, permaneceram por muitas décadas como marcas indelévels nas vidas de mulheres pobres e negras e conservam-se na raiz de uma sociedade brasileira patriarcal e racista. No primeiro caso relatado, a violência de gênero se sobrepõe à de raça e de classe, pois trata-se de um homem e uma mulher do mesmo extrato social, enquanto no segundo caso, a violência de classe/raça seja imperativa, pois envolvia mulheres de categorias sociais diferentes. O conceito de gênero se constituiu enquanto categoria analítica que procura evidenciar a construção de papéis de homens e mulheres na sociedade, sendo também “uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1990, p.21). A violência provocada por Girmina, ao exercer seu poder enquanto mulher branca e rica, espancando a jovem Ercínia, tratava-se também de uma violência intragênero. Afinal, as hierarquias de classe e raça sobrepõem qualquer possibilidade de “solidariedade feminina” na relação entre patroa e empregada.

¹ APEB. Seção Judiciário. Processo-crime. Ano: 1896. Série: Lesões Corporais. Est. 2, cx. 70, doc. 02.

² O juiz em questão era Antonio Bernardino de Almeida Filho, juiz de direito da comarca de Caetité, que assumiu a condução do processo da própria esposa, e faz, ao adjunto de promotor, o arquivamento do inquérito em 1931.

³ APMC. Série: Autos Crimes – Sub série: Lesões Corporais. Data-limite 1918-1968. Caixa: 77. Maço 01.

Ainda que não bastasse para contar suas histórias, a violência perpassou as relações das mulheres negras antes e depois da abolição da escravidão no Brasil. Relações essas que se desenvolveram tanto no espaço privado quanto no espaço público, tanto em zonas rurais como urbanas, ainda que apresentem nuances singulares. Sobre a atuação das mulheres negras no espaço público, Bebel Nepomuceno afirma que

Às mulheres negras não coube experimentar o mesmo tipo de submissão vivido pelas mulheres brancas de elite até inícios do século XX. Tampouco seu espaço de atuação foi unicamente o privado, reservado às bem-nascidas, uma vez que, pobres e discriminadas, se viram forçadas a lançar mão de uma gama de estratégias para fazer frente aos desafios cotidianos. [...] Ao contrário do prescrito para a mulher idealizada da época, as negras circulavam pelas ruas, marcando a seu modo presença no espaço público. (NEPOMUCENO, 2013, p.383)

A presença e atuação das mulheres negras nestes espaços públicos e privados, já evidenciada em alguns estudos, ainda que invisibilizada na memória oficial, não se dava de modo imperceptível para as autoridades e pela sociedade da época, tampouco escapava aos mecanismos de imposição da ordem republicana e pós-escravista. Assim, a violência constituía uma faceta de suas relações e os fragmentos das histórias de mulheres como Rozenea, Ercínia e muitas outras chegaram até nós somente quando estas caíram, de algum modo, nas malhas da justiça.

1. O cenário: Caetité, do pós-abolição a consolidação da eugenia no projeto de modernização do Brasil

Caetité, outrora conhecida como Vila Nova do Príncipe e Sant'anna de Caiteté, localizada no alto sertão da Bahia⁴, ocupara durante o século XIX um papel de importante centro regional de confluências políticas, econômicas e culturais. Uma vila oitocentista incrustada na Serra Geral, caminho e pouso de tropeiros, mais próxima do norte das minas gerais do que da capital

⁴ Segundo Neves, o termo alto sertão da Bahia é empregado em referência à posição “relativa ao curso do Rio São Francisco e ao relevo baiano, que ali projeta as maiores altitudes” (2008, p. 22). Para Guimarães, “em se tratando de alto sertão da Bahia, nas narrativas históricas recentes sobressai uma trama de regionalização, isto é, de formas de delimitação do espaço, do enquadramento ou de recorte espacial das quais podiam e ainda podem ressurgir denominações, mas que aquela (alto sertão) se fez sentir com mais vigor e maior significado histórico” (2012, p.23).

soteropolitana (localizada a 757 km de Salvador). Foi a terra de barões escravistas, forasteiros exploradores de pedras, latifundiários pecuaristas, de uma elite intelectual médica e jurídica, de ricas damas de caridade, políticos liberais e conservadores, monarquistas e republicanos⁵. Contudo, foi também a terra de uma população sertaneja empobrecida que sobrevivera ao extermínio indígena⁶ e à escravização africana, bem como convivia com as agruras da luta pela sobrevivência em uma sociedade profundamente hierarquizada na transição para o século XX.

Desse modo, lavradores, vaqueiros, artesãos, pequenos produtores, criadores e negociantes compunham a maioria da população que elaborava e reelaborava cotidianamente suas táticas de sobrevivência, além de grupos ainda mais marginalizados como mendigos, prostitutas e ladrões, oriundos do empobrecimento causado pelas crises na produção agrícola, migrações e epidemias, além do próprio processo recente de abolição da escravidão. Essa população alto-sertaneja, silenciada, muitas vezes, pela memória oficial de uma cidade “pequenina e ilustre”⁷, avulta nas páginas de fontes documentais como jornais, processos-crimes ou nas entrelinhas de fontes como códigos de posturas e inventários. Suas histórias de sobrevivência, de paixões, conflitos, esperanças e sociabilidades permitem contar outra história do alto sertão baiano.

As mulheres, em sua maioria invisibilizadas nas narrativas oficiais sobre um sertão rude, masculino e patriarcal, não eram invisíveis nas tramas

⁵ Assim, foram fundamentais os estudos de história local que abarcam o início do século XX e problematizam questões relacionadas à política local durante a Primeira República, ao contexto socioeconômico do pós-abolição, aos discursos de modernidade e questões de gênero. No que se refere aos estudos sobre mulheres e relações de gênero, duas pesquisas sobressaem como pioneiras e enquanto ponto de partida para novas temáticas e abordagens sobre a história das mulheres alto-sertanejas. Em seu livro “Mulheres e poder no Alto Sertão da Bahia”, Marcos Profeta Ribeiro (2012) analisa a partir das correspondências de Celsina Teixeira Ladeia, as ações femininas e os espaços ocupados pelas mulheres de elite no alto sertão baiano, extraíndo as tensões existentes entre os papéis prescritos e os papéis vividos. Verifica-se nas entrelinhas dessa documentação, indícios de participação feminina em diversos setores como política, religião, filantropia, eventos sociais e negócios comerciais. Por sua vez, a dissertação de Maria Lúcia Porto Nogueira (2010) denominada “A Norma dos bons costumes e as resistências femininas na obra de João Gumes (Alto Sertão Baiano, 1897-1930)” perscrutou as práticas culturais e tensões sociais presentes nas vivências de homens e mulheres do período a partir das obras literárias deste literato e jornalista caetiteense.

⁶ Existe uma carência de estudos historiográficos acerca da presença indígena no alto sertão da Bahia. Edvaldo Neves afirma não haver registros de índios aldeados na região, pois “os primitivos habitantes foram absorvidos como mão-de-obra, na agropecuária, e perderam sua identidade étnico-cultural”. (NEVES, p.96, 2008)

⁷ Alcinha dada a Caetité pela memorialista Helena Lima Santos, em seu livro “Caetité: pequenina e ilustre”

cotidianas dessa sociedade alto-sertaneja. Em Caetité, as mulheres, ainda que imersas em um sistema de relações de poder profundamente hierarquizadas, faziam-se presentes em diversos contextos, subvertendo a lógica da dicotomia público-privado, a viver entre o urbano e o rural e sendo protagonistas ou coadjuvantes de inúmeros episódios de negociação e conflitos, dentro e fora das margens da lei. As experiências de mulheres pobres e negras que foram e continuam sendo emblemáticas em diferentes tempos e espaços, possibilitam descortinar também o chão social da nossa pesquisa, pois suas histórias de resistência estão diretamente relacionadas ao processo de mudanças e permanências que marca as primeiras décadas do pós-abolição, permitindo assim conhecer uma Caetité muito mais dinâmica e multifacetada.

Viver em Caetité entre os anos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, era viver em uma região marcada por contradições sociais, econômicas e políticas. As aspirações do projeto de modernidade das elites intelectuais caetiteenses se chocavam com adversidades causadas por um contexto de crises de abastecimento, fortes estiagens e empobrecimento da população. A dinâmica de interações com outras regiões do país se deu desde a povoação no século XVIII, devido à sua localização, que permitia o fluxo constante de viajantes, tropeiros, boiadeiros, mineradores, entre outros. Além disso, auxiliou a compreender que esta cidade sertaneja não estava isolada, apesar de sua aparência pacata *a priori* e sua distância geográfica dos grandes centros.

Apesar da crise socioeconômica causada nos sertões por ocasião das estiagens e de uma nova configuração social e política oriunda do processo abolicionista e republicano, Caetité não perdeu sua relevância regional e passou a ser alvo do projeto modernizador que emanava dos centros urbanos do país e configurava uma aspiração das elites brasileiras inspiradas na *belle époque* francesa. Algumas inovações eram bem acolhidas e, em fins do XIX e primeiros anos do XX, a cidade já contava com água encanada e luz elétrica, observatório meteorológico, Escola Normal e Escola Americana, a Associação de Senhoras de Caridade, os correios e telégrafos, tipografia, o Teatro Centenário que também funcionava eventualmente como cinema, a sede da Diocese, entre outros.

Em que pese todos os elementos simbólicos dos novos tempos e todo esforço das elites republicanas em adequar a vila a um patamar urbanizado e moderno, Caetité permaneceu com características marcadamente rurais, seja dentro ou fora do perímetro do centro urbano. Os limites tênues entre o urbano e o rural se revelavam na presença de animais nas estradas e na permanência de hábitos camponeses na área urbana, assim como a dinâmica de ir e vir dos moradores entre o campo e a cidade.

Muitos dos negócios realizados nas fazendas se desdobravam nas cidades. A cidade era indispensável a expedientes mais burocráticos das transações comerciais, a exemplo de pagamento de impostos de exportação para a coletoria provincial ou estadual; articulação com outros fazendeiros para envio de tropas, boiadas e dinheiro – para o Recôncavo e a capital da província – e, ainda, pelas possibilidades de assistência médica (mesmo que precária), jurídica, de comunicação e sociabilidade. Esses expedientes aparecem muito freqüentemente nos *livros de razão* do Barão de Caetité. (PIRES, 2009, p. 169-171, grifo da autora)

Essa dinâmica de idas e vindas já se fazia rotineira desde os tempos da monarquia e, conseqüentemente, presente nas relações escravistas, como verifica o estudo de Maria de Fátima Pires (2009) indicado acima ao investigar essas experiências a partir dos processos criminais em Caetité e Rio de Contas, entre 1830 e 1888. Sob essa perspectiva, é válido considerar como essa relação entre campo e cidade refletia nas relações de trabalho no alto sertão, num período de mudanças no cenário político e econômico que, embora advindas do desmonte do sistema escravista, conservavam muitas heranças do cativo.

2. Ser mulher negra no Alto Sertão da Bahia: narrativas de silêncio

A reconstituição de narrativas, ainda que fragmentárias, sobre mulheres negras do alto sertão da Bahia, do pós-abolição às primeiras décadas do período varguista, enfrentou os entraves da invisibilidade e do silenciamento. Silêncios presentes não apenas na memória oficial cristalizada, mas nos discursos e documentos da época. Afinal, a própria construção de uma identidade sertaneja mestiça para as localidades interioranas, onde imperavam com mais

naturalidade os mecanismos de uma suposta democracia racial, contribuía para este deliberado “apagamento da cor”⁸.

Então, que significados teria ser uma mulher negra no alto sertão da Bahia entre 1890 e 1945? Que experiências essas mulheres compartilhavam e como nos permitem compreender a sociedade em que viveram? É preciso considerar que o termo “negra” aqui emerge enquanto necessidade acadêmica e política, pois este não aparece com muita frequência nas fontes oficiais, sendo mais comuns os termos “preta” e “parda” devido ao fato de que, segundo Antônio Sérgio Guimarães (2003), a categoria “cor” estava muito mais presente em termos de classificação social durante a constituição do estado nacional brasileiro do que a categoria “raça”. No entanto, em sua crítica ao uso desta categoria, o autor afirma que

“Cor” não é uma categoria objetiva, cor é uma categoria racial, pois quando se classificam as pessoas como negros, mulatos ou pardos é a idéia de raça que orienta essa forma de classificação. Se pensarmos em “raça” como uma categoria que expressa um modo de classificação baseado na idéia de raça, podemos afirmar que estamos tratando de um conceito sociológico, certamente não realista, no sentido ontológico, pois não reflete algo existente no mundo real, mas um conceito analítico nominalista, no sentido de que se refere a algo que orienta e ordena o discurso sobre a vida social (GUIMARÃES, 2003, p.203).

Assim, compreendemos que, apesar da dificuldade de classificação das mulheres denominadas pardas ou morenas enquanto especificamente negras, suas relações de trabalho, afetividade, parentesco e sociabilidade, conservam muitas heranças do período escravista. Até mesmo mulheres classificadas como brancas nos processos podiam compartilhar deste cotidiano de relações estruturalmente racializadas, não apenas por sua experiência de classe, mas em função de que a classificação de cor que recebiam não era um produto de autorreconhecimento, mas fruto do olhar do escrivão ou, mais comumente, de peritos legais.

Ainda que, em alguns processos-crime como no caso de Rozenea, que logo na descrição inicial apresenta a alcunha de “negra velha”, possamos identificar com mais facilidade a cor das mulheres que protagonizaram os crimes

⁸ Ao discutir a mestiçagem no Brasil como elemento do mito da democracia racial, Kabengele Munanga (1999) analisa a mesma como um fenômeno ideológico que constituiria uma etapa transitória do processo de branqueamento nos discursos do século XIX.

analisados, essa não é a regra geral da maior parte da documentação. Em sua maioria, os processos criminais no alto sertão da Bahia não apresentam a cor das mulheres envolvidas, salvo algumas exceções em relação nos exames de corpo delito. Como é o caso da menina Ercínia que, apesar dos indicativos de sua condição por meio do tratamento que recebia, não podemos afirmar que esta fosse negra, pois sua cor não é descrita nem mesmo no laudo médico. Dessa maneira, resta-nos a investigação dos elementos de racialização⁹ presentes em suas histórias para romper com os silêncios impostos. No próprio caso de Rozenea, podemos deduzir a sua cor somente a partir de uma atribuição feita por aqueles com quem a mesma convivia e mantinha relações, tendo estes a apelidado como “negra velha”.

Nas décadas posteriores à abolição da escravidão no Brasil, a ausência da cor na documentação oficial não é um fato isolado e nem ocorre por acaso. Tal fato tem representado um desafio teórico e metodológico para historiadores/as que pesquisam as relações raciais em diferentes regiões do país. Ressaltamos que o silenciamento sobre a cor de vítimas, acusados e testemunhas em documentos como processos criminais, não foi uma invenção da república ou do pós-abolição, embora tenha se intensificado nesse período, com a emergência de debates pautados no mito da democracia racial.

As décadas finais da escravidão no Brasil, em determinadas regiões, já apresentavam essa característica nos registros oficiais. Hebe Mattos (1998), em seu estudo sobre o sudeste escravista, observou que, nos processos cíveis e criminais, a identificação da cor, que estava presente na qualificação das testemunhas livres até meados do século XIX, já não era mais utilizada depois de 1850.

Para a autora, isso estava relacionado ao crescente número de negros e mestiços livres e de brancos empobrecidos. Isso, no processo de identificação, favoreceu à perda de sentido da cor branca como indicador de *status* social, isto é, passou a ser a condição de livre seu novo pré-requisito. Além dessa designação feita pelas autoridades judiciais, os libertos também faziam a opção

⁹ A racialização foi, a um só tempo, o sinal mais evidente da decadência do escravismo e da arrojada tentativa de garantir que o edifício social montado durante a escravidão fosse preservado, mantendo-se privilégios, demarcando-se fronteiras e recompondo antigos territórios (ALBUQUERQUE, 2009. p.243).

de silenciar sobre sua própria cor. Negar-se como negro significava negar a memória do cativo e, muitas vezes, tinham o objetivo de obter o reconhecimento social de sua condição de livre e de cidadão. Mattos ressalta que “negar-se como negro (liberto), neste contexto, não implicava, como não implicou na maioria dos casos, assumir uma perspectiva valorativa do branqueamento” (1998, p. 361). Era assim a tentativa de livrar-se da força discriminadora da marca do cativo.

Na medida em que avançamos as décadas do XIX e beiramos a transição para o século XX, a presença da descrição da cor em documentos oficiais, como recenseamentos e processos criminais, torna-se cada vez mais rara. Sobre este silenciamento, Sueann Caulfield afirma que “para a república já no pós-abolição, a ausência da cor estava relacionada ao processo de construção da cidadania republicana e ao projeto de nação que buscava constituir-se como branca” (CAUFIEULD, 1996). Todavia, embora o discurso jurídico, numa perspectiva liberal, procurasse evitar uma ênfase na cor dos indivíduos, o discurso médico marcado fortemente pelos ideais eugênicos¹⁰, mantinha a necessidade de delimitação das características fenotípicas das vítimas nos exames de corpo de delito.

3. Pretas e pardas sob a pena da lei: mulheres negras nos processos criminais

Enquanto fonte primordial para nosso estudo acerca da criminalização de mulheres pobres em Caetité, os processos criminais constituem um complexo manancial de tramas sociais e revelam, mediados pelos filtros da pena do escrivão, os horizontes de expectativas dos sujeitos que emergem em suas páginas. Uma verdadeira “encruzilhada de muitas lutas”, como conceitua

¹⁰ A eugenia pode ser conceituada como um movimento científico e social voltado para o aperfeiçoamento genético da espécie humana. Suas origens se encontram na obra do naturalista inglês Francis Galton (1822-1911), primo de Darwin, na qual ele afirmava que tanto o físico como o mental estavam ligados à herança biológica. Isso justificava, no seu entender, a necessidade dos “cruzamentos selecionados” entre os seres humanos. Seu projeto pretendia comprovar que a capacidade intelectual era hereditária, ou seja, passava de membro para membro da família e, assim, justificar a exclusão dos negros, imigrantes asiáticos, deficientes e qualquer um que não se encaixasse no padrão eugênico ideal. Segundo Nancy Stepan, “o movimento eugênico mundial ajudou a conformar o debate brasileiro, mas a eugenia também foi reconfigurada no Brasil e adaptada à sua topografia intelectual e à sua agenda social, tornando-se importante elemento na reformulação ideológica do significado de raça para o futuro brasileiro” (STEPAN, 2004. 330-391).

Sidney Chalhoub, ao analisar o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque* através dos processos criminais. Por meio deles, será possível trazer a luz a urdidura das histórias de mulheres da classe trabalhadora que “caíram” nas malhas da justiça e tecer, assim, uma narrativa que busque contemplar aspectos históricos de suas experiências de gênero, classe e raça. Para Chalhoub,

Percebe-se, então, a intenção de controlar, de vigiar, de impor padrões e regras preestabelecidas a todas as esferas da vida. Mas a intenção de enquadrar, de silenciar, acaba revelando também a resistência, a não conformidade, a luta: nesse sentido, a leitura de cada processo é sempre uma baforada de ar fresco, de vida, de surpresa, baforada esta que pode vir em forma de carta de amor, de xingamento, de ironia, ou menos poeticamente, de violência policial (CHALHOUB, 1986, p.31).

Os processos analisados, neste trabalho, apresentam a permanência da cor nos laudos médicos, entretanto, não em sua grande maioria. Vale ressaltar que os registros da cor nesses exames não obedeciam a uma terminologia médica formal, e muitas vezes, os peritos responsáveis não eram profissionais da área da saúde¹¹. Tal situação se mantém comum até o fim da década de 1920. Esse é o caso, por exemplo, dos peritos no exame por ocasião do defloramento de Theodora Maria de Jesus, em 1904, na localidade de Lagoa Real.

Os peritos notificados, os cidadãos Antonio da Costa Teixeira e Clemente de Souza Bom, **pessoas entendidas, em falta de médicos cirurgiães**, ambos residentes neste Arraial de Lagoa Real, o primeiro lavrador e o segundo negociante [...] o juiz deferiu aos peritos o juramento aos Santos Evangelhos em um livro deles de bem e fielmente desempenhar a sua missão declarando com verdade o que descobriram e encontraram e o que em sua consciência entenderam e encarregou-lhes que procedessem o exame na pessoa da ofendida¹².

Nesse sentido, percebemos que até mesmo comerciantes, lavradores e sujeitos com outras ocupações, desde que desempenhadas por homens

¹¹ Percebemos uma mudança em relação a esta questão no transcorrer das décadas em nossas fontes. Sobretudo na década de 1930, aumenta-se consideravelmente o número de processos em que o corpo de peritos é formado totalmente por profissionais da área médica, a medida em que também se aumenta o número de farmácias nas localidades contempladas pelo estudo.

¹² (Grifos nossos) APEB. Seção Judiciário. Processo-crime. Ano: 1904. Série: Defloramento. Est. 12, cx. 453, doc. 01.

considerados “dignos” ou “entendidos”, poderiam ser convidados a avaliarem os corpos femininos e, sob juramentos católicos, procederem o exame físico para responder a um questionário padrão de acordo com o delito investigado.

As vítimas, classificadas como “ofendidas” nos exames de corpo delito destinados a comprovar a ocorrência do crime de defloração, ou mais especificamente o rompimento do hímen, eram submetidas a uma nova forma de violação de seus corpos. Para além de terem suas vidas moralmente investigadas e questionadas pelos agentes da justiça, tinham suas partes íntimas expostas e manipuladas por homens sem nenhum conhecimento médico. Tratava-se assim de um tipo de violência de gênero institucionalizado e justificado nos laudos médicos.

Dessa forma, termos variados como “ligeiramente morena” ou “rapariga preta de cabelo encarapinhado” não eram estranhas aos laudos periciais. Além disso, a menção à cor nos laudos em que não existe a presença de médicos ou profissionais da área da saúde é ainda menos incidente, pois os “peritos notificados” se limitavam a responder as perguntas já definidas, sem descrições detalhadas da anatomia feminina. Nesse cenário, foi possível identificar, por meio dos exames periciais de corpo delito, as seguintes definições de cor para as vítimas de crimes de homicídio¹³ e defloração:

¹³ Somente os processos em que as mulheres foram vítimas do homicídio, pois a cor foi identificada por meio do exame de corpo delito.

TABELA 01: Caracterização da cor em exames de corpo de delito

CRIME	DEFLORAMENTO	HOMICÍDIO	LESÕES CORPORAIS
BRANCA	4,3%	12,5%	22,2%
PÁLIDA COMO FLOR DE ALGODÃO	0%	12,5%	0%
PRETA	4,3%	12,5%	0%
PARDA	26,3%	0%	44,4%
MORENA	8,6%	12,5%	0%
QUASE BRANCA	0%	12,5%	0%
AUSENTE	56,5%	50%	33,3%

Fonte: APMC e APEB

Apesar do silêncio frequente sobre a cor das mulheres nos processos, mesmo nos laudos médicos, percebemos a prevalência da denominação “parda”, sobretudo, nos registros referentes ao crime de defloramento. O número de mulheres classificadas como pretas, por sua vez, não é expressivo. A tendência que sobressaía estava relacionada a utilizar qualquer indicador de branqueamento no fenótipo das vítimas, sendo os indicadores de mestiçagem “parda e morena” os mais comuns. Em outros períodos, a expressão “pardo/a” fora importante enquanto distinção em uma sociedade dividida entre escravos e livres/libertos. Com a redução do uso de outros termos como cabra, mulato, crioulo, etc, o termo passava a englobar uma infinidade de tonalidades de pele, mas sempre fazendo referência a algum grau de mestiçagem. Dessa maneira,

As significações, que até então se atribuíram a palavra “pardo” marcavam um lugar social, caracterizado como exceção, numa sociedade socialmente estratificada. Identificava a ascendência cativa entre os homens livres nascidos no Brasil, como também a ascendência branca (livre) entre os escravos crioulos (MATTOS, 1998, p.361).

Assim, ser uma mulher parda constituía um lugar de exceção na sociedade escravista. Entretanto, o pós-abolição conferia a essas mulheres um “não-lugar”, pois não ser negra e, com isso, não carregar os estigmas do passado de escravidão, mas também não ser branca e não ocupar uma posição

social de maior privilégio numa sociedade pigmentocrática¹⁴, ainda que com maiores possibilidades de ascensão social.

Em Caetité e na região alto sertaneja da Bahia, de um modo geral, um importante elemento a ser considerado se refere justamente ao discurso da mestiçagem, já veiculado desde os relatos de viajantes do século XIX e que contribuía para atribuir à cor um critério não tão relevante para as distinções sociais nos sertões baianos. Tais discursos, muitas vezes, serviam para mascarar os mecanismos de hierarquização racial. Em pesquisa sobre as memórias da escravidão e da mestiçagem no Sertão da Ressaca¹⁵, Ocerlan Ferreira Santos (2015) percebe a presença da miscigenação da população sertaneja no início do século XIX por meio dos registros dos naturalistas Spix e Martius. Em visita à Vila de Rio de Contas (alto sertão), os alemães descrevem a fenótipo dos moradores do lugar, dizendo que

Entre eles raramente se encontra um branco de pura origem europeia; muitos são mulatos; outros demonstram pele mais clara do rosto e pelos cabelos lisos a origem mista de indígenas e brancos e, como tivessem herdado, muitas vezes, a indolência e morosidade de seus pais indígenas, são frequentemente apelidados, por desdém, de tapuyada (de Tapüya, índios), objeto de desprezo dos vizinhos (SPIX; MARTIUS, 1938, p. 61 *apud* SANTOS, 2015, p.43).

No relato dos viajantes, percebemos tanto a miscigenação entre brancos e negros, quanto entre indígenas e brancos – sem menção aí a possibilidade de mistura racial entre negros e indígenas. O próprio processo de ocupação territorial do alto sertão da Bahia, assim como de outros sertões baianos, fora marcado por relações violentas entre colonos e indígenas, que incluíam a

¹⁴ A pigmentocracia, mais conhecida no Brasil como colorismo (termo cunhado em 1982, por Alice Walker, autora de *A Cor Púrpura*), seria um sistema de hierarquia e discriminação, baseado na cor da pele, sendo que conforme a tonalidade da pele for mais escura, mais chances de exclusão em sociedade. Nesse sentido, o fenótipo é mais forte que a origem ou descendência étnica de uma pessoa. Um estudo transnacional realizado por Edward Telles (2014), é bastante importante para este debate e revela por meio de uma paleta de cores, em quatro países da América Latina (México, Colômbia, Peru e Brasil). No caso específico do Brasil a auto-identificação racial por meio das categorias utilizadas nas pesquisas oficiais (branco, pardo, preto, indígena, amarelo e outros) corresponde ao padrão esperado segundo sua hipótese pigmentocrática: uma hierarquia que, em linhas gerais, vai dos indivíduos de pele mais clara aos de pele mais escura.

¹⁵ Área entre o rio Pardo e rio das Contas, fronteira entre o Norte da Capitania de Minas Gerais e o Alto Sertão da Bahia (Rio de Contas e Caetité); região cuja ocupação, remonta ao final do século XVIII, como resultado das expedições exploradoras e de conquista que partiram do sertão das Minas Gerais – Minas Novas do Araçuaí – em direção aos sertões da Bahia, compostas pelo italiano Pedro Leolino Mariz e os portugueses João Gonçalves da Costa e João da Silva Guimarães.

dominação e incorporação das populações nativas ao modo de vida dos povoamentos. Entretanto, pouco ou quase nada se tem documentado sobre essas populações indígenas na região alto sertaneja¹⁶. Afirma Erivaldo Fagundes Neves que “os primitivos habitantes foram absorvidos como mão-de-obra, na agropecuária, e perderam sua identidade¹⁷ étnico-cultural” (NEVES, 2008, p.96).

Em relação às mulheres indígenas, as relações inter-raciais foram ainda mais violentas, uma vez que o pouco que sabemos sobre essa miscigenação imposta ainda está nos relatos populares sobre “bisavós que foram pegas no mato na boca de um cachorro”. Tal expressão, muito comum entre as populações camponesas da região de Caetité, está relacionada à captura seguida de estupro, afastamento de suas aldeias e casamento católico imposto a mulheres indígenas pelos homens que colonizaram as terras dos sertões, além do que remetem a um estado de selvageria animal atribuído a essas mulheres, anterior a sua inserção na comunidade branca “civilizada”.

Em que pese o fato de que as relações inter-raciais entre brancos/as e negros/as sejam também invisibilizadas – porém não invisíveis –, na constituição da população caetiteense, os matizes mestiços (pardos) atribuídos às mulheres na documentação contribuíram também para o silenciamento acerca das mulheres negras, uma vez que as classificadas como pretas não constituem um número elevado nos laudos médicos, assim como não temos a definição da cor de mulheres na posição de acusadas nos crimes. Perceber a racialização das relações sociais por meio de outros elementos das experiências dessas mulheres constitui uma alternativa para romper esse silenciamento. Suas relações de trabalho, meios de sobrevivência, relações afetivas, bem como os desvios da normatização social, que as tornava alvo de criminalização e resistência, são fundamentais para investigação de suas histórias.

¹⁶ O registro dos aldeamentos no território baiano, feito no século XIX, não indica a presença de núcleos indígenas no alto sertão. Ver: APEB. Colonial e Provincial, 4.610. Mapa das Aldeias Indígenas na Província da Bahia (1700-1848).

¹⁷ Vale ressaltar que o conceito de identidade atua constantemente “sob rasura”, isto é, é construído e reconstruído pelos diferentes povos, não sendo algo inato e fixo em uma determinada população.

4 As relações de trabalho e as heranças do cativeiro na vida das mulheres negras em Caetité

Nos autos de perguntas feitas às vítimas, acusadas e testemunhas, o questionamento acerca da profissão desempenhada está invariavelmente presente. Por meio deles, podemos identificar os ofícios exercidos pelas mulheres caetiteenses que, muitas vezes, escapam aos recenseamentos e outras formas de registros oficiais. Vale ressaltar que a nova ordem capitalista implicou em uma reestruturação na divisão do trabalho e, no Brasil, a extinção da mão-de-obra escrava resultava em mudanças nas relações tradicionais de trabalho. Entretanto, inúmeras permanências nas hierarquias sociais continuaram, por décadas, a moldar o espaço ocupado pelas mulheres negras, assinalado pela divisão social, sexual e racial do trabalho, que conservar-se como marcador de suas posições na sociedade atual¹⁸.

As ocupações mais comuns dessas mulheres estavam associadas aos serviços domésticos e de cuidado ou ao trabalho no campo. Empregadas domésticas, lavadeiras, costureiras e fiandeiras, parteiras e lavradoras emergiam nos processos, revelando características da sociedade racista e patriarcal em que viviam, que refletiram direta ou indiretamente nas relações de trabalho que mantinham em suas localidades ou fora delas.

A tabela abaixo apresenta a listagem de profissões das mulheres interrogadas ou depoentes nos processos analisados. É importante considerar que estes dados possuem números variáveis de acordo com as informações captadas nos interrogatórios, pois, muitas vezes, as mulheres indicavam uma profissão em um primeiro auto de perguntas e posteriormente, indicavam outra. Em alguns casos, de fato, elas desempenhavam ambas as funções (serviços domésticos, lavradora, costureira, etc.) ou mesmo poderiam apresentar o exercício de uma profissão socialmente aceita, a fim de ocultar o trabalho como prostituta, por exemplo. Essa última ocupação, aliás, é indicada nos autos em referência a quatro mulheres, entre acusadas, vítimas e testemunhas, mas

¹⁸ “No caso do Brasil, as mulheres brancas e negras têm trajetórias duradouras nas ocupações de menor prestígio e de más condições de trabalho, como o emprego doméstico, atividade em que as mulheres negras são mais numerosas. Ambas estão também sobrerrepresentadas no item desemprego. Homens brancos e negros estão sobrerrepresentados nas trajetórias de emprego formal e de trabalho autônomo, embora os últimos em menor proporção. Eles têm trajetórias marcadas pela instabilidade de forma mais marcante que os homens brancos, indicando maior vulnerabilidade”. (GUIMARÃES; BRITTO, 2008, p. 51, *apud* HIRATA, 2014, p.64)

difícilmente apontada pelas próprias depoentes e, por isso, não foi incluída na tabela.

TABELA 02: Ocupações de mulheres identificadas nos processos criminais

PROFISSÕES	Infanticídio		Homicídio		Deflora- mento		Total	
Lavadora	3	3,5%	3	3,5%	6	7,0%	12	14,1%
Empregada doméstica	14	16,5%	15	17,6%	23	27,0%	52	61,7%
Costureira / fiandeira	9	10,6%	2	2,35%	5	5,9%	16	18,8%
Lavadeira	2	2,35	0	0%	0	0%	2	2,35%
Parteira / Curandeira	3	3,5%	0	0%	0	0%	3	3,5%
Total	31	36,5%	20	23,5%	34	40%	85	100%

Fonte: APMC / APEB

O número de mulheres que indicaram desempenhar serviços domésticos nos autos é absolutamente maior do que todas as outras ocupações reunidas, correspondendo a 61% do universo de mulheres nos processos. Em séculos de escravidão, o papel das mulheres escravizadas que não trabalharam nas grandes ou pequenas lavouras também esteve atrelado ao mundo dos serviços domésticos e de cuidado. Mucamas, amas de leite, cozinheiras, entre outras serviçais, integravam a dinâmica da economia privada de famílias remediadas ou abastadas tanto em propriedades rurais quanto nos recentes centros urbanos.

No período posterior à abolição, para muitas mulheres negras fora da agricultura, sem escolaridade e com opções de trabalho limitadas, o serviço doméstico se manteve como alternativa de emprego e complemento da renda familiar, e também em decorrência da entrada de mulheres das camadas médias no mercado de trabalho. Segundo Susan Besse (1999, p.157), ao analisar a redefinição do trabalho das mulheres brasileiras nas primeiras décadas do século XX, em 1872, a ocupação de “51,3% das trabalhadoras fora

da agricultura era o de empregadas domésticas; essa porcentagem caiu somente para 33,7% em 1920 e cresceu ligeiramente para 36,1% em 1940” (BESSE, 1999, p. 157), de acordo com os respectivos recenseamentos.

Embora a presença desta ocupação seja constante em todas as tipologias criminais analisadas, os processos criminais de defloração são fontes fundamentais para compreensão da dinâmica do serviço doméstico feminino na região alto-sertaneja. Por meio deles, encontramos moças jovens e menores de idade na posição de vítimas com mais frequência exercendo estas atividades fora da casa de seus pais. Alvo preferencial da violência sexual ou do interesse afetivo de seus patrões e dos homens familiares destes, casados ou solteiros, as empregadas domésticas estavam, diante dos mesmos, numa condição de subalternidade. Como pontua, Maria Aparecida P. Sanches, em estudo sobre Salvador entre 1899-1950,

As domésticas eram, muitas vezes, vítimas de violência sexual e da impossibilidade de negar-se à pressão para a concessão de favores sexuais dadas as características de subalternidade e deferência que o trabalho doméstico assumiu na Bahia e os próprios imperativos impostos pela sobrevivência em que, muitas vezes, a opção ao trabalho doméstico era a fome e a ausência de um teto sobre suas cabeças (SANCHES, 2010, p.58-59).

Entre as meninas defloradas, seja por seus patrões ou por homens do convívio familiar e de amizade destes, revelam-se algumas peculiaridades do trabalho realizado por elas. São mulheres que saíram muito cedo da casa de suas famílias, algumas delas sendo órfãs, outras com quantidade numerosa de irmãos, todas elas muito pobres, cujo destino fora se tornar “cria” em casas alheias, tratadas nos depoimentos como filhas postizas das famílias que as adotaram, porém com tarefas e obrigações definidas desde o berço.

Pela descrição dos processos, as famílias que recebem estas meninas, ainda que apresentassem condição social e econômica um pouco melhor que a dos seus pais, não eram exatamente famílias abastadas. Ao contrário, tratava-se principalmente de lavradores e negociantes que, muito dificilmente, teriam condições financeiras de pagar salário a uma empregada doméstica. Uma exceção é o caso de Ercínia, apresentado no início do capítulo, pois a família do juiz que a acolhera em troca da exploração de seu trabalho, pertencia à elite

caetiteense e demonstra, por meio do processo, possuir certo número de empregados assalariados. Tratava-se, assim, de uma prática cultural enraizada também nas classes dominantes, para quem o trabalho manual e doméstico das mulheres negras sempre valeu muito pouco ou quase nada.

5 “Amores e dores”: relações afetivas sob as penas da Lei

O fim do edifício escravista provocou alterações não somente no plano econômico e social, mas operou de forma significativa nas relações afetivas e subjetividades dos sujeitos envolvidos. Tais mudanças não ocorreram de uma hora para outra, com a simples outorga de uma lei abolicionista, haja vista que o número de mulheres libertas por alforrias já era significativo nos anos finais da escravidão¹⁹, condição que afetava diretamente seus arranjos amorosos e familiares. Por sua vez, as relações afetivas de mulheres negras carregaram e ainda carregam inúmeros estigmas dos tempos do cativeiro. É assim que, entre os processos analisados, encontramos mulheres casadas religiosamente, amasiadas, em relações extraconjugais, viúvas, solteiras, criando sozinhas seus filhos, compartilhando afazeres com familiares ou rompendo com o mito natural da maternidade.

A união afetiva por meio do casamento para as mulheres negras – pretas e pardas – constituiu-se de forma estruturada pelas relações escravistas. Objetificadas e sexualizadas, vítimas do estupro e da violência, submetidas aos caprichos de senhores e patrões e marcadas pela instabilidade da manutenção de suas relações amorosas entre os seus, as mulheres negras escreveram, muitas vezes, não somente uma história de dor e solidão, mas uma história de resistência no campo das relações afetivas.

Em que pese a superação da tese²⁰, por muito tempo perpetuada, de que sujeitos escravizados não constituiriam famílias ou uniões matrimoniais em

¹⁹ Assim, como em outras partes do Brasil, as cartas de alforria revelaram que as mulheres em Caeté foram as mais beneficiadas, ultrapassando homens crioulos e africanos. Entre as crianças, as meninas foram as que mais receberam a alforria sob a condição de servir até a morte do seu senhor, o que constituía em mais uma estratégia de controle para dispor das suas habilidades de veio doméstico por muito tempo. Kátia Almeida também encontrou um grande número de mulheres alforriadas em Rio de Contas, com destaque para a constatação do mesmo percentual de alforriadas para dois momentos do século XIX, 1800-1850 e 1850- 1871 (ORTIZ, 2014, p.106).

²⁰ Seguindo os caminhos trilhados pela História Social da escravidão, alguns autores despontaram na historiografia brasileira, com abordagens sobre família escrava. De acordo com Robert Wayne Slenes,

virtude da inconstância de suas relações, é preciso refletir sobre o caráter dessas relações no universo escravista e pós-abolicionista. Em Caetité, a existência de médias e pequenas propriedades com reduzidos plantéis de escravos tornava a interferência dos senhores na vida de seus cativos e, por sua vez, nas suas uniões matrimoniais, muito mais frequentes que em grandes plantéis. Ivanice Ortiz (2014), ao estudar os casamentos entre homens e mulheres escravizados no alto sertão da Bahia entre os anos de 1830-1860, por meio dos registros da igreja matriz de Caetité, identificou 199 (cento e noventa e nove) senhores que possuíam cativos legalmente casados em suas propriedades.

Com o aumento do número de mulheres e homens libertos em fins do século XIX e após a abolição da escravidão, esses laços não perderam a importância para a vida social, mas outros tipos de união, que não eram exatamente uma novidade, sobretudo as de uso costumeiro. Concubinatos e amasiamentos se tornaram mais comuns e nem sempre destoavam dos códigos morais das classes populares, apesar de estarem sob constante estigmatização nos discursos jurídicos dos processos. Como pontua Vainfas (1997, p.84), em seu *Trópico dos Pecados*, “difundido em todas as camadas sociais, e generalizado em toda a Colônia, o concubinato resultava, em primeiro lugar, da situação colonial e da escravidão”. Tais formas de união afetiva estavam, assim, nas raízes de nossa colonização e perpassaram por todas as classes sociais.

Nesse sentido, é preciso compreender que, apesar do forte apelo presente nos processos para a realização do matrimônio, as despesas e as exigências burocráticas de um casamento civil poderiam constituir empecilho para sua realização por casais sem condições financeiras. Entretanto, o matrimônio religioso, mais enraizado na sociedade brasileira que o casamento civil, mesmo após a proclamação da república, não conservava tais empecilhos. Ainda assim, a ocorrência de uniões consensuais, nem sempre explícitas nos processos e mais facilmente encontradas nos crimes de homicídio, superava o número de uniões formais identificadas nas fontes. Nessa perspectiva, as razões econômicas não bastavam para justificar a incidência dos concubinatos e

esses estudos têm “contestado diretamente a antiga visão da vida sexual e familiar do escravo como pouco mais do que uma desordem cultural, ou [...] uma ‘vasta promiscuidade primitiva’”. Slenes ressalta que as novas pesquisas “[...] têm apresentado dados qualitativos sugerindo que a constituição de famílias (inclusive externas, incorporando pessoas não aparentadas) interessava aos escravos como parte de uma estratégia de sobrevivência dentro do cativeiro” (SLENES, 2011, p. 53 e 54).

amasiamentos entre a população mais pobre, porém o costume de “viver como se casado fosse” representava uma herança dos tempos coloniais, associada a instabilidade de suas vidas.

A nosso ver, os segmentos pobres deixavam de se casar no Brasil não porque lhes fosse impossível enfrentar obstáculos financeiros e burocráticos exigidos pelo matrimônio oficial, nem muito menos por terem escolhido qualquer forma de união oposta ao sacramento católico. Amancebavam-se por falta de opção, por viverem, em sua grande maioria, num mundo instável e precário, onde o estar concubinado era contingência da desclassificação, resultado de não ter bens ou ofício, da fome e da falta de recursos, não para pagar a cerimônia de casamento, mas para almejar uma vida conjugal minimamente alicerçada segundo os costumes sociais e a ética oficial (VAINFAS, 1997, p.94).

Os termos “concubina” ou “amásia” emergem em processos como o homicídio de José Antônio da Silva, por sua amásia Ana Cecília, em 1927, na localidade de Poção (Santa Luzia), ou quando, em 1941, Manoel Pereira “assassina barbaramente sua companheira de concubinato”, em Esgoto (Brejinho). No relato da defesa, percebe-se o reconhecimento, ao menos social, dessas uniões para as camadas populares, afirmando no segundo caso que, “embora essa união não fosse legitimada oficialmente pela lei, contudo ela existia de facto, cimentava essa união a amizade que ambos se votaram pois juntos conviviam e nas viagens que um fazia o outro acompanhava”²¹.

Em muitos processos, a referência a pessoas “casadas apenas eclesiasticamente” na descrição de testemunhas indica também uma permanência da mentalidade católica que dava ao matrimônio religioso um status reconhecido e amparado socialmente. Com frequência, as mulheres se casavam religiosamente ainda muito jovens. Entretanto, essa tendência ligada a um casamento arranjado muito cedo como projeto de vida para essas meninas e suas famílias, revelou-se uma característica das camadas mais abastadas da sociedade. O casamento de mulheres pobres e negras seguiu outros contornos e, constantemente, deparamo-nos com uma intensa presença de mulheres, entre vinte e trinta anos, com o estado civil de solteira na qualificação dos processos ou em seus depoimentos. Esse registro, entretanto, não sugere que estas mulheres pobres e negras não mantivessem relacionamentos esporádicos

²¹ APMC. Série: Autos Crimes – Sub série: Homicídio. Data-limite 1918-1992. Caixa: 56.

ou uniões consensuais ainda em idade precoce, como nos sugerem outras fontes.

Desse modo, as relações afetivas de mulheres caetiteenses pardas e pretas, bem como de brancas empobrecidas, revelam contornos raciais e sociais de seus papéis de gênero. Destoando dos padrões das classes dominantes, estas mulheres constituíram diferentes tipos de uniões conjugais, recorreram à justiça como instrumento para solução de conflitos, exerceram contrapoderes em face da ausência de companheiros, sofreram e exerceram violências dentro de um modelo patriarcal de sociedade.

Considerações quase finais...

A saga para evidenciar experiências de mulheres negras caetiteenses, invisibilizadas na documentação, ou constantemente submersas pelo embranquecimento contido no termo “parda” identificado nos exames de corpo de delito de nossa principal fonte – os processos criminais –, perpassa a necessidade de evidenciar a racialização das relações sociais. Nesse processo de “ler nas entrelinhas”, descortinamos um pouco do que ainda se oculta acerca das narrativas destas personagens que viveram entre a última década do século XIX e meados do XX. Sujeitos que ocupavam os espaços públicos e privados de uma cidade que, apesar de estar nas fronteiras entre o urbano e o rural, almejava um projeto de modernização e civilidade.

São mulheres, cujas vidas foram marcadas pela pobreza característica da grande concentração de renda nestes sertões longínquos e que reinventaram cotidianamente suas táticas de trabalho e sobrevivência, de afetividade e sociabilidades, de resistência e convívio com diversos tipos de violência. Assim, foram mulheres que não se encaixavam nos modelos de moralidade impostos pelas classes dominantes como forma de controle sob a ameaça constantemente representada pelos sujeitos que ocupavam a base da pirâmide social.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

- BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade*. Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914 – 1940. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- CAULFIELD, Sueann. Raça, Sexo e Casamento: crimes sexuais no Rio de Janeiro, 1918-1940. *Revista Afro-Ásia*. v. 18, 1996, p. 225-164.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em sociologia. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003.
- GUIMARÃES, Eudes Marciel Barros. *Um painel com cangalhas e bicicletas: os (des)caminhos da modernidade no alto sertão da Bahia. (Caetité, 1910-1930)* Dissertação de mestrado. UNESP-Franca, 2012.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Vozes: Petrópolis, 1999.
- NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres Negras: Protagonismo ignorado. In: PINSKY, Carla B. PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.
- NEVES, Erivaldo F. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008.
- NOGUEIRA, Maria Lúcia Porto Silva. *A Norma Dos “Bons Costumes” e as resistências femininas nas obras de João Gumes (Alto Sertão Baiano, 1897-1930)*. Mestrado em História Social. PUC – São Paulo, 2010.
- ORTIZ, Ivanice Teixeira Silva. *Trabalho escravo, laços de família e liberdade no alto sertão da Bahia: Caetité (1830-1860)*. Dissertação de Mestrado.

Santo Antônio de Jesus. Programa de Pós Graduação em História Regional e Local: UNEB 2014.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da Vida: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.

RIBEIRO, Marcos Profeta. *Mulheres e poder no Alto Sertão da Bahia. A escrita epistolar de Celsina Teixeira Ladeia (1901 a 1927)*. São Paulo: Alameda, 2012.

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. *As razões do coração: Namoro, escolhas conjugais, relações raciais e sexo-afetivas em Salvador (1889-1950)*. Tese de Doutorado em História Contemporânea. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

SANTOS, Ocerlan F. *Memórias da Escravidão e das Mestiçagens no sertão da Bahia*. Dissertação de mestrado. Vitória da Conquista. UESB, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SLENES, Robert. W. *Na Senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, século XIX*. 2ª ed. corrigida. Campinas – São Paulo: Editora da Unicamp, 2011.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., ARMUS, D., orgs. *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection, pp. 330-391.

TELLES, Edward. The Project on Ethnicity and Race in Latin America (PERLA). *Pigmentocracies: ethnicity, race and color in Latin America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2014.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. São Paulo: Nova Fronteira, 1997.

EXPERIÊNCIAS E AÇÃO POLÍTICA INDÍGENA NA CAPITANIA DE PORTO SEGURO (séc. XVII)

EXPERIENCES AND INDIGENOUS POLITICAL ACTION IN THE CAPTAINCY OF PORTO SEGURO (17TH CENTURY)

Uiá Freire Dias dos Santos*

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar e analisar a ação política indígena na Capitania de Porto Seguro ao longo da segunda metade do século XVII. Valendo-se da análise pontual de documentos diversos como autos, cartas, correspondências, carta patente, provisões e petições custodiadas pelo Arquivo Histórico Ultramarino, Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional da Torre do Tombo, buscamos evidenciar a agência indígena considerando a atuação dos índios como elemento fundamental para o processo de delimitação de avanços, limites e implementação das políticas de colonização da Coroa portuguesa entendendo, assim, a importância dos índios na história não somente à partir de uma perspectiva cultural.

Palavras-chave: política indígena; política indigenista; Capitania de Porto Seguro.

ABSTRACT

This work aims at presenting and analyzing the indigenous political action in the Captaincy of Porto Seguro during the second half of the XVII century. Using the punctual analysis of various documents such as letters, letters patent, mails, charter, provisions and petitions guarded by the Overseas Historical Archive, National Library and National Archive of Torre do Tombo, we sought to evidence the indigenous agency considering the action of the Indians as a fundamental element for the process of delimitation of advances, limits and implementation of the colonization policies of the Portuguese Crown, thus understanding the indigenous importance not only from a cultural perspective.

Keywords: Indigenous politics; Indigenist politic; Captaincy of Porto Seguro.

* Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. Membro do Grupo de Estudos sobre a América Portuguesa – GEAP/UNEB – Campus XVIII. uiadias@yahoo.com.br

Introdução.

O presente trabalho é produto do exercício de síntese de alguns elementos da ação política indígena na Capitania de Porto Seguro suscitados a partir da análise de dados levantados para o desenvolvimento de pesquisa em nível de doutorado em andamento no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. De modo geral, o objetivo da pesquisa é analisar as experiências dos povos indígenas que habitavam o território da capitania em questão a partir das ações da política de colonização portuguesa naquela região.

Sendo assim, o texto não recorta experiências específicas, bem delimitadas de determinados grupos indígenas explanando, tão somente, elementos gerais da ação política indígena presente em documentação diversa e dispersa no tempo¹.

Além do aspecto geral do texto mencionado acima, cabe mais uma advertência no sentido de alertar o leitor, sobretudo para os não habituados e pouco conhecedores da literatura em história indígena, da necessidade de uma apresentação e análise prévia de aspectos teóricos e metodológicos concernentes ao campo de estudo desenvolvido por nós tendo em vista pontuar elementos imprescindíveis como a dificuldade em acessar documentos escritos pelos próprios indígenas e a necessidade de uma leitura nas entrelinhas, à contra pelo, por parte do investigador, bem como sinalizar algumas mudanças de perspectiva de análise que dizem respeito aos impactos do contato como segue nas linhas seguintes.

Em 1957 Darcy Ribeiro publicou o clássico ensaio de etnologia *Uirá sai à procura de Deus*. O texto narra a história de um índio Urubu Kaapor² que, ao se deparar com o avanço da sociedade não indígena sobre a sua comunidade, entrou em desgosto, iniciou uma jornada em busca de Deus e, após uma série de desventuras, atirou-se ao rio Pindaré, no Maranhão, suicidando-se.

A saga de Uirá, segundo Darcy Ribeiro, serviu para ilustrar a agonia vivida por grupos indígenas após sofrerem o impacto do contato em que, na

¹ A documentação é composta por cartas de autoridades ao Governo-geral, consultas, autos, correspondências da Câmara, cartas de missionários, entre outras. Apesar da dispersão temporal, trabalhamos, em larga medida, com a primeira metade do século XVII.

² Segundo Darcy Ribeiro os Urubu Kaapor, à época da elaboração do ensaio, eram os últimos remanescentes da cultura Tupi. Viviam no Maranhão.

maioria dos casos, exerceu efeito dissociativo sobre as práticas tradicionais desses povos (RIBEIRO, 2016, p.13). Em certa medida, o caso servira para ilustrar os efeitos nocivos do contato forçado, analisar conceitos de civilização e expor a experiência de grupos que perdem a vontade de existir quando sua realidade é transformada de forma radical.

Entretanto, apesar da intenção de denúncia, necessária e fundamental, a ideia de morte associada ao contato deixa emergir a compreensão comum entre antropólogos e historiadores de que a partir do contato e consequente processo de aculturação os grupos indígenas, sobretudo seus repertórios culturais, desapareceriam. Para completar o quadro geral de entendimento do assunto, que vigorou fortemente como perspectiva de análise até o início da década de 1970, a vitimização do índio pouco permitia enxergar a agência indígena em diversos momentos e contextos impostos pelo avanço da conquista no período colonial e durante o processo de consolidação do Estado nacional, pouco inclinado a reconhecer singularidades e diferenças. Nesse sentido, o contato contínuo significava aculturação, morte, ou seja, índio em convívio com não-índio era índio morto.³

Para historiadores brasileiros, a crença geral na inexistência de um grande repertório de fontes documentais capaz de permitir o acesso a trajetória histórica desses povos tornou a temática desinteressante e consolidou a ideia geral de que o estudo das populações indígenas era da alçada exclusiva dos antropólogos.

Não obstante, a emergência de um paradigma diferente veio à tona a partir da década de 1970 e ganhou fôlego a partir do final da década de 1980 sobretudo em função da emergência do movimento indígena e da promulgação da constituição de 1988 que previa, em lei, direitos reservados como a continuidade do ensino na língua tradicional, respeitando os aspectos culturais do povo como projeto pedagógico, direito ao reconhecimento e demarcação de terra e outras conquistas dos povos indígenas do Brasil.⁴

³ Grande parte da produção de estudos na área da antropologia ligados a análise dos povos indígenas brasileiros pode se enquadrar na escola funcionalista, como o trabalho clássico e monumental de FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo: Globo, 2006.

⁴ Seguiremos a argumentação de John Manuel Monteiro ao apontar as novas perspectivas teóricas a partir dos estudos pós estruturalistas em que se destacam as contribuições dos estudos de Aldo Rosado, Marshall Sahlins e outros antropólogos. Segundo Monteiro, a guinada mudou o sentido do

Do ponto de vista teórico e metodológico, o diálogo com a antropologia a partir de estudos pós-estruturalistas possibilitou estabelecer novas perspectivas de análise dinamizando a trajetória de povos diversos e entendendo cultura, etnicidade, identidade, resistência e negociação como produto da experiência histórica buscando romper com o binômio resistência/aculturação.⁵

Entretanto, nossa entrada se dará pelo conceito de experiência em Thompson⁶ e utilizaremos os procedimentos metodológicos a partir da clássica aproximação entre a história social e a micro-história em função da problematização e dos objetivos específicos do trabalho que é a análise da agência indígena na capitania de Porto Seguro. Fugindo de tentar relacionar o impacto do avanço da colonização sobre os povos indígenas e as formas de atuação dos grupos indígenas que ocupavam o território da Capitania de Porto Seguro de forma mecânica, o horizonte é tentar entender algumas experiências considerando sempre o resultado como produtos históricos, políticos, culturais e econômicos.⁷

A seleção do grupo de fontes e séries documentais analisadas ao longo do trabalho, bem como o objetivo específico, será norteadas por perguntas orientadas pela problematização da pesquisa que tem como ponto central o impacto das principais diretrizes impostas pelo Estado português no âmbito da

contato do etnocídio para a etnogenese na medida que as relações interétnicas configuram, influenciadas pelo contexto, novas identidades, substituindo a ideia de aculturação e extermínio étnico como algo intrínseco ao contato. Cf. MONTEIRO, John Manuel. Do etnocídio a etnogenese. In: *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese (Livre Docência em Antropologia). UNICAMP, SP, 2001.

⁵ Os estudos atuais tem considerado os aspectos dinâmicos e relacionais no que diz respeito a identidade e etnicidade. É importante lembrar que esse aspecto comum não eliminou divergências entre as diversas perspectivas teóricas. Na verdade, o aporte teórico e metodológico em comum concentra-se na crítica às abordagens primordialistas e essencialistas. Para acessar um bom panorama das produções atuais é importante conferir POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, pp. 123-140.

⁶ Segundo Edward Palmer Thompson, levando em consideração a experiência, “os homens e mulheres retornam como sujeitos, dentro desse termo – não como sujeitos autônomos, ‘individuos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e cultura [...] das mais complexas maneiras (sim, relativamente autônomas) e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada” Cf. Thompson, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, pp. 183.

⁷ Buscamos, então, perseguir os meandros do vivido fugindo, assim, de modelos interpretativos fechados e que pouco privilegia a agência dos sujeitos a partir das possibilidades de interação percebidas pelos atores sociais em diferentes contextos. Assim, circunscrever bem o objeto é indispensável e, portanto, pode ser o maior desafio por ser o caminho mais viável para entender as relações dos indivíduos ou grupos de forma complexa e em diferentes contextos sociais. Cf. GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: *A micro história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991, pp. 169-178.

conquista e colonização para os povos indígenas e as formas em que grupos diversos atuaram, se inseriram ou repulsaram o avanço do contato forçado entendendo, por outro lado, a contribuição indígena para a dinâmica social, econômica e política na Capitania de Porto Seguro. O acesso à problemática e análise posterior será iniciado a partir de trajetórias de alguns grupos indígenas levando em consideração a interação da ação dos sujeitos e o contexto, cenário ou chão social construído a partir do cruzamento de informações diversas contidas em textos historiográficos, relatos e documentos escritos.

Em função da dificuldade em acessar fontes escritas por indígenas ao longo do período colonial, será forçosa a leitura nas entrelinhas de documentos produzidos por diversos sujeitos, em sua grande maioria não índios, como autoridades régias, colonos, funcionários da administração colonial, missionários, oficiais da câmara entre outros personagens envolvidos na trama da colonização do território em foco. Dessa forma, a leitura a contrapelo e atenção ao detalhe, ao que não fora escrito explicitamente e aos indícios diversos da atuação política consciente dos indígenas será o norte no que diz respeito ao trabalho metodológico.⁸

Resistência, ação política indígena e inserção na Capitania de Porto Seguro.

Na primeira metade do século XVII, ao que as fontes indicam, a Capitania de Porto Seguro contava com um povoamento português rarefeito. Com uma vila e poucas povoações, os documentos dão conta de que se tratava de um lugar pobre, pouco inserido no mercado de açúcar, todavia, ligado ao mercado internacional por meio da atividade extrativista de pau-brasil. O modo como se operava o negócio da madeira tintorial não foi favorável ao desenvolvimento daquele espaço colonial. O controle militar, fiscal e o monopólio da Coroa direcionavam os rendimentos para o reino proporcionando reduzidíssima acumulação endógena e pouca inversão de capital. De acordo com os oficiais da Câmara de Porto Seguro, “a pobreza desses seus vassalos [era] tanta pelas

⁸ Nesse sentido, “escavando os meandros dos textos, contra as intenções de quem os produziu, podemos fazer emergir vozes incontroladas”. Cf. GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 11.

guerras passadas que os tapuias nos fizeram pondo tudo a fogo e a sangue que de quatro vilas que tinha esta capitania ficou em uma só com menos de cem vizinhos”⁹. Segundo o capitão-mor em exercício, Paulo Barbosa, no ano de 1645 “não havia mais de ter sessenta vizinhos ou mais e pod[ia] haver até cem”.¹⁰ Em outro documento, o capitão afirmou que na Vila de Nossa Senhora da Pena havia “uma igreja com uma casa em que assist[ia] um padre da companhia e um irmão” e que em Porto Seguro tinha “muito boas terras para todo o gênero de lavoura” e que houvera “dezoito engenhos que faziam muito açúcar e com a guerra que deu o gentio se despovoou”.¹¹

A essa época, além da Vila de Nossa Senhora da Pena, a capitania contava com as povoações de Santa Cruz (ao Norte) e a povoação do Rio das Caravelas (ao Sul). As aldeias administradas pela Companhia de Jesus eram duas: Espírito Santo (atual distrito de Vale Verde) e São João Batista (atual distrito de Trancoso).

Reiteradas vezes, a participação indígena acompanha a documentação atentando a importância indígena e o seu protagonismo na capitania desde a sua criação no século anterior ao de nosso estudo. Os levantes em aldeamentos e ataques de índios não aldeados foi constante e estava ligado ao modelo de exploração do trabalho imposto pela colonização. Para gerenciar os conflitos e regulamentar a inserção dos povos indígenas, a Coroa portuguesa elaborou uma legislação indigenista que levava em consideração, a grosso modo, duas categorias de índio: os índios “colaboradores” ou “amigos” – que aceitavam e se integravam ao projeto colonial, podiam obter o *status* de súditos do rei, eram livres, e os índios “inimigos” – considerados bárbaros e selvagens, não aceitavam o projeto de colonização, sendo passíveis, portanto, de escravização por guerra justa. As justificativas para a guerra contra grupos indígenas seriam

⁹ REPRESENTAÇÃO que os oficiais da Câmara de Porto Seguro fazem contra o capitão Paulo Barbosa, reitor do pau-brasil, que os trata mal, e persegue os padres da companhia e se irmanou com o seu vigário, clérigo degredado pelo Santo Ofício e por uma morte, etc. Vila de Nossa Senhora da Pena, Capitania de Porto Seguro, 23 de agosto de 1645. AHU_ACL_CU_005, Cx. 10, Doc. 1134.

¹⁰ CARTA de Paulo Barbosa, feitor do pau-brasil da Capitania de Porto Seguro, para S. Mgde., sobre as necessidades daquela capitania e queixando-se contra os oficiais da Câmara que o prenderam e afrontam; refere-se aos jesuítas e negócio que fazem do pau-brasil. Porto Seguro, 8 de fevereiro de 1647. AHU_ACL_CU_005, Cx. 10, Doc. 1239.

¹¹ CARTA do capitão Paulo Barbosa, feitor do pau-brasil da Capitania de Porto Seguro, para S. Mgde., dando conta da sua viagem desde Setúbal, a 29 de dezembro de 1644, Ilha de Madeira até a Bahia, onde chegou na véspera de Entrudo, e informando do negócio, de coisas da terra, das qualidades de madeira, etc. (Cópia). Bahia, junho de 1645. AHU_ACL_CU_005, Cx. 10, Doc. 1160.

a “recusa a conversão ou o impedimento da propagação da fé, a prática de hostilidades contra vassallos e aliados portugueses e a quebra de pactos celebrados” (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 115).

Outra frente da colonização, no que diz respeito aos índios, deu-se a partir da atuação de missionários na colônia. De acordo com Charlotte Castelnou-L'Estoile, “os jesuítas foram escolhidos pelo rei para proceder a conversão dos índios, que é ao mesmo tempo a justificação original, teológico-política, da dominação portuguesa” (2006, p. 18).

A atuação de inacianos na Capitania de Porto Seguro data de 1550 a partir do trabalho realizado pelos padres João Aspilcueta Navarro, Leonardo Nunes, Antônio Pires, Afonso Braz e Ambrósio Rodrigues. Como ocorreu em toda a América portuguesa, a estratégia inicial consistia no estabelecimento de missões itinerantes para pregar e realizar a conversão dos índios em suas aldeias. Logo que chegaram, os jesuítas fundaram uma ermida localizada a pouco mais de uma légua ao Sul da Vila de Porto Seguro.¹² A ermida era o principal ponto de referência e apoio dos inacianos nos primórdios da atuação dos missionários. Normalmente, os inacianos se apoiavam na igreja e de lá partiam para visitar aldeias que ficavam ao Sul, Norte e Oeste. O padre Navarro relatou que “dali ia visitar algumas aldeias ao derredor. Segundo ele, “indo uma vez me houvera de afogar em um rio em o qual a pouco tempo que se afogou um grande de Santo Antônio que ia desta mesma capitania pregar no sertão” (NAVARRO, 1931, p.69). Da casa, partia-se também para “dizer missas e pregar as festas nos domingos nas vilas, estando cada uma delas a cerca de duas milhas da casa” (PIRES, 1931, p. 141). E ainda, se reuniam “aos sábados os habitantes de duas ou três vilas, entre os quais demora a dita igreja, pelo que está o seu tanto exposta aos perigos da guerra que repetidas vezes fazem os índios que são inumeráveis contra os cristãos”.

Entretanto, as dificuldades de catequese em função da reincidência indígena em seus costumes será motivo de preocupação no tocante a eficácia da política das missões itinerantes.¹³ Ao comentar o assunto, em carta já citada

¹² Trata-se da igreja de Nossa Senhora d'Ajuda, no atual distrito de Arraial d'Ajuda.

¹³ Para um debate mais profundo sobre o assunto, conferir CASTRO, Eduardo Viveiros de. O mãmoro e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. In: *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002, pp. 183 – 264.

acima, Ambrósio Pires escreveu que em Porto Seguro se fazia o “mais minguido fruto do que desejáramos, por ser em extremo difícil tirá-los das guerras e do costume” (PIRES, 1931, p. 141). A situação de conflito, todavia, perdurou por todo o processo de colonização nos âmbitos material e espiritual. No que toca a questão da utilização da mão de obra indígena, a continuidade dos saltos em busca da aquisição de escravos continuou e as revoltas não cessaram. O padre Nóbrega, em carta de 1559 ao Governador-geral, denunciou que “os índios de Porto Seguro e Ilhéus nunca se venderam, mas os cristãos lhes ensinaram que aos do sertão, que vinham fazer sal ao mar, os salteassem e vendessem” (NÓBREGA, *apud*, FREITAS E PARAÍSO, 2001, p. 16).

O excesso de violência ao longo de uma série de ações impostas aos índios durante o governo de Men de Sá (1557 – 1572) fez com que os inacianos aceitassem o uso da força para promover o aldeamento forçado e a catequização. Essas ações forçaram os índios a aceitar o aldeamento como saída para a sobrevivência. Todo esse processo impôs à Companhia de Jesus mudar de estratégia e adaptar sua forma de atuação na América portuguesa. Assim, “os jesuítas do Brasil inventaram então o aldeamento, isto é, uma aldeia de evangelização onde eram reunidos índios de origens diversas com os quais residiam os missionários” (CASTELNOU-L’ESTOILE, 2006, p. 19). Com essa mudança a missão deixou de ser itinerante e passou a ser fixa. Segundo José de Anchieta, na segunda metade do século XVI, Porto Seguro contava com “2 aldeias de índios da doutrina a 5 léguas, de que nossos tem particular cuidado, e outras 7 ou 8 aldeiasinhas a 4, 5 e 6 léguas por terra e 2 ou 3 engenhos de açúcar junto delas, as quais acodem de quando em quando” (ANCHIETA, *apud*, ACCIOLI E AMARAL, 1919, p. 407). Além das aldeias, a Companhia de Jesus mantinha uma casa¹⁴, vinculada ao Colégio da Bahia.

¹⁴ Segundo Charlotte de Castelou-L’Estoile, as casas processador eram satélites dos colégios e dependiam destes. Assim, “as residências de Ilhéus e Porto Seguro eram tributárias do Colégio da Bahia. Contrariamente aos colégios, as residências não possuíam bens próprios: seus jesuítas viviam de doações, e os colégios lhes forneciam os bens que as doações locais não podiam oferecer. O reitor do colégio nomeava o superior da casa, é o provincial de ia visitá-la regularmente. Cada uma das residências tinha no máximo uma dezena de jesuítas, em geral até menos, especialmente por razões econômicas. Estavam situadas em centros secundários – que contavam com uma centena de portugueses – ou geograficamente recuados. Possuíam uma escola elementar para ensinar aos filhos dos portugueses a leitura e a escrita”. Cf. CASTELNOU-L’ESTOILE, Charlotte. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil – 1580 – 1620*. Bauru, SP: Edusc, 2006, p. 54.

Maior convívio com os europeus, imposição do sedentarismo e de estilo de vida baseado em uma organização social completamente diferente com o objetivo de desarticular os padrões organizacionais indígenas foram as implicações da política de aldeamento. Associado a esses elementos as epidemias de doenças infectocontagiosas provocaram destruições em massa assolando aldeamentos por todas as partes da América portuguesa.

Externamente, a limitação do acesso a mão de obra, que passou a ser intermediada pelos padres da Companhia de Jesus, era, na grande maioria dos casos, uma solução insatisfatória e indesejada, pois, para os colonos era mais interessante dispor de braços controlados por eles de forma integral e direta.

Para os índios, a incompatibilidade cultural vivida em espaços diferentes, com organização do tempo, imposição de trabalho administrado, convivência forçada com outras etnias e religião muito díspares das de suas origens eram motivos de fugas. A pressão dos colonos e os ataques aos aldeamentos para a captura de mão de obra tornavam esses lugares em zonas de intenso conflito.

Ainda assim, o padre Fernão Cardim, em passagem pela capitania na última década do século XVI, narrou que havia duas aldeias sob administração da Companhia de Jesus uma por nome São Mateus, não indicando a sua localização, e outra junto a um rio caudal próximo a Vila de Santa Cruz. Relatou, também, que as aldeias contavam com mais de 200 almas e que os padres visitavam mais cinco ou seis aldeias (CARDIM, *apud*, ACCIOLI E AMARAL, 1919, p. 420).

Ao final do século XVI, não fugindo a série de conflitos envolvendo colonos e jesuítas em função da mão de obra indígena em outras capitanias da América portuguesa, os inacianos foram expulsos da Capitania de Porto Seguro em 1602. Com a expulsão, os aldeamentos foram administrados por funcionários da Coroa que eram nomeados pelo governador-geral. Essa situação contribuiu para agudizar os conflitos entre os colonos por índios para trabalho. Nesse caso, o grande problema era o abuso da utilização de mão de obra indígena causadora do aumento de fugas, conflitos e diminuição da população dos aldeamentos como ocorreu após a expulsão dos jesuítas da Capitania do Rio de Janeiro e da Vila de São Paulo na década de 1640 (PINHEIRO, 2007, p. 67). De acordo com Pablo Magalhães, “na Capitania de São Vicente, com a expulsão dos jesuítas da

Vila de São Paulo em 1640, o número de índios aldeados foi reduzido cerca de 90% em apenas 12 anos” (2010, p. 148).

Em meio a esse contexto de pressão, a primeira década do século XVII foi marcada por revoltas e ataques indígenas nos aldeamentos da Companhia de Jesus ao longo do um vasto território, sobretudo entre as capitanias de Ilhéus e Porto Seguro. Os indícios documentais apontam ataques coordenados nos aldeamentos em função das mudanças de administração a partir da saída dos inacianos da direção dos aldeamentos. A gravidade do problema foi tão grande que necessitou pedido de socorro aos padres que administravam aldeias em outras partes da América portuguesa como atesta o auto do capitão e sargento-mor, Diogo do Campo Moreno:

Porque esta capitania está tão desbaratada do gentio da terra pedem os oficiais a sua senhoria lhes faça mercê de alguns principais dos índios que os padres da Companhia podem com facilidade fazer vir das aldeias de outra parte a esta que tem a cargo pois bem a necessidade que aqui há de defesa e serviço.¹⁵

A capacidade de articulação de levantes, a adesão dos aldeados e a propagação dos movimentos rebeldes deixa claro a ação política consciente entre os índios. Outro elemento importante tem conexão com a organização social e cultural dos grupos indígenas, sobretudo, os pertencentes a família macro-tupi. A porção litorânea entre as Capitanias de Porto Seguro e Ilhéus era povoada por grupos tupinikin e tupinambá. A importância da guerra estava associada a constituição e afirmação de liderança política e espiritual entre os chefes Tupi (MONTEIRO, 1994, p. 26).

Para os grupos Tupi, a ascensão de uma liderança estava permeada pela necessidade de demonstração de competências múltiplas. Segundo Renato Sztutman (2006, p. 112), o sucesso de um homem “dependia, além da capacidade de proferir palavras e dispor de bens, do sucesso no campo da guerra”. A essa grande liderança era conferida uma extensão, “que emprestava seu nome inclusive para designar lugares e acompanhava a extensão da própria sociabilidade, que poderia ganhar um espaço supralocal, constituído pela

¹⁵ AUTO que mandou fazer o capitão e sargento-mor Diogo de Campos Moreno, sobre a visita que fez a capitania dos Ilhéus, e diligências do pau-brasil, por ordem do governador-geral D. Diogo de Menezes. Vila de São Jorge, Rio dos Ilhéus, 5 de abril de 1610. AHU_ACL_CU_005, Cx. 10, Doc. 1.

aliança, orientada para a guerra, entre diferentes grupos locais” (SZTUTMAN, 2006, p. 113).

A considerável abertura para a aliança voltada para a guerra bem como a possibilidade de adesão entorno de uma grande liderança parece ter colaborado para os múltiplos levantes ocorridos entre a Capitania de Porto Seguro e a de Ilhéus na primeira metade do século XVII. Infelizmente, por motivos diversos, não é possível acessar, na documentação compulsada, o registro da atuação de muitos sujeitos que podem ter atuado nesses eventos do início dos seiscentos. Felizmente, algumas pistas, pescadas da leitura atenta nas entrelinhas da documentação, revelam a atuação de alguns sujeitos. É o caso de Sebastião, conhecido pelo nome indígena como Ibirapuã. Foi possível acessar os vestígios de sua atuação a partir da análise do relatório elaborado pelo sargento-mor Diogo do Campo Moreno, datado de 1610.

Segundo o relatório, consta o pedido para que “um negro por nome Sebastião que veio de Porto Seguro por nome Ibirapuã que se achou no alevantamento eles ditos padres o mandassem daqui para a Bahia ao padre provincial”.¹⁶ Ibirapuã deveria ser recebido pelo provincial do Colégio da Bahia para que fosse posto “em parte” porque a sua vista causava escândalo.

É possível que o temor pela publicidade de Ibirapuã revele a sua atuação como líder político e pela potencial adesão dos grupos em que ele esteve em contato ao longo do tempo de sua atuação. Outro detalhe importante e que pode ser suscitado pelo relato é a capacidade de articulação e propagação dos levantes. Ao que parece, nosso personagem, atuou em movimentos em duas capitanias tendo papel relevante ao ponto de ser transferido para a Bahia por medida de segurança. O fato também foi narrado por Serafim Leite (1938, p. 295) e de acordo com o jesuíta, “em 1610, sucedeu o grande ataque dos Índios a Porto Seguro, intervindo os jesuítas da Bahia, para que se socorressem eficazmente os sitiados”.

Certamente os dois relatos tem conexão com os eventos envolvendo a prisão de Sebastião. O fato é que esse contexto fez com que os colonos mudassem de ideia passando a solicitar o retorno dos padres da Companhia de

¹⁶ AUTO que mandou fazer o capitão e sargento-mor Diogo do Campo Moreno, sobre a visita que fez a capitania dos Ilhéus, e diligências do pau-brasil, por ordem do governador-geral D. Diogo de Menezes. Vila de São Jorge, Rio dos Ilhéus, 5 de abril de 1610. AHU_ACL_CU_005, Cx. 10, Doc. 1.

Jesus para administrar aldeamentos na capitania. O retorno dos inacianos se deu no Natal de 1621.

Contudo, o período de conflitos agudos entre índios e colonos provocou impacto negativo sobre a população dos aldeamentos gerando a necessidade de recomposição do número de índios administrados. De acordo com os oficiais da Câmara da Vila de Porto Seguro, em 1645, “os índios [daquela] capitania [eram] pouco mais de quarenta casais”¹⁷ representando um quadro de esvaziamento decorrente de quase duas décadas de conflito no início do seiscentos.

É importante salientar a ação política indígena contrária ao regime de trabalho nos aldeamentos imposto pelos colonos. O resultado do processo de revoltas pode revelar a opção de índios por um mal menor que seria a administração dos aldeamentos por missionários inacianos.

Outra questão relevante diz respeito a relação dos levantes com os Aimorés, presente, repetidas vezes, nos documentos deixados pelos agentes da colonização na Capitania de Porto Seguro. Apesar de nos parecer preponderante, segundo a análise dos registros documentais, a atuação de índios já inseridos na dinâmica da colonização torna-se imprescindível pensar o motivo da reiteração da guerra e destruição que faziam os Aimorés em Porto Seguro no relato dos moradores. Certamente, a associação dos Aimorés como o fator de destruição e estado de guerra por que passou a capitania pode ocultar a demanda por recomposição da população das aldeias e, conseqüentemente, da oferta de mão de obra a partir de descimentos justificando, então, a possibilidade de guerra justa.

Em 28 de novembro de 1646, o então capitão-mor, Paulo Barbosa, escreveu uma carta relatando que a capitania andava “em bandos” e “com muito risco”. Na ocasião, contou que,

a semana antecedente se tomaram dois índios, um macho e uma fêmea a quem nem os alarves, nem aqueles índios entendem a língua, deve ser gente nova; contentou aos alarves que os tinham, por os não comerem, e os entregou a um principal de uma aldeia dos nossos, a ver se há quem os entenda, e se tiver notícia de

¹⁷ REPRESENTAÇÃO que os oficiais da Câmara de Porto Seguro fazem contra o capitão Paulo Barbosa, feitor do pau-brasil, que os trata mal, e persegue os padres da companhia e se irmanou com o seu vigário, clérigo degredado pelo Santo Ofício expor uma morte, etc. Vila de Nossa Senhora da Pena, capitania de Porto Seguro, 23 de agosto de 1645. AHU_ACL_CU_005, Cx. 10, Doc. 1134.

mais, verá se os pode fazer descer, que será grande proveito para aquela terra, e serviço de Vossa Majestade.¹⁸

Certamente, o recurso aos descimentos contava com o apoio dos jesuítas e estava ligado a recomposição dos aldeamentos e da manutenção da atividade extrativista de pau-brasil. A atividade extrativista era a principal empresa ligada ao mercado colonial e contava com o trabalho indígena. De suma importância para o negócio, os índios eram responsáveis por percorrer o interior da mata, localizar, derrubar, trabalhar no falquejo e transporte da madeira até as embarcações. Nos aldeamentos, o trabalho era pago por jornada de trabalho, muito provavelmente, realizado a partir de objetos que serviam como moeda de troca. De acordo com a carta patente do capitão Barbosa, datada de 3 de agosto de 1644, a utilização da mão de obra indígena para a fábrica e condução do pau-brasil deveria ser feito “pagando-lhes-lhes seu trabalho conforme o uso e costume da terra”.¹⁹

A concepção inaciana de que o índio era um papel em branco que precisava ser moldado e preenchido encontrou, segundo Luís Felipe Baeta Neves (1978, p. 87), relação com a oposição ócio/trabalho na medida em que “uma das expressões deste papel em branco e[ra] a ausência de trabalho”. Nesse sentido, os aldeamentos eram espaços que tinham uma dinâmica não só voltada para a catequese, mas, também, para o trabalho e o aprendizado de ofícios como carpintaria, construção civil e naval, dentre outras atividades. Em Porto Seguro, os índios aldeados atuavam em uma série de atividades como atesta um documento sobre a chegada de um capitão a capitania. Segundo informações do reverendo superior da Companhia de Jesus, quando da chegada do capitão, ele fora “as aldeias e fez tirar muita estopa de embira para conserto do navio, mand[ara] fazer pelos índios, a sua custa, uma casa para agasalhar o sal, lhe mand[ara] cercar de taipa de mão uma casa para o capitão e lhe deu três índios que pescassem e quatro serradores”.²⁰

¹⁸ CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre o procedimento do capitão Paulo Barbosa, feitor do pau-brasil da capitania de Porto Seguro acerca do que tem obrado no serviço real. Lisboa, 30 de abril de 1647. AHU_ACL_CU_005, Cx. 11, Doc. 1254.

¹⁹ ALVARÁ de capitania de mar e guerra do Navio Santo Antônio. ANTT – Registro Geral de Mercês. Mercês da Torre do Tombo. Livro 6, f. 376-377.

²⁰ PETIÇÃO, do provincial da Companhia de Jesus, queixando-se do capitão Paulo Barbosa, seu inimigo, que o injuriou e lhe tirou os índios, e chamou aos padres da mesma Companhia Somáticos e velhacos; pede que se proceda contra ele. S. l. n. d. AHU_ACL_CU_005, Cx. 10, Doc. 1136.

Além de lugar de negociações, conflitos e trabalho, o aldeamento era um espaço de liberdade, apesar de todos os limites da relação entre o termo e a realidade seja muito mais complexa, possibilitando ao índio ser enquadrado na condição de súdito do monarca. Nessa perspectiva, essa condição facultou experiências individuais de serviço com expectativas de melhor inserção e até ascensão social como no caso clássico de Felipe Camarão que chegou a receber mercê da ordem de Cristo e se tornar capitão-mor na Capitania de Pernambuco.

Na capitania de Porto Seguro, acessamos o caso de Miguel, carpinteiro da Companhia de Jesus. Miguel, a serviço da Coroa, percorreu a mata com o objetivo de identificar e mapear caminhos de acesso a espécies da mata atlântica com possibilidade de exploração para fins comerciais. Após dois anos de pesquisa na mata, Miguel revelara uma série de árvores de beijoim. O fato levou o Conde de Castel Melhor, então governador-geral da América portuguesa, a escrever ao capitão-mor de Porto Seguro afirmando ser “materia tão importante [e] conv[inha] averiguar-se a parte donde este índio achara estas arvores.”. O conde solicitou ao capitão que procurasse o indígena “e com ele as mand[asse] descobrir pelas pessoas que achasse de maior inteligência e confiança, oferecendo ao índio particular satisfação e prêmio de seu serviço”.²¹

Integrado ao processo de colonização e dominando um ofício, Miguel seguiu outro caminho, muito diverso do que os que integraram levantes coletivos. Individualmente, entendeu e resolveu explorar os dispositivos legais de inserção e ascensão social postos pela colonização portuguesa. Sua experiência, corrobora para a compreensão das múltiplas formas de ação indígena ao longo do processo de conquista.

Como observou Edward Palmer Thompson, a experiência histórica associada aos contextos revela processos históricos de forma mais fiel do que o caminho inverso, ou seja, a construção de quadros teóricos essencialistas distorce e até mesmo oculta possibilidades diversas de análise a partir da ação real dos sujeitos (THOMPSON, 1981, pp. 182-183). Assim, é possível pensar os povos indígenas não somente com vítimas ou algozes e sim integrantes do

²¹ CARTA para o capitão-mor da Capitania de Porto Seguro sobre o beijoim e cravo. DH-BN. Cartas Régias. Códice I, p. 56.

processo, se relacionando com ele de múltiplas formas, de acordo com a experiência de cada grupo ou cada indivíduo.

Ademais, se por um lado, sobretudo em situações de conflito, El-Rei solicitava a autoridades régias que tratassem os colonos com “suavidade e brandura”²², por outro, a sua condição de senhor das terras de aquém e de além-mar não pode ser desprezada. De certo modo, pensar na manutenção de um império vasto e diverso requer, sem dúvidas, levar em consideração negociação, concessões e soluções heterogêneas em função de contextos e realidades específicas. Todavia, não é muito prudente esquecer que a finalidade da negociação e fluidez em algumas medidas, certamente, tinha como objetivo manter os domínios imperiais.

Do ponto de vista dos colonizadores – capitães donatários ou não – o esforço para fazer girar a produtividade e circular riquezas foi hercúleo. Administrar e impor um sistema de trabalho a grupos heterogêneos e com múltiplos interesses, como bem representou Linebaugh (2008), pode ser entendido como a luta de Hércules contra a hidra de muitas cabeças. No processo de colonização, os diversos grupos de trabalhadores e demais governados “desenvolveram entre si novas formas de cooperação contra [os] dirigentes, que iam de motins e greves aos tumultos, levantes e revoluções” (LINEBAUGH, 2008, p. 12).

Considerações finais

Pouco inserida na indústria do açúcar e intensamente ligada à atividade extrativista de madeira, a capitania esteve quase sempre dependente do trabalho e dos conhecimentos etnobotânicos dos índios. Assim, a dinâmica da colonização de Porto Seguro foi marcada pela atuação indígena desde os processos de integração, negociação e resistência frente aos avanços da colonização e às experiências impostas pela nova realidade esboçada pela conquista.

²² CARTA de Sua Majestade para o Senhor Antônio Teles da Silva sobre os excessos de Paulo Barbosa, para se remeterem os Autos ao Conselho Ultramarino. Lisboa, 19 de maio de 1646. DHBN – Vol. XVII, p. 323 e 324.

A cidade de Porto Seguro, bem como a maior parte da região que compreendia a antiga Capitania de Porto Seguro, alimenta e é alimentada pela memória do episódio da chegada da esquadra cabralina a sua costa em abril de 1500. Por outro lado, a experiência concreta da colonização portuguesa nesse território bem como a história dos povos que o habitavam antes da chegada dos europeus ficou legada ao obscurantismo.

De maneira geral, tal condição pode ser considerada como produto do comprometimento com a construção de uma história da nação levando em consideração a oposição entre civilização e barbárie em que o europeu assumiu o papel sacralizado de missionário civilizador. Assim, a construção da historiografia nacional esteve ligada a formação de uma memória a serviço da política a partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no período imperial, que teve como missão selecionar e “pinçar, no ‘vertiginoso repertório’ do passado, os esclarecimentos que pudessem auxiliar na definição do presente” (GUIMARÃES, 1997, p. 76). Todavia, ao longo deste processo elegeu-se exaltar os grandes feitos dos heróis e ressaltar a importância da influência europeia no processo de evolução social.

Entretanto, a ausência de interesse por parte dos historiadores em pesquisar e analisar a experiência histórica da capitania em questão escondeu por muito tempo uma série de possibilidades que ultimamente tem sido explorada em função de uma série de fatores. O primeiro deles diz respeito às novas abordagens, sobretudo nos estudos que tendem a buscar alternativas ao enfoque centrado na economia agroexportadora baseada na grande lavoura de cana e na produção de açúcar. Há algumas décadas alguns trabalhos tem se voltado à análise do mercado interno, buscando identificar fatores de acumulação endógena a partir do desenvolvimento da produção de víveres para abastecimento da colônia.

Associado a esse processo houve a abertura para o estudo de regiões da América portuguesa que não se enquadraram na economia açucareira, sobretudo, no que diz respeito à utilização em larga escala da mão de obra escrava africana como principal fator de produção. Nesse caso, a continuidade da exploração da mão de obra indígena livre e escrava assumiu papel

preponderante como demonstrou John Monteiro em relevante trabalho sobre as origens de São Paulo (Cf. MONTEIRO, 1994).

No que toca a questão indígena, um novo olhar sobre a atuação das populações que habitavam a Capitania de Porto Seguro foi inaugurado a partir do trabalho da antropóloga e historiadora Maria Hilda Paraíso que analisou, densamente, o avanço da conquista e devassamento da chamada “zona tampão”, composta pelos territórios das capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo. Destacando a atuação indígena, estudou as transformações da política indígena e indigenista ao longo do tempo, todavia, não deu prioridade às especificidades da Capitania de Porto Seguro por não ser o objetivo central do trabalho (Cf. PARAÍSO, 2014)

A temática indígena nos estudos de História tem se renovado e há uma importante produção acerca da resistência a partir das noções de ressignificação e apropriação cultural por parte dos índios. Nesse sentido, essa perspectiva, orientada a partir da cultura tende a considerar a relação dos índios com o universo colonial “como um processo de resistência adaptativa” considerando os aldeamentos “como espaço de interação entre grupos sociais e étnicos diversos, nos quais os índios aprendiam novas práticas culturais e políticas por eles reelaboradas a partir de seus próprios valores e tradições” (ALMEIDA, 2003, p. 260).

Não obstante, dentre as múltiplas possibilidades de categorização dos fatos apresentados na documentação consultada acerca do assunto a nossa opção, no presente trabalho, foi por priorizar outras formas de resistência. Seguindo essa perspectiva, “as múltiplas maneiras de resistir durante os muitos séculos de colonização marca[ram] a história dessas relações étnicas conturbadas, preche de negociações e de confrontos simbólicos e físicos” (PARAÍSO, 2015, p. 106).

Nesse sentido, é possível entender que o processo de colonização se deu com os índios que atuaram ora colaborando, ora resistindo, impactando nos caminhos definidos pela Coroa portuguesa para a colonização do espaço americano sob seu domínio. Assim, é importante frisar que a participação indígena no processo de formação do território não se deu somente a partir das

contribuições culturais como na constituição da toponímia, hábitos alimentares, festas, mas na ação política consciente.

Paraíso (2015, p. 106-107), a partir da abordagem proposta por Gohn (2008) considerou as resistências como movimentos sociais decorrentes da identificação de desigualdades sociais nas relações estabelecidas que tem como elemento impulsionador a tomada de consciência e, conseqüentemente, a ação com o objetivo central de transformação da realidade vivida por determinado grupo.

Referências Bibliográficas.

ACCIOLI, Ignácio; AMARAL, Braz do. *Memórias políticas e históricas da Bahia*. Salvador: Imprensa oficial, 1919, v 1.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

CASTELNOU-L'ESTOILE, Charlotte. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil – 1580 – 1620*. Bauru, SP: Edusc, 2006.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem*. In: *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo: Globo, 2006.

FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FREITAS, Antonio F. G. de e PARAÍSO, Maria Hilda B. *Caminhos ao encontro do mundo. A capitania, os frutos de ouro e a Princesa do Sul*. Ilhéus: Editus, 2001.

GOHN, Maria da Glória. *Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina*. In: Caderno CRH, Salvador, v. 1, n. 54, p. 439 – 455.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838 – 1889)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1997.

- GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: *A micro história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.
- _____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo I - Livro III – Capítulo II – 5, p. 205. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.
- LINEBAUGH, Peter. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. *Equus Rusus: a Igreja Católica e as guerras holandesas na Bahia*. Tese de dourorado. Salvador, PPGH-UFBA, 2010.
- MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese (Livre Docência em Antropologia). UNICAMP, SP, 2001.
- _____. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- NAVARRO, Azpilcueta, et. alli. *Cartas avulsas: 1560 – 1568*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1998.
- NEVES, Luis Felipe Baêta. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. *O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do Leste*. Salvador: EDUFBA, 2014.
- _____. *Revolta indígena na Capitania de Ilhéus: o Atlântico açucareiro e o trabalho indígena*. In: *Cadernos de História*. Minas Gerais: PUC-Minas, 2015.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista no período colonial. In: CUNHA, M^a Manuela C. da. (org) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Fapesp/SMC, 1992.
- PINHEIRO, Joely Aparecida Ungaretti. *Conflitos entre jesuítas e colonos na América portuguesa: 1640 – 1700*. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas – SP, 2007.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, pp. 123-140.

RIBEIRO, Darcy. *Uirá sai à procura de Deus*. São Paulo: Global, 2016.

SZTUTMAN, Renato. *O profeta e o principal. A ação política ameríndia e seus personagens*. São Paulo: Serviço de Comunicação Social. FFLCH/USP, 2006.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro, Zahar. 1981.

Entrevista

Professora Jaci Maria Ferraz de Menezes

Por Edna Pinheiro Santos*

Jaci Maria Ferraz de Menezes nasceu na cidade de Jequié (BA) em 1949. É Professora Plena da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, licenciada em Pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar e em professor para o Magistério de Segundo grau, com habilitação em ensino de Sociologia da Educação, pela Universidade Federal da Bahia UFBA (1972). Especialista em Educação pela mesma Faculdade de Educação – FACED/UFBA (1990). Seus estudos sobre a desigualdade de acesso à Educação no Brasil – começaram a ser publicados desde 1980, na Revista de Indicadores Sociais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais - SEI da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. Os estudos, contaram com os resultados do Censo Demográfico de 1980, quando da inserção do quesito “cor da pele” no levantamento de dados, como resultado das pressões feitas pelas organizações da população negra no Brasil. com os dados levantados pelo IBGE e trabalhados na *Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais-SEI* permitem reafirmar a existência de um processo de exclusão dos negros da cidadania.

Em 1997 concluiu doutorado em *Ciências de La Educación* pela Universidade Católica de Córdoba, Argentina (1997), cujo curso era vinculado à Rede Brasileira de Redução de Danos e Direitos Humanos - REDUC e financiado pela Organização dos Estados Americanos – OEA. Em 2005, a Prof.^a Jaci concluiu o Pós doutorado em Educação e Relações Raciais no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo - USP, como bolsista do Programa de Qualificação Institucional - PQI, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Na ocasião, esse curso esteve sob a supervisão do Prof. Dr. Antônio Sérgio Guimarães, no Departamento de Sociologia. Em seguida,

* Mestre em Educação e Contemporaneidade na Universidade do Estado da Bahia – UNEB. E-mail: ednasantos1989@gmail.com

realizou outro pós-doutorado na Fundação Carlos Chagas - FCC, sob a supervisão da Prof.^a Dr.^a Bernadete Angelina Gatti, como bolsista Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB, com o tema *Representações Sociais do Trabalho Docente e Relações Raciais*. O projeto de pesquisa foi realizado em articulação com o Centro Internacional de Estudos de Representações Sociais e Subjetividades e a Cátedra, ligado à Organização das Nações Unidas para a Educação - UNESCO sobre Representações Sociais (2009\2010), ambos da FCC.

Além disso, a professora Jaci trabalhou na consolidação da Rede Memória da Educação na Bahia. No Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade, o qual ajudou a criar, coordenou a Linha de Pesquisa Processos Civilizatórios: Educação, História, e Pluralidade Cultural.

Poderia nos dizer algo sobre sua vida em Jequié e sobre a mudança Para Salvador?

- Nasci em Jequié onde vivi até os nove anos de idade. Nasci no Bairro Jiquezinho, que fica perto da ponte do Rio das Contas. Nesse tempo não havia maternidade, eu nasci em casa aos sete meses de gestação. Minha mãe era professora primária e meu pai era funcionário do Banco do Brasil. Suas profissões para eles tinham um valor. Dessa união nasceram cinco mulheres em Jequié, sendo que o primeiro filho homem do casal nasceu aqui em Salvador.

Em nossa infância proviam os filhos de muitos livros, coleções.

Nossa relação com Salvador se estabeleceu porque passávamos aqui as férias de fim de ano. Quando estava com nove anos de idade nós viemos morar em Salvador, meu pai pediu transferência do Banco do Brasil, e principalmente, a preocupação deles é que Jequié naquela época não havia ginásio público para meninas. Havia apenas o Ginásio do Padre para os meninos. Por essa razão, nós viemos para Salvador, para que a gente pudesse se preparar para entrar nessa etapa escolar.

Ainda sobre Jequié, que lembranças têm de sua formação e da escola?

- Em Jequié a escola era na casa da professora, Ednalva Bonfim. Lembrome, muito fortemente do tipo de prova que ela fazia. Ela dava as aulas e a gente assistia, fazia provas que iam para o caderno com os resultados e, era onde se colocava um laço de fita bem bonito, cheio de pó brilhante (risos).

Eu sempre fui muito estimulada como você viu no meu relato até aqui. Não me faltou livro, espaço de brincadeira. A casa da gente tinha um porão, onde armávamos um teatro. Minha mãe tinha um papel central nessas ações, assim como minha tia Jaci, que ia passar as férias de fim de na lá e armava todas as brincadeiras, fazia as fantasias de bailarina, armava o teatro todo. Então nós sempre fomos estimuladas a nos expressar, falar, brincar. Acredito que isso interfere principalmente na desinibição, dançar em público, subir...

E em Salvador?

- Quando viemos morar em Salvador, fomos para Itapagipe, perto da Ribeira, era também outra festa! Minha mãe manteve a aula de piano com a professora que havia sido professora daquela que me ensinava piano lá em Jequié. Então demos continuidade àquela coisa da participação, da música que a gente tinha. Passei a estar vinculada à Escola de Música da Bahia, local onde formava professores para ensinar música nas escolas, uma vez que era obrigatório o ensino de música, coral, etc. Quando deixei de estudar piano, já estava fazendo harmonia, transposição e uma série de coisas da área da teoria da música...

Além das aulas de música tinha muito estudo, não é mesmo?

- Aqui em Salvador, minha formação começou em uma escola na Boa Viagem, que era uma escola privada da professora Elizete do Prado Torres. Logo depois, quando cheguei ao quarto ano do primário minha mãe me preparou para entrar no Instituto Central de Educação Isaias Alves – ICEIA, ao me matricular na Escola Getúlio Vargas, que era a Escola de Aplicação do ICEIA. Então, fiz um teste, fui aprovada e iniciei o quinto ano primário.

A escola era muito diferente, embora fosse um espaço alegre, aberto, colorido, mas era muito mais formal do que outras escolas nas quais estudei.

Nessa época, tive uma professora chamada Ítala Grilo, descendente de italianos, que também procurava fazer uma escola mais alegre. Eu me lembro de ouvi-la cantando, representando verbalmente o que tinha sido pra ela viajar de navio, da Bahia até Portugal. Lembro também de Ítala Grilo fazendo sabatina e colocando a gente para decorar as capitais de todos os países.

Na época, a passagem do primário para o primeiro patamar do Ensino Médio se dava mediante exame. Então, minha mãe, além da Escola Getúlio Vargas, arranhou dinheiro para me colocar no cursinho da professora Guiomar, que ficava ali em Nazaré e que preparava meninos, de modo geral, das escolas todas da redondeza para fazer o exame de admissão pro Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia. Ela queria que eu, deixando de ser aluna da Escola Getúlio Vargas para, ser agora aluna de uma escola que preparava professores na Faculdade de Filosofia.

Após me submeter ao exame, fui aprovada e cursei sete anos no Colégio de Aplicação, sendo os quatro anos de ginásial e mais três de colegial. Era completamente diferente, pois eu era uma suburbana dentro daquela escola (risos). Foi uma felicidade ter estudado no Colégio de Aplicação. Foi uma forma de estímulo muito grande estudar lá no ginásial e depois no colegial.

Como foi estudar nos anos de 1960?

- Em princípio, com a intervenção militar no Governo, presenciei aquela atitude de acabar com a representatividade de todos os órgãos estudantis, como Grêmios e Diretórios Acadêmicos. No Colégio de Aplicação, que era dentro da Faculdade de Filosofia, a cantina que a gente fazia as refeições era a mesma frequentada pelos estudantes universitários. Então, passávamos por dentro de todo o movimento que acontecia na universidade, ainda que enquanto estudantes do curso ginásial.

Quando fui para a Faculdade de Direito, presenciei os efeitos concretos dos acontecimentos no dia-a-dia. E, justamente quando chegou o ano de 1968, as ações dentro da universidade e do movimento estudantil se intensificaram. Pouco antes, havia acontecido o primeiro movimento estudantil forte, ocorrido no Colégio Central. Eu não era aluna, mas esse Colégio já tinha uma

representatividade muito grande na cidade e na via estudantil. É nesse espaço que começa a centralizar a organização dos estudantes secundaristas. Nessa época reverbera a história de Edson Luís, secundarista do Rio de Janeiro que faleceu em virtude de uma briga ocorrida no Diretório Acadêmico. Esse aluno participava do movimento estudantil universitário, embora ele fosse secundarista, foi atingido por uma bala, o que provocou um levante estudantil enorme.

E o outro lado do movimento estudantil vem da presença de alguns estudantes que fazem uma peça de teatro, uma espécie de jogral sobre o Colégio Central, em que dizem como eram os professores na visão dos estudantes. A partir daí começa uma grande mobilização. Nesse meio tempo, já no governo de Luiz Viana, há uma grande mobilização em torno da questão da mudança da Lei Orgânica de Ensino, sendo Navarro de Brito o então Secretário de Educação do Estado da Bahia do início do governo. Com essa Lei Orgânica pretendia-se implantar a cobrança de matrícula para a escola de segundo grau. Os desdobramentos desse episódio culminaram com fechamento da cidade de Salvador pelo movimento estudantil. Eu assisti aí coisas interessantes de colegas já universitários, junto com o movimento estudantil secundarista, com apoio integral da Universidade. Lembro-me de Sérgio Passarinho, em cima do muro da Praça Castro Alves, em frente ao cine teatro *Guarani* declamando: “A praça é do povo como o céu é do condor”. Depois a repressão bate muito fortemente, muitas pessoas são presas e o movimento estudantil, que tinha as diversas representações políticas, vai sendo pouco a pouco isolado, até acabar.

E o fato de ter trocado o Curso de Direito pelo o de Pedagogia?

- Estávamos entrando em 1968 e trazia em mim experiência de ter participado do grêmio estudantil em 1964. Naquele momento pairava a dúvida do que eu queria cursar. Não estava decidida, tanto poderia ser jornalista, socióloga, professora de qualquer disciplina, qualquer coisa me alegrava, me atraía. Acabei fazendo vestibular para Direito, quando fui aprovada. Na verdade, o curso retomava discussões muito fores da época com relação aos direitos dos cidadãos e as dificuldades enfrentadas por estes. Estudamos Sociologia, Teoria Geral do Estado, Teoria Geral do Direito, Economia Política e todas essas

disciplinas a gente fazia no primeiro ano. Fiz o primeiro, o segundo e o terceiro ano de Direito e já estava abandonando. Eu comecei a fazer Pedagogia à tarde e fui cursar Direito à noite, aos poucos fui ficando com só com o Curso de Pedagogia.

E o assumir-se pedagoga, que lembranças estão mais fortes?

- o que marcou muito no curso de Pedagogia foram os professores. Um deles, Romélio Aquino, era o professor de Filosofia da Educação, que nos fez ler textos de autores fantásticos, inclusive em espanhol, foi tachado como “exigente demais” pelos alunos, que queriam retirá-lo. Além da Filosofia, aparece-me Dilza Maria Atta, a grande influência na minha vida na Sociologia, basicamente na formação do pedagogo. Dilza Atta era a pessoa que coordenava um gabinete dentro da Universidade Federal da Bahia – UFBA para trabalhar a questão do Coordenador Pedagógico, em que evidenciava o pensamento de liberdade para aprender. Ela me deu um livro de presente com a seguinte dedicatória: “Pra Jaci Maria, que foi sempre muito livre pra aprender”. Liberdade para aprender, então, ao ver a discussão que ela fazia, sobre a questão de que o aprendizado se dá numa aliança entre o aluno e o professor, na construção de uma proposta pedagógica feita a partir dessa aliança e dessas questões que são negociadas no processo de aprendizagem.

Sobre pesquisa, pós-graduação e a temática racial, o que a senhora tem a nos dizer?

- Quando entrei no mestrado na UFBA, a professora Iracy Picanço ensinava Sociologia da Educação e Filosofia da Educação. Foi então que eu me matriculei, e fiz o tirocínio docente, quando fiquei, ainda que informalmente, como assistente dela, fazendo o acompanhamento das aulas da graduação, das aulas de Filosofia. Durante o tirocínio, participei do processo de avaliação dos alunos e assumi a disciplina. A professora Iracy sempre foi muito especial. Era uma grande militante e havia passado pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB, que estava na ilegalidade e seguia a orientação de Moscou, e estava ainda vinculado às propostas do Partido Comunista Soviético. No meu caso, fui muito

ligada à Ação Católica: Juventude Agrária Cristã – JAC; Juventude Estudantil Cristã – JEC; Juventude Industrial Cristã – JIC; Juventude Operária Cristã – JOC; e Juventude Universitária Cristã – JUC. A Ação Católica era uma iniciativa que vem da França e foi dividida por seguimentos da sociedade, o que deu origem a essas denominações.

Voltando à pós-graduação, o trabalho na universidade foi muito marcado pela discussão de Filosofia e Sociologia da Educação com a professora Iracy Picanço, porém foi com a professora Dilza Atta que passou para uma discussão da prática pedagógica no interior da escola e sobre as diversas formas da Pedagogia, de como organizar uma sala de aula e na liberdade para aprender na medida em que ela própria organiza e assume a sua forma de participação na aprendizagem. Fiz um primeiro mestrado na UFBA, porém não concluí, porque foi justamente o momento que comecei a trabalhar com o pensamento de Anísio Teixeira. O encontro com o pensamento de Anísio se deu primeiramente no trabalho com a Prof.^a Dilza Atta. Ela estava mais encantada com Carl Rogers do que com Anísio Teixeira especificamente, estava saindo da experiência de organização da Secretaria de Educação do Estado enquanto Coordenadora Pedagógica e fez todas as propostas dos Colégios Polivalentes e, depois, dos Centros Integrados.

Penso que o encontro com Anísio Teixeira se deu de maneira tardia. Quando o Secretário Navarro de Brito fez a reforma do ensino, foi promovida uma aproximação das propostas dessa reforma – que acontecia não só na Bahia, mas também no Brasil – com o pensamento de Anísio Teixeira, sobretudo na relação entre educação e trabalho, vida e trabalho. Foi então que propusemos à Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia – SEPLAN que trabalhasse com educação e planejamento em educação, cuja proposta foi aceita, no intuito de fazer uma leitura nossa do sistema educativo, do que era necessário e das dificuldades. Daí, em 1980, o Censo Demográfico retoma a discussão sobre cor de pele, mais a frente abre-se um caminho para a mudança (estávamos imersos na Ditadura) com a formação de uma Constituinte. Pessoas que eram vinculadas à questão da educação e do negro, como Florestan

Fernandes e outros, a presença dos movimentos dos sociólogos e da renovação do pensamento eram trazidos à baila.

Já com a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD, foi possível, em 1980, ver que havia diferenças no acesso à educação de uma série de outros fatores que afetavam diferentes segmentos: os mais pobres; os que moravam em municípios pequenos; os moradores da zona rural; e os negros. A desigualdade de acesso à educação não se dava por um desejo das pessoas que estavam sendo tratadas desigualmente, mas por condições concretas de vida que condicionavam também o desempenho, e o tempo que essas pessoas levavam para concluir os cursos.

No doutorado em Ciências da Educação, cujos estudos foram financiados pela Organização dos Estados Americanos – OEA, levei para lá a discussão sobre a presença do negro na educação, das dificuldades que a população mais pobre que era marginalizada, não apenas pela pobreza material, mas também pela exclusão nos serviços oferecidos na área de Educação, assim como também Saúde, Emprego e Renda. Tomei, assim, como objeto de pesquisa os resultados dos nossos estudos anteriores sobre a desigualdade de acesso e a permanência na escola, na Bahia, principalmente, mas também como fenômeno em todo o Brasil a partir das experiências de trabalho, na própria Secretaria de Planejamento realizados na Bahia de quando se reintroduziram em 1980 o quesito cor nos Censos Demográficos. A questão da desigualdade, e do acesso à educação, já era ponto de pauta na discussão política de Anísio Teixeira, quando estive à frente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. Então, foi dessa forma, durante meu trabalho na Assessoria de Planejamento encontrei a divulgação do doutorado ao qual me candidatei e cursei.

Com relação ao início do Grupo Memória da Educação na Bahia, como ocorreu sua criação?

- Nos idos de 1970 e 1980, a Fundação de Desenvolvimento Econômico – criada por Anísio Teixeira para a realização de pesquisa – foi transformada em órgãos de formação e treinamento profissional de nível superior do Estado. Em

torno desses órgãos formamos um grupo. Fizemos leituras mais atualizadas juntamente com Telma Lúcia Falcão de Freitas e Clariza Prado de Souza, que estavam fazendo mestrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Nesse período, o professor Demerval Saviani tinha voltado para o Brasil e começou a fazer uma releitura muito interessante com os doutorandos. Então Telma e Clariza começaram a trabalhar com educação e fazer a avaliação de educação no Brasil. Com elas começamos a ter conhecimento e articulação, com esse curso de alunos em que o professor Demerval Saviani ensinava. Foi quando começamos a ler os textos dele que estavam publicados nas revistas da época.

Nesse período, comecei a fazer curso de especialização em Indicadores Sociais para o planejamento oferecido pela Comissão de Planejamento Econômico - CPE e começamos a discutir sobre a questão da educação na Bahia e trabalhar com dados estatísticos. Quando chega em 1980, começa-se a discutir a questão da desigualdade no Brasil, por pressão dos grupos organizados, através de uma série de projetos de modificação da Constituição Brasileira. O historiador Jaime Pinsky, inicia as discussões nesse sentido, e o próprio Fernando Henrique Cardoso criou um grupo que trabalhava com a questão do negro, ao passo em que começa a haver também uma organização para criar pressões e modificações na desigualdade com relação aos negros. Foi também o momento em que Florestan Fernandes começou a escrever sobre a questão das desigualdades nas décadas de 1940 e 1950.

Comecei a trabalhar sobre isso, primeiro, mostrando que havia desigualdade na Bahia, assim como em diversos Estados do Brasil. Nesse sentido, construí uma tese para fazer uma comparação, para mostrar que, em qualquer parte do Brasil, os negros tinham menos acesso, podiam ter diferenças internas, mas o indicador como tal dava a ver qual era a diferença.

A partir daí iniciamos as ações do Grupo Memória. No retorno do doutorado, a Prof.^a Ivete Sacramento, então reitora da UNEB, convidou-me para trabalhar como Gerente de Pesquisa. Naquele momento, o Governo Federal um projeto de apoio às diversas universidades para a criação ou ampliação da pós-graduação *stricto sensu*. Apoiou também a implementação de projetos de

pesquisa, fortalecendo ações de pesquisa nas diversas universidades brasileiras. Com o fato de as pós-graduações ainda serem restritas no Brasil, é criado o apoio para as instituições de ensino superior nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste do Brasil. Participamos dessas reuniões como representantes da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UNEB. Participamos de um evento no Ceará para discutir como o Governo Federal apoiaria a ampliação do sistema de pós-graduação no Brasil, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste. Com esse projeto o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq apoiou a UNEB ao aprovar o único projeto, utilizando os seguintes critérios: para uma universidade de grande porte seriam três projetos apoiados; uma universidade de médio porte, dois projetos; e uma universidade pequena, que mais precisava de apoio, apenas um projeto. Na UNEB foi apoiado o Projeto Memória da Educação na Bahia.

Quando da escrita do Projeto Memória, entendemos que este deveria ser um projeto de pesquisa em rede com membros do grupo de diversos *campi*. Entendendo que não nos cabia estudar a História da Educação no Estado da Bahia somente com dados existentes em Salvador, buscamos evidenciar as diferenças e formas de trabalho regionais que pesavam nos resultados do que era oferecido.

O Prof. Luís Henrique Dias Tavares era nosso consultor na época. O Projeto foi apoiado pelo CNPq e vinha com um pacote de benefícios, e nos deu uma bolsa de Desenvolvimento Científico Regional – DCR, que era uma das maiores bolsas que o CNPq tinha naquela época e que ficou com o Prof. Luís Henrique para que ele fosse o nosso consultor e sempre estava pronto a nos atender. O próprio Grupo Memória, por orientação do Prof. Luís Henrique, procurou localizar e registrar a documentação existente na Bahia sobre educação, para poder ver qual era a documentação disponível em cada local. A documentação, as experiências nas escolas não estavam só em Salvador. Era preciso tentar levantar arquivos de diversos lugares.

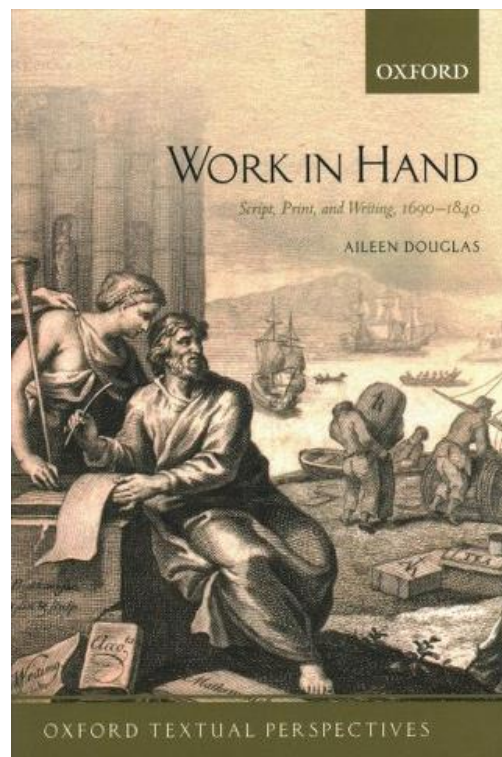
Como está o Grupo Memória na atualidade?

- Atualmente, o Grupo Memória da Educação na Bahia trabalha na consolidação da Rede de Pesquisadores em História e Memória da Educação na Bahia (REDEMEMO). A consolidação do Laboratório de Imagens e Acervos e o fortalecimento do Centro de Referência em História da Educação, bem como o lançamento de cinco livros que darão continuidade às publicações deste grupo, na formação de novos doutores e mestres, bem como a implantação de uma revista do grupo.

Resenha do livro

DOUGLAS, Aileen. *Work in hand: script, print, and writing, 1690-1840*. Oxford: Oxford Press, 2017. 256 p.

André Carlos Moraes*



Fonte: <https://global.oup.com/?cc=br>.

Situado na confluência dos estudos de História Cultural, Literatura, Educação e Comunicação, *Work in hand* é uma série temática de estudos de caso assinada por Aileen Douglas, professora da Universidade de Dublin, na Irlanda, especializada em literatura inglesa do século XVIII. Neste livro, Douglas examina diversas instâncias da sobrevivência das práticas manuscritas ao longo do período de 1690 a 1840 no Império Britânico – uma época em que historicamente já prevaleciam a tipografia e o livro impresso. Este recorte tão específico do objeto pode dar a impressão de que se trata de uma obra de

* Doutor em Comunicação e Informação (UFRGS). E-mail: andrecmoraes@uol.com.br.

interesse único para historiadores ou especialistas em literatura inglesa daquele período, porém a autora constrói ao longo de sete capítulos um amplo painel da transformação de práticas literárias e comunicacionais que não só delinea o fundamento de muitos procedimentos ainda em voga mas também ajuda a compreender os alicerces de alguns postulados educacionais, informacionais e textuais que ocasionalmente ressurgem até mesmo no meio acadêmico.

O livro começa por uma historiografia das abordagens eruditas da caligrafia, desde um ensaio seminal de Daniel Defoe de 1726 até a moda, no século XVIII, da Grafologia, hoje considerada uma pseudociência, que a partir das teorias de autores de então como Johan Kaspar Lavater defendia que é possível descrever a personalidade de uma pessoa a partir de sua maneira de desenhar as letras no papel. Aileen Douglas vê nos conceitos desta época, por exemplo, a origem de práticas contemporâneas como o fetiche por autógrafos e a aura de autoridade, ainda hoje oficial, conferida às assinaturas de documentos. A propósito, é especialmente interessante, inclusive para historiadores da Comunicação, o levantamento da autora para a multiplicação de fac-símiles, entre o final do século XVIII e meados do século XIX. Trata-se da reprodução, em meio impresso, da apresentação gráfica de documentos manuscritos, como cartas e rascunhos de escritores. Criados em um período no qual não haviam ainda surgido as tecnologias de reprodução fotográfica ou heliográfica, os fac-símiles envolviam o trabalho minucioso de uma categoria profissional hoje praticamente extinta, a dos gravadores, e inclusive eram motivo de tensão entre os especialistas em caligrafia, os “writing masters”, e os gravadores, ou “engravers” (DOUGLAS, 2017, p. 36).

A autora também historiografa o surgimento e consolidação da “round hand” inglesa, a última de uma série de tipologias caligráficas europeias, ainda hoje ensinada nas escolas e quase universalmente identificada como a letra cursiva por excelência. Douglas detalha, por exemplo, como este estilo manuscrito em particular permaneceu durante anos, e até recentemente, como requisito oficial para averbações em documentos. Importante para historiadores sociais é a reconstituição documental das discussões, na Inglaterra vitoriana, sobre a conveniência ou não de ensinar caligrafia às crianças de classes menos abastadas. Uma das opiniões, na época, era que as classes trabalhadoras

deviam aprender apenas letra cursiva para aplicação comercial, evitando tipos floreados, vistos como pertencentes a um segmento mais nobre. É na análise destes incidentes históricos que Douglas mobiliza, também, referências a Michel Foucault e, mesmo, Antonio Gramsci.

Work in hand também investiga casos específicos de autores cuja produção foi marcada, em uma instância ou outra, pelo diálogo com as práticas caligráficas e manuscritas. É o caso de William Blake (DOUGLAS, 2017, p. 123), o poeta que desenvolveu uma técnica própria para desenhar diretamente nas chapas de gravação, e cuja obra é tanto visual quanto verbal. O livro também traz um estudo de caso sobre Samuel Johnson (DOUGLAS, 2017, p. 103), celebrado autor e ensaísta inglês cujo legado foi, curiosamente, reexaminado após a divulgação póstuma de fac-símiles e informações biográficas nas quais se pôde observar que o estilo altamente academicista e formal do escritor contrastava dramaticamente com um processo criativo marcado por numerosos conflitos e revisões. Outro dos estudos de caso é sobre a romancista britânica do século XIX Maria Edgeworth, em cujos trabalhos Douglas analisa uma preocupação com a mobilidade social que se expressa, muitas vezes, em termos de práticas textuais e caligráficas dos personagens, os quais incluem vilões escriturários, aspirantes a escritores e damas de sociedade vitimadas pela divulgação de cartas confidenciais. A partir de uma análise da correspondência pessoal de Edgeworth, inclusive, o ensaio aponta que esta autora tinha receio de que a divulgação de seu intercâmbio postal com familiares e amigos terminasse sendo divulgado impropriamente e causando embaraços – uma preocupação vitoriana que preconiza discussões muito presentes na sociedade de informação do século 21.

O último dos estudos biográficos apresentados em *Work in hand* é uma análise das posições de Joseph Barker, um pastor metodista e reformador que esteve no centro de um debate pela universalização do ensino. Douglas acompanha a discussão sobre as “Sunday schools” (DOUGLAS, 2017, p. 180), as escolas semanais mantidas por instituições religiosas, a respeito das quais havia amplo debate sobre se deveriam ensinar caligrafia e escrita ou não. Defensores de um ensino laico alegavam que não cabia às instituições religiosas alfabetizar jovens; aristocratas preocupados em prevenir greves e agitações

sociais defendiam que às classes trabalhadoras não fossem ensinadas práticas que pudessem ensinar a formação de visões de mundo mais críticas. Douglas aponta que muitos destes debates, embora aparentemente datados, são marcados pela simplificação de pontos de vista e também pelo interesse de classe, motivações que se torna importante tomar conhecimento historicamente, uma vez que embasam temáticas e pautas que costumam reemergir em discussões sobre Educação e mesmo políticas públicas.

A análise das políticas de ensino dos séculos XVIII ao XIX à luz das práticas caligráficas permeia todo o livro, embora ganhe relevância no capítulo final. São interessantes alguns detalhes como a reconstituição de um recurso que se multiplicou no século XVIII, os manuais de grafia, que ensinavam alunos através da repetição, inclusive induzindo práticas de postura e gestualidade – o que Douglas analisa à luz de teorias de Foucault. Um ensaio também historiografa o chamado Madras System, método de educação em massa concebido para as colônias britânicas na Índia que empregava a escrita na areia para fins de economia de recursos – fundamento de uma prática de treino para grafia cursiva ainda hoje utilizada por escolas fundamentais no Brasil.

Um único senão em *Work in hand* é um problema que costuma assolar outras obras acadêmicas. Trata-se de um título que condensa anos de trabalho de sua autora, e constituído pela reunião de ensaios temáticos. Embora exista a coerência que é própria de uma trajetória acadêmica pessoal, nem todos os capítulos, elaborados a partir da compilação de artigos científicos e pesquisas específicas, apresentam um encadeamento muito nítido. Neste sentido, a principal articulação teórica acontece na Introdução e no fechamento do livro. Ainda assim, o todo é suficientemente coeso para justificar a inclusão do volume na coleção de Perspectivas Textuais da Oxford Press, dedicada, justamente, à expansão das discussões sobre texto e suas relações com a materialidade e recepção (DOUGLAS, 2017, p. V).

Mais do que constituir-se em um exercício de erudição ou historiografia específica, *Work in hand* funciona, assim, como fonte de consulta em múltiplos níveis e para uma variedade de áreas. Em grande parte, é uma obra de interesse para a História Social. Porém, igualmente possui relevância para estudiosos de áreas como Literatura e Educação. Ao discutir a permanência de práticas

caligráficas em meio a uma era já caracterizada pela impressão, também é um exercício de compreensão da complexidade – algo essencial quando se leva em conta, por exemplo, a superficialidade das teorias deterministas mais apressadas que costumam reduzir a história cultural a uma mera sucessão evolutiva de dispositivos, práticas ou equipamentos. Temas que perpassam o livro e a própria trajetória acadêmica de sua autora, como o diálogo com as práticas imagéticas, também tornam *Work in hand* uma referência útil para interessados em Design. Em Comunicação, tanto as áreas de estudos culturais quanto culturas da imagem e produção editorial encontrarão no livro material relevante. Ao leitor diletante de outras áreas, finalmente, o volume pode, até mesmo, encantar como coleção de anacronismos.

Um livro sobre técnica e arte. Na melhor tradição caligráfica.

Resenha do livro

NASCIMENTO, Jairo Carvalho. *Erotismo no cinema brasileiro: a pornochanchada em perspectiva histórica*. Curitiba: CRV, 2018. 158 p.

Joaquim Antônio de Novais Filho*



Fonte: www.editoracrv.com.br.

Resultado parcial da tese de doutorado defendida no Programa de História Social da UFBA, em 2015, o livro *Erotismo no cinema brasileiro: a pornochanchada em perspectiva histórica* investiga as “origens”, a “consolidação” e “decadência” do gênero pornochanchada no contexto da história do cinema brasileiro. No decorrer do livro, Jairo Carvalho Nascimento indaga uma ampla variedade de evidências históricas, tais como revistas, matérias de jornais,

* Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade (UESB/2012). Especialista em Teoria e História Literária (UESB/2010). Graduado em História (UESB/2004). Professor Auxiliar do Curso de História (UNEB/Campus VI).

entrevistas, pareceres de censura, dados estatísticos, filmes, vídeos, documentários, programas de televisão, *releases* e roteiros de filmes. Além disso, ampara-se em extensa bibliografia – sobretudo estrangeira nos dois primeiros capítulos. O resultado é uma sólida contribuição para compreender a trajetória histórica da pornochanchada, um importante, mas pouco valorizado momento da história do cinema brasileiro. Nascimento arquiteta seu livro em torno de quatro capítulos onde aborda: 1) o erotismo no cinema; 2) a formação e expansão da comédia erótica na Itália e sua repercussão em outros países; 3) as origens, características e consolidação da pornochanchada; e, por fim, 4) a decadência da pornochanchada e a transição para os filmes de sexo explícito, entre fins da década de 1970 e início da seguinte.

No capítulo 1, ao fazer um panorama do erotismo no cinema, o autor observa que o "erotismo acompanhou a trajetória da história do cinema, desde as primeiras décadas" (p. 20). Ao dialogar com Foucault e Giddens, Nascimento observa que a sexualidade se apresenta como "um dos principais aspectos do comportamento humano que mudou no século XX, com novas formas de prazer" (p.13-14). E expõe o "debate teórico" sobre "erotismo *versus* pornografia" (p.15). Curiosa e provocativa é a definição elaborada em entrevista de 1982 por Ody Fraga, diretor e roteirista da Boca do Lixo: "[...] a pornografia é o sexo sem vergonha de si. Já o erotismo é complexado, exige véus" (p. 14). Nascimento observa que os "limites de definição entre o que é erótico e o que é pornográfico não são tão precisos" (p. 16). Por fim, observa que a noção de moral é construída historicamente: "as concepções morais mudam com o tempo." (p. 19).

Outro aspecto relevante, apontado por Nascimento, diz respeito à produção dos primeiros filmes pornográficos na Europa (Espanha, França) e EUA, nas primeiras décadas do século XX. Na Europa, ocorrera o predomínio de "locações internas, com cenários de conventos e sacristias: um discurso anticlerical, em países católicos". Nos Estados Unidos, numa "alegoria ao estado natural do homem" os filmes "eram realizados em locais abertos, como praias e bosques" até o momento em que "as autoridades policiais começavam a aumentar a perseguição". Além disso, o autor chama atenção para o caráter clandestino dessa produção. Nos Estados Unidos, por exemplo, a produção

dessas obras "contava com a colaboração da máfia no financiamento" (p. 21). Por fim, observa que as mudanças comportamentais do final dos anos 1960, aliadas à "influência crescente da cultura do liberalismo em relação ao direito de liberdade de expressão e à privacidade" contribuíram para o desenvolvimento da "verdadeira indústria da pornografia *hardcore*, de forma comercial e livre da censura" (p. 23).

Ao final desse primeiro capítulo, o autor observa que "ao longo desse percurso da história do sexo no cinema, surgiu um tipo de filme erótico que ganharia status de gênero, a comédia erótica" (p. 23). No início do capítulo seguinte, é feita uma breve exposição sobre o conceito de "gênero cinematográfico" (p. 25). A comédia erótica é apresentada como subgênero da comédia. É exposta a trajetória da comédia italiana, tendo como ponto de partida a década de 1950, com o "neorrealismo rosa". A expressão é uma "referência aos filmes de humor produzidos por cineastas que tiveram alguma aproximação com o movimento [neorrealista] ou com temas abordados por ele". Nascimento destaca a estratégia de "aproximação com o público, unindo a realidade política da Itália com toques de humor" em uma narrativa popular" (p. 27).

A partir do início da década de 1960, a *commedia all'italiana* passa a "designar a comédia italiana de modo geral". Nascimento destaca que apesar dessas comédias terem criado estereótipos, tratavam também de "questões de ordem política, social e econômica da Itália, temas que não eram vistos pelos críticos que estavam com os 'olhares encobertos' pelos aspectos populares que esses filmes traziam" (p. 28). Essa falta de visão dos críticos em relação a abordagem de certos temas tratados por essas produções acabaria por relegar esses filmes a um lugar secundário na historiografia do cinema.

Ao aspecto cômico é incrementado o erotismo em algumas dessas produções, o que concorreu para o surgimento de um subgênero: a comédia erótica. Nascimento observa que "os marcos temporais da comédia erótica italiana não são fáceis de indicar" (p. 31). E ressalta que, "além de contar com a influência do contexto cultural da época, como o processo de liberação sexual e a onda de sexo que dominava o mundo ocidental no fim da década de 1960" a comédia erótica italiana "contou com profissionais (diretores, atrizes e atores) e

temas da *commedia all'italiana* para formar-se, construir um outro gênero” (p.32-33).

Nascimento ressalta também a importância dessa cinematografia: "Essa produção em larga escala, de filmes baratos, mas comercialmente rentáveis e divertidos, inspirou produções similares em outros países. Os italianos criavam um modelo cômico de grande aceitação popular" (p. 38).

Digno de nota é o painel apresentado pelo autor acerca da produção de comédias eróticas em outros países (p.38-41). Nascimento observa a influência do cinema italiano na Argentina, México e também sobre as produções brasileiras da época. Uma das evidências disso é a versão brasileira do filme *Adulterio all'italiana* (1966) chamado *Adultério à brasileira* e produzido no ano de 1969. A repercussão desse subgênero reforça a consideração de que "No fim da década de 1960, a comédia erótica italiana já era um produto comercial e internacionalmente conhecido." (p. 43).

O terceiro capítulo propõe apresentar brevemente “a história da pornochanchada”. Nele, o autor caracteriza esse subgênero como um “produto do cinema popular brasileiro [...] que dominou o mercado nacional durante a década de 1970 até meados dos anos 1980” (p. 47).

Além da comédia erótica italiana, que aparece como influência da pornochanchada, o autor evidencia a relação desta última com a chanchada, gênero cinematográfico de sucesso no Brasil dos anos 1950. Nascimento considera que a “chanchada havia preparado o terreno, estabelecendo uma relação direta entre público e cinema brasileiro, situação seguida e bem aproveitada pela pornochanchada” (p. 51). Após elencar as características da pornochanchada, o autor observa que em tais filmes as mulheres eram submetidas “a situações degradantes e evidenciavam os dispositivos de dominação masculina na sociedade” (p. 58).

Outra característica destacada e explorada pelo autor diz respeito ao “processo eficiente de realização, do ponto de vista industrial”. A fórmula de sucesso: “filmes rápidos, realizados em poucas semanas e de baixo orçamento” era “seguida pelos produtores de São Paulo [Boca do Lixo] e do Rio de Janeiro [Beco da Fome]” (p.58). Nascimento, amparado em depoimento de Alfredo Sternheim, um dos diretores dessas produções, observa que essa eficiência na

realização garantia “autossustentação” e acabava por revelar uma espécie de independência dessa produção. A pornochanchada realizava “um cinema independente, ou seja, financiado e distribuído por produtores independentes, sem o apoio estatal.” (p. 59).

A relação entre “pornochanchada, ditadura e censura” é apresentada em uma das sessões deste capítulo (p. 64-77). Nessa sessão, entretanto, chama atenção o uso alternado de diferentes expressões para designar o governo instaurado a partir do golpe de 1964. O autor utiliza: ditadura/regime “civil-militar” (p. 64, 65, 68, 71, 72, 73); ditadura/ regime “militar” (p. 65, 68, 72, 73, 74). O predomínio do termo civil-militar contrasta com a bibliografia citada, que faz uso da expressão “ditadura militar”. Ademais, o termo “civil” é um tanto impreciso (aqueles que não são militares seriam civis). A designação desse período implica uma consideração a respeito da “natureza” do regime instaurado em 1964, e tem alimentado controvérsias historiográficas recentes. Em artigo de 2012, o historiador Demian Melo – após fazer um balanço dessa historiografia “revisionista” e recuperar a contribuição pioneira de René Dreyfus – sugere o uso de uma expressão “que talvez capture com mais precisão a natureza daquele regime: uma ditadura empresarial-militar” (2012, p. 53).

Essa questão, entretanto, não compromete o conjunto da análise que Nascimento faz. A partir de um exame apurado das fontes, o autor confronta a “tese de que a pornochanchada era filha da ditadura civil-militar brasileira, uma criação da censura” (p.64). E chama atenção para o fato de que “a pornochanchada também foi mutilada e perseguida com o objetivo de preservar a família e a juventude da influência perigosa dos filmes eróticos” (p. 66). Evidencia, a partir da análise de alguns desses filmes, a abordagem de questões políticas e uma crítica velada ao regime militar e até mesmo ao sistema capitalista presente em algumas dessas produções. Outra questão encarada pelo autor é acerca da “origem do termo pornochanchada” (p. 78-87). Além de “levantar a historicidade do termo”, Nascimento percorre os seus usos pela imprensa brasileira da época e conclui que “o termo foi construído pelos críticos de cinema e jornalistas de fora para dentro do ‘movimento’” (p. 87) muitas vezes de maneira depreciativa. Nesse sentido, torna-se fundamental a relação, feita

pelo autor, dos “realizadores de comédias eróticas”, traçando o seu perfil e elencando suas obras (p. 87-106).

No capítulo final, Nascimento elenca os “fatores que provocaram o fim da pornochanchada” (p. 107-110); discute o processo de “transição dos filmes eróticos para o pornô explícito” (p. 115-122); e, por fim, apresenta os filmes de sexo explícito produzidos na Boca do Lixo (p. 122-138). Entre os fatores que colaboraram para o desgaste da pornochanchada, encontra-se a “redução [...] das salas de cinema” (p.107) e a “concorrência da televisão” (p.108-109). A partir da análise de dados estatísticos e problematização da história da televisão no Brasil, Nascimento apresenta uma abordagem inovadora dos fatores que concorreram para a agonia da pornochanchada.

Sobre a adesão dos produtores das pornochanchadas aos filmes de sexo explícito, Nascimento observa que a liberação, em 1980, de *O império dos sentidos* (1976) de Nagisa Oshima, constitui um marco. Outro aspecto interessante, apontado pelo autor, é o fato de a censura dessa e de outras produções ter sido derrubada por liminares e mandados judiciais.

Por fim, *Erotismo no cinema brasileiro: a pornochanchada em perspectiva histórica* apresenta o traço marcante do historiador comprometido com uma pesquisa séria e bem embasada. Ao lançar novas luzes sobre um importante momento da cinematografia nacional, Jairo Carvalho do Nascimento nos brinda com uma lição de história, o que torna a leitura recomendada a não só os estudiosos da questão, mais ao público interessado na história brasileira recente.

Referência

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*, Ano XIII, n. 27, p. 39-53, 2012.

ORIENTAÇÕES PARA POSSÍVEIS COLABORADORES

1. ORIENTAÇÕES GERAIS

A revista ***Perspectiva & Diálogos*** publica textos científicos, INÉDITOS, nas seguintes modalidades: dossiês temáticos, artigos de fluxo contínuo, entrevistas e resenhas.

Dossiês temáticos – Conjunto de artigos específicos de determinado tema historiográfico. Podem ser organizados pelos editores e/ou por pesquisadores de outras instituições. O Dossiê deve ter no mínimo cinco (5) e no máximo dez artigos (10). É de total responsabilidade do proponente do Dossiê organizar e conferir todo o material de comum acordo com a Equipe Editorial. Aos Editores está reservado o veto total ou parcial do Dossiê, caso ele não obedeça às normas da Revista. Todas as normas devem estar de acordo com as Diretrizes para autores.

Artigo – Pode ser um resultado de pesquisa, uma revisão de literatura ou um relato de experiência didático-pedagógica.

Entrevista – Contempla pesquisadores renomados nas áreas de interesse da revista. A parte inicial do texto deve contemplar uma pequena biografia do entrevistado.

Resenhas – Apresentação crítica de um livro ou de um filme. Os livros nacionais resenhados devem ter até três anos de publicação e os estrangeiros até cinco anos de publicação. O título da resenha deve ser o mesmo da obra. O autor deve indicar a referência bibliográfica completa da obra resenhada. Exemplo: DUARTE, Adriane da Silva. *Cenas de reconhecimento na poesia grega*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012. 311 p. O filme, independente de nacionalidade, não tem limite de tempo concernente ao período de lançamento.

Um autor só poderá submeter um único texto por modalidade/volume.

As proposições deverão ter, em relação ao número de páginas, as seguintes extensões:

- a) Artigo: entre 15 e 20 páginas, excetuando as referências bibliográficas.
- b) Entrevista: entre 3 e 5 páginas.
- c) Resenhas: entre duas (2) e quatro (4) páginas.

Os textos devem estar, do ponto de vista da formatação e normas de citações/ABNT, rigorosamente de acordo com as Diretrizes para autores, e devem ser encaminhados para o seguinte e-mail: revista.nhipe.uneb@gmail.com.

2. FORMATAÇÃO GERAL DO TEXTO

LER ATENTAMENTE AS NORMAS ABAIXO, ANTES DE SUBMETER O SEU TEXTO!

2.1. Elementos gerais: página e apresentação de elementos do texto

O texto deve ser formatado em programa *Word for Windows* ou similar, formato A4, utilizando apenas uma coluna, com as seguintes indicações:

Fonte – Bookman Old Style.

Tamanho da fonte – Tamanhos variados:

a) Título, abertura de seções do texto (tais como Considerações Finais, Referências): tamanho 12.

b) Corpo do texto (texto principal do artigo): tamanho 11,5.

c) Resumos e citações em destaque: tamanho 10,5.

d) Nota de rodapé: tamanho 9.

e) Epígrafe: tamanho 10,5.

Margens: esquerda e direita, 2,5 cm; superior e inferior 3 cm.

Parágrafo: recuado, a 1,25 cm da margem esquerda. **Atenção** – Para citações em destaque, aquelas acima de três linhas, alocadas em parágrafo próprio, o recuo deve ser de 4 cm da margem esquerda.

Espaçamento entre linhas: 1,5 para o corpo do texto. **Atenção** – *Espaçamento simples* para os seguintes elementos e seções: título, autoria, resumo/abstract, tópicos do texto, citações diretas em destaque, texto de rodapé e a seção de Referências.

Negrito e itálico (estilo da fonte) – Prestar atenção ao uso adequado do estilo da fonte ao longo do texto:

a) Uso do negrito: para título do artigo, nome do autor, as palavras Resumo/Palavras-chave/Abstract/Keywords, tópicos do artigo (tais como Considerações finais e Referências), para título de legenda de tabela e/ou ilustração.

b) Uso do itálico: obrigatório ao referenciar e citar obras, no corpo do texto e/ou nas referências bibliográficas, tais como o título de um livro, o nome de uma revista ou de um jornal. Usar itálico também para a versão em inglês do título do artigo. Para esses elementos, o itálico como estilo da fonte.

Paginação - Não precisa numerar as páginas.

Tópicos/Subdivisões do texto – As palavras (tais como Considerações finais e Referências) devem estar alinhadas à esquerda da margem, sem recuo, em negrito, com fonte 12. Deve-se evitar excesso de subdivisão em seções e subseções; quando for imprescindível o seu uso, adotar até a seção terciária (ex.: 1.1.1; ver NBR 6024/2003). Não deve haver seção ou subseção sem texto.

Título do artigo: deverá vir na margem superior, centralizado, em letras maiúsculas, em negrito. **Atenção** – Abaixo do título, com um espaço (um toque na tecla *enter*), escrever o título em inglês, centralizado, em letras maiúsculas, em itálico.

Autoria: a autoria (nome completo) deverá vir à direita, abaixo do título, em negrito, com três espaços de distância (clicar na tecla *enter* 3x). Puxar nota de rodapé, usando como formato o símbolo *, e incluir as seguintes informações: titulação, vínculo institucional e e-mail.

Resumo + Palavras-chave: o texto deverá ter resumo em português, com o máximo de 1.800 caracteres (sem espaços). O resumo ficará abaixo do item “Autoria” (clicar na tecla *enter* 3x). Abaixo do resumo (um *enter* de espaço), indicar as Palavras-chave, de três (3) a cinco (5) palavras. Em seguida (um *enter* de espaço), colocar a versão do resumo em inglês: o **Abstract** e **Keywords**.

2.2. Orientações gerais acerca das citações

A revista adota o sistema de chamada autor/data (FREIRE, 2018, p. 77), de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a NBR 10520/2002.

As notas devem ser apresentadas no rodapé do texto e se restringir a comentários, esclarecimentos ou explanações que não possam ser incluídas no texto.

Nome e sobrenome do autor no corpo do texto - Ao referenciar um autor pela primeira vez no corpo do texto, como parte integrante da frase, citar o seu nome completo. Forma incorreta: Segundo Silva (2018), a educação é um ato político. Forma correta: Segundo Paulo Costa Silva (2018), a educação é um ato político. Nas próximas referências, do mesmo autor, poder-se-á usar apenas o último sobrenome. No entanto, sugerimos manter o primeiro nome e o sobrenome quando for referenciar um autor.

2.2.1. Tipos de citações

Citação indireta: indicação do autor e do ano da publicação.

Citação direta: indicação do autor, do ano da publicação e da(s) página(s) de onde foram retiradas. Com até três linhas, a citação deve seguir o padrão do texto, sem itálico e entre aspas. Se a citação exceder três linhas, deve vir em

fonte 11, com recuo de quatro centímetros da margem esquerda, com texto justificado.

Citação de citação: indicação do primeiro autor e do ano da publicação, seguido da expressão “apud” e indicação do segundo autor e do ano da publicação, devendo, no caso de citação direta, acrescer os números das páginas.

Citação traduzida de língua estrangeira: deve ser seguida da expressão “tradução nossa” entre parênteses e o trecho no idioma original deve vir em nota de rodapé, com igual identificação do autor, ano e página.

2.2.2. Posição do sistema autor/data no texto – A referência a uma obra cita (autor, ano, p.) ficará com a seguinte disposição no corpo do texto:

a) Quando for citação indireta, colocar-se-á logo após o nome do autor. Exemplo: Segundo Paulo Costa Silva (2018), a educação é um ato político. Não é necessário, nesse caso, indicar o número de página.

b) Quando for citação direta, independentemente se for de até três linhas ou em parágrafo destacado (acima de três linhas), colocar-se-á logo após o final da citação. Casos:

- O nome do autor não aparece na frase. Exemplo: Segundo pesquisadores do campo da educação, "o ato educativo é um ato político" (SILVA, 2018, p. 77).

- O nome do autor aparece na frase; não precisa repetir o seu sobrenome. Exemplo: Segundo Paulo Costa Silva, "o ato educativo é um ato político" (2018, p. 77). Fica claro que é Paulo Costa Silva que foi citado, portanto, não precisa repetir o seu sobrenome.

c) Quando for citação direta acima de três linhas, em parágrafo destacado (a 4cm da margem esquerda, e com fonte 10,5), a referência ficará sempre no final da citação, depois do ponto final, e não no parágrafo anterior da frase.

Nota: Se Paulo Freire vier identificado na frase que abre a citação, não precisa repetir o seu sobrenome quando for referenciar a obra.

2.3. Tabelas e Ilustrações

Deverão aparecer de forma clara e objetiva no corpo do texto, bem contextualizadas com os parágrafos.

As tabelas devem ser elaboradas de acordo com as Normas de Apresentação Tabular do IBGE (3. ed., Rio de Janeiro, 1993). As ilustrações (gráficos, fotografias, gravuras, desenhos etc.) devem ter boa resolução, e serem enviadas em separado, em arquivo com formato JPG ou TIFF. As tabelas e ilustrações devem ter legenda: título + indicação da fonte. Colocar o título acima da

tabela/ilustração e a indicação da fonte abaixo da tabela/ilustração. Deverão ser numeradas de forma sequencial.

O autor deve apresentar o termo de autorização de uso de imagens no caso de ilustrações retiradas de outras fontes; o autor deve apresentar a respectiva autorização.

2.4. Referências

Listar, em ordem alfabética de sobrenome, as referências bibliográficas usadas no corpo do texto, tais como livros e artigos, dentre outros. Seguir a NBR 6023/2002.

2.4.1. Itens obrigatórios:

Não abreviar o nome dos autores – Ao creditar uma obra na bibliografia final não abreviar o nome do autor. A única exceção é para o caso de autor estrangeiro, quando este for referenciado unicamente de forma abreviada, e não for possível identificá-lo. Exemplo - Forma incorreta: SOUZA, P. A. *História*. São Paulo: Lua, 2018. / Forma correta: SOUZA, Paulo Antônio. *História*. São Paulo: Lua, 2018.

Uso do itálico – Não usar negrito para os títulos das obras referenciadas. Usar obrigatoriamente o itálico.

2.4.2. Alguns problemas comuns que devem ser rigorosamente evitados:

a) Omissão de autores – Usar um autor no corpo do texto e ele não figura na referência final, ou estar na referência e não aparece no corpo do texto.

b) Conflito de informação – No corpo do texto, uma obra é referenciada como sendo de 2012, e ela aparece na referência final como sendo de 2014.

c) Sequência incorreta de obras de um mesmo autor – Ao listar duas ou mais obras diferentes de um mesmo autor, seguir a ordem da obra mais antiga. Exemplo (não precisa repetir o nome do autor):

SOUZA, Paulo Antônio. *História*. São Paulo: Lua, 2000.

_____. *Ensino de História*. São Paulo: Lua, 2018.

d) Omissão de páginas de capítulo de livro referenciado (seja organizado ou não) – Ao citar um capítulo de livro, é obrigatório indicar, no final da referência, as páginas referentes ao capítulo, de início e fim. Exemplo: TENDLER, Sílvio. O cineasta enquanto intelectual. In: GOMES, Renato Cordeiro; MARGATO, Izabel (Org.). *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 173-181.

2.4.3. Regras gerais de apresentação de referências bibliográficas (alguns exemplos)

Livro

XAVIER, Ismail. *Cinema brasileiro moderno*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

Capítulo de livro

TENDLER, Sílvio. O cineasta enquanto intelectual. In: GOMES, Renato Cordeiro; MARGATO, Izabel (Org.). *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 173-181.

Artigo publicado em revista

FORTES, Celesto. O corpo negro como tela de inscrição dinâmica nas relações pós-coloniais em Portugal: a Afro como (pre)texto. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 40, p. 229-254, jan./jun. 2013.

Artigo publicado em jornal

NUNES, Márcio. Carybé, o pintor da vida baiana, aos 86. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 out. 1997. Rio, p. 18.

Trabalho acadêmico

NASCIMENTO, Jairo Carvalho do. *Os sertões em perspectiva*. 2001. 60 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2001.

FERREIRA, Fernando Aparecido. *O filme em cartaz*. 2002. 128 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru/SP, 2002.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. *O lugar da linguagem no ensino de História: entre a oralidade e a escrita*. 2006. 466 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

Trabalho apresentado em evento

MUNAKATA, Kazumi. Livro didático e formação do professor são incompatíveis? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 2001, Brasília. *Congresso brasileiro de qualidade na educação*. v. 1. Brasília: MEC/SEF, 2002. p. 89-94.